

**o dispositivo disciplinar da arquitetura  
nas práticas autoconstruídas**





**Universidade Federal de Minas Gerais  
Escola de Arquitetura  
Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo**

GERUZA LUSTOSA DE ANDRADE TIBO

**O DISPOSITIVO DISCIPLINAR DA ARQUITETURA NAS PRÁTICAS  
AUTOCONSTRUÍDAS**

Tese apresentada ao curso de Doutorado da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito para obtenção do título de Doutor em Arquitetura e Urbanismo.

Área de concentração: Teoria, produção e  
experiência do espaço

Linha de pesquisa: Produção, projeto e experiência do espaço

Orientadora: Prof. Dra. Denise Morado Nascimento

**Belo Horizonte  
2020**

### FICHA CATALOGRÁFICA

T554d

Tibo, Geruza Lustosa de Andrade.

O dispositivo disciplinar da arquitetura nas práticas autoconstruídas [manuscrito] / Geruza Lustosa de Andrade Tibo. - 2020.  
230 f. : il.

Orientadora: Denise Morado Nascimento.

Tese (doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura.

1. Autoconstrução - Teses. 2. Arquitetura - Teses. 3. Dispositivos - Teses. 4. Construção - Teses. I. Nascimento, Denise Morado. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Arquitetura. III. Título.

CDD 721

Ficha catalográfica: Gustavo Las Casas Provetti Gomes – CRB6/34170.



**FOLHA DE APROVAÇÃO**

**O dispositivo disciplinar da arquitetura nas práticas autoconstruídas**

**GERUZA LUSTOSA DE ANDRADE TIBO**

Tese submetida à Comissão Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Arquitetura da UFMG como requisito para obtenção do grau de Doutor em Arquitetura e Urbanismo, área de concentração: Teoria, produção e experiência do espaço.

Aprovada em 28 de agosto de 2020, pela Comissão constituída pelos membros:

Profa. Dra. Denise Morado Nascimento - Orientador  
EA-UFMG

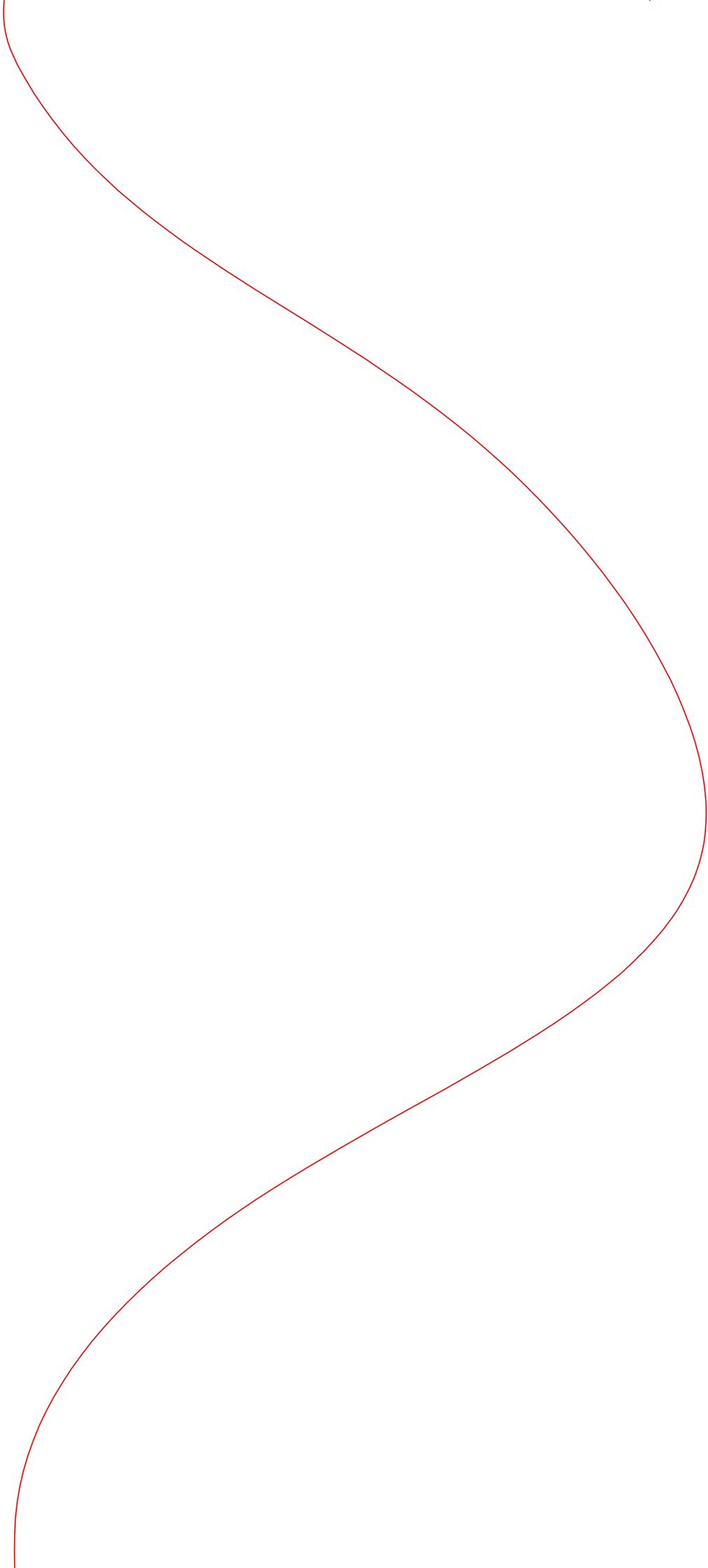
Profa. Dra. Margarete Maria de Araújo Silva  
EA-UFMG

Profa. Dra. Maria Camila Loffredo D'Ottaviano  
FAU-USP

Profa. Dra. Monique Sanches Marques  
UFOP

Profa. Dra. Luciana da Silva Andrade  
FAU UFRJ

Belo Horizonte, 28 de agosto de 2020.



Lembro que, logo que fui aprovada para o ingresso no programa de doutorado, em 2016, pensei nos extensos 4 anos que viriam pela frente e se deveria assumir esse compromisso naquele momento da minha vida. Helena e Cecília, minhas filhas, estavam com 5 e 3 anos e, ao final do doutorado, já estariam com 9 e 7 anos! Um viver que ainda parecia longo e distante. Quando lembro do percurso vivido até aqui, tenho como sentimento o carinho delas e de estarmos unidas pelo desenho de tatuagens. Eu, estudando, e elas desenhando! Acho que foi assim que vivemos esses anos!

Helena, Cecília e Gu, meu cúmplice, sempre a meu lado, dedico a vocês!



## AGRADECIMENTOS

Minha família tornou o caminho possível! Helena e Cecília, obrigada pela cumplicidade, carinho e por me fazerem sempre voltar ao meu eixo. Gu, obrigada pelo apoio, suporte, por estar comigo, mesmo quando ausente, e constante preocupação de me mostrar novos olhares. Cresço com as nossas diferenças! Obrigada por ser parte disso comigo! Imensa é a minha gratidão por terem tido o cuidado de se deslocar para uma outra vivência! Sem vocês perto de mim não teria sido possível!

Mãe, pai e Quel! Difícil colocar em palavras um agradecimento que faça sentido do quanto minhas escolhas e caminhos são mais leves porque tenho vocês. Agradeço a vocês, também a Carol, Zenith e Darcilene, por me permitirem estar ausente quando fundamental e, ainda, me ajudarem a estar presente quando necessário. Obrigada por tornarem a nossa estadia em Cambridge mais quente, em dias de muito frio! Ao Xibiu, Caio e Luca, por alegrarem a estadia!

Muita gente esteve comigo nesses anos, e, por isso, esta experiência transformadora se deu a partir de experiências felizes. Agradeço à Denise pela amizade, oportunidade, confiança, orientação exigente e cuidadosa. Obrigada por estar comigo e com a pesquisa a partir de mim. Ju, sou grata pela parceria, por sempre me ensinar a acreditar e pelos estímulos que fizeram meus estudos serem mais leves. A todos do PRAXIS – EA/UFGM, em especial a Letícia, Rafa, Gabriel e Lucas, sou grata pelas trocas, que sempre foram carregadas de muito aprendizado. Agradeço a Aryadne, Gabriel, Jéssica e Michelle pelo esforço de participarem comigo de parte da pesquisa. A dedicação do Rafa e da Camilinha na construção final dessa linha, que é a formatação da tese.

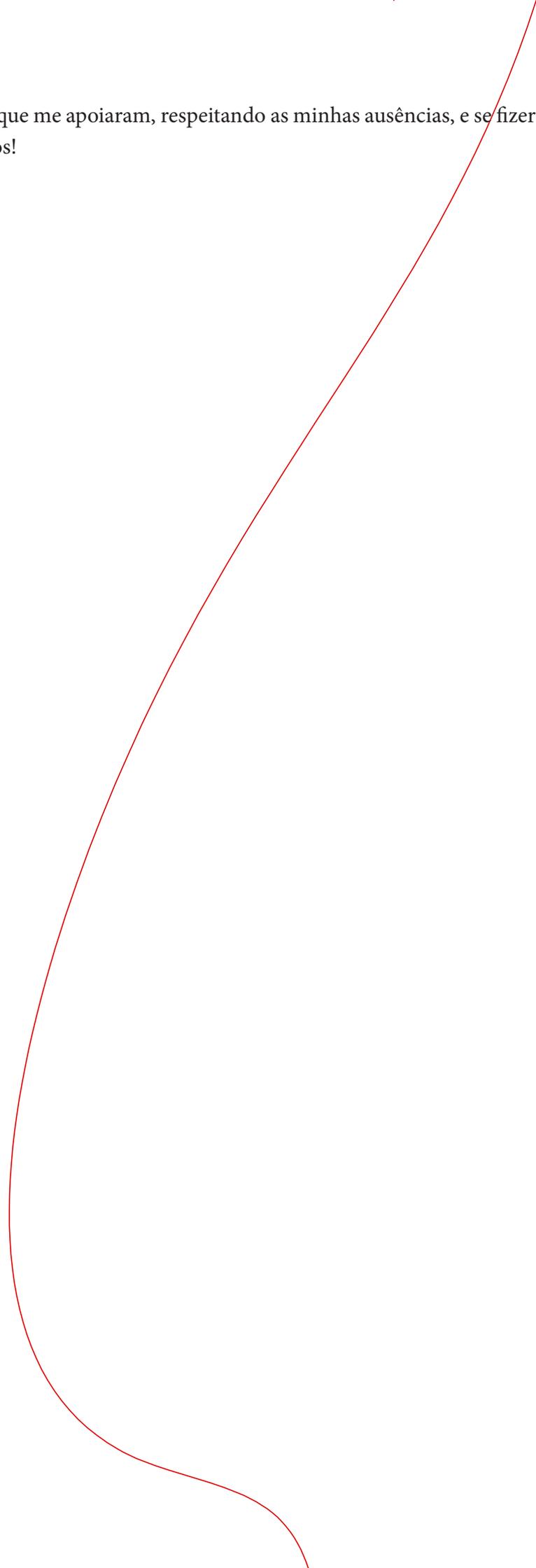
Às minhas amigas da Prefeitura de Belo Horizonte, que abriram caminhos para eu conseguir me dedicar aos estudos. Laura, Cristina, Fabiana e Isabel, por acreditarem e tornarem minhas conquistas como suas! À Maria Caldas, por permitir ser possível. Lu, Clarissa e Laura, obrigada pela disposição em participarem da pesquisa comigo, pelas conversas diárias e aconchegos. A todas e todos da PBH, em especial meus amigos da DIPA e minhas inspiradoras amigas da hora do almoço, agradeço pelas conversas, apoio e suporte.

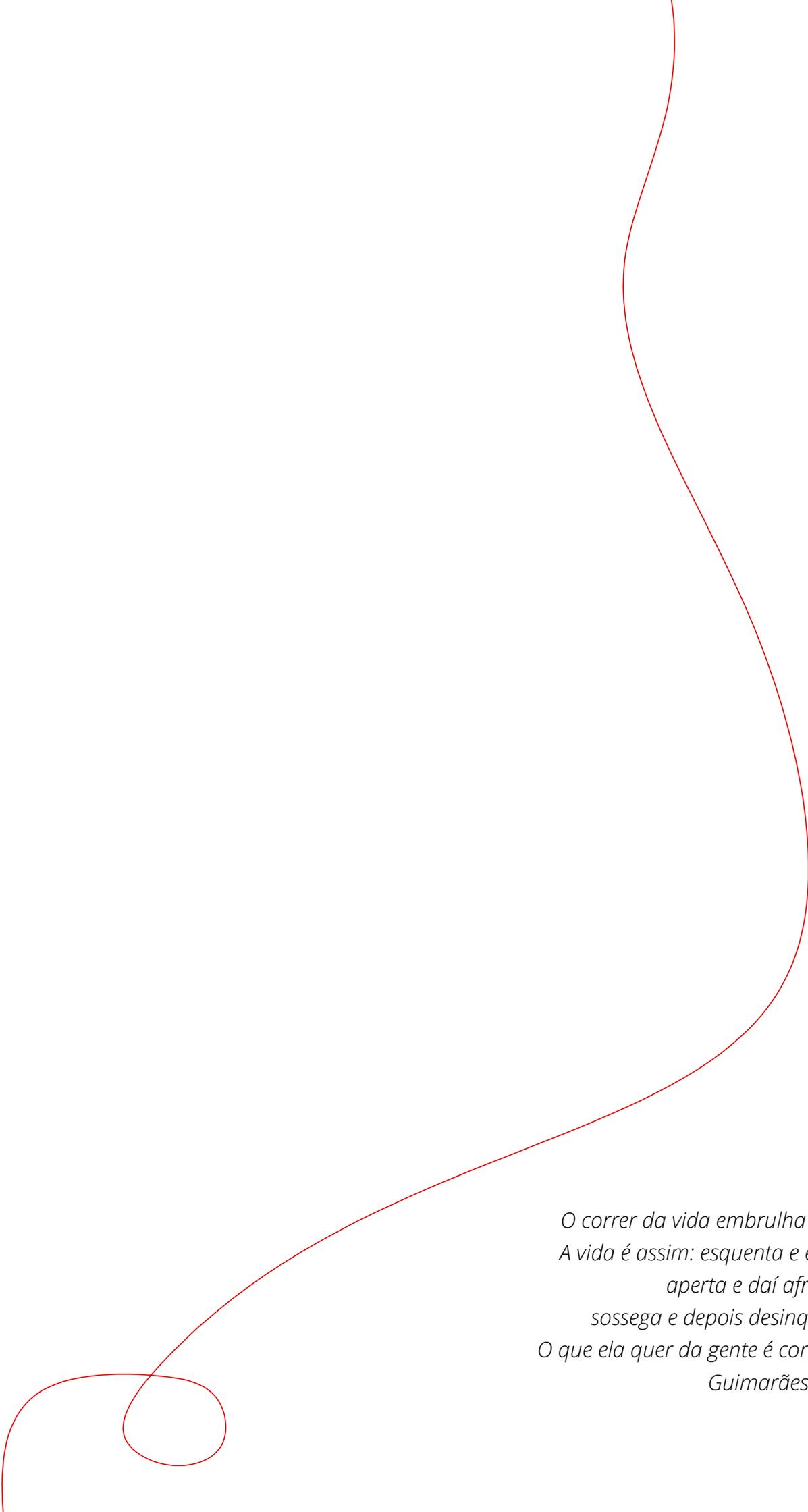
Aos meus amigos da Vila Acaba Mundo, que confiam no meu trabalho e abriram suas casas para possibilitar as reflexões e práticas da pesquisa. Em especial, ao Laerte, por todos os seus estímulos para a continuidade do trabalho; ao Ney, Morena, Beatriz e suas famílias, que sempre estiveram e ainda estão dispostos a trocar experiências. Obrigada!

À Emilie Reiser, mesmo sem ter a dimensão de sua generosidade, obrigada por ser a responsável pela possibilidade do meu doutorado-sanduíche. Ao Ethan Zuckerman pelo convite para participar do grupo de pesquisa CivicMedia (do MediaLab, Massachusetts Institute of Technology – MIT) e orientação durante o meu período no grupo. Agradeço à Rosabelli Coelho-Keyssar, pelo apoio institucional do MIT International Science and Technology Initiatives (MIST MIT – Brasil Program), com a bolsa de estudos que possibilitou o meu ingresso no MIT.

Importante também marcar a contribuição da Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte (URBEL), que autorizou o uso de dados de seus programas para que a reflexão da tese fosse possível.

Agradeço aos amigos queridos, que me apoiaram, respeitando as minhas ausências, e se fizeram presentes em todos os momentos!





*O correr da vida embrulha tudo.  
A vida é assim: esquenta e esfria,  
aperta e daí afrouxa,  
sossega e depois desinquieta.  
O que ela quer da gente é coragem  
Guimarães Rosa*

## RESUMO

A pesquisa trata de temática já incorporada nos discursos e práticas técnicas da arquitetura como verdade: o conceito de autoconstrução e a própria atuação técnica da arquitetura enquanto disciplina. Investiga a construção desses discursos e práticas como verdades a partir de suas estruturas de formação nas instâncias que os legitimam: econômicas, políticas e técnicas. O aporte teórico-metodológico adotado é a teoria de Foucault, mobilizando, sobretudo, o conceito de dispositivo. Os dispositivos, para Foucault, são elementos heterogêneos que se associam estrategicamente num dado momento para produzir materialidades. Os discursos da arquitetura que estruturam esse saber disciplinar configuram uma dicotomia no espaço urbano: a arquitetura disciplinar e a arquitetura não produzida pelas premissas da arquitetura disciplinar. O objetivo da pesquisa é entender como são acionados os dispositivos da arquitetura enquanto disciplina (dispositivos disciplinares) na produção da arquitetura não disciplinar, sendo a análise focada no caso do conceito da autoconstrução. O conceito de autoconstrução possui em sua formação uma série de camadas de significados sobrepostas, e a exploração dessa estrutura de formação possibilita a exposição de suas camadas e, a partir disso, do entendimento de suas práticas construtivas, o que possibilitou o recorte de análise das práticas discursivas objetos de estudo. Os dispositivos disciplinares são explorados no acionamento da atuação técnica fundamentada por meio da aplicação da Lei nº 11.888, de 2008, a qual trata da assistência técnica gratuita e da prática da Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social (ATHIS). As pesquisas dos dispositivos disciplinares nas práticas construtoras dos moradores atendidos pela Lei nº 11.888/2008, moradores sujeitos da construção, são analisadas a partir de quatro grupos de atuação técnica: da amarra acadêmica, por meio de grupos de pesquisa e extensão; a partir da amarra do Estado; práticas de empresas, enfocando a atuação de organizações e associações sem fins lucrativos; e as práticas das empresas com fins lucrativos e que são caracterizadas como de impacto social. Dentro dos eixos de atuação da ATHIS, a análise teve como foco as melhorias habitacionais por meio de assistência e assessoria técnica. As análises dessas práticas permitem a compreensão da existência de um deslocamento dos dispositivos disciplinares com relação à produção das materialidades na produção não disciplinar. Nesse sentido, o acionamento de dispositivos a partir de arranjos disciplinares não contribui para as práticas adotadas pelos sujeitos da construção, ao passo que o acionamento do dispositivo com arranjos atentos à dupla 'mão de obra e materiais de construção' promoveu a materialização. A partir dessas verificações, é evidenciada a necessidade de se pensar outra lógica de promoção de materialidades. Os dispositivos acionados devem promover arranjos não disciplinares, e, portanto, é proposta uma lógica de um dispositivo acionado pelo sujeito da construção. O indicativo do dispositivo é dado por meio de mecanismos digitais sem ter que permear a disciplina, enfocando disponibilização de recursos para materiais de construção e mão de obra, a fim de atender a demandas não disciplinares e promover autonomia e fortalecimento das práticas do sujeito da construção.

**Palavras-chave:** Arquitetura. Autoconstrução. Disciplina. Dispositivo. Práticas construtivas.

## ABSTRACT

The research deals with a theme already incorporated in the speeches and technical practices of architecture as truths: the concept of self-construction and the technical performance of architecture itself as a discipline. It investigates the construction of these discourses and practices as truths based on their shaping structures in the instances that legitimize them: economic, political and technical. The theoretical-methodological approach adopted is based on Foucault's theory, mobilizing, above all, the concept of *dispositif*. To Foucault, *dispositif* are heterogeneous elements that strategically associate at a given time to produce materialities. The architectural discourses that structure this disciplinary knowledge configure a dichotomy in the urban space: disciplinary architecture and architecture not produced by the premises of disciplinary architecture. The objective of the research is to understand how the *dispositif* of architecture are activated as a discipline (*disciplinary devices*) in the production of non-disciplinary architecture, with the analysis focused on the case of the concept of self-construction. The concept of self-construction has in its shaping a series of layers of overlapping meanings, and the exploration of this formation structure allows the exposure of its layers and, from that, the understanding of its constructive practices, which allowed the analysis of discursive practices which were objects of this analysis. *Disciplinary dispositif* are explored in the activation of justified technical actions through the application of Law 11888 of 2008, which deals with free technical assistance and the practice of Technical Assistance for Social Interest Housing (ATHIS). *Disciplinary devices* in the construction practices of residents attended by Law 11888/08, residents who are subject to construction, are analyzed from four groups of technical activity: academic ties, through research and extension groups; based on ties of the State; company practices, focusing on the activities of non-profit organizations; and the practices of for-profit associations and companies characterized as having a social impact. Within ATHIS's lines of action, the analysis focused on housing improvements, through assistance and technical advice. The analysis of these practices allows the understanding of the existence of a displacement of *disciplinary dispositif* in relation to the production of materialities in non-disciplinary production. In this sense, the activation of these *dispositif* based on disciplinary arrangements does not contribute to the practices adopted by the construction subjects, while the activation of the *dispositif* with arrangements attentive to manual labor and construction materials promotes materialization. From these verifications, it is evident the need to think about another logic of promoting materialities. The driven *dispositif* must promote non-disciplinary arrangements and in this sense, a *dispositif* logic that is triggered by the construction subject is proposed. The indicative of the *dispositif* is given through digital mechanisms that allow acceptance without having to permeate the discipline, focusing on the availability of resources for construction materials and labor, thereby meeting non-disciplinary demands, promoting autonomy and strengthening practices of the construction subject.

**Keywords:** Architecture. Self-construction. Discipline. *Dispositif*. Constructive practices.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> - Esquema explicativo da análise dos dispositivos disciplinares.....	25
<b>Figura 2</b> - Esquema explicativo da linha de pesquisa .....	25
<b>Figura 3</b> - Percepção do morador acerca da necessidade de assessoria técnica .....	37
<b>Figura 4</b> - Organização em capítulos a partir da linha de pesquisa adotada.....	38
<b>Figura 5</b> - Síntese da formação de camadas a partir das práticas discursivas .....	48
<b>Figura 6</b> - Discursos acadêmicos e ATHIS.....	82
<b>Figura 7</b> - ATMI e ATME .....	86
<b>Figura 8</b> - Linha do tempo de construção da política de ATHIS.....	89
<b>Figura 9</b> - Discursos acadêmicos e ATHIS.....	91
<b>Figura 10</b> - Proposta de estrutura para a ATHIS promovida pelo Estado de Santa Catarina.....	92
<b>Figura 11</b> - Proposta de estrutura para a ATHIS por melhoria habitacional no Estado de Santa Catarina.....	92
<b>Figura 12</b> - Proposta de estrutura para a ATHIS em prol de melhoria habitacional pela iniciativa privada .....	93
<b>Figura 13</b> - Proposta de estrutura para a ATHIS em prol de melhoria habitacional pela iniciativa privada .....	93
<b>Figura 14</b> - Camadas de construção do conceito de autoconstrução a partir de discursos analisados .....	126
<b>Figura 15</b> - Arranjos de práticas discursivas de autoconstrução a partir de camadas de análise .....	127
<b>Figura 16</b> - Percentual de pessoas que construíram ou reformam com a presença de um responsável técnico.....	130
<b>Figura 17</b> - Percentual de pessoas que contrataram os serviços de arquitetura ou engenharia .....	131
<b>Figura 18</b> -Tabela extraída do documento Valor de Origem da demanda 12292 do Programa Serviço de Arquitetura e Engenharia Pública.....	149
<b>Figura 19</b> - Exemplos de projetos entregues no kit completo .....	153
<b>Figura 20</b> - Mapa de demandas atendidas e entrevistadas .....	154
<b>Figura 21</b> - Gráfico para síntese do resultado de entrevistas com moradores atendidos pelo programa Serviço de Arquitetura e Engenharia Pública (realização de obras).....	155

<b>Figura 22</b> - Casos do programa Serviço de Arquitetura e Engenharia Pública - fotos e recortes de projetos elaborados.....	157
<b>Figura 23</b> - Caminho adotado pelo programa Serviço de Arquitetura e Engenharia Pública .....	158
<b>Figura 24</b> - Dinâmica do programa Melhorias Habitacionais (CODHAB), fase projeto.....	160
<b>Figura 25</b> - Dinâmica percorrida pelo programa Melhorias Habitacionais (CODHAB), fase obra .....	161
<b>Figura 26</b> - Serviços previstos pelo programa de melhorias habitacionais Na Medida .....	162
<b>Figura 27</b> - Sistematização de projetos de extensão de instituições de ensino que promovem assistência/assessoria técnica.....	164
<b>Figura 28</b> - Mecanismos acionados na atuação do projeto Diálogos nas assessorias da Vila Acaba Mundo .....	169
<b>Figura 29</b> - Evolução construtiva de moradias assessoradas na Vila Acaba Mundo – 2017 a 2019 .....	171
<b>Figura 30</b> - O projeto arquitetônico como apoio na obra .....	174
<b>Figura 31</b> - Casa: Morena e Ricardo – acordos iniciais e demandas atuais.....	175
<b>Figura 32</b> - Casa da Beatriz: dinâmica de mobiliário e primeira visita.....	176
<b>Figura 33</b> - Casas da Vila Acaba Mundo – avaliação espacial da posição das janelas....	178
<b>Figura 34</b> - Caminho adotado pela assessoria técnica – PRAXIS – EA/UFMG.....	179
<b>Figura 35</b> - Caminho adotado pela assessoria técnica - empresas sem fins lucrativos.....	182
<b>Figura 36</b> - Gráfico com o número de iniciativas de empresas com atuação em ATHIS e suas datas de fundação .....	183
<b>Figura 37</b> - Descrição da empresa com fins lucrativos Reformas RemodeLar .....	184
<b>Figura 38</b> - Construção do discurso de impacto social a partir de dispositivos disciplinares .....	185
<b>Figura 39</b> - Demonstrativo de propagandas de kits reformas.....	187
<b>Figura 40</b> - Propagandas: importância da técnica para a obra.....	188
<b>Figura 41</b> - Caminho adotado pela assessoria técnica: empresas com fins lucrativos.....	189
<b>Figura 42</b> - Recortes de propagandas de empresas conceituadas como de impacto social – construção de discursos .....	200
<b>Figura 43</b> - Fomentadora de negócios sociais Artemisia.....	201

<b>Figura 44</b> - Edital de convocatória Artemisia.....	202
<b>Figura 45</b> - Gráfico da Relação de RRTs por projeto arquitetônico emitidos com demais RRTs, de 2013 a 2018, em Minas Gerais .....	203
<b>Figura 46</b> - Gráfico de relação do número de RRTs emitidas para projeto arquitetônico e execução de obra, de 2013 a 2018, em Belo Horizonte.....	204
<b>Figura 47</b> - Recortes anuários: CAU 2016, 2018 e 2019 – detalhamento de atividades de projeto e atividades especiais.....	205
<b>Figura 48</b> - Gráfico comparativo de RRTs selecionados no grupo de atividades especiais, em 2016, 2018 e 2019, no Brasil .....	206
<b>Figura 49</b> - Caminho adotado pelas assessorias/assistências e serviços para materialização da arquitetura.....	209
<b>Figura 50</b> - Dispositivos com foco no sujeito da autoconstrução.....	215
<b>Figura 51</b> - Ferramentas tecnológicas com princípios cívicos.....	220

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> -Tipos de serviços disponibilizados pelo programa Serviços de Arquitetura e Engenharia Pública .....	148
<b>Quadro 2</b> - Valor de origem e orçamentos.....	152

## LISTA DE ABREVIATURAS

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas

ATHIS – Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social

ATME – Programa de Assistência Técnica à Moradia Econômica

ATMI – Assistência Técnica ao Projeto e Construção da Moradia Isolada para Pessoas Carentes de Recurso

BH – Belo Horizonte

BR – Brasil

CAU – Conselho de Arquitetura e Urbanismo

CODHAB – Companhia de Habitação do Distrito Federal

COVID 19 – *Coronavirus Disease* 2019 (doença do coronavírus do ano de 2019)

CREA – Conselho Regional de Engenharia Arquitetura e Agronomia

FJP – Fundação João Pinheiro

FNA – Federação Nacional dos Arquitetos e Urbanistas

IAB – Instituto do Arquiteto do Brasil

IDORT – Instituto de Organização Racional do Trabalho

MG – Minas Gerais

MIT – Massachusetts Institute of Technology

NEP – Núcleo de Estudos e Práticas dos cursos de Arquitetura e Urbanismo, *Design* de Produto e Engenharia Civil

ONG – Organizações Não Governamentais

PAC – Programa de Aceleração Econômica

PBH – Prefeitura Municipal de Belo Horizonte

PEAR – Programa Estrutural em Área de Risco

PL – Projeto de Lei

PRAXIS – EA/UFMG – Práticas Sociais do Espaço Urbano – Escola de Arquitetura/Universidade Federal de Minas Gerais

RRT – Registros de Responsabilidade Técnica

SAERGS – Sindicato dos Arquitetos do Rio Grande do Sul

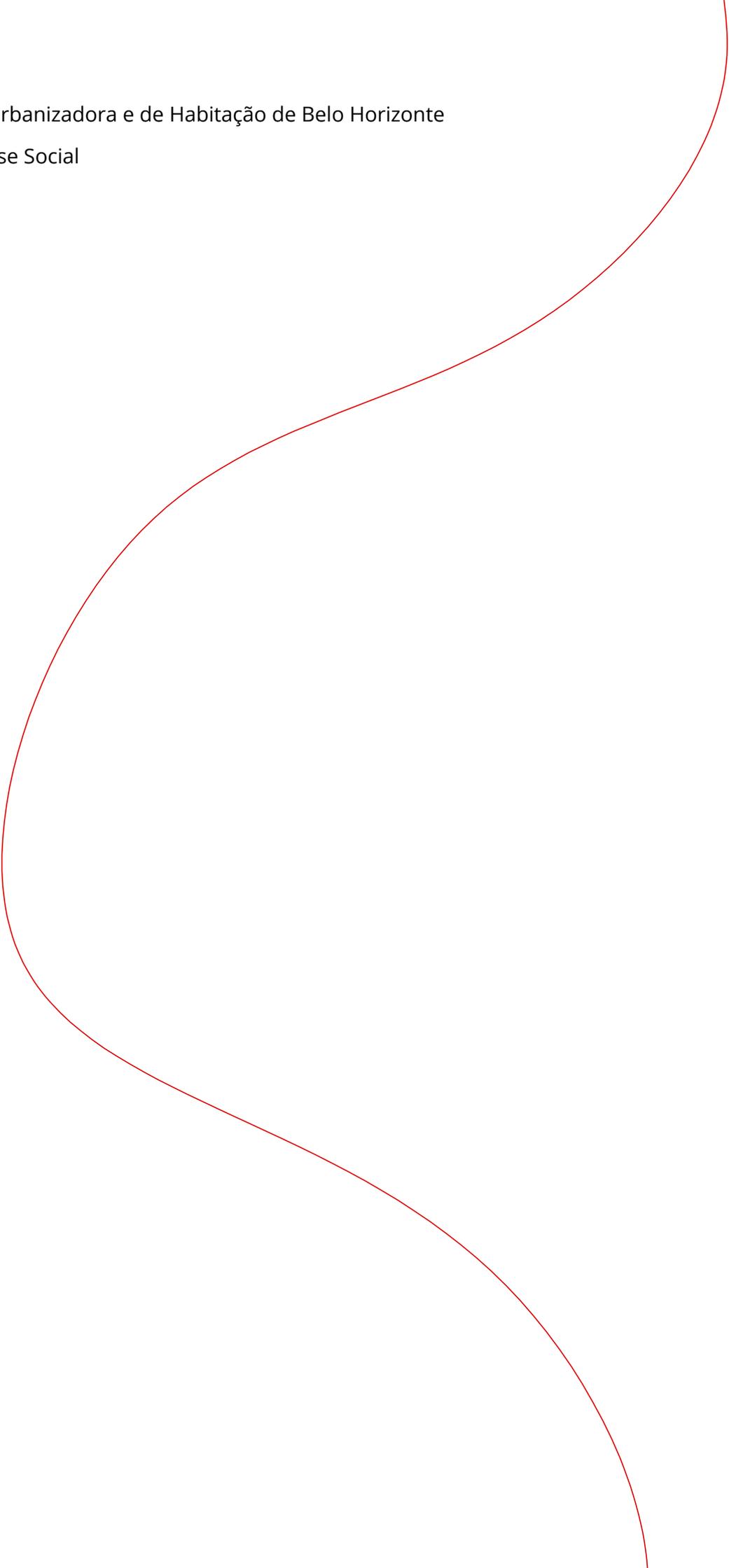
SHRU – Seminário de Habitação e Reforma Urbana

SUS – Sistema Único de Saúde

TOC TOC – Territórios de Ocupação Coletiva

URBEL – Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte

ZEIS – Zona de Interesse Social



# SUMÁRIO

01

PARTE I:  
SOBRE O NÓ - 21

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	22
1.1 A PROBLEMÁTICA .....	23
1.2 DELIMITAÇÕES DA PESQUISA .....	29
1.3 ANTECEDENTES DE PESQUISA .....	32
1.3.1 Motivação teórica .....	32
1.3.2 Motivação prática .....	35
1.4 ESTRUTURA DA TESE .....	38

02

<b>2. APORTE METODOLÓGICO</b> .....	41
2.1 A PARTIR DA PROPOSTA TEÓRICO-METODOLÓGICA DE FOUCAULT .....	42
2.2 A PARTIR DA PROPOSTA METODOLÓGICA .....	51

03

<b>AS TRAMAS DOS...</b>	<b>3. DISCURSOS ARQUITETÔNICOS PARA A CONSTRUÇÃO DO SABER DISCIPLINAR</b> .....	58
	3.1 DO SABER COMO DISCIPLINA .....	62
<b>A PARTIR DAS LINHAS...</b>	3.1.1 No Brasil .....	65
	3.2 DA REGULAMENTAÇÃO .....	69
	3.3 DO DISCURSO TÉCNICO .....	77
	3.3.1 Discursos para a construção da ATHIS .....	84
	3.4 DISPOSITIVOS .....	95
	3.4.1 Projeto .....	97
	3.4.2 Mediação .....	99
	3.4.3 Interface .....	100

PARTE II:  
AS TRAMAS DO NÓ - 57

04

<b>AS TRAMAS DA...</b>	<b>4. DA ARQUITETURA NÃO DISCIPLINAR - O CASO DA AUTOCONSTRUÇÃO</b> .....	104
	4.1 PONTO DE INÍCIO .....	106
<b>A PARTIR DAS LINHAS...</b>	4.2 DA CONSTRUÇÃO DA AUTOCONSTRUÇÃO .....	111
	4.3 DO CONCEITO DA AUTOCONSTRUÇÃO .....	124
	4.4 DOS CONSTRUTORES ASSEGURADOS PELA LEI Nº 11.888/2008 .....	136

O NÓ...	<b>5. DISPOSITIVOS DISCIPLINARES NA ARQUITETURA</b>	
	<b>NÃO DISCIPLINAR</b> .....	139
	5.1 DISPOSITIVOS DISCIPLINARES A PARTIR DA POLÍTICA	
	PÚBLICA .....	143
A PARTIR DAS	5.1.1 Lei nº 11.888/2008.....	145
AMARRAS...	5.1.1.1 O caso de Belo Horizonte .....	145
	5.1.1.2 O caso do Distrito Federal .....	159
	5.2 DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO .....	163
	5.2.1 As práticas de assessoria técnica como extensão e	
	pesquisa acadêmica, o caso do PRAXIS – EA/UFMG.....	166
	5.3 DO MERCADO.....	180
	5.3.1 Empresas sem fins lucrativos .....	180
	5.3.2 Empresas com fins lucrativos .....	183
	5.3.2.1 O caso da venda de kits reformas.....	186
	5.3.2.2 O caso da venda de reformas rápidas .....	190
	5.3.2.3 Fomento de negócios sociais de impacto social .....	201
	5.4 DADOS DISCIPLINARES .....	202
	5.5 SÍNTESE DAS ANÁLISES .....	208

DESATANDO...	<b>6. CRÍTICAS AO PRESENTE E ANÚNCIOS PROPOSITIVOS</b> .....	212
	6.1 OUTRA LÓGICA DE DISPOSITIVO .....	214
	6.2 TECNOLOGIA SOCIAL .....	218
	6.3 CONSIDERAÇÕES DE ÚLTIMA HORA .....	220

---

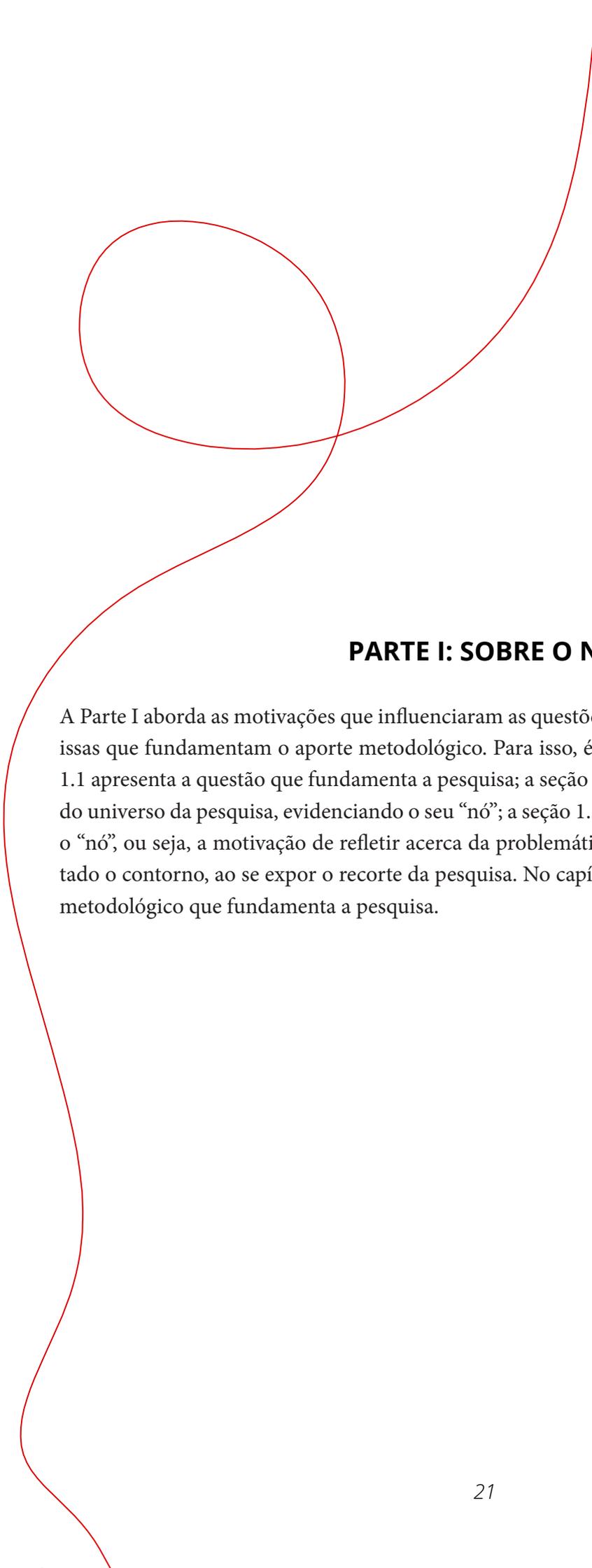
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	224
--------------------------	-----

---

<b>APÊNDICE A - REGISTROS DE ATUAÇÃO TÉCNICA EM ATHIS</b>	243
---	-----

---

<b>APÊNDICE B - PESQUISA ON-LINE ATUAÇÃO TÉCNICA QUAL O DISPOSITIVO DE SUPORTE NA ASSISTÊNCIA TÉCNICA</b> .....	257
---	-----



## **PARTE I: SOBRE O NÓ**

A Parte I aborda as motivações que influenciaram as questões de partida da pesquisa e as premissas que fundamentam o aporte metodológico. Para isso, é dividida em quatro seções: a seção 1.1 apresenta a questão que fundamenta a pesquisa; a seção 1.2 trata sobre o conteúdo e limites do universo da pesquisa, evidenciando o seu “nó”; a seção 1.3 aborda as motivações para desatar o “nó”, ou seja, a motivação de refletir acerca da problemática-objeto; e, na seção 1.4, é delimitado o contorno, ao se expor o recorte da pesquisa. No capítulo 2, é discutido o aporte teórico-metodológico que fundamenta a pesquisa.

# 1 .INTRODUÇÃO



## 1.1 A PROBLEMÁTICA

Existem consensos que replicamos em nosso dia a dia e aceitamos como verdades sem refletir acerca de suas origens. Naturalizamos diversas regras sociais como verdadeiras sem questionar, manifestamos discursos como “é assim” ou “sempre foi assim” e seguimos em resposta a essas regras por meio de condutas e comportamentos. Isso quer dizer que há uma construção de discursos na sociedade que formulam um senso comum acerca de determinado comportamento; trata-se de uma condução não questionada e aceita como verdade. Com isso, regras sociais são reproduzidas em nossas condutas, e discursos, como naturais; por sua vez, a aplicação de narrativas como verdade repercute em nossos comportamentos, condutas e modos de viver (conhecidos como os efeitos da verdade).

Esta pesquisa de doutorado é uma oportunidade de questionamento, reflexão e quebra da “naturalização” de certas condutas presentes na produção do espaço urbano. Nesse sentido, parte do princípio que existem cristalizações de discursos na produção do espaço urbano, as quais assumimos como verdade e possuem como efeitos desta a produção de materialidades e sujeitos. A materialização é a transformação de uma ideia, proposta ou projeto em substância, construção tangível ou matéria física. Da mesma forma, a produção de sujeitos é gerada a partir dos efeitos das verdades com interferências nas relações dos sujeitos em seus discursos e práticas.

Isso considerado, este trabalho desmistifica a naturalização da construção de verdades presentes na produção do espaço urbano em dois pontos: os conceitos de autoconstrução e de atuação técnica<sup>1</sup> da arquitetura enquanto disciplina. Há uma verdade construída a partir de discursos e práticas na formação do conceito de autoconstrução; e há uma construção a partir de práticas e discursos que fundamentam a atuação técnica da arquitetura enquanto disciplina. A exposição desses discursos e os arranjos necessários para a construção dessas verdades são analisados nesta pesquisa para fundamentar a base de reflexão necessária acerca da atuação técnica da arquitetura enquanto disciplina nos espaços autoconstruídos.

Para a compreensão necessária da arquitetura<sup>2</sup> enquanto disciplina, foram explorados os discursos responsáveis pela sua legitimação como saber e verdade. A atuação técnica, nos moldes que a conhecemos hoje, é pautada tanto na formação acadêmica dos profissionais como pelas instituições que a disciplinam como exercício de profissão. As práticas da arquitetura começam a fazer parte de uma disciplina quando os saberes são sistematizados para serem exercidos a partir de

.....  
1 A atuação técnica é a prática dos arquitetos em operação na produção do espaço urbano. A escolha da palavra atuação remete a um ato descontínuo e não a uma prática constante. O arquiteto atua diante de seus preceitos técnicos e sai de cena.

2 A despeito da atuação de esta pesquisa tratar do arquiteto e urbanista, conforme titulação profissional, nesta pesquisa, o profissional que atua na promoção de moradias e reformas em unidades habitacionais é nomeado de forma genérica como *arquiteto*. Mesmo que seja uma atuação a partir da sobreposição profissional com os engenheiros, a intenção é também não criar lacunas entre a arquitetura e o urbano: a leitura que se pretende é da arquitetura enquanto processo de produção do espaço urbano e suas materialidades.

uma normativa, uma profissão. Para Foucault (2018), a disciplina é definida como uma forma de poder inventada pela sociedade burguesa não mais relacionada com o poder soberano. A disciplina está no disciplinamento dos corpos não mais a partir de um poder reconhecível, mas por meio de regras, condutas e normativas sociais de uma naturalização de comportamentos – e estes não são regidos por leis, e sim pela normalização de seus códigos. Nas palavras do filósofo, “na realidade, as disciplinas têm o seu discurso. Elas são criadoras de aparelhos de saber e de múltiplos domínios de conhecimento. São extraordinariamente inventivas no nível dos aparelhos que produzem saber e conhecimento” (FOUCAULT, 2018, p. 293). Trata-se da dominação de um saber para a produção e de condutas já naturalizadas pela sociedade, portanto, assumidas como naturais pelo disciplinamento dos corpos. Assim, a disciplina arquitetura é a dominação do saber, sistematização como regra, que torna a sociedade familiarizada com a arquitetura produzida por arquitetos: um saber em prol da produção da arquitetura como disciplina no modo de produção capitalista.

A ferramenta de análise para a arquitetura enquanto disciplina é dada a partir do acionamento de discursos, práticas, estratégias e mecanismos, que dentro da caixa de ferramentas de Foucault é conceituada como dispositivo. Dispositivo, para Foucault (2018, p. 367), são “estratégias de relações de força sustentando tipos de saber e sendo sustentado por eles”. Nesse sentido, os discursos estruturam e são estruturados por saberes e, nesta pesquisa, saberes disciplinares. Com essa junção entre dispositivo e disciplina, marco a construção dos dispositivos disciplinares da arquitetura; esses dispositivos são a estratégia adotada para acionar a arquitetura enquanto disciplina. Assim, reconhecem-se duas formas de produção conceituadas como arquitetura, a produzida a partir de dispositivos disciplinares e a arquitetura produzida sem o acionamento de dispositivos disciplinares. O significado e origem da palavra arquitetura têm significativa importância no mundo acadêmico, sendo explorados por diferentes contextos e filtros;<sup>3</sup> no entanto, não entrarei nessa discussão e nas intenções de cada significado construído em torno da temática. A arquitetura mobilizada nesta pesquisa é vinculada à produção do espaço urbano, ou seja, qualquer intervenção humana no ambiente natural ou construído, e se assemelha à definição de Kapp, Baltazar e Morado Nascimento (2007) da arquitetura-evento, o que significa que todo o processo de produção do espaço deve ser objeto da análise permeando a concepção, a construção e o uso.

Sendo assim, a arquitetura produzida a partir dos dispositivos não disciplinares é investigada a partir do conceito de autoconstrução.<sup>4</sup>

.....  
3 Para explorar os conceitos da definição da arquitetura: LEMOS, C. A. *O que é arquitetura*. São Paulo: Brasiliense, 1982; SILVA, E. *Matéria, ideia e forma: uma definição de arquitetura*. Porto Alegre: Editora Universidade, 1994; ZEVI, B. *Saber ver arquitetura*. São Paulo: Martins Fontes, 1978; COLIN, S. *Uma introdução à Arquitetura*. Rio de Janeiro: Uapê, 2000.

4 O conceito de autoconstrução, no capítulo 4, é marcado a partir de suas diferentes significações, e passa a ser tratado a partir de suas diferentes camadas conceituais. A prática de autoconstrução também é analisada a partir de suas práticas discursivas, e não como um conceito hermético e possível de ser definido numa só prática. Os autoconstrutores são entendidos como construtores vinculados às suas redes relacionais e estratégias construtivas possíveis a partir de suas práticas discursivas. Sendo assim, é preciso deixar claro que, até o capítulo 4, no qual a autoconstrução é investigada, o conceito abordado é o de autoconstrução carregado de todas as suas sobreposições práticas e conceituais.

## ANÁLISE DOS DISPOSITIVOS DISCIPLINARES

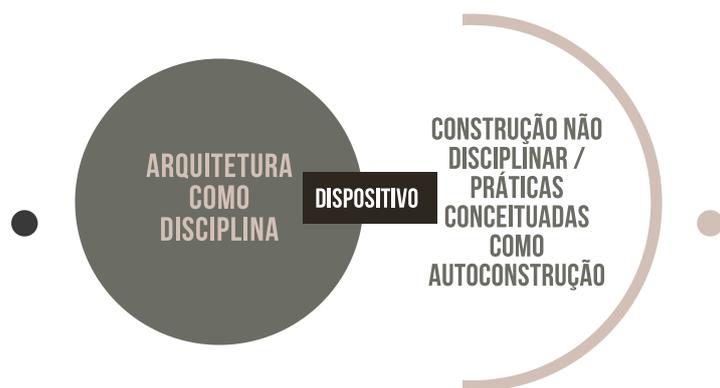


Figura 1 - Esquema explicativo da análise dos dispositivos disciplinares  
Fonte: a autora.

A pergunta de partida, ilustrada pela Figura 1, é: como os dispositivos disciplinares da arquitetura atuam em espaços construídos a partir da prática da arquitetura não disciplinar? Parto da hipótese de haver a necessidade da investigação dos dispositivos disciplinares da arquitetura, para, em seguida, refletir na atuação técnica da arquitetura em conjunto com as práticas autoconstruídas, em que é presente a arquitetura não disciplinar. O objetivo da pesquisa é a reflexão *a partir do atual cenário da atuação técnica nas práticas conceituadas como autoconstruídas* e sobre *se o acionamento dos dispositivos disciplinares nessas práticas são potenciais transformadores de materialidades e seus efeitos*. As análises tornam possível a proposição de uma atuação a partir de dispositivos que possam surgir das práticas construídas e fundamentem (criem base) investigações propositivas que se aventurem em propostas de dispositivos de atuação que possibilitem um olhar a partir dos sujeitos da construção.

A linha de pesquisa é marcada por uma sequência de questões que estruturaram as análises da investigação, sendo questões alimentadas pela forma dúbida que os discursos arquitetônicos produzem verdades no espaço urbano. A Figura 2 é uma sistematização da linha de pesquisa adotada.

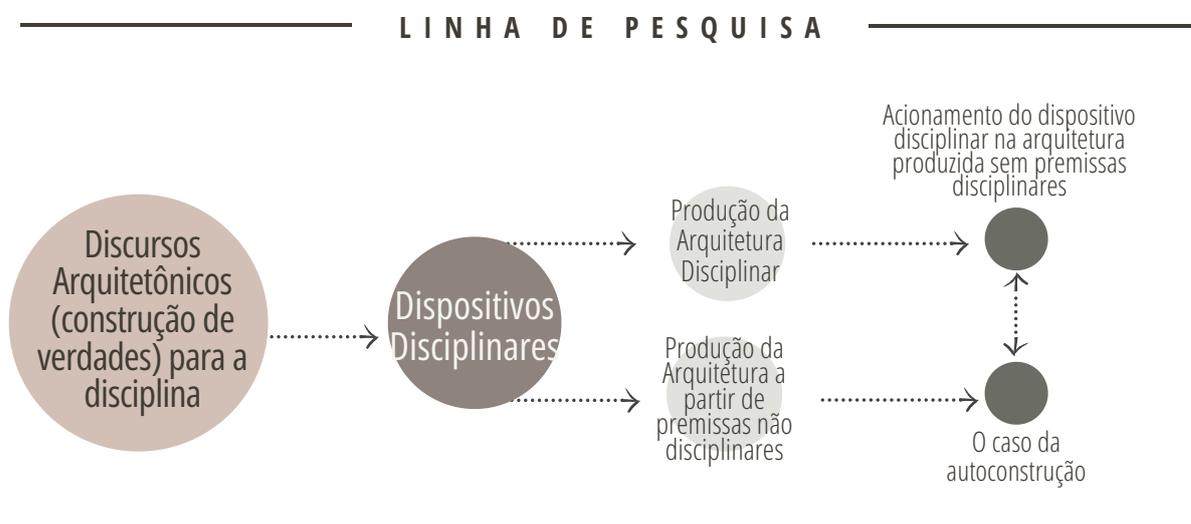


Figura 2 - Esquema explicativo da linha de pesquisa  
Fonte: a autora.

A análise dos dispositivos disciplinares da arquitetura, nesse sentido, é entendida como peça chave para a compreensão da atuação da arquitetura: a partir dos agenciamentos necessários à sua elaboração são expostas as premissas da arquitetura disciplinar que caracterizam a organização do saber para a sua prática.

No que diz respeito à análise do conceito de autoconstrução, a investigação proposta permite entender como é estruturado o conceito a partir de suas camadas de formação; a sua fundamentação é: ao conceito de autoconstrução, ao longo do tempo, foram incorporados significados, e engrossadas as possibilidades de entendimento do que seja a sua definição. O conceito é usado de forma elástica em diferentes contextos, e possibilita diferentes práticas e discursos mobilizados em diferentes perspectivas – o que quer dizer que existem diversas práticas discursivas dentro da mesma espessura do conceito. *Práticas discursivas* é um conceito de Foucault que diz sobre a junção entre discursos e práticas; nesse sentido, discursos também são práticas que se desdobram a partir de relações sociais, e, por isso, são acionadas a partir de sua rede de relações no tempo. Por sua vez, práticas não discursivas, também a partir de uma rede de relações, são aquelas originárias de instâncias institucionais.

As práticas discursivas presentes no conceito de autoconstrução estão associadas sem a devida distinção de suas mobilizações e narrativas e práticas diversas. Assim, a exposição dessas camadas e de suas fissuras, ou seja, rupturas que definem o fim de uma camada e o início da outra, foi fundamental para entender a dinâmica da autoconstrução a partir de suas diferentes práticas discursivas. A vinculação dos dispositivos disciplinares da arquitetura com os autoconstrutores foi explorada não a partir de sua superfície, mas a partir de estruturas de formação. Nesse sentido, são explorados no que se compõe a autoconstrução e em função dos arranjos necessários à sua formação como conceito e das práticas impregnadas em sua significação, o que possibilita dissociar o conceito de autoconstrução do autoconstrutor e o definir a partir de suas práticas discursivas.

Foucault (2017), em seu livro *História da Loucura: na Idade Clássica*, analisa a formação da loucura enquanto discurso de verdade e como o discurso teórico da loucura é distante do louco. Isso é o mesmo que dizer que existem uma prática em que a loucura é vivenciada e uma análise teórica acerca da temática. O autor se debruça na problemática envolvida para a classificação do louco como sujeito da loucura e questiona os discursos utilizados para as devidas classificações da temática, até chegar ao poder médico conferido ao médico, o que lhe dá a responsabilidade de determinar quem são os loucos. E essa não seria a única contradição presente em analogias estruturais em que o discurso científico e/ou teórico se distancia da experiência prática, tendo Foucault apontado sua preocupação estar na experiência.

Este problema parece ser réplica de um outro com que nos deparamos na primeira parte, quando se tratava de explicar como a hospitalização dos loucos pôde coincidir com seu internamento. Este é apenas um dos inúmeros exemplos de analogias estruturais entre o domínio explorado a partir de práticas e aquele que se esboça através das especulações científicas ou teóricas. Um pouco por toda a parte, a experiência da loucura é singularmente dissociada de si mesma e contraditória, mas nosso trabalho consiste em procurar, apenas na profundidade da experiência, o fundamento da unidade e de sua dissociação (FOUCAULT, 2017, p. 192).

Esgarçando essas reflexões de Foucault, a discussão proposta nesta pesquisa marca que existem a autoconstrução como construção teórica e aqueles denominados autoconstrutores, os quais não necessariamente são sujeitos da autoconstrução e não se reconhecem como autoconstrutores. Com isso, há um distanciamento entre a classificação que os discursos teóricos produzem como efeitos de verdade e a prática envolvida na formulação desses mesmos discursos; seria o mesmo que questionar se os autoconstrutores se reconhecem como produtores de territórios autoconstruídos. Outra importante reflexão, aproximada do estudo da história da loucura, é sobre os enclausuramentos e medidas de intervenção terem como finalidade tratar, em certa medida, do louco e não da loucura; isso quer dizer que o louco deve ser tratado, mas não necessariamente a loucura. Mais uma vez, percebem-se, em termos de política pública e sociedade em geral, medidas em pequena escala de colocar os que infringem regras dentro das regras, e não há ações para que todos estejam cobertos pelas regras – não sendo necessárias caracterizações e distinções no espaço urbano. Nesse sentido, existe pouca reflexão acerca de como lidar com a autoconstrução de forma mais ampla; vale reforçar: não afirmo que saber lidar seja acabar com as práticas da autoconstrução, mas, sim, refletir a partir do reconhecimento de suas fragilidades e potencialidades.

A possibilidade da investigação das estruturas de formação a partir dos arranjos discursivos ou não discursivos e da construção de verdades e seus efeitos foi garantida pelo aporte teórico de Foucault. Para isso, nesta pesquisa é mobilizado o seu pensamento produzido nas décadas de 1960 e 1970, em discussões nos livros *A história da loucura na Idade Clássica* (1961), *As palavras e as coisas* (1966), *Arqueologia do saber* (1969), *Vigiar e punir* (1975) e *Microfísica do poder* (1979), entre outras publicações.<sup>5</sup>

Machado (2015),<sup>6</sup> por sua vez, em sua interpretação foucaultiana, marca que devemos pensar por nós mesmos e sugere a ousadia de propor uma interpretação própria de Foucault. A ousadia desta pesquisa é mobilizar a teoria de Foucault para a aproximação da temática aqui proposta: dispositivos disciplinares da arquitetura. Foucault instiga reflexões acerca de conceitos, afirmações e práticas já naturalizados em nossos discursos e como por isso assumimos tais afirmações a partir de um regime de verdade. A verdade, para Foucault, é uma discussão com grande relevância em sua produção teórica; ela seria produzida pelos discursos e até mesmo pela ausência deles. Nesse sentido, por verdade deve-se considerar o conjunto de regras que possibilita a distinção do certo e do errado e garante ao certo efeitos específicos de poder. Foucault questiona a construção dos efeitos de verdade sobre determinadas temáticas e reflete sobre em que circunstâncias e a partir de quais relações sociais aquelas verdades foram construídas. Mais: diz que, a partir da formação de outras relações sociais e circunstâncias, a cristalização dos discursos poderia ser diferente, e, com isso, também os seus efeitos de verdade. Para ele, cada sociedade tem a sua política geral da verdade, isto é:

.....  
5 Existe uma divisão do pensamento do Foucault, a qual ele próprio reconheceu, quanto às suas formulações (em três momentos cronológicos): *Arqueologia do Saber*; *Genealogia do Saber*; e *Genealogia da Ética* (MUCHAIL, 2004, p. 97).

6 Roberto Machado é um grande pesquisador da teoria de Foucault, e a referência a ele realizada é esta palestra: MACHADO, R. Michel Foucault e a diferença. Produção: Síntese Produções. Goiânia: PPGH – UFG, nov. 2015. 118 min. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=M4gRr9mE6Ag> e <https://www.youtube.com/watch?v=5CvDaT4FPo0>. Acesso em: 22 abr. 2020.

[...] os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros, os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como sanciona uns e outros, as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro (FOUCAULT, 2018, p. 32).

Segundo Foucault, se as construções de verdades são determinadas pelos agenciamentos e negociadas de outra forma, o agenciamento pode produzir diferentes verdades. Portanto, as verdades não seriam construídas de forma aleatória ou natural, mas intencionadas a partir de interesses estratégicos. Os agenciamentos são determinados por questões e contextualizados a partir das necessidades de estratégias para determinar o que é pautado como verdade. Intencionados a partir de discursos econômicos, técnicos e políticos; e contextualizados no tempo. Aproximando dessa concepção, Foucault denomina o papel do profissional técnico como *intelectual específico* e reflete que o saber por ele produzido é construído a partir de interesses econômicos e políticos inseridos numa determinada contextualização.

Pode-se mesmo dizer que o papel do intelectual específico deve se tornar cada vez mais importante, à medida que, quer queira quer não, ele é obrigado a assumir responsabilidades políticas enquanto físico atômico, geneticista, informático, farmacologista etc. Seria perigoso desqualificá-lo em sua relação específica com um saber local, sob pretexto de que se trata de um problema de especialistas que não interessa às massas (o que é duplamente falso, pois não só elas têm consciência deles como também neles estão implicadas) ou de que serve aos interesses do capital e do Estado (o que é verdade, mas mostra, ao mesmo tempo, o lugar estratégico que ele ocupa) ou ainda de que ele veicula uma ideologia cientificista (o que nem sempre é verdade e tem apenas uma importância secundária com relação ao que é primordial: os efeitos específicos dos discursos verdadeiros (FOUCAULT, 2018, p. 51).

A pesquisa caracteriza o papel do *intelectual específico* ilustrado pelo arquiteto e a responsabilidade perante a construção de seus próprios discursos, na formulação de seu saber e no acionamento de seus dispositivos disciplinares para a sua atuação. Importa reconhecer a relevância dessa construção e seus efeitos na atualidade.

A exposição dessas construções de verdade e de seus efeitos na produção de materializações e de sujeitos permite a ampliação da compreensão da relação entre a atuação técnica e o morador/construtor, sujeito da construção, e possibilita a problematização do acionamento do dispositivo disciplinar. A partir das análises destacadas, é retratado um passo no caminho do deslocamento da lógica da atuação técnica, em que o dispositivo disciplinar passa a ser acionado pelo morador/construtor. O deslocamento proposto se pauta na demanda do morador/construtor e não na necessidade de a atuação técnica criar dispositivos que se aproximem deste morador/construtor. A marcação da lógica não pretende concluir ou criar solução para as questões tratadas, mas, contudo, provocar a discussão em torno da prática que vem constantemente praticada e alimentada pela construção de discursos de verdade. O esforço de indicar uma possibilidade, um passo para a reconfiguração de outra lógica, é a partir das ferramentas digitais e, neste sentido, na capacidade de criar redes relacionais e agenciamentos antes de difícil vinculação, como, por exemplo, moradores/construtores e o setor público. Vale ressaltar que a tecnologia é ferramenta e não quebra a lógica do *status quo* e *per se* não é solução. O que de fato pretende-se é a reflexão capaz de criar fissuras e provocar posturas críticas de todos os envolvidos e fomentar a não crença em soluções definitivas e absolutas.

## 1.2 DELIMITAÇÕES DA PESQUISA

A atuação técnica explorada nesta pesquisa, como já pontuado, é a que aciona dispositivos disciplinares para a atuação com as práticas autoconstrutoras. A atuação técnica em destaque é a fomentada pela Lei nº 11.888/2008,<sup>7</sup> a qual prevê a gratuidade do serviço do arquiteto e engenheiro para a população com baixa renda. A Lei nº 11.888/2008 foi fixada em razão de entendimento da necessidade de suporte técnico nas construções a partir de assistências técnicas para a população com baixa renda. Apesar de diversas experiências anteriores à fixação da lei aludida, o foco da pesquisa serão ações vinculadas às suas expectativas, pois o recorte de análise é na unidade habitacional, ações de reforma e grande parte das iniciativas que trabalham nesse sentido, as quais têm ocorrido após a aprovação da lei. O interesse, assim, é nas iniciativas da atuação técnica da arquitetura vinculada com pessoas que não acessam serviços de arquitetura em suas moradias, sobretudo, para as demandas de melhorias habitacionais.

Os arranjos políticos e técnicos necessários à construção da Lei nº 11.888/2008 cunharam o termo amplamente utilizado para caracterizar a assistência técnica fundamentada em seus princípios, como Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social (ATHIS).<sup>8</sup> A ATHIS possibilita diversas atuações em prol da melhoria da moradia, e nesta tese o foco será um eixo dessa atuação. Maricato (2019)<sup>9</sup> sugere cinco eixos possíveis da intervenção por meio da ATHIS:

1. De resistência: atuação em prol do não despejo de famílias vulneráveis social e economicamente, contra atos de despejo em geral coordenados pelo Estado.
2. De avanço: atuação em prol de novas parcerias para a implementação da Lei nº 11.888/2008 e criação de novas possibilidades institucionais.
3. De promoção da moradia: atuação em prol da construção de novas moradias e ambientes.
4. De melhoria e regularização do ambiente construído: atuação em prol da melhoria do espaço já construído e atuação conhecida como melhorias habitacionais.
5. De pós-ocupação: em prol de estudos e ação constantes nos ambientes construídos como habitação de interesse social.

Para o recorte da pesquisa proponho a diferenciação de dois subgrupos de atuação a partir do

.....  
7 A Lei nº 11.888/2008 assegura o direito das famílias de baixa renda à assistência técnica pública e gratuita para projeto e construção de habitação de interesse social e garante às famílias com renda mensal de até três salários mínimos, residentes em áreas urbanas ou rurais, o direito à assistência técnica pública e gratuita para projeto e construção da habitação para a sua própria moradia.

8 A ATHIS são os serviços técnicos de arquitetura e urbanismo, engenharia, direito, serviço social, geografia, biologia e outras áreas afins necessárias para a garantia do direito à moradia digna das famílias de baixa renda. Moradia digna é entendida como a que possui: segurança de posse, disponibilidade de serviços urbanos e de infraestrutura, custo que não comprometa o exercício de outros direitos, habitabilidade, acessibilidade, localização articulada às oportunidades e serviços da cidade e adequação cultural (CAU/SC, 2017).

9 MARICATO, E. Seminário Nacional de ATHIS. Produção: CAU/RJ. Rio de Janeiro: CAU/RJ, 27 nov. 2019. 220 min. [Palestra para o Seminário Nacional para Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social]. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=4xZ\\_NxpS9qk&t=11s](https://www.youtube.com/watch?v=4xZ_NxpS9qk&t=11s). Acesso: 21 abr. 2020.

eixo 4, a saber:

- 4.1. De regularização do ambiente construído a partir de ações que enquadrem edificações e espaço urbano dentro das premissas regulares desta produção.
- 4.2. De melhorias habitacionais: iniciativas que trabalham em prol de melhorias construtivas de moradias.

O recorte desta pesquisa é no eixo de intervenção 4, dentro do detalhamento 4.2, focado nas ações de melhoria para o ambiente construído. O eixo 5 não é o foco da pesquisa, mas é detalhado a partir das pesquisas necessárias ao entendimento do eixo 4, por exemplo: os estudos acerca da atuação das experiências de reformas pós-ocupação, além da própria atuação no eixo 4.2 das moradias já construídas para a análise proposta. Os outros eixos de intervenção a partir da ATHIS possuem atuações significativas na produção do espaço urbano e trabalham em prol da democratização dos serviços da cidade, de uma cidade justa e, com isso, da moradia adequada<sup>10</sup> para todos. Além do termo *assistência técnica*, a atuação técnica com a população de baixa renda também é conhecida como assessoria técnica e programa de melhorias habitacionais. Existe uma disputa de narrativas em torno da conceituação desses termos, sobretudo, a partir da necessidade da atuação técnica promovida nas instituições de ensino e organizações não governamentais que zelam por uma atuação não assistencialista e, por isso, atuam a partir dos métodos da assessoria.

Referida tensão é marcada nesta pesquisa. O termo *melhoria habitacional* é por vezes associado a processos como assistência técnica e assessoria ou utilizado sem a caracterização de quais mecanismos são acionados na atuação, sendo até mesmo usado nas narrativas para se distanciar da dicotomia entre assistência técnica e assessoria. Esse termo não assume os mecanismos aplicados na atuação; sendo assim, só diz sobre o que se destina: promover melhoria na unidade habitacional. A aplicação do termo está dentro dessa conotação; portanto, o termo reforma não é usado, pois diz sobre alteração numa construção já completa, uma construção finalizada e que será reformada, não sendo esse o foco de análise desta pesquisa. Nesse sentido, para me referir ao objetivo da atuação técnica, o termo usado é *melhoria habitacional*, que denota processo contínuo de construção.

A atuação nos eixos de intervenção por meio de ATHIS detalhadas, conforme sugestão de Maricato (2019), se dá a partir de grupos técnicos com diferentes princípios de trabalho:

- A. Setor público
- B. Instituições de ensino
- C. Mercado: empresa sem fins lucrativos
- D. Mercado: empresa com fins lucrativos

.....  
10 O termo "moradia adequada" é citado a partir de mais de uma definição, sendo que a Fundação João Pinheiro (2018), por exemplo, trata-o a partir de critérios de adequação fundiária, adequação de infraestrutura, presença de banheiro de uso exclusivo, cobertura adequada e ausência de adensamento excessivo em domicílios próprios. A definição do Comitê sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (UN COMMITTEE ON ECONOMIC, SOCIAL AND CULTURAL RIGHTS, 1991) amplia os critérios de análise e abarca também a adequação cultural, localização, habitabilidade, economicidade, disponibilidade de serviços, materiais, instalações e infraestrutura, e segurança da posse.

A exploração desta pesquisa abarca todos os grupos técnicos em destaque (A, B, C e D) a partir do eixo 4.2 detalhado. Nessas atuações estão englobadas todas as atuações que se vinculam com as prerrogativas da Lei nº 11.888/2008 sem diferenciação de mecanismos empregados – assim, estão presentes tanto assessorias quanto assistências técnicas. O setor público é representado pelas instituições governamentais com destaque para o programa Serviço de Arquitetura e Engenharia Pública da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. A academia são as instituições de ensino, sobretudo, a atuação a partir de projetos de pesquisas e extensão, com destaque para o projeto Diálogos,<sup>11</sup> desenvolvido pelo grupo Práticas Sociais no Espaço Urbano (PRAXIS – EA/UFMG).<sup>12</sup> Por último, as iniciativas que se vinculam ao mercado,<sup>13</sup> cuja análise se divide em dois grupos: empresas sem fins lucrativos; e empresas com fins lucrativos, esta última representada pelos empreendimentos sociais ou modelos de negócio de impacto social.<sup>14</sup> Essas iniciativas do mercado, em geral, estão envolvidas com os eixos de promoção da moradia por meio da construção de novas unidades e, recentemente, têm atuado nas reformas ou melhorias habitacionais.

Outra análise importante acerca da atuação técnica dos arquitetos é a institucionalizada e regulada pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU/MG). Para essa análise, foram investigados os Registros de Responsabilidade Técnica (RRT),<sup>15</sup> no intuito de verificar quais mecanismos dentro dos dispositivos são acionados para a atuação disciplinar. Além disso, o período de abrangência da análise, de 2013 a 2018, permite traçar um panorama temporal dos mecanismos acionados.

É importante delimitar à qual prática autoconstrutora será dada ênfase e reforçar que tal conceito está embutido numa série de práticas discursivas arranjadas em função de camadas identificadas a partir da formação e arranjos da construção do conceito: território; agentes

.....  
11 O projeto Diálogos do Grupo PRAXIS – EA/UFMG tem como objetivo propor meios (linguagem, suporte, instrumentos, dispositivos ou metodologias) passíveis de utilização na mediação de informações entre arquitetos e moradores envolvidos em processos produtivos de espaços públicos e moradias (DIÁLOGOS). Site institucional. Disponível em: <http://praxis.arq.ufmg.br/blog/dialogos/dialogos.html>. Acesso em: 8 jun. 2020).

12 O Grupo PRAXIS – EA/UFMG é um grupo de pesquisa do CNPq sediado pelo Departamento de Projetos (PRJ) e pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (NPGAU) da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) com projetos financiados e/ou apoiados pela FAPEMIG, CNPq, Capes, PRPq e ProEx/UFMG, Ford Foundation e FUSP. Mais informações em: PRAXIS – EA/UFMG. Site institucional. Disponível em: <http://praxis.arq.ufmg.br>. Acesso em: 26 maio 2020.

13 O mercado é o termo utilizado para designar as empresas prestadoras de serviço que se fundamentam pela produção na cidade capitalista, ou seja, inseridas nas regras de negociação e arranjos das instâncias de poder. Marques elucida a existência de diferentes mercados, e nesta pesquisa estudamos o mercado conhecido informalmente como *generalista*: “os modos do saber formal disseminados no campo da produção de arquiteturas e de suas urbanidades contemplam ou respondem à demanda de um tipo de cliente, que em seu coletivo são conhecidos informalmente por mercado, mas que não caracteriza a maioria dos espaços construídos nas cidades brasileiras” (MARQUES, 2010, p. 25).

14 As empresas de impacto social, segundo Artemisia (2019), oferecem de forma intencional soluções escaláveis para problemas sociais da população de baixa renda focadas nas necessidades e demandas da população de baixa renda, potencial de escala, impacto social relacionado à sua atividade principal, intencionalidade, rentabilidade e distribuição ou não de dividendos.

15 RRT é o registro obrigatório que os arquitetos devem fazer para oficializar a sua atuação. O objetivo da RRT é comprovar que projetos, obras ou serviços possuem como responsável técnico um profissional em situação regular perante o Conselho.

(atuação técnica e mão de obra); práticas construtivas; autonomia (modo de produção); cultura da casa própria; e renda. Isso quer dizer que as práticas discursivas que definem as práticas autoconstrutoras estão em constante organização em função dessas categorias; não há conceitos pré-concebidos, e as práticas são formadas a partir de seus agenciamentos no tempo e no espaço. Em destaque, portanto, estão as práticas que se alinham à Lei nº 11.888/2008, a qual prevê a atuação para as famílias de baixa renda, não existindo um recorte territorial de análise, mas um recorte socioeconômico. Apesar de a lei citar a gratuidade dos serviços, o recorte da atuação engloba experiências de mercado que se vinculam ao mesmo recorte proposto para a pesquisa. Para tornar mais evidente, a prática, foco desta pesquisa, é a presente no grupo que conceituo como construtores/moradores, explorado no capítulo 4, sendo os que a Lei nº 11.888/2008 pode absorver em sua capacidade de atendimento e estão dentro da espessura do conceito da autoconstrução. O termo autoconstrução é referenciado na tese quando pretendo tratar do conceito diante de toda as suas espessuras, e não apenas do grupo investigado.

A partir dessa análise, é marcado o deslocamento do operador do acionamento, o qual se torna o próprio morador/construtor. Para atingir a lógica de mediação, autonomia e agenciamentos a partir das necessidades dos moradores, pontos discutidos na tese, a pesquisa anuncia o esforço de construção de outra lógica de produção do espaço, sem pretensão de concluir e de indicar uma solução, a partir do acionamento dos dispositivos pelos moradores/construtores e a partir da interface tecnológica. A indicação da tecnologia como interface técnica se dá em função da possibilidade de mecanismos de vincular diretamente grupos sociais e instituições, como o setor público, que dificilmente se comunicariam sem o acionamento de dispositivos disciplinares, bem como de garantir processos autônomos e de interesse dos moradores/construtores. O objetivo dessa indicação é fomentar o deslocamento necessário da atuação técnica e acenar a urgência desse deslocamento.

## 1.3 ANTECEDENTES DE PESQUISA

### 1.3.1 Motivação teórica

Estamos num mundo em transformação, com necessidade de atualização consciente de práticas e condutas, tanto pessoais quanto profissionais;<sup>16</sup> contudo, a disciplina da arquitetura pouco se reinventa e se adapta a realidades de uma sociedade em transformação ou a novas exigências que demandam novos acionamentos, estratégias de atuação e dispositivos. No meio acadêmico,

.....  
16 No momento de releitura dessa tese, nos deparamos com uma realidade ainda mais extrema de necessidade de reinvenção social. Em todo o planeta, ocorrem processos de mudanças de atitude para evitar a contaminação pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2), responsável pela doença do coronavírus do ano de 2019 (COVID-19). No Brasil, neste momento (junho de 2020), estamos diante de atitudes de confinamento social, ou seja, a regra é quem puder ficar em casa e restringir aglomerações sociais que o faça, e isso exige repensar formas de convívio social e trabalho. Nesse sentido, as transformações sociais que já exigiam uma profunda reflexão antes da pandemia de COVID-19 tornam-se uma emergência.

já se clama por esse outro arquiteto a partir de uma nova atuação, um devir de outro arquiteto como sugere Marques (2010). Para a autora, existe um distanciamento das demandas e necessidades reais da sociedade e das estratégias projetuais utilizadas por grande parte dos arquitetos e urbanistas contemporâneos. Em sua visão, há uma supervalorização do desenho e do objeto arquitetônico, a partir de questões formais e estetizantes, na grande maioria das produções arquitetônicas e urbanísticas eruditas. Nessas produções são deixadas de lado aspectos importantes, como as relações urbanísticas, relações sociais e de convívio e relações ambientais, entre outras. Para Marques (2010), tais práticas acabam por tratar o mundo real e objetivo como uma base incorporal, abstrata, e não como o mundo da experiência e do possível.

Santos, autor que merece destaque já em 1988 apontava a discussão em pauta nesta tese: novas práticas. Segundo ele, os arquitetos possuem “um método próprio de ação que, ao fim e a cabo, consiste na passagem, por aproximações sucessivas das hipóteses à realidade”. O autor argumenta pela necessidade de reflexão crítica da própria atuação para o fomento de novas lógicas de produção do espaço. Nas palavras do autor:

O erro, porém, não está em materializar o desejo de intervir no espaço através de estudos preliminares que viram anteprojetos e projetos, se corrigindo sucessivamente. Não é pela renúncia à responsabilidade de dar formas aos lugares, caindo nas neutralidades cômodas dos diagnósticos e dos planejamentos que só cuidam de generalidades que iremos encontrar saídas. O que está faltando é a ida-e-vinda dos fundamentos conceituais, que gerem críticas alimentadoras de conceitos revisados, habilitadores, por sua vez, de novas práticas (SANTOS, 1988, p. 17).

Nesse mesmo sentido, Hamdi (1991) escreve sobre o projeto e práticas de projeto inseridas no contexto em que a produção de habitação é urgente, mas os recursos econômicos são escassos, e a demanda por moradia é alta. O autor questiona os papéis e as responsabilidades dos profissionais no campo da prática de projeto; segundo ele, é preciso refletir acerca de: novas ferramentas de projeto exigidas; novas habilidades a serem exigidas dos arquitetos; serviços e recursos adicionais a serem considerados para uma escala local de trabalho. Hamdi aponta que há uma falta de método para a escolhas das estruturas a partir de projetos que encorajem ao invés de inibirem o pluralismo na forma construída e que consigam absorver as surpresas e improvisações investidas (parte produtiva dos edifícios construídos informalmente). Segundo Hamdi (1991), a participação do cliente no projeto como parte da tomada de decisão é capaz de garantir a eficiência do uso do edifício, e enfatiza que a produção feita pelos não profissionais, responsáveis por 80% dos ambientes residenciais no mundo, deve ser investigada a partir de sua forma de construir necessidades, hábitos e instituições sociais. Para ele, a participação dos usuários não desmobiliza, como assim uns querem, a disciplina da arquitetura ou o papel dos arquitetos, nem mesmo precisa transformar arquitetos em ativistas políticos ou assistentes sociais. Os arquitetos são divididos entre dilemas conflitantes, como os que assumem o compromisso social em busca da melhoria das condições de vida dos pobres e possuem o desejo de contribuir com algo tangível e útil, mas, contudo, possuem o compromisso com os cuidados e *status* dentro de sua disciplina (HAMDI, 1991). Os arquitetos, apesar de terem premissas distintas, possuem em suas narrativas o compromisso com as pessoas envolvidas em suas atuações, embora, ainda estejam atrelados à lógica dos dispositivos disciplinares da arquitetura. É necessário dizer que existem algumas experiências que quebram tal lógica, mas são estão, em geral, dentro do modelo de ativistas ou

da academia, com a atuação ainda bem pontual diante da produção do espaço urbano.

Baltazar e Kapp (2006, p. 100), também provocando reflexão sobre o papel do arquiteto tradicional, faz referência a uma arquitetura não planejada, a uma arquitetura sem projeto, e propõem o arquiteto como criador de interfaces: “o arquiteto pode dar um passo atrás e, em lugar de pre-determinar espaços, criar instrumentos para que usuários e construtores possam determiná-los eles próprios” (BALTAZAR; KAPP, 2006, p. 100). Ainda nessa lógica de pensamento, Baltazar *et al.* (2014) contribuíram com a crítica sobre a pouca inventividade da prática dos arquitetos e urbanistas, sobretudo, nas práticas que procuram aproximar as pessoas envolvidas ao processo de projeto para além do próprio arquiteto e citam o paradigma perspectivo como resultado da exacerbada preocupação com o desenho. Para as autoras, o paradigma perspectivo iniciado no Renascimento insere a representação como processo de projeto; com isso, o projeto passa a ser restrito a um desenho cuja função é comunicar a forma final da construção. Nesse sentido, afirmam haver uma redução do processo de projeto ao paradigma perspectivo: “o modernismo encampa sem questionamentos tal paradigma e a arquitetura contemporânea também reproduz a representação bi e tridimensional em meios bidimensionais, como a prancheta e a tela do computador, sem muito questionamento” (BALTAZAR *et al.*, 2014, p. 551). A representação seria ferramenta, e não deveria ser entendida como paradigma da arquitetura; além disso, as autoras ressaltam a necessidade da preocupação com a interação, e não com a representação, para que se ampliem as possibilidades do processo construtivo, bem como possibilidades de uso do espaço. Os ambientes de imersão virtual seriam uma possibilidade de alteração de foco investigativo da arquitetura, posto que, de acordo com as autoras, desde os anos 1960, a discussão sobre processo de projeto e participação aponta a necessidade de um desenvolvimento tecnológico específico para além da mera visualização, com maior possibilidade de engajamento dos usuários em todo o processo, desde a concepção espacial e construtiva até entendimento e decisão sobre a construção e possibilidades de uso (BALTAZAR *et al.*, 2014).

Ainda sobre a lógica de produção da arquitetura, Nogueira, Baltazar e Kapp (2009) reforçam que a principal motivação para os autoprodutores não contratarem arquitetos é o fato de, em geral, os moradores não conseguirem visualizar a relação entre custo e benefício na contratação. Em outras palavras, os trabalhos dos arquitetos não são o que o público popular precisa. Segundo as autoras, no caso brasileiro, a desconfiança é reforçada por dois *modi operandi* distintos, sendo que os arquitetos oferecem pacotes de serviços não entendidos pelos autoprodutores, enquanto, por outro lado, moradores exigem soluções técnicas para demandas domésticas como reformas e ampliações construtivas ou planos de longo prazo que permitam flexibilidade construtiva, o que os arquitetos não estão acostumados a atender. As autoras marcam que existe um descompasso entre as duas práticas e validam isso a partir de análises das atuações da ATHIS com o foco nas melhorias habitacionais. O que está em pauta é o descompasso das prerrogativas da atuação do arquiteto a partir dos discursos que fizeram parte do jogo para a construção de suas verdades e na escolha estratégica dos dispositivos acionados para a produção da materialização e de sujeitos.

Os dispositivos acionados para a produção da arquitetura foram estrategicamente elaborados para cumprir as premissas que se esperam da profissão; os dispositivos são estruturantes para

a disciplina, e a disciplina estrutura os dispositivos. Nesse sentido, é de se esperar que exista a reprodução dos meios acadêmicos na prática profissional, mesmo reconhecendo, no entanto, que há um descompasso, em algumas temáticas, entre as demandas acadêmica e da prática profissional. A esse enredo de descompassos acrescento as necessidades reais da vida cotidiana com a prática profissional e o ensino acadêmico, o que tem movimentado um ainda incipiente, mas relevante, posicionamento crítico dos próprios arquitetos diante de suas expectativas de práticas e de ensino acadêmico. Esses descompassos têm movimentado meios de atualização profissionais, cursos para desenvolvimento de novas habilidades e competências, práticas profissionais cunhadas nos conceitos de empreendedorismo, inovação social, impacto social e certos modos de conceito; também têm movimentado a academia por meio de pesquisas acadêmicas grupos de pesquisa e especializações acadêmicas.

Sobre tais descompassos Cavalcanti (2017, *s.p.*) marca que: métodos, raciocínio e ferramentas técnicas acionadas nas práticas autoconstruídas não fazem sentido; arquitetos avaliam condicionantes técnicas de projeto, “pensam no meio ambiente, nos custos, no terreno, nas necessidades das pessoas, nos materiais, no conceito, no tempo, no espaço, na ergonomia, na estrutura organizacional e no domínio político, exclusivamente com base na perspectiva de quem faz o planejamento e, dentro de um domínio tecnocrático”. Marques (2010, p. 18) caminha no mesmo sentido ao questionar como num mundo de realidades tão múltiplas ainda estamos diante de dispositivos que não correspondem a essas multiplicidades e sugere dispositivos “conceituais, projetuais e construtivos” que ofereçam aos arquitetos possibilidades diversas, híbridas, mutáveis, sendo que “o nosso objeto de amor e/ou de trabalho são as cidades, ambiências, territórios, situações, arquiteturas e tudo que elas carregam (pessoas, pessoas, pessoas) e suas pequenas guerrilhas”.

Diante da necessidade de reflexões acerca da atuação técnica e seus dispositivos nos espaços autoconstruídos, resalto a importância de se pensar quem são os autoconstrutores e quais práticas têm sido atribuídas a eles nesse conceito. Perante essa realidade de poucos avanços da prática técnica da arquitetura de se vincular e fazer sentido para o sujeito da construção, conceituado como autoconstrutor, esta pesquisa emerge e busca contribuir para o entendimento da atual atuação do arquiteto nos espaços como autoconstruídos. O intuito aqui é potencializar suas práticas discursivas e possibilitar que estejam alinhadas com a emergência estratégica de se organizarem dispositivos que tratem do universo dessas práticas para além de uma exigência disciplinar e, sobretudo, a partir dos sujeitos da construção.

### 1.3.2 Motivação prática

As reflexões propostas para esta pesquisa começaram antes mesmo do meu ingresso no programa de doutorado: as primeiras indagações surgiram no meu processo de formação e culminaram com expectativas não atendidas em minha prática como arquiteta e urbanista. Para introduzir o proposto para esta tese, importa relatar um pouco desse percurso.

A minha primeira possibilidade de atuação em territórios autoconstruídos foi em 2016, criada a partir da coordenação de um projeto de extensão no Centro Universitário UNA (Belo Horizonte, Minas Gerais), o Coletivo Construtores. A experiência se iniciou com o convite do grupo do Programa Polos de Cidadania<sup>17</sup> para atuarmos em conjunto em projeto já em desenvolvimento na Vila Acaba Mundo.<sup>18</sup> O projeto visava ao pedido de regularização fundiária do território da Vila por meio do instrumento jurídico de usucapião coletivo.<sup>19</sup> O convite veio da necessidade do grupo de construir uma metodologia de cadastramento das famílias ocupantes da Vila; por isso acreditava na necessidade de um arquiteto e urbanista. O projeto de extensão Coletivo Construtores, por mim coordenado, passou a ser parceiro do programa Polos de Cidadania na busca da concretização dos direitos dos moradores da Vila.

A atividade do cadastramento dos moradores nos levou a uma constante presença na Vila, o que gerou oportunidades de conversas com os moradores e percepção de uma vontade de ambas as partes de conversar sobre as construções que aconteciam ou aconteceriam. O Presidente da Associação de Moradores da Vila, Laerte, foi um grande incentivador da viabilização dessas conversas e da percepção de potencial para contribuir com as moradias que eram autoconstruídas naquele momento. A primeira iniciativa do Coletivo Construtores foi mapear o interesse efetivo dos moradores no estabelecimento dessa experiência. Para isso, com objetivo de levantamento de dados, foram inseridas em questionário de cadastramento de famílias questões que diziam respeito às características construtivas das moradias e acerca da vontade dos moradores em ter auxílio técnico em sua próxima reforma/construção. Essa pesquisa ficou conhecida como Territórios de Ocupação Coletiva (TOC TOC),<sup>20</sup> realizada ao longo de 2015 e 2016 e com todas as famílias moradoras da Vila. A Figura 3, a seguir, apresenta resultados gerais acerca do interesse no auxílio técnico.

.....  
17 Polos de Cidadania é um programa transdisciplinar e interinstitucional da Faculdade de Direito da UFMG (POLOS DE CIDADANIA. *Site* institucional. Disponível em: <http://polosdecidadania.com.br>. Acesso em: 30 de jun. 2020).

18 A Vila Acaba Mundo é uma área de interesse social localizada na regional Centro-Sul de Belo Horizonte (Minas Gerais), onde há a prática da autoconstrução de moradias e espaços urbanos.

19 Para saber mais sobre a ação promovida para a regularização fundiária por meio do instrumento de usucapião coletivo, veja-se o *Relatório Técnico de Atividades apresentado à Open Society Foundation* (POLOS DE CIDADANIA. *Site* institucional. Disponível em: <http://polosdecidadania.com.br>. Acesso em: 30 de jun. 2020).

20 A pesquisa Territórios de Ocupação Coletiva (TOC TOC), realizada em 2015 e 2016, é o resultado de uma parceria entre o programa Polos de Cidadania da Faculdade de Direito da UFMG e do projeto de extensão Coletivo Construtores (vinculado ao curso de Arquitetura do Centro Universitário Una). O nome da pesquisa faz menção ao tipo de entrevista feito de porta em porta e ao ato de bater com a mão na porta (deste resulta o som *toc toc*).

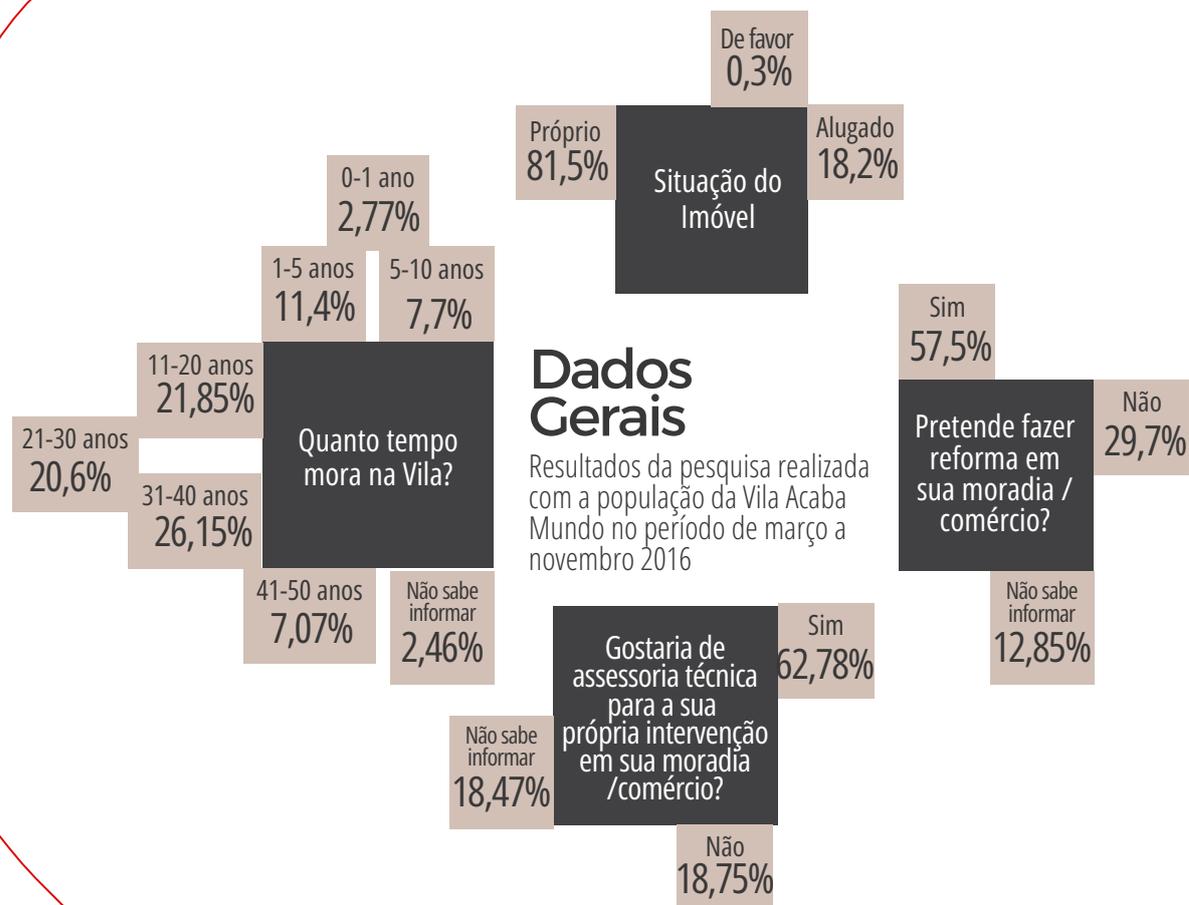


Figura 3 - Percepção do morador acerca da necessidade de assessoria técnica  
Fonte: TIBO, 2017.

A pesquisa TOC FOC comprovou número significativo de moradores interessados – 62,78% – em reformar (FIGURA 3), dado que embasou a pertinência da inserção da atuação técnica nas experiências autoconstrutoras da vila. Contudo, a demanda, em princípio, era significativa para o alcance de um projeto de extensão com poucos alunos e professores envolvidos. Para ampliar o alcance da atuação técnica, a tentativa foi a criação de plataforma *on-line* para publicização de demandas dos moradores.

O objetivo da plataforma era criar um canal de comunicação entre técnicos e autoconstrutores a partir de um mecanismo tecnológico, e, para isso, foi consolidada a plataforma Coletivo Construtores, a qual, no entanto, não foi utilizada. A concepção da plataforma previa ser o espaço de divulgação das demandas dos moradores, e por seu intermédio os técnicos da construção civil se vinculariam a elas e moradores. O contato e o método projetual deveriam ser acompanhados pelo grupo do Coletivo Construtores, e os serviços seriam sem custos para os moradores. Contudo, apesar da possibilidade real da vinculação dos saberes técnicos com os saberes dos construtores da vila, faltava a reflexão acerca de quais métodos e mecanismos, sobretudo projetuais, deveriam estar presentes na experiência.

A lacuna que eu havia identificado na minha formação, com resultados na minha própria prática e atuação como professora, não tinha sido equacionada do ponto de vista prático ou teórico. A questão, naquele momento, estava associada ao método ou linguagem para atuação técnica com as práticas autoconstrutoras. Agregada a isso havia a preocupação em como a atuação técnica

influenciaria rotinas, hábitos e saberes consolidados a partir de suas relações com o espaço; e tal preocupação tinha fundamentos em várias linhas de frente (algumas de forma dicotômica). Uma delas parte da constatação de uma lacuna entre as práticas autoconstrutoras e técnicas, as quais se pretendia vincular, o que poderia prejudicar o alcance da atuação técnica. Também questionei a definição de uma cultura construtiva dos autoconstrutores. Diante desses questionamentos, a intenção era possibilitar o entendimento também do esforço de ampliação da atuação técnica como esforço de popularização da arquitetura e outras áreas ligadas ao campo da construção civil.

Importante ressaltar que a inserção de profissionais da arquitetura e outras áreas da construção civil na prática autoconstrutora não é novidade e conta com recente ampliação de atuação. A despeito de todos os questionamentos apontados por mim, as experiências estão sendo estabelecidas. Assim, o direcionamento do doutorado procurou ser o tempo para a reflexão acerca de incômodos e questões gerados a partir das primeiras práticas de assessoria técnica com o acionamento de dispositivos disciplinares.

## 1.4 ESTRUTURA DA TESE

A Figura 4 apresenta a linha de pesquisa e sua organização em capítulos nesta tese, a seguir.

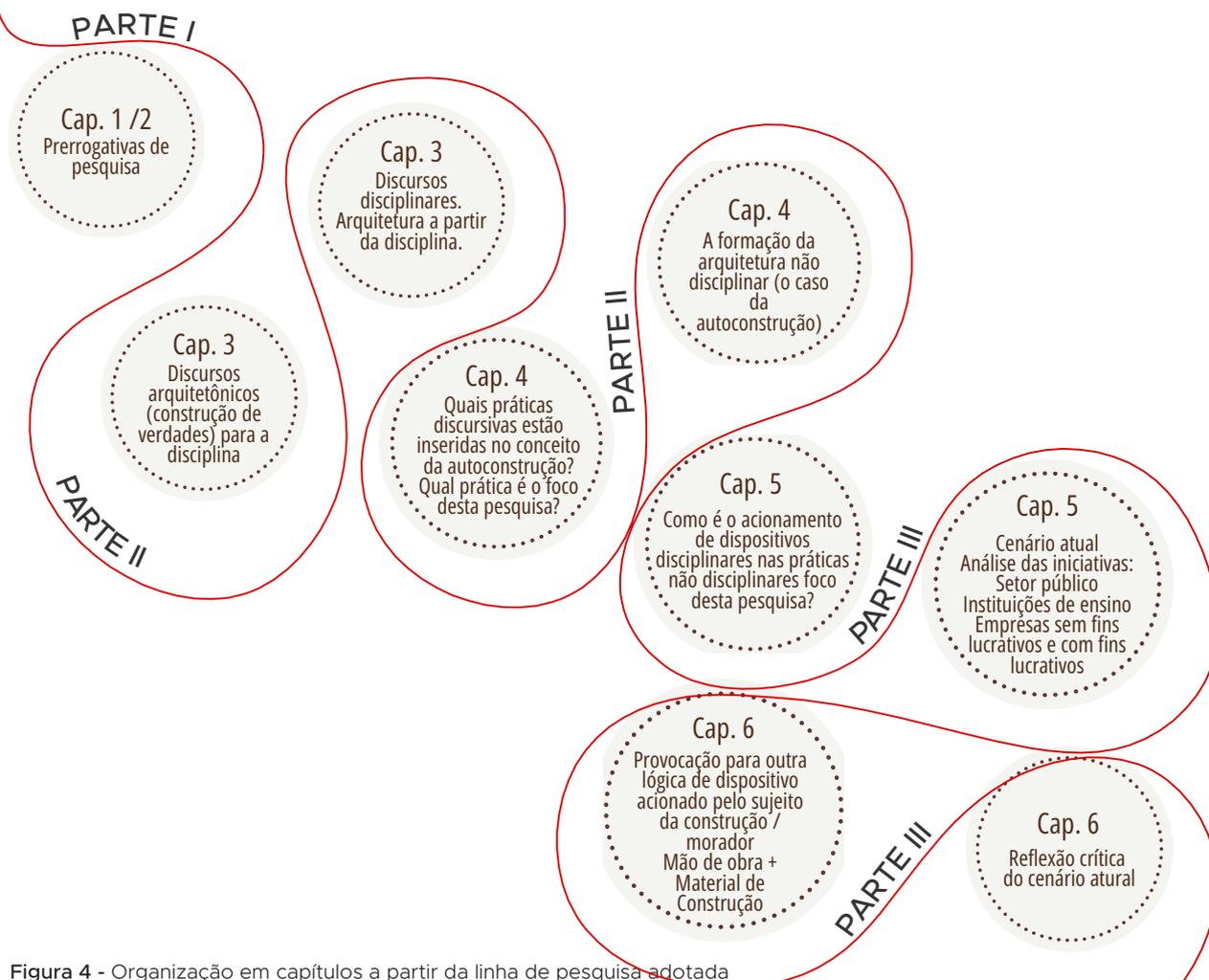


Figura 4 - Organização em capítulos a partir da linha de pesquisa adotada  
Fonte: a autora

A Parte I da tese trata de contextualizar o nó, a problemática explorada nesta pesquisa. A linha de pesquisa explora o nó enquanto um emaranhado de linhas que se embolam. Indo nesse sentido, a Parte II caracteriza as linhas neste nó e o sistema de formação que o possibilitou ser feito. A Parte III é a crítica acerca do sistema de formação do nó e proposições que anunciam tramas rígidas para as linhas. A Parte IV são documentos que fundamentam argumentações da pesquisa.

Na Parte I, o Capítulo 1 introduz a temática abordada; e, no Capítulo 2, é apresentada a metodologia utilizada. O aporte teórico metodológico concebe-se a partir da teoria de Foucault, e a seção 2.1 mobiliza as conceituações e caminhos de pesquisa adotados a partir dessa teoria. Foucault fundamenta o posicionamento teórico a partir das possibilidades ofertadas em sua caixa de ferramentas e dita a linha de pesquisa adotada, sendo esta influenciada a partir de seus estudos acerca, de forma sintética, da genealogia do saber, do poder e da sexualidade. A teoria de Foucault também foi o pontapé inicial para embasar as perguntas de pesquisa.

Na Parte II, no Capítulo 3, os discursos foram amarrados em três análises: a partir do surgimento da necessidade de se criar um ordenamento delimitado de um saber; a arquitetura disciplinar, para a atuação do arquiteto, a partir das regulamentações que organizam a atuação disciplinar; e, por último, a partir da análise de como o discurso técnico estrutura e mantém o saber disciplinar. Todas essas análises são marcadas por agenciamentos políticos, técnicos e econômicos que se organizam em prol de determinadas motivações – em geral, garantir o saber disciplinar dentro dos moldes propostos pelo modo de produção capitalista – e se organizam em seções específicas.

Na seção 3.1, são discutidos os arranjos para a organização do saber da arquitetura como disciplina. Para isso, as narrativas são temporalmente destacadas e contextualizadas para o devido entendimento dos arranjos firmados, sendo estes políticos, econômicos e técnicos. A partir dessa investigação, é exposta a elaboração do dispositivo disciplinar da arquitetura como emergência estratégica de estruturar a atuação disciplinar. A seção 3.2 trata da necessidade de regulamentação por meio jurídico do saber disciplinar e suas formas de atuação. As regulamentações ditam as regras para a conduta profissional e, a partir disso, trazem foco às premissas creditadas à profissão. A seção 3.3 marca os discursos técnicos e evidencia a sua presença na construção dos discursos de uma não arquitetura, da arquitetura sem disciplina, sobretudo, a conceituada como autoconstrução. Os discursos técnicos possuem grande relevância no cenário atual da atuação profissional, sendo um grande fomentador das prerrogativas da disciplina, da crítica e do incentivo a novos arranjos que acionem dispositivos de transformação.

O capítulo 4 trata da trama da arquitetura não disciplinar e discute a formação do conceito de autoconstrução. Essa discussão explora as narrativas teóricas que caracterizam a autoconstrução, tem como fim a exposição das camadas que fazem parte do conceito e define a dissociação dessas a partir da análise de práticas discursivas. Por sua vez, essas camadas são a possibilidade para: analisar diferentes práticas autoconstrutoras dentro do conceito; e despilar a estrutura do conceito a partir de sua formação e alinhar suas origens com a percepção atual do conceito, evidenciando o que esta pesquisa trata como prática autoconstrutora.

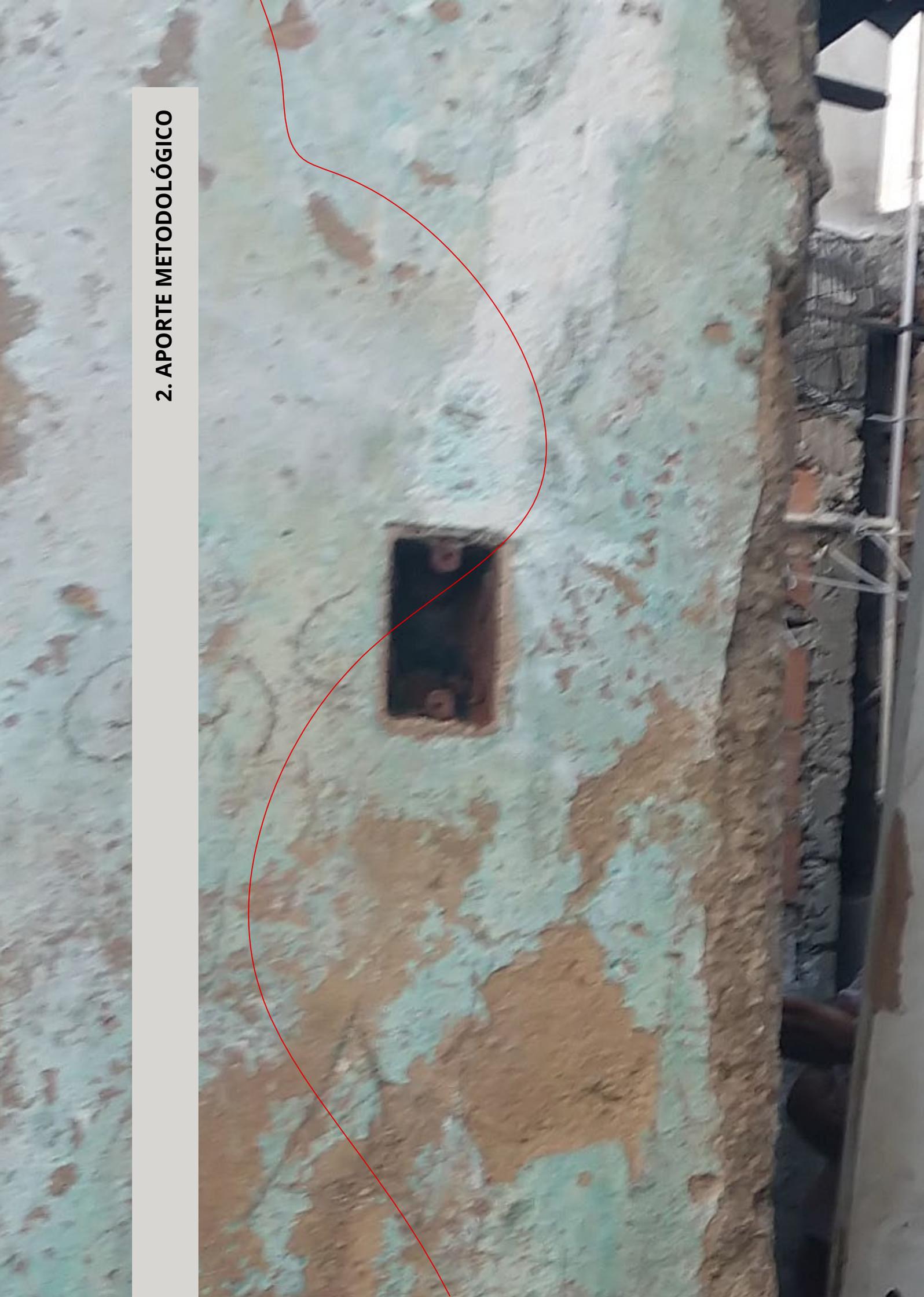
Em prol do exposto, na seção 4.1 são marcadas as origens da conceituação da autoconstrução.

Na seção 4.2, são expostas as camadas do conceito de autoconstrução, o que evidencia fissuras necessárias à configuração de suas camadas, ou seja, a delimitação das substâncias de cada camada. Na seção 4.3, são detalhadas as premissas de interferência de cada camada nas práticas discursivas geradoras de práticas autoconstrutoras presentes na arquitetura não disciplinar. E, por fim, na seção 4.4, discutem-se as práticas discursivas da construção e trata-se o foco da pesquisa a partir das práticas discursivas da arquitetura não disciplinar, ou seja, distanciando-se do espesso conceito da autoconstrução.

O capítulo 5, vínculo dos capítulos 3 e 4, discute a atuação profissional nas experiências autoconstrutoras definidas a partir de suas práticas discursivas não disciplinares e revela o que de fato está em cena nessas articulações. Esse capítulo se dedica a explorar as práticas da atuação a partir de grupos técnicos que têm atuado em conjunto com as práticas não disciplinares. A seção 5.1 trata as atuações técnicas disciplinares a partir de políticas públicas e ações do Estado, detalhando a experiência da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. Na seção 5.2, são exploradas as atuações técnicas originadas a partir das experiências acadêmicas a partir de projetos de pesquisa e extensão, enquanto a seção 5.3 se ocupa das iniciativas vinculadas ao mercado (a partir de empresas sem fins lucrativos, item 5.3.1; e aquelas com fins lucrativos, item 5.3.2). Nessa última análise, reconheço que as empresas sem fins lucrativos possuem premissas de modelo de atuação distintas das empresas com fins lucrativos. O item 5.3.3 analisa os mecanismos acionados para a atuação técnica e registrados no CAU, com destaque aos dados disponibilizados pelo CAU/BR e CAU/MG para a revelação desse cenário.

Na Parte IV, o Capítulo 6, de considerações finais da pesquisa, mobiliza as principais reflexões propostas ao longo dela e aponta caminhos de construção de dispositivos a partir das demandas dos construtores. Em sua seção 6.1, é marcado um deslocamento da lógica de acionamento de dispositivos que permite o direcionamento atento a uma atuação a partir do sujeito da construção, enfocando a importância do agenciamento da dupla ‘mão de obra e materiais de construção’ dentro da perspectiva de mecanismos digitais; na seção 6.2, trata-se dos aprendizados a partir do doutorado-sanduíche no Massachusetts Institute of Technology (MIT) e alinhamento com a proposta desta pesquisa; e, na seção 6.3, são aventadas questões acerca do reconhecimento da moradia no contexto de pandemia da doença do novo coronavírus, a COVID-19.

## 2. APORTE METODOLÓGICO



## 2.1 A PARTIR DA PROPOSTA TEÓRICO-METODOLÓGICA DE FOUCAULT

Foucault não produziu uma teoria hermética e apenas com possibilidades de aplicações diretas, mas, sim, um pensamento em processo que permite diferentes mobilizações para análises. A pesquisa teórica de Foucault se dá por uma trama construída a partir de um processo, da mesma forma que a sua atenção é também em processos e não em conteúdos e formas rígidas. O autor, ao longo de seus estudos, se permitiu diferentes abordagens acerca da mesma temática. É possível perceber em seus escritos a trajetória de seus pensamentos e preocupações em cada momento, sendo o método filosófico foucaultiano distante do que se entende e se pratica como teoria: Foucault acreditava ser toda teoria provisória, acidental.

Foucault desenvolveu uma teoria conceitual que define instrumentos, categorias de análise e conceitos que são formulados e, em sua trajetória, por vezes, redesenhados. O que trago aqui, nesse sentido, são fragmentos da teoria de Foucault necessários à compreensão dos métodos de análise empregados nesta pesquisa. Assim, delimito os métodos de pesquisa, com enfoque na arqueologia e na genealogia, para depois abordar as conceituações e ferramentas úteis à análise.

Um recorte de pesquisa é definido, para Foucault, a partir da problematização da questão pelo pesquisador/autor; o enfoque não é na origem, mas no encontro dos acontecimentos discursivos que permitam a composição da cena de produção dos discursos. O pesquisador marcaria a sua posição de fala e assumiria um recorte de pesquisa capaz de revelar à arqueologia e genealogia o propósito do estudo. Assim, delimita-se o estudo com o fim de criar um modo de pensar e ampliar a problemática proposta. Foucault define tal possibilidade de investigação como *episteme*: possibilidade da análise das regras do jogo de um momento histórico em que são legitimados os discursos que tratarão da verdade. O conceito de *episteme*, em momento posterior, é redesenhado por Foucault, passando a agregar novas categorias e a ser incorporado na noção de dispositivo estratégico, ferramenta fundamental na proposta desta pesquisa. Em seus estudos, Foucault, na maioria dos casos, fez o recorte a partir do Renascimento até o que chama de Modernidade. O autor se desviou desse recorte quando precisou ir além do Renascimento a fim de escavar mais no tempo dentro de uma temática – esse tipo de recorte de investigação tem sentido na proposta *pós-estruturalista* de Foucault. Nesse sentido, Foucault está interessado na história contada não a partir de um viés estrutural, como acontecimentos cronologicamente lineares, mas uma proposta de reconsiderar as narrativas que construíram as verdades históricas. Sendo assim, está interessado num conjunto de práticas no tempo e no espaço; não está interessado na gênese dos acontecimentos e das coisas e nem mesmo nos acontecimentos contados a partir de uma construção temporal.

Foucault questiona a continuidade presente nas análises históricas de um determinado tema: “o emprego dos conceitos de descontinuidade, de ruptura, de limiar, de limite, de série, de transformação coloca qualquer análise histórica, não somente questões de procedimento, mas também problemas teóricos” (FOUCAULT, 1995, p. 23). Segundo o autor, “é preciso também que nos

inquietemos diante de certos recortes ou agrupamentos que já nos são familiares” (FOUCAULT, 1995, p. 24). Com isso, instiga: refletir sobre temas a que estamos acostumados e familiarizados ao ponto de não nos incomodarmos mais em não sabermos sua origem; conhecer em que termos foram formados e até mesmo quais atores estão englobados em sua noção geral.

Há, em primeiro lugar, um trabalho negativo a ser realizado: libertar-se de todo um jogo de noções que diversificam, cada uma à sua maneira, o tema da continuidade. Elas, sem dúvida, não têm uma estrutura conceitual bastante rigorosa; mas sua função é precisa. Assim é a noção de tradição: ela visa dar uma importância temporal singular a um conjunto de fenômenos, ao mesmo tempo sucessivos e idênticos (ou, pelo menos, análogos); permite repensar a dispersão da história na forma desse conjunto; autoriza reduzir a diferença característica de qualquer começo, para retroceder, sem interrupção, na atribuição indefinida da origem; graças a ela, as novidades podem ser isoladas sobre um fundo de permanência, e seu mérito transferido para a originalidade, o gênio, a decisão própria dos indivíduos (FOUCAULT, 1995, p. 23).

Complementando, assinala Foucault (1995, p. 28) que “não é preciso remeter o discurso à longínqua presença da origem; é preciso tratá-lo no jogo de sua instância”. Essa marcação reforça o distanciamento do tema da continuidade e traz liberdade para dissociar os conceitos, ou seja, é possível livrar da acumulação de discursos que se associam ao longo do uso do conceito para diferentes contextos.

Aceitarei os conjuntos que a história me propõe apenas para questioná-los imediatamente; para desfazê-los e saber se podemos recompô-los legitimamente; para saber se não é preciso reconstituir outros, para recolocá-los em um espaço mais geral que, dissipando sua aparente familiaridade, permita fazer sua teoria (FOUCAULT, 1995, p. 30).

Para expor as rupturas, Foucault propõe aproximar cada momento do discurso à sua temporalidade, a seu acontecimento. Ao contrário de uma percepção estruturalista e com uma continuidade histórica, o autor propõe a irrupção dos acontecimentos para ampliar o entendimento dos discursos. Nesse sentido, o discurso é composto por uma série de acontecimentos surgidos a partir de determinações históricas complexas e uma rede de significações pertencentes a um determinado acontecimento. A temática do acontecimento aparece quando Foucault (1995) define o discurso como uma sucessão de acontecimentos, o que evidencia a presença de dois tipos de acontecimentos: os de natureza discursiva; e os de natureza econômica, social, política e institucional.

Essas premissas metodológicas do Foucault em destaque aparecem na pesquisa a partir do limite do recorte de análise, que se dá com o foco no período de análise necessário para investigar a problematização aqui envolvida. O período analisado é desde o momento atual, uma vez que a busca é de entender o presente, até o momento em que os discursos do conceito de autoconstrução, bem como as narrativas técnicas, tomam mais ênfase nos espaços autoconstruídos e são negociados como verdades. Assim, o período de recorte é o da pós-industrialização no Brasil. Essa análise não trata dos discursos de forma contínua e se prende ao que faz sentido para evidenciar o que está no presente, reconhece as fissuras e não pretende costurar discursos, evidenciando suas regras de formação. É nesse aporte teórico-metodológico que se estruturam a investigação do conceito de autoconstrução e prática da atuação técnica, a partir da arquitetura enquanto disciplina.

Para Foucault o método da genealogia permite a libertação da sujeição dos saberes históricos, tornando possível a oposição e luta contra a coerção de um discurso teórico, unitário, formal e científico”. Nesse sentido, não se trata de colocar todo e qualquer tipo de acontecimento num mesmo plano, mas reconhecer que existem diferentes tipos de acontecimento e que, por sua vez, não possuem o mesmo alcance, a mesma amplitude cronológica e nem a mesma capacidade de produzir efeitos. Para o autor, “o problema é ao mesmo tempo distinguir os acontecimentos, diferenciar as redes e os níveis a que pertencem e reconstituir os fios que ligam e que fazem com que se engendrem, uns a partir dos outros” (FOUCAULT, 2018, p. 40). Nesta pesquisa não há uma delimitação quanto ao método adotado ser arqueologia ou genealogia, sendo mobilizado com um processo de construção de uma intenção, de um processo teórico-metodológico. Conceitualmente, é possível fazer a analogia desses métodos a uma exploração como uma escavação, com objetivo de identificar as rupturas, suas camadas, descontinuidades dos discursos. Essa exploração parte da análise dos discursos expostos de forma teórica ao longo do tempo. Na construção desses métodos, Foucault lança mão de algumas ferramentas de análise que, neste estudo, contribuíram principalmente para a construção conceitual acerca dos saberes, discursos, disciplina, práticas discursivas e, com destaque, dispositivos estratégicos. A partir dessas ferramentas foi construída a lógica de pesquisa.

Com a aplicação dos seus métodos de análise, Foucault pretende buscar os mecanismos e discursos que tornaram possível a produção dos efeitos de verdade. Para o autor, a modernidade é cristalizadora de discursos; o discurso, na teoria foucaultiana, é composto por uma série de acontecimentos surgidos a partir de determinações históricas complexas e uma rede de significações pertencentes a um determinado acontecimento. Foucault entende a verdade como um processo e não como um fato *a priori*. O efeito de verdade é dado pela naturalização de processos, na medida em que não pensamos mais ao agir de determinada forma, ou seja, a ação é dada a partir dos efeitos de não se questionar o processo como verdade. No entanto, a arqueologia não pretende ser uma análise histórica acerca da produção de efeitos de verdade, mas a construção dos sentidos e subjetividades que a cristalizaram dessa forma. Foucault não pretende compreender a gênese das formações discursivas, sua origem e nem o seu fim. Sua preocupação é com o presente. O princípio formulador das questões foucaultianas é entender como a questão se cristalizou daquela forma e é entendida no presente. A arqueologia como procedimento de pesquisa indica que as camadas de composição dos discursos e práticas são expostas a partir da escavação, e, com isso, são reveladas as relações sociais necessárias para a tratativa da cristalização de saberes como verdades.

Parto do princípio de nesta pesquisa existirem a cristalização do conceito de autoconstrução e uma verdade cristalizada da atuação técnica disciplinar da arquitetura. Nesse sentido, a escavação perante a estrutura das formações desses conceitos permite decifrá-los no cenário atual.

O conceito de discurso é estrutural na teoria do Foucault, e vale a sua exposição mais detalhada. Importante marcar que ao longo da formulação da teoria foucaultiana a própria dimensão do discurso se remodela; Foucault (1995, p. 124) define o discurso como o “conjunto de enunciados que se apoia em um mesmo sistema de formação”. Nessas definições chama a atenção à necessidade de regras comuns e sistema de formação, o que garante ao discurso a sua unicidade e sua

possibilidade de existência. Outra definição importante é a de enunciado:

[...] função de existência que pertence exclusivamente, aos signos, e a partir da qual se pode decidir, em seguida, pela análise ou pela intuição, se eles “fazem sentido” ou não, segundo que regra se sucedem ou se justapõem, de que são signos, e que espécie de ato se encontra realizado por sua formulação (oral ou escrita). Não há razão para espanto por não se ter podido encontrar para o enunciado critérios estruturais de unidade, é que ele não é em si mesmo uma unidade, mas sim uma função que cruza um domínio de estruturas de unidades e de unidades possíveis e que faz com que apareçam, com conteúdos concretos, no tempo e no espaço (FOUCAULT, 1995, p. 99).

A função enunciativa, por sua vez, não é exercida de forma livre, a partir de frases ou preposições soltas; contudo, devem ser interpretadas a partir de campos adjacentes. Os enunciados estão amarrados a redes complementares para a sua identificação como enunciado. Nesse sentido, “um enunciado tem sempre margens povoadas de outros enunciados. Essas margens se distinguem do que se entende geralmente por ‘contexto’ – real ou verbal” (FOUCAULT, 1995, p. 112). O contexto delimita o sentido do enunciado. Ainda segundo o autor, o enunciado não é definitivo, sendo que “ao mesmo tempo que surge em sua materialidade, aparece como um status, entra em redes, se coloca em campos de utilização possíveis, se integra em operações e em estratégias onde sua identidade se mantém ou se apaga” (FOUCAULT, 1995, p. 121). O conceito, para Foucault, é formado por diferentes discursos e por sistemas de formação de diferentes enunciados. Portanto, é preciso entender a formulação dos enunciados a partir da rede imposta em determinado contexto histórico e os discursos estruturados a partir desses enunciados, os quais são analisados a partir de seus acontecimentos, assim como é necessária a análise a partir de suas práticas e estratégias iluminando as condições históricas, econômicas e políticas que delimitam a formação de determinado enunciado. Ou seja, não é somente apontar fatos históricos ou cronológicos, mas permeá-los com os discursos ali presentes.

A análise desta pesquisa é a partir desse entendimento de discurso, formado por elementos associados a partir de redes de relação, não sendo entendidos como elementos isolados e que estruturam práticas discursivas ao acaso. A pesquisa investiga a rede de relações que constroem discursos; nesse sentido, são analisadas a formação da arquitetura enquanto disciplina e, na mesma linha, a formação do conceito de autoconstrução. Análises que cavam as estruturas dessas formações e não apenas nas cristalizações da superfície.

Ao explorar a formação dos objetos, Foucault afirma que as relações discursivas determinam as possibilidades de relações para que o discurso possa fazer sentido ao falar sobre um objeto. Essas relações não dizem respeito a circunstâncias com as quais discurso está envolvido, e sim caracterizam o próprio discurso enquanto prática.

Em uma palavra, quer-se, na verdade, renunciar às “coisas”, “desrepresentificá-las”, conjurar sua rica, relevante e imediata plenitude, que costumamos considerar como a lei primitiva de um discurso que dela só se afastaria pelo erro, esquecimento, ilusão, ignorância ou inércia das crenças e das tradições ou, ainda, desejo, inconsciente talvez, de não ver e de não dizer, substituir o tesouro enigmático das “coisas” anteriores ao discurso pela formação regular dos objetos que só nele se delineiam; definir esses *objetos* sem referência ao *fundo das coisas*, mas relacionando-os ao conjunto de regras que permitem formá-los como objetos de um discurso e que constituem, assim, suas condições de aparecimento histórico; fazer uma história dos objetos discursivos que

não os enterre na profundidade comum de um solo originário, mas que desenvolva o nexos das regularidades que regem sua dispersão (FOUCAULT, 1995, p. 54).

Essa formulação de Foucault traz a precisa ideia da construção do conceito. Em outras palavras, é necessário descolar o pano de fundo que permeia os discursos ao longo do tempo e evidenciar a significação envolvida no discurso, mesmo antes de sua formulação, pelo conjunto de regras que permitam sua formulação e emergência como objeto de discurso. Permitir, a partir disso, que o nexos de suas regularidades ilumine o seu uso e contextos relacionados. Sobre as regras, o autor afirma que é preciso compreender como um “feixe complexo de relações” que funciona com o sistema de formação do discurso (FOUCAULT, 1995, p. 82). O sistema de formação antecipa o que deve estar relacionado a uma prática discursiva, para que possa o discurso ser apropriado e legítimo. “Definir em sua individualidade singular um sistema de formação e assim, caracterizar um discurso ou um grupo de enunciados pela regularidade de uma prática” (FOUCAULT, 1995, p. 82). É nesse sentido que é análise da materialização do conceito de autoconstrução – não como um objeto determinado por si mesmo, mas como um processo possível a partir de um pano de fundo de práticas discursivas – o legitima e permite a sua operação. O foco da análise está na formação da prática que conduz e define o objeto a partir do conceito de autoconstrução.

Estariam em pauta não os conteúdos dos discursos, mas *a forma, quem disse e em que momento*, elemento do que o autor chama de “geopolítica” da formação dos discursos. Foucault está interessado em quem fala, de onde fala, por que fala e, por fim, para quem fala. A pergunta *sobre o quê se fala* não se torna importante, pois a ênfase dada é na forma e não no conteúdo. O distanciamento do conteúdo do discurso estabelece uma investigação não acerca do resultado da arquitetura e da possibilidade de se ter uma análise estética ou a partir de outros critérios disciplinares: é uma investigação a partir da construção dos discursos e seus arranjos de poder para a construção de verdades. Para tal análise, é importante considerar o papel político dessas construções; importam a inserção do papel do intelectual explorada por Foucault e a marcação do *intelectual específico* na qual o arquiteto está inserido. O *intelectual específico* possuiria: uma posição específica vinculada às funções gerais do dispositivo de verdade; e uma tripla especificidade.

[...] a especificidade de uma posição de classe (pequeno burguês a serviço do capitalismo, intelectual ‘orgânico’ do proletariado); a especificidade de suas condições de vida e trabalho, ligadas às condições de intelectual (seu domínio de pesquisa, seu lugar no laboratório, as exigências políticas a que se submete, ou contra as quais se revolta, na universidade, no hospital, etc.); finalmente, a especificidade da política da verdade nas sociedades contemporâneas (FOUCAULT, 2018, p. 53).

Para o autor, o papel do intelectual ultrapassaria as suas limitações setoriais e profissionais, estando no combate, de forma ampla, pelo regime de verdade – não uma luta em prol da verdade, mas em torno do estatuto da verdade e do viés político-econômico que esse regime desempenha. Assim, deve-se pensar questões políticas dos profissionais não em termos de “ciência/ideologia”, contudo a partir da “verdade/poder”; com isso, pode-se problematizar a profissionalização dos intelectuais e a divisão entre trabalho manual e intelectual. De forma sucinta, “em suma, a questão política não é o erro, a ilusão, a consciência alienada ou a ideologia; é a própria verdade” (FOUCAULT, 2018, p. 54).

A fim de reforçar a característica econômica e política da verdade em nossas sociedades, Foucault (2018, p. 52) aponta cinco características históricas:

A “verdade” é centrada na forma do discurso científico e nas instituições que o produzem; está submetida a uma constante incitação econômica política (necessidade de verdade tanto para a produção econômica, quanto para o poder político); é objeto de várias formas, de uma imensa difusão e de um imenso consumo (circula nos aparelhos de educação ou de informação, cuja extensão no corpo social é relativamente grande, não obstante algumas limitações rigorosas); é produzida e transmitida sob o controle, não exclusivo, mas dominante, de alguns grandes aparelhos políticos ou econômicos (universidade, Exército, escritura, meios de comunicação); enfim, é objeto de debate político e de confronto social (as lutas ideológicas).

A partir disso, é possível perceber que o interesse do autor está no *modus operandi* e não nas transformações de conteúdo. Os discursos para a construção das verdades acontecem a partir de lutas político-econômicas dentro das práticas sociais. Assim, reforça-se a importância dada por Foucault ao estudo das práticas e dos próprios discursos tomados como práticas. Entrando nas questões das formulações dos discursos, destaco que Foucault investiga as relações, e, nesse sentido, o discurso é tratado como prática a partir de uma interação social que não deve ser encarada como possibilidade de uma leitura interpretativa. Na junção das práticas e dos discursos, Foucault define o conceito de práticas discursivas ao relacionar as práticas aos discursos; isso porque cada prática discursiva suporia um jogo de prescrições que determinam as suas possíveis escolhas, bem como as exclusões, o que permite ao sujeito se apropriar do discurso com legitimidade de fala, como também dos objetos, os quais se revelam nas materialidades produzidas (FOUCAULT, 1995).

Para o autor, as relações seriam construídas nas práticas; discursos e práticas seriam frutos de interações sociais. É na interação social que se define o sujeito. Sobre a prática discursiva, Foucault (1995) ressalta que: o conjunto de regras não é atemporal, mas um esquema de relação entre séries temporais; e está em evidência qual sistema de regras é colocado em prática, para que o novo enunciado emergja, uma nova conceituação apareça, e a estratégia seja modificada. Da mesma forma, ressalta que uma formação discursiva não seria congelada no tempo, mas estabeleceria “o princípio de articulação entre uma série de acontecimentos, transformações, mutações e processos” (FOUCAULT, 1995, p. 82).

A prática discursiva foi o grande condutor para a identificação das camadas que associadas formam a espessura do conceito de autoconstrução e para a segmentação da prática da atuação técnica. Como diz Foucault (1995), cada prática discursiva supõe um jogo de prescrições que determinarão as suas possíveis escolhas, bem como as exclusões, permitindo ao sujeito se apropriar do discurso com legitimidade de fala e dos objetos. Como objetos, neste estudo, entende-se a materialidade da prática da autoconstrução a partir da casa, moradia e habitação. Parto do entendimento de a autoconstrução não ser a materialidade do processo de produção do espaço urbano: é a prática que o origina (não é objeto). A autoconstrução é formulada, então, como uma prática, uma ação. A prática discursiva é a ferramenta de identificação das camadas autoconstutoras que permite ligar a prática à sua rede relacional, que, na definição de Foucault, aparece como a rede de relações originadas da área social, econômica, geográfica, delimitadas no tempo e no espaço, conforme esquema na Figura 5. Nesse mesmo sentido, a prática discursiva

como ferramenta teórico-metodológica permitiu a segmentação das atuações técnicas a partir das regularidades presentes na formação de seus entendimentos e discursos ao longo do tempo.

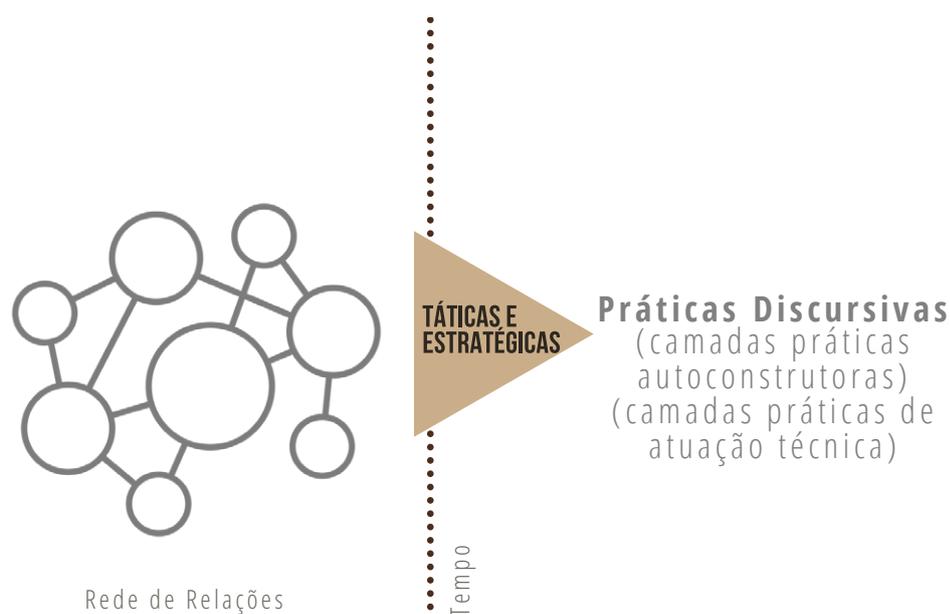


Figura 5 - Síntese da formação de camadas a partir das práticas discursivas  
Fonte: a autora.

Segundo Díaz (2012, p. 13), “a produção da verdade é descoberta nas práticas. Existem substratos naturais que as práticas sociais convertem em objetos”.

As práticas produzem objetividades do mesmo modo que a pereira produz peras. Não há peras sem pereiras, não há coisas (como sinônimos de objetos) sem práticas (discursivas e não discursivas) que as produzam. Estudar somente as coisas, sem levar em consideração as práticas que as produzem, seria estudar apenas o que emerge do iceberg, como se o emergente fosse algo isolado da volumosa massa total. Fazer arqueologia é tentar descobrir sob as águas as práticas que sustentam o objetivado (DÍAZ, 2012, p. 13).

A fala da autora marca a necessária compreensão acerca de as materialidades e as coisas serem frutos de práticas. Fica evidente a importância de se investigarem as práticas para a correta compreensão de suas materialidades; trata-se de estudar as práticas aliadas ao entendimento dos agenciamentos que as relações sociais produzem para fomentar determinada prática ou ação. O estudo do conceito de autoconstrução parte da premissa de não o reconhecer como uma materialização, mas uma intenção construída em arranjos e agenciamentos que induzem práticas, e estas produzem as objetividades, a moradia conceituada como autoconstruída.

Foucault entende o poder como movimento, uma ação, e se distancia da compreensão do poder institucionalizado e relacionado à ideia de repressão. Vale ressaltar que o estudo sobre o poder é o elemento central da teoria foucaultiana. A microfísica do poder proposta pelo autor expõe que o poder está nas relações dos sujeitos e só é possível por meio de uma prática social. O poder não é algo que se possui, uma propriedade, mas, sim, algo que se exerce numa atitude relacional e está disseminado por toda a estrutura social. A partir dessas relações e da circulação do poder, estabelecem-se estratégias que garantam a materialidade das coisas. As estratégias estão relacionadas às formas de organização social para a circulação do poder.

Temos em suma que admitir que esse poder se exerce mais que se possui, que não é o “privilégio” adquirido ou conservado da classe dominante, mas o efeito de conjunto de suas posições estratégicas – efeito manifestado e às vezes reconduzido pela posição dos que são dominados. Esse poder, por outro lado, não se aplica pura e simplesmente como uma obrigação ou uma proibição, aos que “não tem” ele os investe, passa por eles e por meio deles, apoia-se neles, do mesmo modo que eles, em sua luta contra esse poder, apoiam-se por sua vez nos pontos em que ele os alcança (FOUCAULT, 2014, p. 30).

As investigações de Foucault se aproximam dos micropoderes disciplinares e do poder que circula no dia a dia e se distancia de metáforas de poder, como as do Estado repressor. O autor pensa na forma capilarizada da existência do poder, no encontro do poder com os indivíduos, no momento em que o poder atinge os seus corpos e determina os gestos, as atitudes, os discursos, aprendizagem, enfim, sua vida cotidiana (FOUCAULT, 2018).

O autor relaciona de maneira muito estreita o poder e a noção de saber. O saber para Foucault está estreitamente relacionado à definição de poder; assim, saber e poder possuem uma relação de dependência, e toda a forma de constituição do saber implica relações de poder, e vice-versa. Todo o saber é político, não há saber neutro. Foucault diz que não é a atividade do sujeito do conhecimento que produz o saber útil ao poder, contudo, é o poder-saber que determina as formas e os campos possíveis do conhecimento (FOUCAULT, 2014, p. 31). O saber é considerado um mecanismo do dispositivo político atrelado à estrutura econômica, o que remete à questão da formação dos domínios de saber por meio de práticas políticas disciplinares. Nesse sentido, é possível retomar a discussão do Foucault acerca do intelectual específico, o qual dentro do contexto político e econômico marca a sua posição de saber (instrumento político e econômico).

O saber se transforma em disciplina a partir de configurações sociais; a arquitetura se transformou em disciplina a partir de determinado momento por meio de conveniências sociais que definiram dentro da categoria da arquitetura, o que seria a disciplina. Foucault (2018, p. 41) reafirma essa colocação ao dizer que não estão em pauta as línguas e os signos, e sim a guerra e a batalha: “A historicidade que nos domina e nos determina é belicosa e não linguística. Relação de poder, não relação de sentido”. O autor completa: apesar da ausência de sentido, a história tem o seu papel importante, e deve ser analisada a partir da “inteligibilidade das lutas, das estratégias, das táticas” (FOUCAULT, 2018, p. 41).

A questão da disciplina também é abordada por Foucault em seu livro *Vigiar e punir* (2014), em que descreve o processo da disciplina a partir de um sistema de punição descrito como a “economia política” dos corpos disciplinados ou domesticados.

Este investimento político do corpo está ligado, segundo relações complexas e recíprocas, à sua utilização econômica; é, numa boa proporção, como força de produção que o corpo é investido por relações de poder e de dominação; mas em compensação sua constituição como força de trabalho só é possível se ele está preso num sistema de sujeição (onde a necessidade é também um instrumento político cuidadosamente organizado, calculado e utilizado); o corpo só se torna útil se é ao mesmo tempo corpo produtivo e corpo submisso (FOUCAULT, 2014, p. 29).

Sobre a domesticidade do corpo para a produção, Foucault aponta a disciplina fabricar corpos “dóceis” – nesse sentido, “aumentar a utilidade econômica do corpo e diminuir os inconvenien-

tes, os perigos políticos, aumentar a força econômica e diminuir a força política” (MACHADO, 2018, p. 20). Muchail (2004) dialoga com essa discussão ao dizer que as instituições disciplinares, por exemplo, a prisão, escola, asilo e fábrica, não possuem a finalidade de exclusão do sujeito, mas o contrário: sua inclusão na norma, adestramento – estaríamos diante de “saberes e instituições que não se atrelam ao que é do estrito âmbito da lei, mas à conduta do indivíduo no âmbito da norma” (MUCHAIL, 2004, p. 81).

Outra categoria importante da teoria de Foucault e mobilizada como objeto de análise desta pesquisa é o *dispositivo*. Dispositivo, dentro da instrumentalização pretendida por Foucault, é um agrupamento heterógeno que produz coisas de determinada categoria; pode-se dizer que dispositivos são discursos, regulamentos, instituições, enunciados científicos, leis e produções arquitetônicas, entre outros. Portanto, o dispositivo seria materializador e produtor de verdades, ou seja, também seria uma ação. Após acionado, o dispositivo constrói coisas e produz sujeitos. Foucault conceitua três dispositivos importantes: dispositivo da segurança; dispositivo do poder pastoral; e dispositivo da sexualidade. Vale reforçar que o objeto de estudo desta pesquisa são os dispositivos acionados pelos arquitetos enfocando materialidade e sujeitos produzidos a partir desse acionamento, o que denomino dispositivo disciplinar.

Em *Vigiar e punir*, é feita escavação necessária para entendimento do nascimento da prisão em sua forma atual (FOUCAULT, 2014, p. 130). São expostos três dispositivos, caracterizados na última metade do século XVIII, cuja essência apresentava a mesma intenção: a punição. Foucault nomeia o primeiro como o dispositivo da cerimônia, concebido pelo direito monárquico de punir, ou seja, “a punição é um cerimonial de soberania” (FOUCAULT, 2014, p. 129). O outro dispositivo é o de representação: “a punição é um processo para requalificar os indivíduos como sujeitos de direito; utiliza não marcas, mas sinais, conjuntos codificados de representações, cuja circulação deve ser a mais universal possível” (FOUCAULT, 2014, p. 129). Por fim, o dispositivo do exercício, do âmbito da instituição carcerária; a punição ocorreria por meio da domesticação do comportamento, uma técnica de coerção dos indivíduos, do treinamento do corpo, portanto, “supõe a implantação de um poder específico de gestão da pena” (FOUCAULT, 2014, p. 130).

Decorrentes dos três dispositivos, o autor esclarece serem concebidos: “o inimigo vencido, o sujeito de direito em vias de requalificação, o indivíduo submetido a uma coerção imediata”; e “três tecnologias do poder” (FOUCAULT, 2014, p. 130). A partir dessa análise, é lançada luz à questão da cristalização dos discursos: o terceiro dispositivo é aceito e imposto como punição adotada no presente?

Como o modelo coercitivo, corporal, solitário, secreto, do poder de punir substitui o modelo representativo, cênico, significativo, público, coletivo? Por que o exercício físico da punição (e que não é o suplício) substituiu, com a prisão que é seu suporte institucional, o jogo social dos sinais de castigo, e da festa bastarda que os fazia circular? (FOUCAULT, 2014, p. 130).

Aproveitando a marcação do dispositivo da teoria de Foucault, evidencio que, para esta pesquisa, os dispositivos expostos são aqueles capazes de produzirem ou não materialidades na arquitetura. Dito de outra forma, o que é acionado com a intenção de se produzirem espaços urbanos, sendo que “o que” é o mecanismo de suporte da atuação técnica (dispositivo), com enfoque nos dispositivos disciplinares, ou seja, acionados para a materialização da arquitetura a partir da

disciplina, do seu saber técnico: dispositivo disciplinar da arquitetura.

A teoria do Foucault é detalhada neste item, e explorada de forma mais próxima do objeto de análise no decorrer da pesquisa. A inserção dos itens da caixa de ferramentas do autor é brevemente esclarecida em cada mobilização no sentido da pesquisa.

## 2.2 A PARTIR DA PROPOSTA METODOLÓGICA

Meu problema não foi absolutamente de dizer: viva a descontinuidade, estamos nela e nela ficamos, mas de colocar a questão: como é possível que se tenha, em certos momentos em certas ordens de saber, essas mudanças bruscas, essas precipitações de evolução, essas transformações que não correspondem à imagem tranquila e continuísta que normalmente se faz? Mas o importante em tais mudanças não é se serão rápidas ou de grande amplitude, ou melhor, a rapidez e a amplitude são apenas o sinal de outras coisas: uma modificação nas regras de formação dos enunciados que são aceitos como cientificamente verdadeiros. Não é, portanto, uma mudança de conteúdo (refutação de erros antigos, nascimento de novas verdades) nem tampouco uma alteração de forma teórica (renovação do paradigma, modificação dos conjuntos sistemáticos). O que está em questão é o que *rege* os enunciados e a forma como eles *regem* entre si para construir um conjunto de proposições aceitáveis cientificamente e, consequentemente, suscetíveis de serem verificadas ou informadas por procedimentos científicos. Em suma, problema de regime, de política do enunciado científico. Nesse nível não se trata de saber qual é o poder que age do exterior sobre a ciência, mas que efeitos de poder circulam entre os enunciados científicos, qual é seu regime interior de poder; como e por quem em certos momentos ele se modifica de forma global (FOUCAULT, 2018, p. 39).

Essa reflexão é de grande importância para os propósitos da pesquisa, pois Foucault (2018) questiona a continuidade de certos discursos e escolhas destes como legítimos para a construção de verdades. A reflexão proposta não é acerca dos conteúdos dos discursos, mas sobre arranjos de poder conduzidos para a produção de certas verdades, ou seja, o foco é a forma de condução. Assim, esta pesquisa com foco na produção do espaço urbano é uma possibilidade de expor os discursos e identificar as descontinuidades presentes camufladas nas construções da verdade do saber disciplinar, bem como a continuidade formuladora do conceito de autoconstrução. Prevalece nas análises propostas a organização do pensamento não a partir de pontos comuns que justificam uma continuidade, mas, sim, a partir das rupturas, descontinuidades, que demonstram diversos trechos conceituais sobrepostos.

Referidas análises iluminam pontos de rupturas e refletem o papel dessas rupturas na construção dos conceitos como verdades. Para isso, foram observadas práticas discursivas e não discursivas que se organizam para marcar o entendimento exposto com relação à prática da atuação técnica nos espaços como autoconstruídos. Destaca-se que as análises discursivas não seguem o propósito de construir uma linha histórica, e foram selecionadas a partir da capacidade de contribuir com o cenário atual da temática proposta. Aliás, práticas discursivas, para Foucault, são a junção entre discurso e prática (manifestando-se no tempo e no espaço os arranjos necessários das relações sociais, para que as práticas se constituam); e as não discursivas seriam as origens das instituições e organizações. As análises seguem como uma montagem a partir de vestígios que deflagram a construção da verdade no contexto atual.

Para a análise da atuação técnica do arquiteto, é explorada a construção do saber da arquitetura enquanto disciplina; nesse contexto, as rupturas partem dos lugares de fala que geram discursos para legitimar práticas. Identifiquei três importantes discursos que contribuem com a construção da verdade: a própria formação do discurso da arquitetura enquanto disciplina; os tratados para a regulamentação profissional perante os órgãos competentes; e o discurso técnico. O foco da pesquisa dentro da arquitetura como disciplina é no acionamento dos dispositivos para a materialização da produção da arquitetura, o que denomino como dispositivo disciplinar.

Para entender o acionamento dos dispositivos a partir de uma atuação comprovadamente disciplinar, a investigação se deu nos números de Registros de Responsabilidades Técnicas (RRT) do CAU Minas Gerais do período de 2013 a 2018<sup>21</sup> e dos anuários disponibilizados pelo CAU Brasil dos anos de 2016, 2018 e 2019.<sup>22</sup> Essa investigação permitiu conhecer os mecanismos do dispositivo disciplinar mais acionados por arquitetos quando da sua atuação técnica, além de evidenciar o comportamento desses mecanismos ao longo do período de investigação. O dispositivo disciplinar é o ponto de encontro da produção da arquitetura disciplinar e o espaço conceituado como autoconstrução; isso considerado, foram analisados seus acionamentos a partir das experiências de quatro tipos de agentes: *setor público*; *instituições de ensino*; e mercado, este representado por *empresas sem fins lucrativos* e *empresas com fins lucrativos*. A separação em grupos se deu pela identificação de motivações distintas na atuação e possibilitou a análise dos dispositivos a partir de interesses distintos, e os participantes de cada grupo foram identificados a partir de mídias sociais, indicação de um participante sobre outro e envolvimento deles em seminários, concursos, fóruns de discussão, congressos relacionados às práticas de ATHIS ou que se vinculem às experiências de reformas dos autoconstrutores.

Ao todo, foram contemplados 53 registros de participantes (APÊNDICE A). As análises do acionamento dos dispositivos foram feitas por meio de três métodos: conversas qualitativas com os envolvidos moradores/construtores; publicações em mídias sociais; e questionário *on-line* enviado aos participantes (APÊNDICE B).

A análise do grupo do setor público se concentrou na experiência realizada pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte por meio da Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte (URBEL) através do programa Serviços de Arquitetura e Engenharia Públicas, que, em 2014, teve grande parte de sua atuação detalhada, e da experiência da Companhia de Habitação do Distrito Federal (CODHAB), a partir do que está exposto em canais de comunicação da empresa. Para a análise dessas experiências, a URBEL emprestou os processos e documentos pertinentes ao programa de levantamento de dados necessários à pesquisa. Todos os processos físicos e materiais gravados em CD foram verificados e cadastrados com nome do beneficiário, endereço, demanda de reforma e mecanismos de projeto acionados para a materialização da proposta – questão importante na análise dos dispositivos, entre outras informações. Essa análise considerou duas fases de investigação: 1) coleta de dados da URBEL e cadastramento dos

.....  
21 CAUMG. Aos cuidados da gerente geral \_ Solicitação de dados - pesquisa doutorado Arquitetura [mensagem pessoal] recebida em 23 de agosto de 2019. Pesquisa disponibilizada pelo CAU/MG por e-mail a partir da minha solicitação.

22 CAU/BR (2017; 2018 e 2019).

casos de assistências técnica, e georreferenciamento dos endereços a partir de tal cadastro; e 2) validação com os beneficiários, a partir do cadastro georreferenciado, da materialidade produzida a partir da assessoria realizada pela URBEL após 5 anos de a assistência ter sido prestada.

Ao todo foram cadastrados 80 casos de assistência técnica; destes, 13 apresentavam endereços incompletos. Os demais 67 endereços foram visitados (40 com indicação correta, ou seja, o caso correspondia ao endereço visitado). A investigação foi feita por meio de entrevistas qualitativas, no período de maio, junho e julho de 2019, cujo foco foi a compreensão do papel da assistência por meio do programa para materialização da demanda inicial de 2014. E foram analisados os efeitos do acionamento do dispositivo disciplinar. Por sua vez, as conversas com os moradores tinham o propósito de iluminar as seguintes indagações:

- Qual foi a motivação da inserção no programa Serviços de Arquitetura e Engenharia Públicas?
- Realizou alguma obra após a assessoria? A obra está relacionada às soluções previstas pela assessoria e registradas nos projetos e/ou laudos?
- Quais obras foram feitas?
- Qual a motivação de fazer parte da obra ou obra total prevista na assessoria?
- Todos os projetos entregues (projeto arquitetônico, elétrico, hidráulico, paginação de piso etc.) foram utilizados?
- Quais projetos não foram utilizados na obra efetivada?
- O material entregue pela assessoria (projetos, laudo, memorial etc.) está guardado até hoje?
- Quem realizou a obra?
- Como ficou o resultado final?
- Quanto gastou para concluir a obra?

As conversas com os moradores foram registradas por meio de áudios, fotografias e anotações. E esse processo foi apoiado por bolsistas voluntários do grupo PRAXIS –EA/UFMG, da Escola de Arquitetura.<sup>23</sup>

A análise do grupo das instituições de ensino foi feita a partir da experiência do projeto Diálogos do grupo de pesquisa PRAXIS – EA/UFMG, sendo experiências de 2006 até 2020, tanto feitas pelo próprio grupo quanto por alunos orientados pela professora Denise Morado na disciplina ofertada como optativa em 2017.<sup>24</sup> Ao todo, nesse período, foram 15 assessorias referentes à Vila Acaba Mundo/Belo Horizonte e consideradas nesta pesquisa.

Na análise do grupo de empresas vinculadas ao mercado, estão as sem fins lucrativos ou com fins lucrativos, sendo as últimas as que se vinculam ao conceito de modelo de negócio intitulado “negócio de impacto”. Esse grupo foi identificado por meio das publicações em mídias sociais,

.....  
23 Aryadne Cristina Pereira Silva, Michelle Corrêa de Souza, Gabriel Thomé e Jéssica Santana.

24 A disciplina “Tópicos em Projeto: Práticas de Assessoria Técnica” foi ministrada em caráter de optativa no segundo semestre de 2017 pela professora Denise Morado Nascimento. Na disciplina foram formados grupos de alunos para atuarem a partir da assessoria técnica com as práticas autoconstrutoras da Vila Acaba Mundo (Belo Horizonte), favela localizada na regional Centro Sul de Belo Horizonte.

entrevistas nas redes sociais<sup>25</sup> e respostas ao questionário *on-line* (APÊNDICE B). O questionário levou em consideração as seguintes questões:

- Qual o enfoque de atuação?
- Qual o público-alvo?
- Qual o número aproximado de demandas atendidas?
- Qual demanda é a mais solicitada?
- Existe interesse em atender a alguma demanda específica?
- Qual serviço é oferecido?
- Já participaram de eventos com enfoque na ATHIS?
- O seu escritório/empresa/ONG/grupo de pesquisa, coletivo de trabalho, instituição ou pessoas se inserem dentro do modelo de impacto social?
- O atendimento à demanda é pago? Por quem?
- Existe financiamento para a reforma/construção? Se sim, quem é o agente financiador?
- Há alguma restrição de atendimento às demandas dos moradores?
- Como se dá o processo de captação de uma demanda até a conclusão da obra?
- Qual o produto entregue após a tomada de decisão construtiva estar concluída?
- Qual o dispositivo utilizado para dar suporte à atuação técnica?
- Existe alguma interface tecnológica digital presente no atendimento às demandas? Se sim, quais?
- Indicação de iniciativas com propósitos similares.

Questionários *on-line* são ferramentas de pesquisa que exigem cuidado de análise, a fim de se evitarem generalizações a partir daqueles que se dispuseram a responder. O seu uso nesta pesquisa foi adotado para instigar novas reflexões e validar algumas; e uma constatação importante com a sua aplicação é os participantes envolvidos com pesquisa ou que possuem interesse nisso são os mais dispostos a responder. Na contramão, participantes que possuem metodologia própria e atuação consolidada dizem não mais participarem de pesquisas, devido ao grande número de demandas de tal natureza. Essa argumentação foi observada em alguns escritórios de impacto social, o que revela interesse nesse tipo de atuação; contudo, eles possuem diversas publicações em mídias sociais, o que garantiu a análise dos dispositivos acionados em suas atuações.

As análises dos dispositivos a partir desses grupos cumpre os seguintes objetivos a partir de experiências autoconstrutoras:

- Ilustrar o cenário atual das atuações disciplinares.
- Avaliar quais dispositivos cada grupo pesquisado aciona para a atuação da arquitetura.

.....  
25 Essas entrevistas se deram a partir de conversas ao vivo e transmitidas nas redes sociais, sobretudo, Instagram e Facebook, e intituladas como *lives* (palavra de origem inglesa derivada de *live*, que se refere à transmissão ao vivo). No período de isolamento social, devido à doença COVID-19, as *lives* foram uma estratégia de fomento de marcas de empresas ou divulgação de ideias. As *lives* registradas nesta pesquisa foram realizadas em abril e maio de 2020.

- Identificar as materialidades produzidas a partir dos acionamentos dos dispositivos identificados.

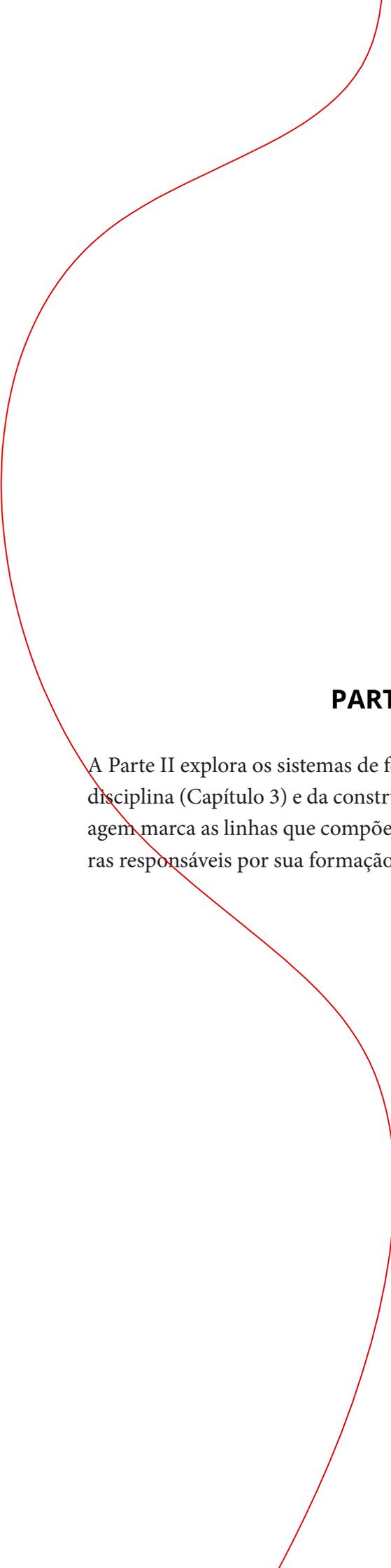
As análises propostas permitiram a reflexão sobre a proposta de dispositivos vinculados à experiência dos construtores/moradores e a verificação da hipótese de partida desta pesquisa. Além disso, as reflexões a partir das análises revelaram premissas da prática do sujeito construtor/morador que devem ser observadas no acionamento de dispositivos para a atuação do arquiteto. Com isso, foi possível, ainda de forma propositiva, verificar o alinhamento de dispositivos às reflexões desta pesquisa.

Para ampliar a investigação de dispositivos que relacionam os construtores à prática da arquitetura por meio de uma relação de cocriação ou compartilhamento de decisões voltadas a práticas dos envolvidos, atuação técnica e construtores/moradores apoiados em soluções técnicas, o período vivenciado como parte do doutorado no Civic Media (Laboratório MediaLab do Massachusetts Institute of Technology – MIT) foi de grande importância.<sup>26</sup> O Civic Media investiga como as mídias podem possibilitar grupos de pessoas exporem suas demandas.

A exposição de demandas a partir de suas práticas reais tende a distanciar os pré-conceitos ou definições a partir de arranjos sociais já cristalizados como discurso de verdade; nesse sentido, a investigação dos dispositivos tecnológicos propostos pelo grupo de pesquisa amplia a capacidade de relação entre grupos distintos e de políticas públicas eficazes. No caso desta pesquisa: avança na proposta de articulação de um dispositivo a partir de o construtor estar alinhado com o aprendizado dessa experiência; e conta com os aparatos e possibilidades da tecnologia em redes para a sua concretização.

.....  
26 Pesquisas desenvolvidas pelo grupo: MIT MEDIALAB. CivicMedia: Overview. Disponível em: <https://www.media.mit.edu/groups/civic-media/overview/>. Acesso em: 30 maio 2020.

52



## **PARTE II: AS TRAMAS DO NÓ**

A Parte II explora os sistemas de formação da construção de discursos da arquitetura enquanto disciplina (Capítulo 3) e da construção do conceito de autoconstrução (Capítulo 4). Essa abordagem marca as linhas que compõem o nó, para que, no Capítulo 5, sejam evidenciadas as amarras responsáveis por sua formação.

### 3. DISCURSOS ARQUITETÔNICOS PARA A CONSTRUÇÃO DO SABER DISCIPLINAR



Este capítulo discute a existência de arranjos na construção dos discursos arquitetônicos, uma trama estabelecida a partir de várias linhas com o intuito de reconhecê-los como verdade e, assim, resultar em efeitos. Os efeitos dessa construção possuem origem em conceito estreito e rígido de arte, configurado entre a pintura e a escultura, conotação historicamente presente na construção da arquitetura enquanto disciplina. Delimitadas conceitualmente arquiteturas, está se afirmando que existem outros espaços conceituados como “não arquiteturas”; contudo, além de conceitos rígidos e excludentes, há, na contramão, perspectivas que tratam a arquitetura conceitualmente como toda a produção humana no espaço construído ou natural. Essa pequena revelação de discursos diferentes acerca de uma mesma temática marca o objetivo geral deste capítulo: expor como os discursos foram construídos dentro de sua rede relacional, em qual momento ou acontecimento, e quais os agenciamentos feitos para serem legitimados como verdade.

Investiga-se como os discursos técnicos influenciam conceituações tornando-as verdades e geradoras de efeitos nas produções de materialidades e de sujeitos. As materialidades são a própria produção do espaço urbano, e a produção de sujeitos acontece a partir da indução de comportamentos por meio de regras e normas. Essas análises permitem a compreensão acerca dos dispositivos da disciplina da arquitetura, sobretudo, a partir da atuação dos arquitetos na formulação do conceito de autoconstrução (arquitetura não disciplinar) como verdade. Para isso, privilegia-se o envolvimento da pauta técnica com as questões habitacionais. Primeiramente, destaco a fundamentação teórica dos dispositivos disciplinares; na seção 3.1, trato do saber organizado pela disciplina; na seção 3.2, trato da organização da regulamentação disciplinar originada para possibilitar a operação na prática; e, por fim, na seção 3.3, discute-se a importância do discurso técnico.

Para elucidar o conceito de dispositivos disciplinares, exploro o que é mobilizado como *dispositivo* e, em seguida, como *disciplina*, dentro da teoria de Foucault (suporte conceitual desta pesquisa). Foucault (2018, p. 364) define o dispositivo como “um conjunto heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas”, portanto, engloba o dito, o não dito e a rede que possibilita a ligação entre esses elementos. De acordo com o autor, a natureza das relações possíveis entre esses elementos heterogêneos pode ser conhecida por meio de “programas de uma instituição ou, ao contrário como elemento que permite mascarar uma prática que permanece muda; pode ainda funcionar como reinterpretção dessa prática, dando-lhe acesso a um novo campo de racionalidade”. Sendo assim, existe um jogo de relações entre elementos, discursivos ou não, que permite mudanças de posição e funções que podem ser distintas entre si; por último, limita que o dispositivo seja uma formação por necessidade estratégica, em determinado momento histórico, e responde a uma determinada urgência. Logo, o dispositivo, sobretudo, possui uma função estratégica – “o dispositivo são estratégias de relações de força sustentando tipos de saber e sendo sustentado por eles” (FOUCAULT, 2018, p. 367).

Sobre a disciplina Foucault (2018, p. 291) a define a partir da análise do poder disciplinar: o poder disciplinar não seria escrito a partir do poder da soberania, ou seja, não seria originário de um poder soberano que recobria todo o corpo social, por meio da relação soberano e súdito. O autor fala do poder disciplinar como foco nos corpos e não mais na terra e os produtos, “é um tipo de poder que se exerce continuamente através da vigilância e não descontinuamente por meio de sistemas de taxas e obrigações distribuídas no tempo, que se supõe mais um sistema minucioso de coerções materiais do que a existência física de um soberano”.

Na realidade, as disciplinas têm o seu discurso. Elas são criadoras de aparelhos de saber e de múltiplos domínios do conhecimento. São extraordinariamente inventivas no nível dos aparelhos que produzem saber e conhecimento. As disciplinas são portadoras de um discurso que não pode ser o do direito, o discurso da disciplina é alheio ao da lei enquanto efeito da vontade soberana. As disciplinas veicularão um discurso que será o da regra, não da regra jurídica derivada da soberania, mas o da regra “natural”, quer dizer da norma; definirão um código que não será o da lei, mas o da normalização; referindo-se a um horizonte teórico que não pode ser de maneira alguma o edifício do direito, mas o domínio das ciências humanas, a sua jurisprudência será a de uma saber clínico (FOUCAULT, 2018, p. 293).

Dispositivos disciplinares são formados a partir da junção entre dispositivo e disciplina. Foram originados a partir da necessidade estratégica da disciplina em ter sua limitação de poder e atuação. Os dispositivos são acionados para possibilitar a realização da arquitetura disciplinar; eles estruturam a disciplina, e ao mesmo tempo são estruturados por ela. O *intelectual específico*, no caso desta pesquisa, o arquiteto, aciona o seu saber específico ao acionar o dispositivo disciplinar como estratégia de sua atuação.

Os profissionais gerados a partir desses saberes disciplinares, os técnicos, são, de forma genérica, os explorados por Foucault como o *intelectual específico*. O autor reflete que o saber produzido por eles é construído a partir de interesses econômicos e políticos inseridos numa determinada contextualização e sua rede relacional. Essa marcação é importante para delimitar quais agenciamentos, acordos sociais, definem os saberes.

Pode-se mesmo dizer que o papel do intelectual específico deve se tornar cada vez mais importante, à medida que, quer queira quer não, ele é obrigado a assumir responsabilidades políticas enquanto físico atômico, geneticista, informático, farmacologista etc. Seria perigoso desqualificá-lo em sua relação específica com um saber local, sob pretexto de que se trata de um problema de especialistas que não interessa às massas (o que é duplamente falso, pois não só elas têm consciência deles como também neles estão implicadas) ou de que serve aos interesses do capital e do Estado (o que é verdade, mas mostra, ao mesmo tempo, o lugar estratégico que ele ocupa) ou ainda de que ele veicula uma ideologia cientificista (o que nem sempre é verdade e tem apenas uma importância secundária com relação ao que é primordial: os efeitos específicos dos discursos verdadeiros (FOUCAULT, 2018, p. 51).

Foucault esclarece que o *intelectual específico* (aqui, o arquiteto) tem um papel político e estratégico na sociedade, além do papel de especialista. O seu saber local é importante e não deve ser desqualificado, ao mesmo tempo que é relevante entender sua posição estratégica e efeitos específicos de discursos verdadeiros, inerentes ao jogo do *intelectual específico*. Assim, deveria ser considerado desde o momento em que são construídos discursos de verdade, ou seja: a partir desse saber, quais são os efeitos na produção de materialidades e de sujeitos? A legitimidade do saber e a confiança em sua verdade estão engastados no *modus operandi* de nossa sociedade

e acabam por influenciar comportamentos. Marques caminha no mesmo sentido, mas sobre o papel do arquiteto ressalta:

Assim, é importante pensar o quanto a difusão de ferramentas projetuais/construtivas e de saberes no campo da arquitetura e do urbanismo são também e fundamentalmente políticas. As opções por determinadas metodologias de desenho, de design de ambiências e objetos, a incorporação ou não da participação dos habitantes interessados, a definição de programas de espaços arquitetônicos e urbanísticos, as opções pelos modos de fabricação desses, assim como o estímulo ao emprego de determinadas tecnologias, materiais e de organização dos processos construtivos num canteiro de obras ecoam desde uma escala antropológica e social (os homens e seus modos de vida onde estão elencadas questões de sociabilidade, segurança, violência, arranjos sociais de toda ordem) até as injunções econômicas, mercadológicas, de produção e consumo de bens, de mão-de-obra afetando a sociedade de modo bastante abrangente (MARQUES, 2010, p. 57).

Contribui com a discussão acerca do *intelectual específico* Kapp (2014), para quem o papel do técnico surgiu historicamente para atender às instancias de poder Estado e capital. Pelo resgate de pontos importante da história do pensamento urbano, encontramos como o discurso técnico legitima intenções políticas em busca da aplicação de paradigmas que influenciam o direcionamento e forma de ordenamento das cidades e comportamentos da sociedade. A propriedade do saber da arquitetura enquanto disciplina por um grupo de indivíduos, estruturados a partir de dispositivos disciplinares, influencia diretamente o retrato de cidade que temos hoje.

A disciplina da arquitetura organizada, para uma profissão e um reduto específico de saber na sociedade, possui certas especificidades. Larson (1942) traz uma importante contribuição ao afirmar que, diferente de outros saberes disciplinares que fundamentam profissões, a arquitetura é distinta: não estabelece um monopólio de atuação, ou seja, não consegue delimitar uma jurisdição contra outros profissionais, por exemplo, engenheiros, ou até mesmo contra a atuação leiga.

Na situação cultural do nosso tempo, é simplesmente mais fácil resistir e desafiar do que ter uma base comprovadamente científica, como a medicina e a engenharia podem reivindicar, ou uma experiência, em última análise, baseada nos poderes coercitivos do estado, como os de advogados. Em todos os casos, a experiência é estabelecida e justificada pela persuasão ideológica e ritualização da incerteza. O que distingue a arquitetura, portanto, é que a pluralidade cultural é permitida nas artes, mas não na ciência ou na lei (LARSON, 1942, p. 75, tradução minha).

Segundo Larson, como em toda construção de disciplina, o conhecimento de determinado saber é abstraído da vida cotidiana e mobilizado por especialistas que continuam o processo de abstração a partir de sua elaboração teórica e pela autoridade social exercida em seus papéis. No caso da arquitetura, há uma resistência a essa apropriação de maneira mais evidente pelos leigos em geral, uma vez que a funcionalidade dos produtos não arquitetônicos não difere dos produtos arquitetônicos, colocando em evidência o supérfluo da experiência da arquitetura disciplinar. Ainda de acordo com a autora, a arquitetura estaria vinculada e dependente do papel do patrocinador para criar um mercado controlado, seja privado ou público, diferentemente de outras profissões que conseguiram usar o patrocínio para o projeto de controle do mercado. A profissão de arquiteto pode, portanto, ser vista como um lembrete severo de que a profissionalização baseada no mercado, nas sociedades capitalistas, é fenômeno complexo, embora subordinado e transitório (LARSON, 1942, p. 75).

A análise a seguir é concebida a partir da construção de discursos para a disciplina da arquitetura e considera a forte presença da arquitetura não disciplinar (executada por não profissionais), não resultando contradição entre essas duas produções. As duas produções são originárias de experiências arquitetônicas que coexistem no espaço urbano – e assim deve ser ou não há como não ser –, portanto, evita-se a tentativa de inserção de uma na outra; são feitos arranjos que façam sentido às duas práticas.

### 3.1 DO SABER COMO DISCIPLINA

A compreensão da formação da arquitetura enquanto disciplina, ou seja, o saber organizado em conteúdo e prática aprendidos academicamente nas escolas e legalmente possíveis de serem praticados pelos devidamente diplomados, é importante para esta pesquisa, a fim de dar suporte às reflexões propostas. Primeiro, é preciso deixar claro que o que está em discussão não é a regulamentação da profissão do arquiteto e urbanista, como também não é refletir acerca do ensino formalmente constituído para a temática da arquitetura e urbanismo; essas seriam outras discussões. A intenção é de resgatar como os discursos da arquitetura como disciplina foram se constituindo como verdades: o interesse não é no conteúdo, mas na forma, lembrando-se as diretrizes de análise marcadas por Foucault. Nesse sentido: expor as relações e as rede relacionais presentes, para se ter a consciência do que foi construído como verdade e, principalmente, como o dispositivo da disciplina arquitetônica se constituiu (para, em análise posterior, capítulo 4, serem compreendidos esses efeitos na produção de materialidades e sujeitos). Não é a intenção reescrever uma história crítica da arquitetura, mas mobilizar o que já foi dito para que a análise proposta faça sentido.

Apesar de dar enfoque ao contexto brasileiro nesta pesquisa, que possui suas particularidades culturais, políticas e econômicas, enfatizo brevemente o contexto da origem da arquitetura enquanto disciplina do ponto de vista internacional. A intenção é introduzir o modelo adotado e as questões mobilizadas antes mesmo de isso ser uma demanda no contexto brasileiro.

Larson (1942) descreve a história do papel da arquitetura nas sociedades e revela os agenciamentos necessários para as suas transformações ao longo das transformações culturais, econômicas e políticas ocorridas até o período moderno. Para a autora a arquitetura é entendida como um relacionamento social e uma tensão dinâmica entre arte e técnica. Uma dessas tensões se caracteriza pelo fato de a arquitetura mobilizar simultaneamente o *télos* (intenção simbólica) e a *techné* (materialização); além disso, há a presença de quem patrocina a obra que pode interferir no *télos* e na *techné*. O jogo entre categorias *télos*, *techné* e patrocinador tem relevância estrutural nas transformações do papel da arquitetura ao longo do tempo, até os dias atuais.

A autora marca que a origem da arquitetura é sagrada, sendo religiosa ou funerária. Portanto, a diversidade dos tipos de arquitetura dependeria do seu relacionamento com o poder da igreja e o poder militar políticos dos reis. Para ilustrar, a autora diz que as construções monumentais eram uma função do poder, e, por isso, alguns arquitetos egípcios alcançaram os mais altos escalões

a serviço do faraó. Como nas civilizações anteriores, as formas arquitetônicas faziam parte do ritual e do conhecimento teológico monopolizado pelo sacerdócio. Larson (1942) fala de um “carisma” da arquitetura a serviço da glória do rei ou de seu próprio poder social; contudo, para ter o carisma divino o arquiteto precisava unir o *télos* e a *techné*. Nas cidades gregas, segundo a autora, havia uma ampla educação nas artes liberais, o que garantia ao arquiteto a participação nos círculos intelectuais da *polis*, como também conferia uma espécie de autonomia à função arquitetônica. Em outro contexto, a arquitetura romana doméstica traria o arquiteto mais próximo das necessidades individuais, cumprindo a dupla função, sempre vinculada a seu patrocinador: articulação especial de uma esfera particular da vida e serviço do Estado; e idealizador e administrador de obras civis e militares.

Larson (1942) enfatiza que, no período histórico da arquitetura, é possível distinguir três linhas de aprimoramento social coletivo: a primeira, baseada no desenvolvimento e domínio da tecnologia; a segunda, por meio do serviço do Estado; e, por fim, a linha intelectual, a qual abarca as dimensões simbólicas e estéticas da arquitetura. Assim, as três linhas se sobrepõem e coexistem, sendo algumas alternativas evidenciadas e outras rejeitas em cada situação histórica. Em tal perspectiva, a autora reforça que o significado do Renascimento reside no esforço do arquiteto em se apropriar do *télos* da arquitetura por meios intelectuais e quase puramente estilísticos, o que estaria na linha intelectual. A partir desse período, surgiu a necessidade de estudo de fundamentos teóricos da arquitetura.

Houve uma ruptura da lógica dos dispositivos disciplinares da arquitetura, tendo ocorrido uma “emancipação” do arquiteto para o trabalho intelectual, *télos*, e sua distância com o canteiro de obras, *techné*. Ferro (2006) conta que no século XVIII já haviam sido construídas grandiosas e complexas catedrais ainda sem a especialização das tarefas. O afastamento do arquiteto foi se dando de forma crescente e acompanhando a evolução do movimento gótico tardio: “o gótico tardio preparou o caminho afastando o desenho do canteiro de obras. Ele o atribui a um personagem separado dos trabalhadores, o arquiteto, e passa o desenho construtivo ao desenho que começa a se alimentar apenas de si” (FERRO, 2006, p. 339). O que de fato significa essa passagem, segundo o autor, é a perda da possibilidade de a obra ser pensada e projetada pelas pessoas no canteiro de obras – o que resulta na perda da expressão do canteiro. O produto acabado passou a ser formulado antes da obra.

Reforça essa ruptura Benévolo (1976, p. 30) ao dizer que na Renascença acontece a diferença entre projeto e execução, a partir do movimento em que o projetista mobiliza para si todas as decisões e para os outros apenas a realização material do edifício. O autor coloca que, no período, estava em destaque a máquina, a qual está nas indústrias e, em certa medida, nos canteiros de obras. Dessa forma, as soluções construtivas tendem a ser menos custosas, e, por outro, lado as exigências de estilo passam a ser apenas “vestimentas decorativas” para esqueletos de sustentação genéricos. O arquiteto se restringe à parte artística, decorativa, e libera a parte da construção e técnica, nascendo o dualismo presente entre as figuras do arquiteto e do engenheiro.

Assim, a arquitetura em sua unidade é deixada fora dos problemas importantes de seu tempo: os artistas, que deveriam discutir os fins da produção arquitetônica, ocupam-se de problemas fictícios em prudente isolamento; os técnicos, empenhados nos meios

de realização, esquecem o objetivo último de seu trabalho e deixam-se empregar docilmente para qualquer fim (BENÉVOLO, 1976, p 30).

Brandão defende o importante papel do arquiteto Filippo Brunelleschi, no Renascimento, para a formação do perfil do arquiteto intelectual. Por Brunelleschi teria sido inaugurada a “figura do engenheiro militar profissional, apoiado na matemática, em contraste com a velha figura do mestre de obras” (BRANDÃO, 2004, p. 1), e ele se tornaria a referência de inclusão do saber intelectual na forma de pensar e operar a arquitetura.

Brunelleschi torna-se, então, conhecido como grande projetista que domina as implicações filosóficas daquilo que faz, além de ser familiarizado com os clássicos latinos; um homem, enfim, cuja capacidade não está atrelada apenas a uma longa experiência e aos segredos do ofício, mas à força do intelecto e da audácia técnica. A arquitetura passa, então, de *ars mechanica*, “que dependem do corpo da mão”, a *ars liberalis*, “que dependem do espírito” (BRANDÃO, 2004, p. 1).

Outro ponto importante que Larson (1942) afirma é, com a criação da École des Beaux Arts, em 1819, a concepção do antigo regime do papel do arquiteto como o especialista de códigos estilísticos ter sido garantida para o período moderno, ao passo que os engenheiros cada vez mais se fortaleciam na construção de edifícios. Reforçando a formação da arquitetura como disciplina, a autora aponta as complexidades e obscuridades teóricas que justificaram a revolução estética do movimento moderno e garantiram à arquitetura um lugar legítimo entre as disciplinas acadêmicas. No mesmo sentido, Ferro (2006) conta que, quando abandonado à retrospectiva histórica, o desenho prospectivo se agarrou nas amarras dos códigos; e Benévolo (1976) reforça o movimento da Revolução Industrial ter modificado as técnicas construtivas, com a maior racionalidade no uso dos materiais e no canteiro de obras. Outra medida seria o uso da geometria a possibilitar desenho que represente de forma leal os aspectos da construção. Essas transformações influenciaram o interesse das escolas especializadas em garantir profissionais treinados para a prática nesse modelo, também fomentado pelas novas possibilidades de reprodução gráfica. O cenário para a criação de dispositivos disciplinares diante dessas circunstâncias se desenha como real e uma possibilidade de acionar materialidades.

A materialidade da arquitetura passou a estar (e ainda é) necessariamente vinculada a seus princípios simbólicos e, com isso, políticos e econômicos. A formação da disciplina, até aqui exposta, revela que a arquitetura enquanto disciplina não foi originada a partir da ideia de uma independência de pensamento e atitude, ao contrário, assumiu autonomia dependente de seu patrocinador.

Os dispositivos da disciplina arquitetura pouco são discutidos com o enfoque dos dias atuais. Nos dispositivos, havia a preocupação em estabelecer sentido dentro dos códigos estéticos e estilísticos, sobretudo, no Renascimento, em que há a separação entre *télos* e *techné*; e eles (dispositivos) deveriam ser capazes de transmitir o código do *télos* para que a *techné* fosse possível e materializada. Houve uma significativa ruptura na estratégia do acionamento dos dispositivos no Renascimento, visto que ocorreu também uma mudança nos discursos, ditos e não ditos, da arquitetura. E, como estrutura estratégica e urgente, logo os discursos se organizaram para acionar e produzir arquitetura a partir de agenciamentos necessários, sejam econômicos, políticos, culturais e sociais, que o momento exigiu para efetivar a sua própria estruturação.

### 3.1.1 No Brasil

Segundo Salvatori (2008), no Brasil, a primeira iniciativa de ensino de arquitetura foi em 1826, na Academia Imperial de Belas Artes do Rio de Janeiro. Aquele foi o primeiro curso de arquitetura no Brasil, e essa escola foi a única por mais de 50 anos. Segundo a autora, primeiramente a escola recebia estudantes de origem mais modesta, com menor poder aquisitivo, e formou um grupo pequeno de arquitetos. Foi assim até o início do século XX, quando estudantes com maiores influência cultural e poder aquisitivo começaram a ingressar no curso; o interesse desse novo perfil de estudante deve-se ao novo cenário de oportunidades garantidas a partir do desenvolvimento econômico daquele momento no país. No final do século XIX, de acordo com Salvatori, um reflexo das condições do mercado de trabalho foi a ampliação do número das escolas de Engenharia e Belas Artes nas principais cidades do país; e a presença da Arquitetura erudita no Brasil teria sido instável e acompanhado mudanças estruturais do século XX dos contextos nacional e internacional.

No início da década de 1920, houve um rompimento da forma que a arquitetura era percebida, das suas bases conceituais (GUERRA, 2014). Isso porque os movimentos de vanguarda começaram a questioná-las em busca de valores da era da máquina, desejos de pós-industrialização. A história da profissão do arquiteto no Brasil, segundo Salvatori (2008), está relacionada diretamente a esses eventos econômicos, políticos e culturais.

A história da profissão no Brasil está relacionada tanto com a evolução do pensamento arquitetônico e à mudança da visão filosófica do mundo, como com o crescimento das populações urbanas, o surgimento de novas classes sociais e à progressiva globalização da economia. Também se relaciona com a mudança do paradigma político que, no caso brasileiro, passou da República ao Estado Nacional Estadista nos anos 1930 e, deste, ao Estado Mínimo nos anos 1990, orientação que refletiu em todas as instituições sociais. Entre as décadas de 1930 e 1980, diversos governos de diferentes orientações promoveram a realização de obras emblemáticas que utilizaram as formas da Arquitetura Moderna como símbolo do progresso do país. Outros autores também ressaltam a coincidência entre a constituição da autonomia do campo da Arquitetura no Brasil e a construção da hegemonia do Movimento Moderno que, em certos momentos, se confundem, motivo pelo qual perduraria a influência local daquele ideário até entrado o último quartel do século XX (SALVATORI, 2018, p. 53).

Os princípios artísticos e artesanais são confrontados com a ambição social burguesa, e, nesse cenário, é conformado o surgimento da arquitetura moderna (GUERRA, 2014). Assim, a partir do Estado Novo, começou um momento importante para a expansão do campo profissional; além disso, estavam em voga grandes projetos do Estado, por exemplo, a implantação de Brasília, inaugurada em 1960, a qual “levou a uma exaltação do discurso sobre a importância social da Arquitetura, capaz de expressar a nova imagem do país, que passava da sociedade agroexportadora para a urbano-industrial” (SALVATORI, 2008, p. 53). Havia um cenário positivo para a afirmação do campo profissional do arquiteto em que se destacou, entre outros, a aceitação social da Arquitetura Moderna e dos movimentos de renovação estética.

Guerra (2014) afirma que o moderno virou tradição acompanhado pelo *modus operandi* de gerações de arquitetos e marcada por mecanismos culturais e ideológicos, sendo afirmados pelo

discurso técnico por meio de teses acadêmicas, livros, congressos, bienais, etc. A arquitetura como disciplina, dentro dessa perspectiva, acontece diante de demandas institucionais e projetos modernizantes dos governos. Nesse sentido, nasceu distante das demandas mundanas da vida ordinária. A disciplina está presente para a transformação no progresso e aparentemente instaura a modernidade na produção dos espaços urbanos, sobretudo, a partir de grandes projetos. As atuações profissional e acadêmica se posicionaram para a construção de uma mesma verdade (a construção desse discurso modernizante e do papel do arquiteto, por sua vez, para a composição do cenário de cidade), o que tem efeitos na produção de materialidades vinculadas aos seus ideais. Nesse sentido, a técnica não seria objeto de discussão no acesso a outros repertórios não influenciados por essa experiência moderna.

A base projetual e construtiva a partir da qual os arquitetos e urbanistas contemporâneos operam é moderna (MARQUES, 2010). Isso quer dizer que, apesar de mutações, transformações e desejos da vida contemporânea, a atuação dos arquitetos e urbanistas funciona com ferramentas, preceitos e modelo acadêmico sem grandes alterações desde o Modernismo. Quanto a isso Marques (2010, p. 18) reflete:

Mas, poderiam esses profissionais se contentar em repetir, sem singularizar, as “mesmas” ferramentas e modos de pensar deixados pela modernidade para construir ambiências em tempos tão efêmeros, vulneráveis, portáteis, residuais, instáveis, ambigualmente delicados e violentos? (MARQUES, 2010, p. 18).

Kapp (2006), no mesmo sentido, diz que a prática arquitetônica do movimento moderno acarretou sem grandes alterações concepções tradicionais de projeto, enraizadas na concepção da produção de espaços extraordinários. Essa afirmação alerta para uma possível justificativa acerca do pouco envolvimento da disciplina da arquitetura em estar presente em espaços ordinários, comuns. Nos espaços extraordinários estariam os “destinados ao culto, à representação política ou à guerra, em contraposição ao espaço da vida cotidiana [...]” (KAPP, 2006, p. 8). Ainda segundo a autora, houve, na década de 1920, um movimento da prática arquitetônica moderna de projetar espaços ordinários; contudo, eram considerados os mesmos preceitos modernos dos espaços extraordinários, e não a partir de uma reflexão do que seria a produção de uma arquitetura ordinária. Kapp reforça que as demandas ordinárias foram assumidas devido a motivações políticas e econômicas, o que revela, mais uma vez, o papel dessas questões no direcionamento do saber técnico, bem como em sua prática. Como não houve preocupação com a reflexão do que seria a prática ordinária, obviamente, não houve a revisão dos dispositivos disciplinares para o atendimento dessa demanda; assim, a complexidade de um dispositivo para a arquitetura monumental foi transferida sem muita ou nenhuma adequação para a arquitetura ordinária. Benévolo, por sua vez, aponta que, na Revolução Industrial, foi gerada uma série de novas moradias e formação de cidades; contudo, são escassas as informações acerca das técnicas construtivas dessas moradias, ao passo que é grande a quantidade de informações acerca das técnicas construtivas das grandes construções.

Além de questionar a falta de rebatimento na matriz da atuação técnica diante de tantos desafios contemporâneos, vale refletir se, mesmo na época de sua formulação, era ela a única matriz pungente. Isso porque as construções técnicas dos discursos de verdade, como já ressaltado,

são geradas a partir de motivações e arranjos nas instâncias políticas, econômicas e técnicas. É possível que ao mesmo tempo, de forma concomitante, ocorressem outras práticas e narrativas que não ganharam força e poder de organização a partir das mesmas instâncias para serem legitimadas como verdades. No mesmo sentido, merece destaque a reflexão proposta por Jacques (2019) acerca de outras matrizes abdicadas no processo de construção da matriz moderna como verdade. Será que estávamos diante de um modelo único de produção? Jacques (2019) invoca outra herança moderna, a partir do exercício de uma montagem de uma nova herança, diferente da já conhecida e hegemônica. Essa reflexão remete à construção de uma outra herança moderna como verdade ter refletido em diferentes efeitos de verdade. Os discursos do movimento moderno, da forma que foram agenciados, se constituiu uma única possibilidade ou caminho mais propício naquele momento, herança a ser seguida legitimada como a matriz de operação dos arquitetos, tanto projetual como conceitual.

Lira (2008) diz que no Brasil, após a construção de Brasília, houve um vazio de discussão crítica acerca da produção da arquitetura e urbanismo. O autor acredita que tal silêncio possa ter relação com a forma que a modernidade arquitetônica passou a ser entendida pelos arquitetos e urbanistas e críticos da arquitetura. Enquanto avançavam as pesquisas especializadas, a arquitetura parecia perder a sua importância cultural; e houve um afastamento entre as relações, até então estreitas, da arquitetura, arte e pensamento, da mesma forma que a reflexão e a prática se distanciaram, o que levou o “meio profissional brasileiro à desorientação e ao conformismo mais conveniente” (LIRA, 2008, *s.n.*).

A impressão que se tem é que, com o passar dos anos, o debate da profissão chegou a um ponto de saturação total que, enrijecidas em suas próprias convicções, nenhuma das posições em voga no país – ultra, pró, pós, ou anti modernas – *tem muita coisa a nos dizer quando o assunto é o que fazer da arquitetura para além do mero consentimento com exercícios de estilo pessoal, de escola ou oportunidade* (LIRA, 2008, *s.n.*, grifo meu).

O trecho grifado merece análise mais detalhada, pois destaca que a produção da arquitetura tem se tornado uma prática de *estilo pessoal*, o que caracteriza grande parte da arquitetura autoral feita atualmente (a construção se torna um objeto de espetáculo ou extraordinária – KAPP, 2006); a partir da *escola*, ou seja, a arquitetura seguidora de padrões aculturados nas formações do ensino; de *oportunidade*, que traz em pauta a produção ao acaso, que acontece em função do patrocínio (não por meio de um desejo crítico e consciente da necessidade daquela produção e de querer, a partir dela, gerar novas percepções da arquitetura e do urbanismo).

Guerra (2014) lembra que desde 1980 acontecem provocações na base dessa matriz moderna com tentativas de adequação para a realidade da produção do espaço. Segundo o autor, três elementos merecem destaque como justificativas de provocações: princípios pós-modernos, que trazem a discussão da importância de entender o contexto urbano e o respeito pela cidade; a agenda dos grupos sociais de base que se engendram em experiências técnico-construtivas no campo da habitação social; e a temática da sustentabilidade, cunhada na ECO 92, que levantou a pauta ecológica como tema central. Contudo, apesar das provocações, a base moderna ainda se mostra nos discursos, práticas e atribuições legalmente reconhecidas.

Com essas falas, é preciso reconhecer que o cenário da discussão sobre a prática dos arquitetos, sobretudo, os brasileiros, não é vasto e possui pouca produção crítica. Os dispositivos disciplinares da prática arquitetônica também não possuem ênfase crítica e são misturados às atribuições profissionais e mecanismos de operação. A prática arquitetônica e seus dispositivos não se desvincilharam de preceitos modernos para a adequação das demandas contemporâneas, e isso acontece ainda de forma incipiente e sem muitos reflexos na prática. É restrita a discussão em torno da prática e qual o seu reflexo no espaço e nas pessoas. Pode-se reforçar a argumentação a partir da pouca inovação no ensino da Arquitetura:

A compartimentação da cidade em trabalho, moradia, lazer e circulação se mostrou descabida, o plano piloto de Brasília se tornou uma íntima parte da cidade real, favelas e outras formas de construção informal sustentam a cidade formal, as medidas de planejamento estão paradoxalmente dedicadas não ao futuro, mas ao que já aconteceu. Mas, não obstante esse evidente fracasso, arquitetos continuam se queixando da incompreensão de construtores e usuários, as escolas continuam preconizando a existência de um “conceito” a ser coerentemente seguido nas decisões de projeto, e as tendências arquitetônicas mais recentes continuam oscilando entre os diferentes ideais de integridade: plástica, estrutural, construtiva, funcional, filosófica ou metafórica. Ocupam-se da vontade íntima do tijolo, sem refletir o fato de que a consecução da vontade de um projetista implica a supressão da vontade de muitos outros cidadãos (KAPP, 2006, p. 9).

Marques (2010, p. 57) caminha no mesmo sentido e diz que os modos de saber formal, disciplinares, respondem às demandas de um determinado nicho de clientes, os fomentados pelas práticas do mercado e que agregam a conotação da arquitetura de objeto único, como elemento de arte, mesmo que em construções ordinárias. No entanto, nessa concepção de saber, as demandas da maior parte da cidade e pessoas ficam sem respostas, uma vez que demandas não são assumidamente presentes na dinâmica capitalista de produção da cidade e dos modos de produção.

Brandão (2004, p. 30) acena o fracasso dos ideais modernos frente a emergente predominância da lógica de mercado na produção do espaço urbano, o que resulta em relação diplomática entre projeto e construção e reduz o projeto de arquitetura ao “gerenciamento eficiente de uma boa compatibilização” (BRANDÃO, 2004, p. 30). Para o autor, a eficiência desse agenciamento costuma ser ressaltado como uma arquitetura de qualidade, e o projeto dos edifícios, associado ao ponto de vista comercial; já os indicadores de excelência seriam baseados no custo da construção e manutenção. O resultado dessa lógica é o afastamento do processo de projeto de edifício, distante da relação urbana, em toda sua complexidade.

Aprofundando mais nos aspectos sociológicos da arquitetura, contribuição significativa é a de Stevens, sobre o que ele chama de “estudo social da arquitetura” e ao empregar a palavra arquitetura referindo-se “aos indivíduos envolvidos na construção de artefatos, às estruturais sociais imediatas em que esses indivíduos estão inseridos e aos discursos que participam” (STEVENS, 2003, p. 9). O autor aponta não se tratar do estudo social dos arquitetos, entendendo que a arquitetura extrapola os próprios limites de atuação do arquiteto e se limita a um campo de que os arquitetos são apenas uma parte; defende também que uma das principais funções do ensino arquitetônico “é produzir indivíduos cultos”, bem como existira na disciplina da arquitetura a função central de “produzir instrumentos de gosto”. E mais: “manifestações de criatividade arquitetônica de alto nível podem ser mais facilmente explicadas pela mera existência e estrutura

característica dos encadeamentos entre mestres e pupilos” (STEVENS, 2003, p. 9). Com essa breve defesa, é possível constatar que a disciplina da arquitetura se voltará à produção de materialidades e sujeitos encarregados dessas premissas. No mesmo raciocínio, os dispositivos disciplinares estariam atrelados a esses mesmos princípios; o que há de fato é uma reprodução de paradigmas disciplinares na tentativa de valorização do paradigma vigente.

Uma profunda crítica sobre um dos mecanismos de operação do dispositivo disciplinar da arquitetura vem do autor Sérgio Ferro (2006) ao expor o papel do projeto arquitetônico. O autor, diante da perspectiva capitalista dos modos de produção, mostra o papel do projeto arquitetônico como desenho para produção.

Minha crítica do papel do projeto nunca foi admitida pelo meio profissional – e por razões evidentes. Como admitir que esse receptáculo dos mais altos propósitos, esse veículo de arte e pensamento, pudesse ser grosseiramente reduzido a uma das formas técnicas da dominação do capital? (FERRO, 2006, p. 329).

Ferro (2006) explora o afastamento do arquiteto do canteiro de obras e sua “emancipação”, ao mesmo tempo em que o desenho seguiu ganhando maior importância nos dispositivos disciplinares da arquitetura. O autor remonta à história dos instrumentos do desenho e conta que, da Idade Média até o início do século XVII, as obras de pequena escala não demandavam desenho.

### 3.2 DA REGULAMENTAÇÃO

A motivação para analisar a regulamentação profissional do arquiteto é debater, a partir da normativa legal, o posicionamento da atuação técnica da forma como ela de fato ocorre, revelar como a tratativa legal tem efeitos na produção das cidades e de sujeitos, e evidenciar o que ficou de fora dessa tratativa e os efeitos dessa exclusão. A formação do dispositivo da disciplina da arquitetura mediante marco legal fica mais evidente, portanto. Não é intenção realizar análise histórica das legislações que regulamentam a profissão, com isso são ressaltados eventos e marcos legais para que as reflexões propostas façam sentido.

Em 1933, por meio do Decreto nº 23.569, é regulado o exercício das profissões de engenheiro, arquiteto e agrimensor, bem como se fixaram as seguintes noções: a atribuição técnica desses profissionais seria a dos diplomados em escolas ou cursos de engenharia, arquitetura ou agrimensura oficiais; e haveria um período de transição para que os não diplomados atuantes nessas áreas técnicas se adequassem, para a continuidade do exercício profissional. Ainda no decreto foi dado ao Conselho de Engenharia e Arquitetura o destaque quanto a ordenamento, fiscalização da profissão e fixação de taxas a serem pagas pelos profissionais ao Conselho. Nesse sentido, as atribuições do exercício profissional passaram a ser destinadas a pessoas habilitadas, conforme norma jurídica:

Art. 5º Só poderão ser submetidos ao julgamento das autoridades competentes e só terão valor jurídico os estudos, plantas, projetos, laudos e quaisquer outros trabalhos de engenharia, arquitetura e agrimensura, quer públicos, quer particulares, de que forem autores profissionais habilitados de acordo com este decreto, e as obras decorrentes

dêsses trabalhos, também, só poderão ser executados por profissionais habilitados na forma dêste decreto.

Posteriormente o Decreto-Lei nº 8.620, de 1946, dispôs sobre algumas lacunas não esclarecidas no decreto de 1933 e alterou algumas normas. Destaco, a seguir, dois artigos que tratam da transição da regulamentação e conferem exceções à possibilidade da atuação profissional por pessoas idôneas.

Art. 28. Enquanto não houver em número suficiente, profissionais habilitados em determinada especialidade na forma dêste decreto-lei em município ou distrito compreendido na sua jurisdição, poderão os Conselhos Regionais de Engenharia e Arquitetura, permitir, a título precário, a execução de trabalhos previstos no art. 5º do Decreto nº 23.569, de 11 de dezembro de 1933, por pessoas idôneas, dentro das atribuições que fixarem.

[...]

Art. 32. Excetuam-se das exigências do art. 5º do Decreto nº 23.569, de 11 de dezembro de 1933 as construções residenciais, de pequena área, com um só pavimento, isoladas, que não constituam conjuntos residenciais, nem possuam arcabouços ou pisos de concreto armado, bem como as de pequenos acréscimos em edifício residenciais existentes, a juízo dos Conselhos Regionais de Engenharia e Arquitetura.

Parágrafo único. Os Conselhos regionais poderão conceder, a título precário, de acordo com as necessidades de cada Região, município ou distrito, certificado de habilitação para executar essas construções a pessoas idôneas ou a técnicas de grau médio diplomados por escolas técnicas.

Interessante marcar que, para além dos profissionais diplomadas, houve abertura, mesmo que a título precário, da atuação profissional de pessoas idôneas; no entanto, sem esclarecimento do que seriam as pessoas idôneas. Assim, o que poderia ser uma abertura para aqueles que não conseguiam acessar o mercado dos serviços da Arquitetura e Engenharia, não aconteceu de fato, e ficou a cargo dos Conselhos distinguir quem seriam as pessoas idôneas, mesmo no caso das construções residenciais com pouca complexidade estrutural.

Ainda sobre o Decreto nº 23.599/1933, de regulamentação da profissão, vale marcar o artigo que define as contribuições do arquiteto:

Art. 30. Consideram-se da atribuição do arquiteto ou engenheiro-arquiteto:

- a) o estudo, projeto, direção, fiscalização e construção de edifícios, com tôdas as suas obras complementares;
- b) o estudo, projeto, direção, fiscalização e construção das obras que tenham caráter essencialmente artístico ou monumental;
- c) o projeto, direção e fiscalização dos serviços de urbanismo;
- d) o projeto, direção e fiscalização das obras de arquitetura paisagística;
- e) o projeto, direção e fiscalização das obras de grande decoração arquitetônica;
- f) a arquitetura legal, nos assuntos mencionados nas alíneas a e c dêste artigo;
- g) perícias e arbitramentos relativos à matéria de que tratam as alíneas anteriores.

Como pode ser observado, as atribuições a partir de uma matriz modernista determinam que o papel do arquiteto na sociedade é amarrado a diagnósticos, projetos, planos e gestão de projetos na construção. Não há preocupação em assumir necessidades construtivas das pessoas, sejam habitacionais ou socioespaciais, sem que isso demande estudos e projetos. A atribuição profissional, naquele momento, se vinculou às edificações (edificações de maior porte, com-

plexidade estrutural ou valor simbólico e cultural); na origem das atribuições, o modelo adotado é rígido e sem organicidade para outras disposições do arquiteto na sociedade. Algumas lacunas a essa atribuição estão atreladas à temática desta pesquisa e se apresentam até hoje com alguns avanços: a falta de conectividade das atribuições do arquiteto, em sua forma legal e prática, às atividades que se desvinculem de uma rotina de soluções baseadas em planejamento e projeto técnico. Isso está relacionado também à experiência de a arquitetura ser pautada por objetos autorais e pela técnica, incluindo aspectos estéticos, além de ser hierarquicamente marcada como mais importante do que a própria experiência da vivência da arquitetura, ou seja, das pessoas.

A formalização da profissão e a legitimação dos que podem atuar em sua prática garantem, para o contexto brasileiro, a formação de dois modos de produção do espaço urbano: os construídos a partir da técnica legalmente formalizada; e a produção do espaço alheio às atribuições desse profissional. Os espaços sem disciplina podem ser caracterizados a partir de 1933, ano da regulamentação profissional; contudo, essa inserção, do ponto de vista acadêmico e conceitual, aconteceu próximo ao ano de 1930. Essa lacuna do tempo revela que o discurso técnico é uma construção e não se forma necessariamente a partir de episódios não mobilizados pelos discursos. Portanto, mesmo que já houvesse o universo das construções legalmente legitimadas, não havia preocupação em categorizar, classificar, e criar uma nova forma de distinção das possibilidades de taxionomia urbana.<sup>27</sup> Esse fato reforça a importância dos discursos técnicos na condução de modelos enraizados em questões técnicas, econômicas e políticas, as quais não estão necessariamente na superfície da camada de discussão.

Em 1966, as atribuições passaram a serem reguladas pela Lei Federal nº 5.194/66, na qual se percebe uma ampliação dos campos de atuação profissional do arquiteto, engenheiro e engenheiro agrônomo, tendo sido dado enfoque à atribuição profissional a empreendimentos vinculados a “realizações de interesse social e humano”:

- a) aproveitamento e utilização de recursos naturais;
- b) meios de locomoção e comunicações;
- c) edificações, serviços e equipamentos urbanos, rurais e regionais, nos seus aspectos técnicos e artísticos;
- d) instalações e meios de acesso a costas, cursos e massas de água e extensões terrestres;
- e) desenvolvimento industrial e agropecuário.

As atribuições também se ampliaram, sendo registradas questões de ensino e produção técnica especializada, entre outras. Mas permanece a crítica quanto ao afastamento das necessidades vivenciadas na construção das cidades e, com isso, seus efeitos na produção de materialidades e sujeitos. Sobre essas críticas vale a ilustração de alguns pontos.

Em 1998, por meio de uma cartilha intitulada *ALMANARQ – dicas e informações para o arquiteto e urbanista*, a Federação Nacional dos Arquitetos e Urbanistas (FNA) situou a regulamentação da profissão como forma de garantir à sociedade que a qualificação será exigida para

.....  
27 Taxinomia é uma área da Biologia de descrição, caracterização e classificação de elementos em grupos. O termo tem sido empregado para se referir à grande variedade de termos técnicos utilizados para descrever, categorizar e classificar o espaço urbano.

o cumprimento de atividades previstas na lei.

Assim, um cidadão sem a formação adequada fica impedido de, por exemplo, projetar e construir uma edificação, evitando que a população corra risco de vida com desabamentos. Aqueles que praticam atividades reservadas aos profissionais, sem a devida formação e o registro adequado, exercem ilegalmente a profissão. Por decisão judicial, os profissionais formados em escolas de arquitetura e urbanismo têm direito a título de arquiteto e urbanista (FNA, 1998, p. 24).

Tal afirmação vai de encontro com a prática que possibilita a maior parte dos trabalhadores construir suas casas e, assim, pertencer à cidade e corrobora o PL nº 6.699/2002,<sup>28</sup> o qual procurou criminalizar grande parte do que se enquadra como autoconstrução. No trecho que trata da responsabilidade técnica e social do arquiteto, a marcação do *ALMANARQ* reflete a atuação do arquiteto e diz que a competência adquirida, na maioria das vezes por meio de elaboração teórica, deve considerar “o engajamento humano, a realidade viva, singular, experimentada e desejada pelos sujeitos e cidadãos nela concernidos” (FNA, 1998, p. 31); e, mais, afirmou que a invenção e a produção do conhecimento não devem ser feitas através de “processos conceituais abstratos ou idealmente construídos” e que até mesmo se deve considerar soluções construídas “ingenuamente” pelo povo como resposta a seus problemas de moradia ou do espaço coletivo: “De todo modo que a experiência bruta do cliente ou cidadão, do usuário em geral, seja também considerada pelo especialista e venha contribuir para a melhoria do ‘objeto’ ou do espaço estudado, tornando, assim, ocasião efetiva de participação de todos os parceiros, necessária e de direito, envolvidos” (FNA, 1998, p. 31). A marcação do FNA ainda demonstra como, pelo próprio campo dos arquitetos, há o reconhecimento de um saber especializado que lhes confere uma situação especial dentro do próprio campo – um *círculo privilegiado* (STEVENS, 2003). Outra marcação importante a partir dessa cartilha é a legitimação de um saber por um lado e da ingenuidade de soluções construídas pelas pessoas. A narrativa técnica reforça as regras regidas em lei e corresponde às atribuições profissionais.

Em 2010, para ampliar, assegurar e determinar o campo de trabalho do arquiteto e urbanista, foi oficializado o Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), o que era papel do Conselho Regional de Engenharia Arquitetura e Agronomia (CREA). Assim, a profissão do arquiteto e urbanista não é mais regulamentada em conjunto com as do engenheiro e agrônomo e passa a ter seu próprio conselho. Coube à Lei nº 12.378/2010 regulamentar o exercício da Arquitetura e Urbanismo e cria o CAU; novamente, os campos de atuação e atribuições foram expandidos do ponto de vista legal, e inseriram-se novas possibilidades da atuação técnica.

Atribuições de Arquitetos e Urbanistas

Art. 2º As atividades e atribuições do arquiteto e urbanista consistem em:

- I – supervisão, coordenação, gestão e orientação técnica;
- II – coleta de dados, estudo, planejamento, projeto e especificação;
- III – estudo de viabilidade técnica e ambiental;
- IV – assistência técnica, assessoria e consultoria;
- V – direção de obras e de serviço técnico;

28 O PL nº 6.699/2002 foi elaborado para modificar o Código Penal Brasileiro com a inserção como crime à saúde pública o exercício ilegal de engenheiro, arquiteto e agrônomo.

- VI – vistoria, perícia, avaliação, monitoramento, laudo, parecer técnico, auditoria e arbitragem;
- VII – desempenho de cargo e função técnica;
- VIII – treinamento, ensino, pesquisa e extensão universitária;
- IX – desenvolvimento, análise, experimentação, ensaio, padronização, mensuração e controle de qualidade;
- X – elaboração de orçamento;
- XI – produção e divulgação técnica especializada; e
- XII – execução, fiscalização e condução de obra, instalação e serviço técnico.

*Parágrafo único.* As atividades de que trata este artigo aplicam-se aos seguintes campos de atuação no setor:

- I – da Arquitetura e Urbanismo, concepção e execução de projetos;
- II – da Arquitetura de Interiores, concepção e execução de projetos de ambientes;
- III – da Arquitetura Paisagística, concepção e execução de projetos para espaços externos, livres e abertos, privados ou públicos, como parques e praças, considerados isoladamente ou em sistemas, dentro de várias escalas, inclusive a territorial;
- IV – do Patrimônio Histórico Cultural e Artístico, arquitetônico, urbanístico, paisagístico, monumentos, restauro, práticas de projeto e soluções tecnológicas para reutilização, reabilitação, reconstrução, preservação, conservação, restauro e valorização de edificações, conjuntos e cidades;
- V – do Planejamento Urbano e Regional, planejamento físico-territorial, planos de intervenção no espaço urbano, metropolitano e regional fundamentados nos sistemas de infraestrutura, saneamento básico e ambiental, sistema viário, sinalização, tráfego e trânsito urbano e rural, acessibilidade, gestão territorial e ambiental, parcelamento do solo, loteamento, desmembramento, remembramento, arruamento, planejamento urbano, plano diretor, traçado de cidades, desenho urbano, sistema viário, tráfego e trânsito urbano e rural, inventário urbano e regional, assentamentos humanos e requalificação em áreas urbanas e rurais;
- VI – da Topografia, elaboração e interpretação de levantamentos topográficos cadastrais para a realização de projetos de arquitetura, de urbanismo e de paisagismo, foto-interpretação, leitura, interpretação e análise de dados e informações topográficas e sensoriamento remoto;
- VII – da Tecnologia e resistência dos materiais, dos elementos e produtos de construção, patologias e recuperações;
- VIII – dos sistemas construtivos e estruturais, estruturas, desenvolvimento de estruturas e aplicação tecnológica de estruturas;
- IX – de instalações e equipamentos referentes à arquitetura e urbanismo;
- X – do Conforto Ambiental, técnicas referentes ao estabelecimento de condições climáticas, acústicas, lumínicas e ergonômicas, para a concepção, organização e construção dos espaços;
- XI – do Meio Ambiente, Estudo e Avaliação dos Impactos Ambientais, Licenciamento Ambiental, Utilização Racional dos Recursos Disponíveis e Desenvolvimento Sustentável.

As regras, dessa vez, foram mais claras, e percebeu-se a intenção de limitar as atividades restritivas do Arquiteto e Urbanista. Existiu a intenção de evitar a sobreposição de campos de atuação com outras profissões que atuam na mesma temática, como o caso do decorador de interiores e o próprio engenheiro. Vale mencionar que o CAU, dentro da tentativa de limitar as atividades, divulgou a Resolução nº 51, de 12 de julho de 2013, acerca das atividades privativas dos arquitetos;

contudo, tal resolução não teve efeito prático. O papel do conselho profissional, nos moldes da nossa sociedade, é o de garantir espaços de produtividade, ou seja, ampliação e garantia de faixas de mercado, para seus profissionais – e isso no campo da arquitetura e urbanismo começa a ser explicitado. Dentro de seus preceitos legais, é dever dos arquitetos sempre registrar a sua atuação perante o CAU, realizar o denominado Registro de Responsabilidade Técnica (RRT), cuja função é comprovar que projetos, obras ou serviços técnicos que concernem às atividades da Arquitetura e Urbanismo são realizados por profissional legalmente habilitado e de situação financeira regular no Conselho.

A Resolução nº 21, de 2012, do CAU, definiu 7 grupos de atividades principais de atuação do arquiteto e subdividiu-os em subgrupos:

1. Projeto
2. Execução
3. Gestão
4. Meio Ambiente e Planejamento Regional e Urbano
5. Atividades Especiais em Arquitetura e Urbanismo
  - 5.1. Assessoria
  - 5.2. Consultoria
  - 5.3. Assistência técnica
  - 5.4. Vistoria
  - 5.5. Perícia
  - 5.6. Avaliação
  - 5.7. Laudo técnico
  - 5.8. Parecer técnico
  - 5.9. Auditoria
  - 5.10. Arbitragem
  - 5.11. Mensuração
6. Ensino e pesquisa
7. Engenharia de Segurança do Trabalho

A resolução apresentou possibilidades de atuação e intuito de criação de alternativas técnicas regulamentadas. Percebe-se um esforço de ampliação do campo técnico-legal e, com isso, de registros de RRTs e taxas. No que concerne a temática desta pesquisa, destaco as atividades do grupo 05, pois são as que mais se assemelham aos serviços vinculados a ATHIS; nesse grupo há previsão da prática regulamentada não apenas por meio de projeto arquitetônico, formalmente inserido no grupo 01. Possibilidades de prática presentes no grupo 05 (CAU, *s.d.*):

**Arbitragem** – atividade que consiste na solução de conflitos a partir de decisão proferida por árbitro, escolhido pelas partes envolvidas, entre profissionais versados na matéria objeto da controvérsia;

**Auditoria** – atividade que se constitui de exame e verificação de obediência a condições formais estabelecidas para o controle de processos e a lisura de procedimentos;

**Assessoria** – atividade que consiste na prestação de serviços por profissional que detém conhecimento especializado em determinado campo profissional, visando ao auxílio técnico à elaboração de projeto ou execução de obra ou serviço;

**Assistência técnica** – atividade que consiste na prestação de serviços em geral, por profissional que detém conhecimento especializado em determinado campo de atuação profissional, visando prestar auxílio com vistas a suprir necessidades técnicas;

**Avaliação de imóvel** – atividade que se constitui de determinação técnica do valor monetário de um imóvel;

**Avaliação pós-ocupação** – atividade que consiste na avaliação de resultado do projeto, voltada para diagnosticar aspectos positivos e negativos do ambiente construído em uso;

**Consultoria** – atividade de prestação de serviços de aconselhamento, mediante exame de questões específicas, e elaboração de parecer ou trabalho teórico pertinente, devidamente fundamentado;

**Laudo técnico** – peça na qual, com fundamentação técnica, o profissional habilitado como perito relata o que observou e apresenta suas conclusões;

**Mensuração** – atividade que consiste na apuração de aspectos quantitativos de determinado fenômeno, produto, obra ou serviço técnico, num determinado período de tempo;

**Parecer técnico** – expressão de opinião tecnicamente fundamentada sobre determinado assunto, emitida por especialista;

**Perícia** – atividade que consiste na apuração das causas de determinado evento, na qual o profissional, por conta própria ou a serviço de terceiros, efetua trabalho técnico visando a emissão de conclusão fundamentada;

As atividades denominadas assistência técnica, assessoria e consultoria são vinculadas às práticas nos territórios conceituados como *autoconstruídos*. A Lei nº 11.888, de 2008, que regulamentou o serviço de arquitetura gratuita para famílias de até três salários mínimos, abordou a assistência técnica gratuita. Há uma tensão conceitual entre os termos *assistência técnica* e *assessoria*, o que revela uma intenção de prática técnica distinta de práticas conceituadas como *autoconstruídas*; e o que se constata na citação é uma diferença do ponto de vista legal desses dois termos.

Ainda para marcar as conceituações adotadas nas prerrogativas legais, exponho a definição de projetos legitimada pelo CAU:

Conforme resolução CAU/BR - 21, de 5 abril de 2012

Projeto – criação do espírito, documentada através de representação gráfica ou escrita de modo a permitir sua materialização, podendo referir-se a uma obra ou instalação, a ser realizada através de princípios técnicos e científicos, visando à consecução de um objetivo ou meta e adequando-se aos recursos disponíveis e às alternativas que conduzem à viabilidade de sua execução.

Conforme NBR 13531, de novembro de 1995

2.2. Elaboração de projeto: Determinação e representação prévias do objeto (urbanização, edificação, elemento da edificação, instalação predial, componente construtivo, material para construção) mediante o concurso dos princípios e das técnicas próprias da arquitetura e da engenharia.

Segundo o mesmo documento (CAU, *s.d.*), o IAB produziu anotações sobre o projeto em arquitetura, que foram absorvidas pelo Conselho, e, seguindo o pensamento de marcar o projeto como o principal elemento estruturante da profissão do arquiteto, definiu que:

57. [...] As atribuições profissionais são justificadamente mais amplas, englobando a consultoria e a construção, **mas o projeto é o elemento agregador das diversas possibilidades da ação arquitetônica**. Ele tem o atributo central de conter a intenção que promove a forma. Já o processo de projeto – a projeção – compõe a intenção, dá-lhe conteúdo, e corresponde à distância entre o desejo e a elaboração da forma. O projeto configura o desejo na forma.

58. **O projeto é autoral**. O projeto é uma escolha entre uma infinidade de possibilidades. Individual ou em equipe, a autoria responde pelo vínculo entre ideia e forma, nas múltiplas encruzilhadas que o processo projetual percorre.

59. **O projeto tem autonomia disciplinar**. Seus atributos, objetivos, métodos e processos constituem-se autonomamente em relação à construção ou a outras disciplinas, que se estruturam em obediência a outros e distintos parâmetros.

60. **O projeto é indivisível**. O processo projetual organiza-se em etapas – estudos iniciais, anteprojecto, projeto – mas elas não são autônomas. Elas fazem parte de um todo, articulado, através da intenção que permeia todo o processo.

61. **O processo de projeto é complexo**. O projeto é elaborado em processo compositivo que envolve múltiplas variáveis disciplinares, tecnológicas, políticas, sociais, econômicas. A composição exige que a intenção organize, ordene e articule as múltiplas variáveis e suas interações.

62. **O processo de projeto é assequencial, pleno de atos simultâneos**. O processo de aprofundamento das decisões projetuais percorre todas as etapas, em idas e vindas de verificação e de ajustes entre a ideia em fluxo e a forma sendo plasmada.

63. **O projeto tem unicidade**. As etapas da projeção, não.

64. O projeto se apresenta por variados meios de comunicação. O meio gráfico manual é o mais recorrente, sendo substituído modernamente por meios digitais. No projeto, o meio não é a mensagem.

65. **Toda construção é precedida por um projeto**. Ela não pode ser erguida a partir de apenas uma das etapas do processo projetual. (CAU, *s.d.*, p. 17),

A análise das normativas legais citadas revela que existe um compasso entre as normativas legais e a prática arquitetônica no espaço urbano. As leis foram se ampliando e garantindo mais campo legal, faixas de mercado, para a atuação dos arquitetos e urbanistas. Contudo, a ampliação não se mostra inventiva do ponto de vista de uma crítica do papel do arquiteto na sociedade e, a partir disso, de uma reestruturação de suas atribuições profissionais. O que está mais em evidência ao longo do tempo é a ampliação de campos de atuação e de ferramentas de atuação baseados em soluções de projeto e planejamento. O ferramental se caracteriza por alternativas de inserção técnica nas demandas e, com isso, é pouco inventivo e não sugere o papel de um arquiteto propositivo, o que está também relacionado ao que a sociedade em geral, dentro seu modelo político econômico, espera desse profissional.

Foucault (2018) trata do papel do arquiteto, a partir desse modelo, ao dizer que as questões políticas dos profissionais não são formuladas nas instâncias da ciência/tecnologia, e sim nas formulações de “verdade/poder”. Cabe citá-lo novamente: “em suma, a questão política não é o erro, a ilusão, a consciência alienada ou a ideologia; é a própria verdade” (FOUCAULT, 2018, p. 54). O papel do arquiteto, nesse sentido, está desenhado a partir de formulações de poder e verdades de seus discursos – são construídos a partir desses arranjos. Foucault (2014) reforça que é o poder-saber que determina as formas possíveis do conhecimento; portanto, não seria a atividade do sujeito do conhecimento que determinaria o seu saber útil.

A formação do conceito de autoconstrução como verdade está bastante relacionado à maneira de se pensarem as atribuições profissionais e seu campo de atuação. Nas primeiras normativas legais, não havia evidência acerca da tratativa de pessoas que não conseguem acessar serviços técnicos de arquitetos; existiu significativa importância dada à arquitetura autoral e monumental. Ao longo do tempo questões sobre ampliação de alcance e acesso (vinculado a mais pessoas) aos serviços de arquitetos e urbanistas começaram a ser aventadas e transportadas para as regras. Esse movimento está relacionado à construção do conceito de autoconstrução, sendo, primeiro, preciso dizer que existem pessoas sem acesso ao serviço para, em seguida, serem criadas alternativas de inclusão no leque de opções de atendimento, mesmo que de forma ainda não satisfatória, o que culminou no que hoje é conhecido como ATHIS.

Há aspectos econômicos e políticos de diferentes frentes alinhados e arranjos para a ampliação de serviços, contudo, vale reforçar, são arranjos de poder-saber. É preciso, via Conselhos, garantir que todo o exercício dos arquitetos seja registrado e taxado; portanto, trata-se da necessidade de criar alternativas de serviços e, além, criar campo para arquitetos em atuação e recém-chegados. Também existem aspectos políticos, a partir da regulamentação da Lei nº 11.888/2008, que assegura a assistência técnica a famílias de baixa renda, oportuno destacar.

Como aplicar a Lei nº 11.888/2008? A lei, *per se*, não aproxima a prática da atuação técnica, no universo das práticas conceituadas como autoconstruídas. Nesse sentido, há um esforço atual em formular mecanismos a serem acionados, para que a atuação técnica da ATHIS seja possível. Tal esforço é percebido nas formulações do discurso técnico, a seguir.

### 3.3 DO DISCURSO TÉCNICO

O discurso técnico é um dos elementos estruturantes da construção de verdades. Os argumentos técnicos, sejam de qual natureza forem, são mobilizados por outras instâncias, como econômicas e políticas, para os arranjos necessários à construção do saber e da disciplina, o que pauta as prerrogativas de atuação e seus efeitos no espaço urbano. A ênfase da análise é na pauta da habitação, sobretudo, para as populações mais vulneráveis econômica e socialmente.

Para destacar o pensamento técnico, mesmo que saindo do contexto brasileiro, importa a contribuição de Carpinteiro (1997), que ilustra bem a relevância dada ao discurso técnico ao contar das primeiras legislações inglesas que disciplinavam sobre a casa logo no período pós-Revolução Industrial.

Todavia, ao lado das pesquisas que apontavam os perigos causados pelas habitações insalubres, médicos e higienistas visualizavam a possibilidade de implantar uma nova gestão na vida do trabalhador pobre. Desse modo, toda ideia vinculada à necessidade de moralização do trabalhador se “materializa no espaço da casa”. As necessidades físicas e biológicas defendidas pelo saber clínico, com relação ao conforto e bem-estar do homem, serviram de base para a formulação de um projeto de organização de vida dos trabalhadores (CARPINTEIRO, 1997, p. 30).

Segundo a autora, coube aos engenheiros e arquitetos o desenho da casa para materializar o desejo da cidade higiênica como resposta à necessidade de transformação da casa operária para atender a tal desejo. Segundo a autora, a cidade do século XIX foi transformada num imenso laboratório em que “engenheiros, arquitetos, sociólogos e literatos”, em conjunto com o poder público, buscavam soluções para a higienização da casa operária. Para a autora, a despeito do entendimento dos autores que ensaiavam esses modelos de cidade, o qual considerava o problema da moradia como crucial, poucos estudos foram feitos no sentido de entender a moradia para a classe trabalhadora. Apesar da perspectiva de repensar o modelo de cidade até então, apenas no século XX a casa operária foi colocada em pauta no planejamento urbano.

Todavia, são os urbanistas progressistas, entre eles, Tony Garnier, Le Corbusier e Walter Gropius que se propuseram diagnosticar e erradicar os problemas da cidade a partir dos fundamentos do urbanismo moderno. Lembremos que tais atividades, no decorrer do século XIX, já estavam destinadas aos médicos, higienistas e engenheiros. Porém, para estes urbanistas não cabia apenas demonstrar o mal urbano, mas sim apontar os destinos da cidade moderna (CARPINTEIRO, 1997, p. 40).

Dentro desse pensamento, o papel da casa, e de forma mais ampla da produção do espaço urbano, é capaz de dignificar o homem e garantir os valores morais e materiais para a sociedade. “Formar, moralizar e higienizar os indivíduos por meio da habitação veio a ser a tarefa principal que vários arquitetos, desde o século XIX, empenharam-se em executar, a partir de seus projetos de cidade” (CARPINTEIRO, 1997, p. 46). Naquele momento, existia a crença na técnica, e conferia-se ao ambiente a capacidade de transformar os indivíduos. Interessante ver a questão técnica ligada a valores morais e comportamentais, como no mandamento citado por Carpinteiro (1997, p. 105):

#### **A Técnica de Construir**

10 mandamentos higiênicos  
Sempre a moléstia sae pela janela  
Si muito ar e luz entram por ella.  
Ou muito ar e luz muito abundante,  
é um barato bom desinfectante.  
De todos os remédios, o ar puro é sempre  
o mais barato e mais seguro.  
Só casa com janella há de servir para teu quarto dormir  
O beijo mais innocente pode o são tornar doente  
casa limpa, bom ar, boa comida, dão saúde, prazer e longa vida.  
Leite puro, mas bebido  
só depois de bem fervido  
Em fructa não descascada,  
Não lhe dê dentada.  
Si queres a comida aproveitar  
Come com fome e bebe devagar.  
Das casas de grandes ceias,  
Estão as sepulturas cheias.

Compliator: R. Coliostro.

No Brasil, por meio de modelos importados da Europa, também foram questionadas a salubridade e higiene das casas dos trabalhadores nas cidades. Modelos de cidade foram desenhados para alcançar uma cidade que se adequasse aos novos anseios dos modos de vida na era indus-

trial. Ilustra esse desejo Carpinteiro (1997), quando cita experiências para a implantação de cidades jardins em 1920 e 1930. A autora marca um importante acontecimento de cunho técnico em 1931, que buscava discutir a moradia e os rumos da cidade de São Paulo: o Congresso de Habitação. Vários pontos são marcados pela autora acerca das discussões realizadas nesse congresso, por exemplo, como o pensamento técnico que delegava a racionalidade da arquitetura e da engenharia proposta para a habitação popular, que se baseava na promoção de novos comportamentos fundados em regras. A pauta de discussão se baseava em atender aos anseios do pensamento moderno de forma racional e econômica.

A necessidade da erradicação das casas insalubres e higiênicas era pensamento constante no discurso técnico e político. Em 1941, a pauta de discussão, ainda sobre como fazer a habitação de modo econômico, foi bem marcada com a Jornada de Habitação Econômica, evento promovido pelo Instituto de Organização Racional do Trabalho (IDORT), também em São Paulo. A busca técnica era por um espaço mínimo para possibilitar não mais habitações coletivas, mas espaços de reprodução familiar com base nos comportamentos imputados para a sociedade. O mobiliário das casas também era uma preocupação técnica nesse evento. De acordo com Carpinteiro (1997, p. 132), era preocupação “organizar um espaço que seja suficiente amplo para ser higiênico, pequeno o bastante para que só a família possa nele viver e distribuí-lo de tal maneira que os pais possam vigiar os filhos”. A pauta técnica, nesse momento, também estava focada na difusão da cultura da casa própria; nesse sentido, técnicos, políticos e a Igreja católica viam na casa própria uma forma de reduzir as desigualdades sociais, afirma a autora. A aquisição da casa própria se torna também uma decisão político-econômica, para que os trabalhadores pudessem ter excedente de seu salário para virarem consumidores numa época de crescente industrialização de produtos.

As ações técnicas são explícitas em prol de um modelo de arquitetura, cidade e comportamento, e sua pauta se alia a outras questões para justificar determinadas intenções políticas e econômicas. Kapp narra as nuances das posturas técnicas, em linhas gerais, como a pauta social se aliou aos discursos técnicos com certa periodicidade:

Na década de 1920, ela foi muito alta. Nas décadas de 1960 e 1970, também. Nas décadas de 1980 e 1990, que são o período de difusão da economia política neoliberal, a identificação foi baixíssima, tendendo a zero. Com exceção, obviamente, de alguns grupos marginais que persistiram na trajetória do engajamento social, os personagens e as publicações mais celebrados da arquitetura internacional se ocupavam de problemas de forma e linguagem, em que a sociedade e suas contradições compareciam, quando muito, metaforicamente. A nova guinada pode ser datada mais ou menos em 2001, que coincidentemente é o ano do atentado de 11 de setembro e também o ano de aprovação do Estatuto da Cidade no Brasil. Desde então, o engajamento social se tornou parte do discurso corrente e das práticas acadêmicas e profissionais no campo da arquitetura, tanto aqui, quanto internacionalmente (KAPP, 2014, p. 118).

Mostrando esta periodicidade citada por Kapp, cito a contribuição de Serran a partir da análise histórica da atuação do Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB) na política habitacional brasileira, de 1954 a 1975. Destaco que a publicação trata da visão institucional diante do envolvimento dos arquitetos nesse período, sobretudo, quanto à questão da política habitacional. Não pretendo generalizar a visão institucional como a atuação dos arquitetos, mas como um grupo

de arquitetos bem relacionados no campo da construção civil e que representa seus associados. Serran (1976) marca, em linhas gerais, a importância da maior inserção do arquiteto devido ao seu conhecimento profissional nas tomadas de decisão no que se refere à organização do espaço urbano; expõe os números que caracterizavam a necessidade de provisão de moradias e, para superar esse déficit, sugere nova forma de financiamento da casa própria por meio do Projeto de Lei (PL) da Casa Própria de 1959. Para a fundamentação do PL, destacou a preocupação da entidade com “o crescimento demográfico acelerado, na recessão da indústria da construção civil, no mau negócio que se tornara o aluguel de casas, na nascente especulação imobiliária como única atividade capaz de sobreviver àquela situação [...]” (SERRAN, 1976, p. 8). O autor também marca um importante seminário promovido pelo IAB no Hotel Quitandinha (Petrópolis/Rio de Janeiro) e em São Paulo, em 1963: Seminário de Habitação e Reforma Urbana (SHRU). As discussões do Seminário foram sistematizadas em documento considerado o mais completo acerca da questão da habitação promovido pela IAB àquela época. No documento aparece a preocupação com a necessidade de soluções urgentes dentro do cenário socioeconômico brasileiro para equacionar a melhoria de condições de sub-habitação em escala local, incentivando o “esforço próprio, a ajuda mútua e o desenvolvimento comunitário” (SERRAN, 1976, p. 8) – *sub-habitação* englobava a autoconstrução.

As sugestões para a ampliação das atribuições do arquiteto ainda são moldadas nas experiências projetuais tradicionais e dentro da matriz operacional a que são expostas desde a sua primeira regulamentação, ou seja, a preocupação com diagnósticos, projetos e edificações. As atribuições são baseadas em repostas a demandas já anunciadas e a partir de soluções baseadas em planejamento e projeto. Quero destacar que não há a intenção da indicação de um arquiteto propositivo cujas respostas estariam fora do contexto da rotina já conhecida e legitimada por todos e pelas normas técnicas, ou seja, não há a intenção de rever dispositivos, apenas a intenção de ampliação de mercados. Lógica ainda permanente atualmente.

Serran (1976) assinala outra contribuição do IAB, em 1969, que diz respeito ao documento produzido em razão do X Congresso da União Internacional de Arquitetura. A pauta do referido documento, “Arquitetura como fator social” destacou a profissão do arquiteto como um fator social com capacidade de contribuição à promoção humana ao possibilitar a indivíduos aumentarem sua condição de pessoa. Nesse sentido, possibilita a conscientização crescente do indivíduo por meio de condições promotoras das dimensões biológica, psicológica, familiar, política, cultural, profissional e espiritual.

4. Frente a estas considerações, a problemática da Habitação de Interesse Social coloca os arquitetos brasileiros perante algumas questões básicas: a. Existência de grupos consideráveis marginalizados, esquecidos ou desprezados no meio urbano. b. a falta de habilidade e compreensão manifestada pela maioria das soluções oficiais ao atacar o problema, muito mais nas consequências do que nas causas. c. a incapacidade até aqui demonstrada pela arquitetura erudita, no trato dos valores das populações faveladas e na apreensão do significado das realizações produzidas em seus aglomerados de moradia.

Perguntamo-nos então: a. Em que medida, a incorporação de soluções individuais e espontâneas de moradia – tais como as encontramos nas favelas e que achamos muitas vezes válidas – e sua tradução na linguagem própria dos arquitetos, poderia contribuir para realizações de transcendência social? b. como as potencialidades do favela-

do, considerando a existência de uma mobilidade social de velocidade diferente nas nossas diversas situações culturais, poderiam ser canalizadas para contribuir para a solução de problemas de moradia das populações de baixa renda? c. estamos preparados, os arquitetos de países subdesenvolvidos, para encarar estes aspectos especiais, da nossa realidade para os quais nossa participação é solicitada? 5. Ainda que em menor grau que os dos responsáveis pelas decisões políticas e administrativas, cabe aos arquitetos e demais técnicos envolvidos, certa dose de responsabilidade pela condução dos programas oficiais delas decorrentes.

[...]

6. Formação deficiente não orientada para o conhecimento dos grandes e verdadeiros problemas do país impede, muitas vezes, uma perspectiva clara. Sofrendo de uma visão profissional limitada, o arquiteto, como todos os outros profissionais, está habilitado apenas a apresentar soluções que a técnica ensinada na escola lhe permite manipular. Técnica geralmente importada de meios mais desenvolvidos, ignora a realidade cheia de limitações.

[...]

A dificuldade que ocorre com estes profissionais nasce basicamente de uma formação voltada apenas para os problemas e a cultura de uma determinada faixa social (SER-RAN, 1976, p. 128-130).

A citação questiona a reprodução acadêmica e seus efeitos na prática da atuação; e, como conclusão e recomendação, o documento produzido pelo IAB acrescenta que os arquitetos, para atender a necessidades da população de baixa renda, devem alterar a sua visão e atuação e aplicação de dispositivos disciplinares sem a crítica necessária. Para isso, propõe que o arquiteto desenvolva a capacidade de observar a realidade a partir das diferentes culturas coexistentes numa sociedade em transição e fazer a transposição dessa observação para a arquitetura e urbanismo. O documento chama a atenção por ser uma reflexão proposta em 1969 e com lacunas de atuação ainda presentes, como a reprodução de padrões e práticas tradicionais como fórmula de atuação. As críticas ao ensino da arquitetura também são constantes até os dias atuais e têm como resultado um distanciamento da realidade de grande parte dos moradores nas grandes cidades, sobretudo a questões que cercam o *morar*.

A arquitetura enquanto disciplina, no que diz respeito à questão habitacional, mesmo que de forma lenta e com pouca absorção na prática, atualiza seus discursos. Isto é, já aparece nos discursos a necessidade de estruturar dispositivos disciplinares que possam ser acionados em contextos diversos como foi até hoje, ou seja, que possam ser acionados em contextos cuja produção da arquitetura é considerada não disciplinar, por exemplo, moradias como autoconstruídas. Contudo, poucos agenciamentos efetivos, sejam políticos, econômicos e sociais, têm sido negociados para tal formatação; ainda assim, existem cursos, especializações e formações disciplinares na academia que já se atentam ao novo cenário de atuação (FIGURA 6).

É possível concluir que há um direcionamento a uma produção que esteve, até agora, mais voltada à *techné*, como é o caso da prática da autoconstrução. Todavia, os dispositivos disciplinares acionados estão voltados à matriz modernista com a valorização do projeto arquitetônico e seus derivados. Além disso, há um fomento para a atuação nesses espaços por meio de dispositivos disciplinares promovidos pelo próprio Conselho de Arquitetura e Urbanismo, por meio da destinação de 2% de seus orçamentos anuais ao financiamento de iniciativas de assistência técnica em habitação social.

**01**

**CURSO:**  
**ASSESSORIA TÉCNICA E PRODUÇÃO DE HABITAÇÃO SOCIAL EM AUTOGESTÃO**  
 DESAFIOS E POSSIBILIDADES PARA AS PRÁTICAS POLÍTICAS E PROFISSIONAIS HOJE

Sábados 18, 25 de Janeiro e 8 e 15 de fevereiro 2020, das 9h às 13h  
 Inscrições: etaburguiera@gmail.com  
 Valor: R\$350,00  
 Rua Marquês de Olinda, 96, Casa Um Botafogo, Rio de Janeiro

**02**

**ATAU+E**

**UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE**

**ESTRATÉGIAS E ASSISTÊNCIA TÉCNICA PARA HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL**

Participantes: Fabricia Zulin, Celso Aparecido Sampaio, Viviane Manzione Rubio, Rosane de Almeida Tierno, Cláudia Bastos Coelho e Milton Susumu Nakamura

**de 06 de outubro a 15 de dezembro**  
**Aos sábados - 8h30 às 12h30**

**Matricula e mais informações:**  
<https://www.mackenzie.br/cursos-extensao/universidade/>

**05**

**08**

**FORMAÇÃO EM SERVIÇO**  
 CONCEITOS E PRÁTICAS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA DE INTERESSE SOCIAL

**04**

**CHAMADA ABERTA**

**in.formal workshop auto.construção**

O programa de workshop tem a intenção de reunir estudantes e interessados em participar de uma submissão para o prêmio de arquitetura da cidade de São Paulo, tendo um caráter social e interesse educacional por parte dos profissionais envolvidos, buscando os envolvidos em uma experiência prática de autoconstrução e compartilhando suas ideias, suas experiências locais. As aulas práticas serão ministradas pelos construtores da comunidade que já foram alunos apresentando aos alunos conhecimentos técnicos de autoconstrução, os alunos deverão aos instrutores noções de projeto e planejamento, via desenhos, conversas e referências.

informações/inscrições:  
[contato@estudiocruz.com.br](mailto:contato@estudiocruz.com.br)

**ESTRATÉGIAS E ASSISTÊNCIA TÉCNICA PARA HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL**

Prof.<sup>a</sup> Fabricia Zulin  
 Prof. Celso Sampaio  
 Prof.<sup>a</sup> Cláudia Coelho  
 Prof. Milton Nakamura  
 Prof.<sup>a</sup> Rosane Tierno  
 Prof.<sup>a</sup> Viviane Rubio

"Um desafio para ampliar o conhecimento com as habitações de interesse social e da assistência técnica"

**06**

**FÓRUM REGIONAL DE**

**ATHIS E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA**

**03**

**ESPECIALIZAÇÃO EM HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL E ATHIS**

**09**

**FÓRUM DE ASSESSORIA TÉCNICA POPULAR DO NORDESTE**

**UNIFAP**  
 Universidade Federal do Amapá

**Assistência Técnica em Arquitetura e Urbanismo**

PROJETO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ

**10**

**DISCURSOS ACADÊMICOS e a ATHIS**

Figura 6 - Discursos acadêmicos e ATHIS  
 Fonte: a autora.<sup>29</sup>

29 Composição a partir de: 1\_ARCHE PROJETOS PARTICIPATIVOS, *on-line*; 2\_ATAU+E UFPB, *on-line*; 3\_PUC-CAMPINAS, *on-line*; 4\_ESTÚDIO CRUZ, *on-line*; 5\_COMVIVA ARQUITETURA E URBANISMO, *on-line*; 6\_COMVIVA ARQUITETURA E URBANISMO, *on-line*; 7\_MACKENZIE PRESBYTERIAN INSTITUTE, *on-line*; 8\_CAU/MG - CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DE MINAS GERAIS, *on-line*; 9\_FÓRUM DE

Interessante marcar que a arquitetura enquanto disciplina, a partir das experiências abordadas, busca incorporar os espaços autoconstruídos em sua capacidade de atendimento, quando apresenta discursos de fomento de outros dispositivos para atuação em espaços antes apenas destinados à ausência da disciplina. Isso quer dizer que a própria disciplina, por meio de seus discursos, de forma estratégica aciona dispositivos para outra prática, mesmo que ainda dentro do mesmo dispositivo disciplinar. Os discursos apelam pela necessidade de atuação conforme a Lei nº 11.888/08, que instaura a prática da assistência técnica para as famílias de baixa renda. Contudo, ao que parece, os agenciamentos necessários, políticos ou econômicos ainda não se articularam para que dispositivos estratégicos sejam acionados a partir de outra lógica. De outra forma, a inserção da atuação técnica nos espaços autoconstruídos já é uma constante nos discursos técnicos e se insere na formação da arquitetura enquanto disciplina por meio de cursos de extensão, seminários, pesquisas e afins, apesar de não incorporada na disciplina da arquitetura.

No contexto dessa análise, importa dar destaque ao discurso técnico e político delimitado por um poder constitucional, a legislação urbanística. A legislação urbanística cria regras e padrões para o ordenamento urbanístico; é sua função, por meio de parâmetros urbanísticos, induzir e ordenar a produção do espaço urbano da cidade para os princípios traçados como base de sua formulação. O controle assumido por parâmetros pouco flexíveis e que não correspondem à cidade já produzida e, muitas vezes, distantes da realidade de produção por toda a população acaba por gerar espaços alheios aos seus princípios de construção. Com isso, cresce a dicotomia entre espaços urbanos ditos legais e ilegais: reflexo histórico de ações técnicas e políticas que consolidaram uma cidade acessível para poucos e com muitos obstáculos para muitos e uma série de distinções socioespaciais, muitas vezes, baseadas em conceituações técnicas.

*A ilegalidade e a informalidade são reflexos de normas, leis e tratados jurídicos que indubitavelmente indicam a complexidade da questão, mais associada à imposição de interesses econômicos e políticos, bem como parâmetros técnicos, do que preceitos legais (MORADO NASCIMENTO, 2019b, p. 12).*

Devido à própria ideia de existirem espaços urbanos legais e outros ilegais, ou seja, que não cumprem a normativa legal, promove-se a diferenciação técnica e espacial. Contudo, é difícil pressupor que todas as normas urbanísticas são praticadas nos espaços planejados e reconhecidos como legais. A leitura das cidades se mostra mais complexa do que as tentativas de construir taxonomias urbanísticas de diferenciação de territórios socioespaciais; o que acontece de fato é complexa sobreposição de produções em tempos e necessidades distintas, reflexos de direcionamentos políticos e econômicos na produção urbana. Morado Nascimento marca que existe um jogo de linguagem técnica que fomenta as análises urbanas e sugere a reflexão de análises a partir de uma nova ordem – propõe um novo jogo de linguagem urbana:

*Em meu jogo, proponho que favelas, vilas, ocupações urbanas, ocupações organizadas, aglomerados, cortiços, aldeias, quilombos, mocambos, loteamentos periféricos, assentamentos informais, assentamentos subnormais, assentamentos precários, assentamentos de interesse social e habitação social sejam transformados em moradia. E pergunto se seria possível questionarmos tais categorias, impostas de forma despercebida ou alienada, em busca de outro pensamento e outra lógica sobre a cidade (MORADO NASCIMENTO, 2019b, p. 7).*

A autora revela que a taxionomia urbana sugere fragmentações na cidade e propõe a possibilidade de alterar as classificações com as quais estamos familiarizados, tal como discutido a partir da teoria de Foucault. A partir dessa reflexão, discute como a técnica e a formulação de conceitos acadêmicos, também presentes nas normativas urbanas, influenciam o olhar, a atuação e as práticas de lidar com os espaços urbanos e com a sua produção.

Pretendo demonstrar que é preciso provocar dúvidas, abrir fendas, fazer surgir outras regras, contudo temporárias e mutáveis, em busca da inserção de outro jogo de linguagem e de outra lógica da prática a partir das incongruências, imprecisões, irregularidades e incoerências das nossas próprias práticas. Talvez essa seja a minha proposta de alternativa para a moradia (MORADO NASCIMENTO, 2019b, p. 8).

A questão colocada pela autora não propõe desqualificar os discursos já construídos historicamente acerca da temática urbana, mas refletir sobre a sua aplicação, ou seja, os efeitos de verdade. Importante pensar que a regra, no caso das cidades brasileiras, na verdade, é a exceção, e a exceção é a regra. Dessa maneira, a maioria das moradias autoconstruídas é considerada fora da regra, e a regra é atendida pela menor parte das moradias presentes no espaço urbano.

Regras, mapas, planos, modelos, determinados pontos de vista e particulares abordagens, bem como categorias, conceitos, indicadores e índices da arquitetura, do urbanismo e do planejamento urbano conformam um jogo de linguagem que alinha determinadas perspectivas e escolhas teórico-práticas contaminadas por lacunas, falhas, desordens, superposições e incompatibilidades (MORADONASCIMENTO, 2019b, p. 10).

As incompatibilidades estão presentes em virtude de modelos rígidos de planejamento e gestão do espaço por meio de leis e números que embasam tomadas de decisões técnico-políticas. Nascimento provoca a reflexão a partir do espaço real construído, chamando as discussões para tratar do que está no campo, no local, na vivência das pessoas, e não apenas no distanciamento acadêmico e técnico. A autora reforça a marcação: “não importa a autoria das definições institucionais, mas sim as evidências dessas representações que regem as intervenções do Estado, das organizações internacionais e do setor privado sobre esses espaços, incluindo a pesquisa e a extensão da academia” (MORADO NASCIMENTO, 2019a, p. 245).

No mesmo sentido, Benévolo (1976) diz a teoria, por vezes, ser inadequada para: tratar das dificuldades práticas dos processos os quais, entretanto, ajudou a colocar em movimento; e conseguir coerência por meio de restrições convencionais de seu próprio campo. Também em consonância com tal noção está Marques:

Mas se o mundo e as realidades se apresentam tão múltiplos poderíamos desejar que os dispositivos conceituais, projetuais e construtivos dos quais se valem os arquitetos e urbanistas também sejam diversos, híbridos, mutáveis, por vir, uma vez, que o nosso objeto de amor e/ou de trabalho são as cidades, ambiências, territórios, situações, arquiteturas e tudo que elas carregam (pessoas, pessoas, pessoas) e suas pequenas guerrilhas [...] (MARQUES, 2010, p. 18).

### 3.3.1 Discursos para a construção da ATHIS

A associação entre política e discurso técnico é ilustrada por uma reportagem publicada na *Revista Espaço e Arquitetura* (SAERGS; IAB/RS, 1976) cujo foco foi divulgar os temas que o IAB

do Rio Grande do Sul levou a debate no IX Congresso Brasileiro de Arquitetos (o destaque foi a tese da Moradia Econômica). A reportagem começa argumentando sobre a situação do arquiteto no Brasil, que, naquele momento, estava bem diferente do que há 20 anos antes. “Uma série de variáveis novas fruto do atual estágio socioeconômico por que passa o país, é evidenciada desde logo. A produção de arquitetura se faz num cenário e sob certas condicionantes que o sistema político-institucional impõe” (SAERGS; IAB/RS, 1976, p. 2); e continua afirmando que a atuação do arquiteto ainda era insatisfatória diante das soluções do “espaço físico brasileiro”, que pertence à sua formação: “a identificação da profissão do arquiteto é incorreta e contraditória” (SAERGS; IAB/RS, 1976, p. 2). Noutro trecho da reportagem, uma reflexão do papel do arquiteto como profissional liberal aponta para o seu trabalho atual se produzir por meio de intermediações: “Muitas vezes a criatividade do profissional – essência do projeto da arquitetura – está a serviço do intermediário com vistas à mercantilização do produto arquitetural, para obtenção antes do lucro do que da solução das funções espaciais em si” (SAERGS; IAB/RS, 1976, p. 2).

Ainda sobre a reportagem, importante marcar os argumentos do discurso técnico para a necessidade de implantação do programa, sendo sugestão do programa o financiamento por meio da Previdência Social como prestação de serviço da área da arquitetura. Afirma-se que é uma tomada de decisão significativa para a inclusão do exercício da arquitetura de massa no Brasil, a qual finalmente incluiria em definitivo o arquiteto na resolução dos problemas de organização espacial de camadas significativas da população; entre outros pontos, os seguintes:

[...]

- Que essas construções, atualmente, são executadas por, em grande parte, por leigos e organizações (“atravessadores”) descomprometidos com o processo de desenvolvimento urbano planejado e de tecnologia adequada;
- Que a isenção pura e simples implica uma redução injustificável do mercado de trabalho;
- Que este assunto tem sido encarado de um ponto de vista meramente filantrópico e paternalista;
- Que é na moradia econômica onde mais necessária se torna a assistência técnica de profissional habilitado;
- Que privar os profissionais de sua participação no problema é retirar-lhes uma significativa parcela de sua função social, enquanto o país realiza elevados investimentos e esforços na solução dos problemas habitacionais e na formação destes técnicos;
- Que noutras áreas de cunho social, o governo tem encontrado os caminhos para a assistência técnica às camadas mais pobres da população, como no caso da assistência técnica e judiciária (SAERGS; IAB/RS, 1976, p. 4).

Nesses destaques é importante analisar como pano de fundo a questão do projeto autoral e sua perda de significado devida a questões políticas, sociais e econômicas, bem como as perdas de um nicho de trabalho almejado pela classe de arquitetos, campo de atuação nas resoluções dos problemas urbanos, e da articulação com projetos autorais e sem intermediações. As queixas atuais, da mesma forma, são baseadas dentro de tal abordagem, ou seja, do não reconhecimento do papel do arquiteto e suas possíveis soluções para os problemas urbanos. Ainda dentro da mesma perspectiva de pouca atualização do discurso técnico, a reportagem se referiu à implantação de um programa de assistência técnica gratuita ao projeto e à construção da moradia isolada para pessoas carentes de recursos. Além de ter a preocupação com as questões urbanas, foi

proposta do programa “o desencadeamento de um processo na busca de soluções, pelo menos naquilo que o arquiteto como arquiteto pode oferecer” (SAERGS; IAB/RS, 1976, p. 2). A última citação demonstra o discurso a partir de uma posição de estagnação do papel do arquiteto e uma falta de motivação para um posicionamento diferente e com uma outra abordagem de serviços.

Em 1976, foi discutido pelo Sindicato dos Arquitetos do Rio Grande do Sul o estudo de viabilidade de Programa de Assistência Técnica ao Projeto e Construção da Moradia Isolada para Pessoas Carentes de Recurso, ATMI, em prol de, logo em seguida, uma adaptação no discurso que pautou o Programa de Assistência Técnica à Moradia Econômica, ATME.



Figura 7 - ATMI e ATME  
Fonte: SAERGS/IAB/RS, 1976, s.n.; SAERGS, 1977, s.n.

Outro documento conta mais sobre o caminho do discurso técnico em prol da implantação de um programa de assistência técnica, cujo nome é simplificado: Assistência Técnica para a Moradia Econômica (ATME). O documento, estudo de viabilidade do ATME, também produzido pelo SAERGS (1977) foi dirigido ao Presidente do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia da 8ª Região; nele consta que os propositores eram cientes sobre a proposta não solucionar o problema habitacional brasileiro, um passo possível dentro das atribuições do profissional da arquitetura por focar a responsabilidade técnica do arquiteto perante a sociedade. Ponto importante foi a contradição apontada para a motivação do programa de ATME, nascido justamente no momento em que o CREA garantia grande número de isenções da obrigatoriedade de um profissional para legitimar a responsabilidade técnica do projeto/execução de obra. Os Conselhos possuem a prerrogativa de isenção, e o CREA/RS fixou, por meio de ato normativo, a isenção para o projeto e construção de obras de pequeno porte, caracterizando isenções por meio de metragem quadrada de área construída. Como exemplo, a isenção para construções de casas em madeira, depósitos e galpões com área de 80 m<sup>2</sup>, de um só pavimento e sem estruturas especiais, podendo ter até 18 m<sup>2</sup> de alvenaria, entre outras isenções da responsabilidade técnica.

Conselhos de outros Estados, como os de Santa Catarina, Minas Gerais, Paraná e Rio de Janeiro também possuíam atos normativos regulando a isenção. Nesse sentido, o sindicato reconhece a importância das isenções e justifica-as como “uma forma de dar atendimento, ou ao problema social da habitação das classes de baixa renda, ou à redução das atuações de profissionais, pela prática de acobertamento” (SAERGS, 1977, p. 16). A consequência rápida dessas isenções seria a diminuição da atividade de fiscalização dos CREAs, deficitária na maioria dos casos; contudo, questiona-se a ampliação dos indicadores da isenção da responsabilidade técnica, face à pressão atuante das prefeituras municipais com o intuito de favorecer a população de menor condição econômica ou o interesse político. O sindicato ainda afirmou que CREAs de outros Estados analisavam em conjunto o aumento para 120 m<sup>2</sup> as prerrogativas de isenção; além disso, indicou que foram feitos estudos e reuniões sobre a questão das isenções, escrevendo acerca de resultados de reunião ocorrida em 05/02/1976:

Nessa reunião, o representante do SAERGS enfatizou a necessidade de se revisar em profundidade a questão das isenções de responsabilidade, especialmente por entender que o CREA não teria competência para retirar ou diminuir, qualitativa ou quantitativamente, as atribuições profissionais conferidas pela Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, e, expressando o ponto de vista da Câmara de Arquitetos, acrescentou que as isenções em tela seriam um modo errôneo de enfrentar o problema social da moradia econômica. Assim sendo, quer sob o ponto de vista profissional, quer sob o ponto de vista sócio-econômico, não estaria aí a solução do problema, mas sim na instituição de um programa oficial de assistência técnica de arquitetura, em bases previdenciárias (SAERGS, 1977, p. 16).

Contribuindo com a análise contrária à isenção da responsabilidade técnica, argumenta: “o simples fornecimento gratuito de plantas não pode, por si só, resolver o problema” (SAERGS, 1977, p. 18). Essa argumentação e a construção de discurso técnico merecem análise detalhada: os argumentos contrários à isenção são a partir do discurso produzido da relevância da atuação do arquiteto diante da possibilidade de disponibilização de projetos, o que realmente não faz sentido; também vale observar que, ao promover o debate acerca da necessidade técnica gratuita para a população de baixa renda, questiona-se a isenção da responsabilidade técnica para esse mesmo grupo social, sujeitos conceituados a partir da prática da autoconstrução. O que está em pauta é unicamente a exigência da atuação técnica, mas não a partir de seus pressupostos e mecanismos, ou seja, ressalta a importância de se ter a responsabilidade técnica – contudo, subsidiada para os moradores envolvidos.

Por outro lado, a isenção da reponsabilidade técnica traz consigo a desburocratização institucional e permite que construtores com pouco acesso ao serviço de arquitetura possam não ser taxados como fora das regras. E fato importante é que, com a necessidade ou não da responsabilidade técnica, poucos são os construtores de baixa renda que acessarão os serviços de um arquiteto. Isso porque muitos os consideram burocráticos e onerosos e não estão familiarizados com tal tipo de serviço. Nesse sentido, a isenção não aproxima os dois universos; assim, quem constrói alheio ao conhecimento técnico dos arquitetos provavelmente continuará construindo com ou sem isenção. O que pode realmente ser transformado na ausência de reponsabilidade técnica é a conceituação perante as materialidades produzidas, importante também. Fica claro que, para o grupo de propositores, a intenção era evitar a perda de um mercado promissor dentro de suas competências de trabalho; portanto, instituir a necessidade de suporte técnico para

as famílias de baixa renda e ser pago pelo Estado pareceria mais interessante do que oficializar a ausência do arquiteto, mesmo que de forma legal, nos processos construtivos de significativa parte da população.

Ainda sobre a negociação para a implantação do programa de assistência técnica que culminou na Lei nº 11.888, de 2008, o deputado federal Clovis Ilgenfritz, logo após a aprovação do Estatuto da Cidade, em 2002, impetrou para aprovação o Projeto de Lei (PL) nº 6.223/2002, que, segundo o autor, seria semelhante ao Sistema Único de Saúde (SUS), uma espécie de SUS da Arquitetura e Urbanismo (o objeto desse PL era o de instituir o ATME). Interessante notar que o PL faz referência a uma moradia popular e econômica, o que estava alinhado com o pensamento técnico marcado por uma série de eventos que discutiam racionalização e economia na provisão de moradia para os trabalhadores nas décadas de 1930 e 1940. O PL é direcionado à provisão de novas moradias e não dá atenção a possíveis alternativas de intervenção em moradias já existentes. Em seu artigo 2º, o texto do PL revela a preocupação com o ordenamento territorial urbano das cidades e da formalização nos ditames legais das construções, sendo essa preocupação reafirmada no artigo 23, que cita como uma das possibilidades da comprovação do serviço a certidão de “habite-se” pelo órgão municipal. Os beneficiários da assistência deveriam se enquadrar na diretriz do artigo 4º do PL, que previa que a qualificação para atendimento se daria pelos seguintes critérios: “toda família ou grupo com até três pessoas, com renda total mensal total até cinco salários mínimos ou com mais de três pessoas com renda per capita mensal não superior a um e meio salário mínimo” (PL nº 6.223/2002). O PL fixava que cada beneficiário poderia ser atendido pelo programa apenas uma vez, o que tira do atendimento da lei edificações consolidadas, já que é comum a intervenção das pessoas, até mais de uma vez, em suas casas para atendimento de suas demandas ao longo do tempo. O PL também institui um nome para o profissional prestador de ATME (Agente Técnico Profissional), o que se daria a partir de um prévio cadastramento nas entidades profissionais, e faz menção ao tipo de conhecimento necessário para sê-lo:-

Parágrafo único. O profissional encarregado da prestação dos serviços técnicos deverá estar preparado para orientar processos não tradicionais de construção, tais como a efetuada através de mutirões e formas solidárias assemelhadas (BRASIL, 2002b).

Após o final do mandato do deputado Clovis Ilgenfritz, promotor do PL da ATME, o então deputado Zezéu Ribeiro assumiu a continuidade da pauta. A partir do PL do ATME de 2002, outras resoluções foram consolidadas com a mesma intenção e variações em suas diretrizes. Ilustro as modificações a partir do Projeto de Lei nº 6.981-C, elaborado em 2006, que não cita mais a ATME e flexibiliza parâmetros legais para o ordenamento territorial; buscava assegurar às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para habitação de interesse social, desde o projeto até a construção. Esse PL tinha a intenção de complementar a Lei nº 11.124/2005, e tal iniciativa era respaldada pela Constituição Federal de 1988, pois seu artigo 6º estabelece a moradia como um direito social. O PL institucionaliza o conceito de arquitetura e engenharia públicas, originado a partir do debate de entidades profissionais dos arquitetos da época, e seu texto foi consolidado a partir do debate realizado em seminário nacional realizado em outubro de 2005, em Campo Grande, e de outros projetos em tramitação na Câmara dos Deputados. A aprovação como lei se deu em 2008 (Lei nº 11.888/2008), a conhecida Lei da Assistência Técnica

à Habitação de Interesse Social – a Figura 8 ilustra a linha do tempo de construção da política em torno de sua aprovação. O artigo 2 da lei prevê que:-

[...] as famílias com renda mensal de até 3 salários mínimos residentes em áreas urbanas ou rurais, tem garantido a assistência técnica gratuita para o projeto e a construção da habitação de interesse social para sua própria moradia. (BRASIL, 2008, Lei nº 11.888, artigo 2º)



Figura 8 - Linha do tempo de construção da política de ATHIS

Fonte: CAU/SC, 2018, p. 50-51. Cartilha ATHIS – Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social: um direito de todos.

A Lei nº 11.888/2008 foi pensada, dentre outros motivos, para preencher uma lacuna da política habitacional que não considerava a possibilidade de atuar na intervenção de casas construídas. Ao contrário disso, a legislação da política habitacional sempre foi fomentada pela construção de novas edificações para suprir o déficit habitacional. Sobre isso, Santo Amore (2016) aponta que os dados do déficit que justificam a produção de novas moradias também atuam no sentido de mostrar que “a necessidade de intervir sobre a inadequação é maior do que a própria necessidade de repor estoque” (SANTO AMORE, 2016, p. 13). Contudo, a necessidade dessa intervenção é sempre colocada como prerrogativa da atuação disciplinar; para ilustrar, vale evidenciar que, em 2002, foi elaborado o Projeto de Lei nº 6.699/2002, com o objetivo de criminalizar a prática da autoconstrução. A proposição é a alteração do Código Penal brasileiro em parte que determina como atividade ilegal o exercício de algumas atividades profissionais sem permissão legal e pena para quem o faça. A proposta do PL é a inserção das atividades do arquiteto, engenheiro e agrônomo no rol de proibições.

Art.1º O artigo 282 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de setembro de 1940, passa a vigorar com a seguinte redação: Art. 282 – Exercer, ainda que a título gratuito, a profissão de médico, dentista, farmacêutico, engenheiro, arquiteto ou agrônomo, sem autorização legal ou exercendo-lhes os limites:

Pena – detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos.

Parágrafo único – Se o crime é praticado com fins lucrativos, aplica-se também, multa de 2 (dois) a 20 (vinte) salários mínimos. (BRASIL, 2002, Lei nº 6.699)

A proposta do PL criminaliza a prática da autoconstrução sem atuação técnica, porém, não trata da prática como provedora de moradia para grande parte dos brasileiros. Ao se tornar obrigatória a atuação técnica, é fundamental rediscutir a lei que faz previsão de assistência técnica gratuita para as populações de baixa renda, Lei nº 11.888/2008. Importante, nesse contexto,

discutir o subsídio do Estado, pois não há regulamentação para tal. Contudo, o PL busca, na verdade, possibilitar uma reserva de mercado a profissionais e não discutir um problema habitacional – torna-o vazio de sentido no contexto brasileiro e de difícil aplicação efetiva. O PL recentemente voltou à pauta de discussão da Câmara dos Deputados, mas não colocado em votação.

Aprovada em 2008, a Lei da Assistência não teve efeitos significativos na produção do espaço urbano, sobretudo, como política pública.

Reformar é mais caro que construir de novo, ‘obras civis pulverizadas não criam frentes de trabalho que interessem às construtoras’, ‘não há quem assuma a responsabilidade técnica pela execução de reparos em construções existentes’... Entre afirmações como estas continua-se destruindo — mais que edifícios, laços, vínculos, estéticas que constituem, enfim, a nossa cidade — para fazer de novo; ou esconde-se a real manutenção e consolidação de precariedades. Há que se reconhecer que o “problema” requer novas formulações e que as possibilidades de solução não podem ser simplificadas pela lógica da gestão das carências que não são sequer identificadas convenientemente (AMORE, 2016, p. 18).

Ainda sobre a pouca aplicação da Lei de Assistência Técnica, é importante constatar que, para a sua aprovação, houve pressão do campo técnico. Entretanto, após 10 anos de sua aprovação, não há pressão popular para a sua aplicação e regulamentação. Nas entrelinhas, sugiro a hipótese de a lei não possuir sinergia com as demandas populares e o formato proposto via projeto e atendimento por família não ser adequado ao público que se destina. A lei foi formatada a partir do que os arquitetos sabem fazer – projeto arquitetônico –, mas é preciso entender a demanda a partir das práticas de todos os envolvidos. O confuso discurso em torno da narrativa construída para a implantação da Lei de Assistência Técnica, somado à sua pouca efetividade na produção do espaço urbano para as famílias beneficiárias desse programa, ao menos apontou o foco para a questão da técnica da arquitetura para aqueles sem acesso a essa categoria profissional.

A partir de 2010, foram dados os primeiros passos preconizados pela lei; recentemente houve aumento significativo de seminários, congressos e cursos para da temática. Escolas de arquitetura também começaram a se mobilizar em torno da discussão, não como uma repetição da narrativa já construída, e sim reforçando a necessidade da articulação de novos dispositivos para a atuação em espaços conceituados não disciplinares. Com isso, as iniciativas de discussão partem tanto da atuação técnica como dos discursos que constroem a disciplina da arquitetura, até mesmo com destaque em discursos governamentais. Tais iniciativas nomearam essa prática como Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social (ATHIS), e são fomentadas desde por cursos de pequena duração oferecidos por escritórios, seminários e fóruns promovidos pelo CAU Brasil e CAU regionais, IAB, prefeituras, cursos de especialização de faculdades privadas, cartilhas, plataformas digitais e grupos de pesquisas até pesquisas acadêmicas. Para ilustrar a agitação do tema, tem-se a Figura 9, uma montagem a partir de recortes de chamadas de algumas dessas iniciativas (nota-se a presença do CAU na discussão de ATHIS).



Figura 9 - Discursos acadêmicos e ATHis  
 Fonte: a autora.<sup>30</sup>

Para reafirmar o empenho ilumino o plano estratégico por caminhos de implantação da ATHis desenvolvido pelo CAU/SC (2017): um documento que retrata estratégias de aplicação para demandas atendidas por rede pública ou privada. A Figura 10 apresenta percurso proposto para a atuação do Estado de Santa Catarina.

30 Composição feita a partir de: JATHIS, *on-line* (201[7]); JATHIS, *on-line* (201[8]); CAU/BR, *on-line* (2018); CAU/PB, *on-line*; ARQUITECASA, *on-line*; CAU/MG; *on-line*; JATHIS, *on-line* (201[9]); CAU/BR, *on-line* (s.d.); CAU/CE, *on-line*; (2019); OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, *on-line* (2019); CAU/GO, *on-line* (2020); CAU/RS, *on-line* (2019); INSTITUTO PÓLIS, *on-line*; (2019).

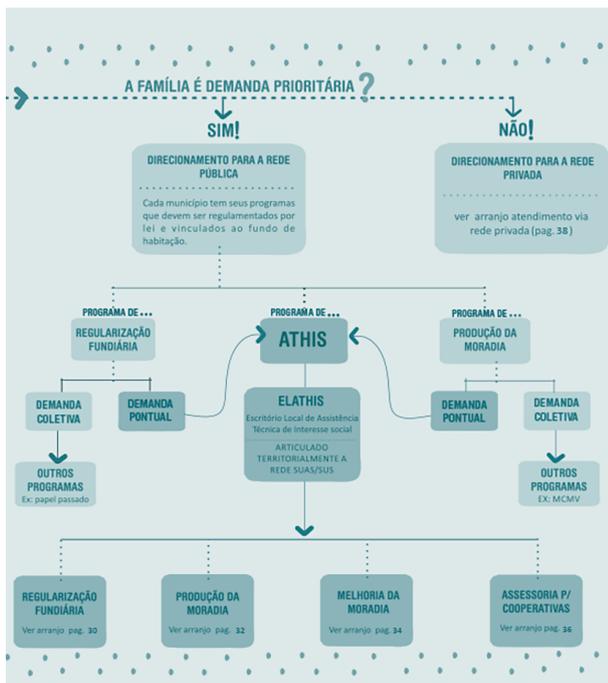


Figura 10 - Proposta de estrutura para a ATHIS promovida pelo Estado de Santa Catarina  
 Fonte: CAU/SC, 2017, p. 29.

Em detalhamento da melhoria da moradia, a cartilha propõe cenários possíveis e desafios a partir do seguinte fluxo:

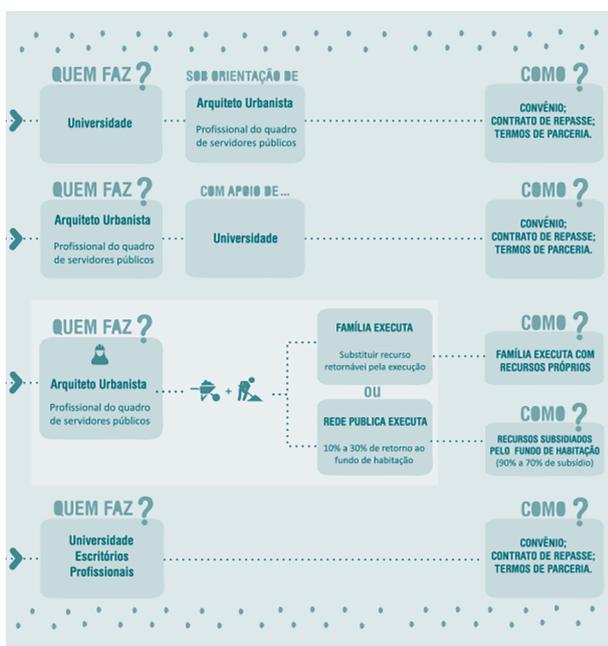


Figura 11 - Proposta de estrutura para a ATHIS por melhoria habitacional no Estado de Santa Catarina  
 Fonte: CAU/SC, 2017, p. 33.

Com relação à atuação não governamental o CAU/SC (2017) propõe, de maneira análoga, cenários, desafios e fluxos de tramitação. A Figura 12 demonstra encaminhamento de demandas a partir de critérios de prioridade de demandas. Como retratado na Figura 10, a demanda pode ir pela via da rede do Estado ou pela via privada, em função de a demanda ser prioritária ou não.

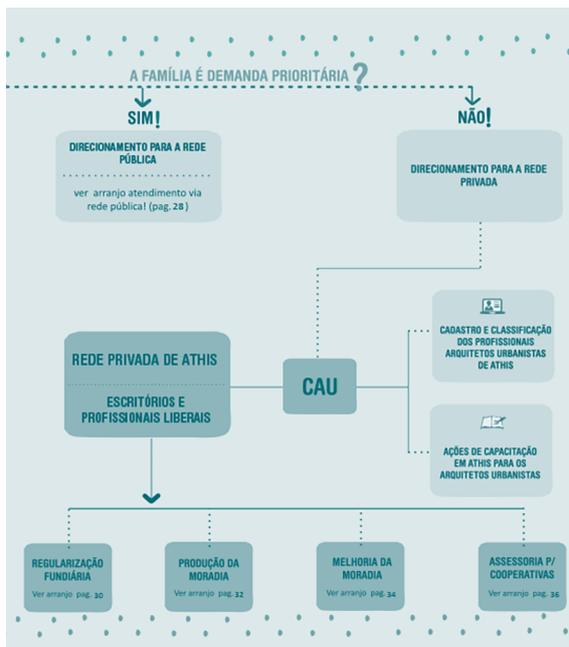


Figura 12 - Proposta de estrutura para a ATHIS em prol de melhoria habitacional pela iniciativa privada  
 Fonte: CAU/SC, 2017, p. 39.

A proposta para a melhoria habitacional pela iniciativa privada propõe quatro passos: 1) diagnóstico de necessidades de intervenção junto à família e elaboração do plano de intervenção; 2) elaboração do projeto arquitetônico executivo; 3) execução da reforma; e 4) avaliação pós-ocupação. Para tanto, um fluxo foi proposto (FIGURA 13).

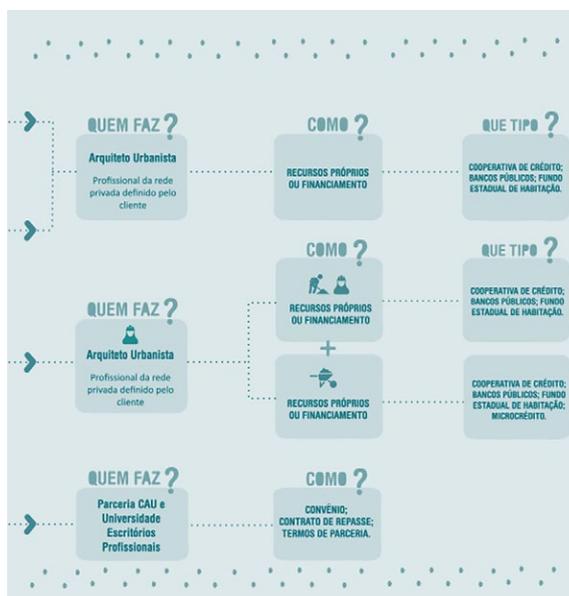


Figura 13 - Proposta de estrutura para a ATHIS em prol de melhoria habitacional pela iniciativa privada  
 Fonte: CAU/SC, 2017, p. 43.

As propostas e os cenários retratados possuem como foco a localização do arquiteto e urbanista no contexto da ATHIS e as suas possíveis formas de financiamento. Os discursos estão concentrados na valorização dos mecanismos já conhecidos dos arquitetos, e por isso o acionamento dos dispositivos segue a mesma linha. Esse planejamento estratégico não trata do sujeito

da construção/morador e suas necessidades e alinhamento com suas lógicas de produção. E a análise dessa cartilha evidencia como as narrativas oficiais, ou seja, legitimadas como promotoras e agenciadoras das possibilidades de atuação estão se estruturando para a construção da necessidade do discurso disciplinar da ATHIS como verdade, bem como a importância de sua aplicação dentro desse molde. Estão presentes mecanismos que demonstram efetivamente a disciplina, como projetos arquitetos e suas variações, e a necessidade de emissão e pagamento de RRT. Essa proposta, apesar de válida, ainda está distante da realidade dos sujeitos da construção/morador: além de eles não aparecerem nos gráficos propostos, o foco da cartilha é na adequação da ATHIS aos contextos público e privado – e não na adequação e alinhamento junto aos envolvidos.

Ainda é incipiente um movimento de tentativa de reestruturar a prática do arquiteto, reconhecendo a importância de se entender o que se passa no local, na vida das pessoas, ou seja, uma arquitetura a partir da prática vivenciada e reconhecimento de vivências e, a partir daí, de alternativas de exercício da arquitetura – esta tese advoga nesse sentido. Paralelamente surgem experiências de atuação a partir de um modelo de negócio não muito comum aos arquitetos nos espaços autoconstruídos. Também a academia, por meio de grupos de pesquisa, ativistas ou em disciplinas de graduação e pós-graduação, ensaia modelos de inserção da técnica nas experiências construtivas autoconstruídas. Alves marca que não é de hoje que docentes e estudantes de arquitetura mais “engajados com uma visão crítica e transformadora da realidade” (ALVES, 2014, p. 57) reivindicam atividades curriculares que incluam teorias e práticas de canteiro de obras, projetos e vivências de pesquisa que se vinculem a soluções baseadas nos problemas reais da cidade.

É interessante notar que o discurso técnico, a partir da necessidade de se pensar a atuação nas práticas autoconstruídas, cunha nomes como “arquitetura social” ou “arquitetura para todos” e legitima novamente práticas de atuação. Assim, crescem no Brasil escritórios amarrados no conceito de “negócios de impacto social”, que, dentro de uma abordagem do mesmo, atuam em espaços onde antes não eram comuns arquitetos associados. As escolas de arquitetura e urbanismo, ao longo do tempo, foram mobilizando o discurso da lacuna da prática profissional para os espaços autoconstruídos, e os negócios sociais mobilizaram discursos que convidam e justificam a prática técnica atuar nesses espaços, ainda que com uma matriz de atuação calcada em preceitos disciplinares.

O interesse dos discursos disciplinares na ATHIS caracteriza a aproximação dos dispositivos disciplinares nos espaços autoconstruídos. Sendo assim, quais as narrativas são construídas a partir dos discursos expostos? Em primeiro lugar, pontua as narrativas que tratam da necessidade urgente de inserção técnica da arquitetura nas habitações de interesse social, nos espaços autoconstruídos; segundo, os arquitetos precisam de se capacitar para essa atuação; e, por fim, existe um mercado atraente de pessoas que precisam desse serviço, como também existe um mercado latente a ser capacitado. O ponto importante é perceber que o que era considerado uma atuação à margem ou de arquitetos ativistas, por que não arquitetos “indisciplinados”, passa a ser cultuado como atuação disciplinar consciente do papel do arquiteto na sociedade (atuação vinculada à preocupação com o social) e a ter o discurso técnico disciplinar a seu lado. A inserção

dessa narrativa nos discursos disciplinares garante uma atuação dentro da forma de organização capitalista de produção do espaço urbano com uma abordagem preocupada com as questões sociais voltadas a uma população que sempre esteve à margem da atuação. Nesse sentido, há uma adequação do discurso para uma ação possível dentro das opções de acionamento do dispositivo disciplinar. Dá para perceber que é uma atuação que corresponde a uma demanda da própria disciplina, que está se arranjando a partir de discursos econômicos e políticos para a proposição de uma atuação disciplinar da arquitetura dita de impacto social.

A reflexão proposta aponta que não há preenchimento da lacuna, bem como poucos indícios de modificação do *modus operandi* da prática profissional. Estamos diante de uma ampliação do campo de mercado do arquiteto e urbanista, sobretudo, do ponto de vista do mercado da construção civil. A lacuna, cada vez mais camuflada, da pouca inventividade do papel do arquiteto ou da resignificação de seu potencial ainda não está preenchida; o que acontece é mais do mesmo, ainda baseado no aparato legal, econômico e político. Além disso, existem discursos técnicos que entendem a ATHIS dentro do eixo destacado como análise dessa pesquisa. As respostas às críticas do papel do arquiteto na sociedade, bem como seus efeitos históricos de uma desvinculação das práticas da cidade, ainda estão na superfície da discussão, não alcançando a profundidade da ruptura presente. As experiências acadêmicas são pontos de discussão e prática crítica, contudo, ainda não refletiram na ruptura da prática profissional. Segundo Marques (2010, p. 20), “torna-se necessário mais uma vez buscarmos desestabilizar essa falsa zona de tranquilidade, na qual repousam ferramentas conceituais, projetuais e construtivas dessituadas, desalojadas, desencarnadas das subjetividades contemporâneas, mas ainda hegemônicas”.

### 3.4 DISPOSITIVOS

Este item faz o arranjo entre os discursos marcados e o jogo necessário criado para a formação dos dispositivos disciplinares ou não da arquitetura. As marcações feitas até aqui fundamentam que os discursos e as práticas para a disciplina da arquitetura têm sido moldados a partir de jogos políticos e econômicos da forma como a conhecemos hoje. Existiu uma rede de formação de regras, condutas e códigos alimentados por saberes que definiram qual deveria ser a disciplina a ser adotada. Por meio disso, entrelaçando os elementos discursivos ou não discursivos, está o dispositivo que sustenta estrategicamente o poder disciplinar, e é sustentado por ele. Sendo assim, o dispositivo sustenta o saber disciplinar da mesma forma que é alimentado por ele.

Na construção dos dispositivos, em determinado momento histórico, como já demarcado, o arquiteto se desvinculou da forma de atuação em que os dispositivos o permitiam estar ao mesmo tempo na manufatura da obra e na sua atribuição intelectual. A partir da nova configuração, há o reposicionamento dos discursos, ditos e não ditos, das instituições e dos elementos constitutivos dos jogos da disciplina, para que o dispositivo modificasse suas funções e sua posição. A sua função estratégica começou a responder a uma nova urgência, a do trabalho intelectual do arquiteto e sua vinculação com a materialidade. Assim sendo, os dispositivos disciplinares

da arquitetura sustentam a sua prática, ou seja, está nesse dispositivo todo o jogo de relações e forças necessárias discursivas ou não para sustentar a disciplina da arquitetura. Aproximando da atuação técnica ressalto que está no dispositivo toda a maneira do arquiteto de se posicionar na sociedade, a sua maneira de se vincular às pessoas e ao espaço construído. Nesse sentido, para além dos discursos, estão suas formas de regulamentar a profissão, suas atribuições e toda a sua base de operação.

Atualmente, a base de operação do arquiteto se dá, sobretudo, a partir de uma supervalorização do projeto arquitetônico, enquanto fim de sua atribuição, e com distanciamento da materialidade e da própria maneira como acontece a produção das cidades. Kapp e Baltazar (2004), a propósito, trazem luz aos processos produtivos dos arquitetos fundamentados a partir do século XX, os quais são adotados até hoje e se referem a etapas de demanda, projeto, execução e uso. Referidas etapas estão no arcabouço de atividades do arquiteto, embora ele se mantenha, na maioria dos casos, distante da construção.

Na etapa da demanda, seja estimulada por um valor de uso ou – o que é mais comum – por um valor de troca, o arquiteto entra em cena, discutindo e definindo necessidades e condicionantes, embutindo as suas próprias expectativas e poéticas (por vezes bastante remotas), até fixar o chamado “programa de necessidades”. Na etapa de projeto, ele faz as articulações entre investidores, usuários, especialistas técnicos e poder público, sintetizando-as em diversas versões de desenho, dos estudos preliminares ao detalhamento executivo. Na fase seguinte, esses desenhos se tornam a principal instância de legitimação da organização do trabalho no canteiro. Por fim, uma obra concluída é “entregue” ao uso, atrofiado de antemão pelas limitações que o objeto assim produzido lhe impõe. Em todo o processo, supõe-se que as etapas não devam se cruzar sem a mediação do arquiteto. Para que demanda, projeto, construção ou uso tenham efeito uns sobre os outros, passam primeiro pelo seu arbítrio. Acontecimentos que escapam a essa lógica (como é o caso de projetos definidos pela própria construção, obras sem programas e desenhos ou construções concomitantes ao uso) são tratados como ruídos no sistema. Sua adjetivação vai do “anti-econômico” ao “informal” ou “ilegal”, e de seu resultado se diz que “não é arquitetura” (KAPP; BARLTAZAR, 2004, p. 76).

Na citação é possível perceber como é papel do arquiteto o alinhamento das etapas do processo de construção, da fase de concepção ao uso, e, para isso, tem-se como referência o projeto para a organização de etapas. O projeto para esse desenvolvimento é desagregado em níveis diferentes de detalhamento e objetivos distintos, os quais usualmente se dão com as seguintes nomenclaturas: estudo preliminar, anteprojeto, projeto básico, projeto executivo e outros complementares a estes. O projeto arquitetônico, a partir de uma análise histórica, é estancado em suas prerrogativas disciplinares, e para justificar pouca inventividade construtiva está o fato de os projetistas, clientes em geral e órgãos públicos preferirem a construção convencional, com a qual (e também rotina) estão familiarizados. O discurso técnico e sua pouca capacidade de renovação influenciam na estagnação do setor da construção civil, no que diz respeito à tecnologia e técnicas de construção, e nas ferramentas de suporte técnico. Essa pouca inventividade é facilmente percebida no espaço urbano onde prevalece a monotonia de experiências construtivas.

Em linhas breves, o dispositivo, formado a partir de práticas discursivas e não discursivas, é acionado pelo arquiteto no momento em que se vincula a uma possibilidade de atuação. A partir daí diversos mecanismos dos dispositivos começam a tomar posição até a materialidade ou ocupação, seguindo as etapas já citadas do processo produtivo. Para isso, são acionados, projetos,

visitas, conversas, representações da proposta em imagens e desenhos, entre outros mecanismos de atuação do arquiteto que fazem parte de sua matriz disciplinar de atuação. Voltando a Foucault, vale reafirmar que os mecanismos refletem as práticas discursivas, uma vez que sua escolha e prática mobilizam um “conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou linguística, as condições de exercício da função enunciativa” (FOUCAULT, 1995, p. 136). O autor ainda acrescenta que a prática discursiva é o elo de ligação entre a prática e o discurso; e nesse sentido exploro o sentido de mecanismo como parte integrante do dispositivo e resultado de discursos, intenções na prática a partir de um momento histórico.

É importante deixar claro que, apesar de explorar a abordagem de três tipos de práticas discursivas (projeto, mediação e interface), não restrinjo a atuação técnica no cenário atual a essas possibilidades e mecanismos acionados para a materialização da arquitetura. O objetivo de detalhá-las é trazer para a discussão as diferentes prerrogativas da atuação, as quais também buscam de maneiras distintas se vincular ou não ao saber disciplinar, conforme revelado no capítulo 5.

### 3.4.1 Projeto

O projeto é a ferramenta de trabalho dos arquitetos, sobretudo, os que atuam dentro dos preceitos tradicionais da arquitetura. Nele está presente o desenho arquitetônico cuja principal função é informar como será o objeto a ser construído e organizar as operações no canteiro de obras para a sua execução. O desenho arquitetônico é orientado por meio de normas, como da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), e consta nas disciplinas de ensino da arquitetura. Littlefield (2011) escreveu um manual do arquiteto e, nele, aponta algumas diretrizes para o projeto, e vale ressaltar. A obra aludida pretende ser a base de consulta para a referência de dados e princípios necessários ao desenvolvimento do trabalho do arquiteto; o autor reconhece que não estão presentes todas as normas técnicas e exigências legais a serem observadas no exercício da atividade do arquiteto, apesar de ser um livro denso e com grande número de páginas. O autor deixa claro também que não pretende tratar de estética e poética, mas, sim, de elementos necessários ao desenvolvimento de um projeto, e ressalta a constante mutação dos códigos e normas para a elaboração de um projeto. Como padrões de desenho, é destacado que se deve acompanhar uma variedade de elementos associados ao próprio desenho: “uso de layers (camadas), margens do desenho, sistemas de numeração de desenho, texto e estilos de dimensão, notas padronizadas e símbolos” (LITTLEFIELD, 2011, p. 15). Os símbolos seriam parte integrante e fundamental da linguagem do desenho.

Manuais com referências técnicas de dimensionamento, planejamento e normatizações de projeto são comuns, e sua análise revela a complexidade atribuída à elaboração e leitura de um desenho arquitetônico. No campo da arquitetura, é importante ressaltar que uso e aplicação do projeto e do desenho arquitetônico são necessários em diversos contextos da produção arquitetônica. A padronização mediante códigos e símbolos universais para uma leitura possível

por diferentes pessoas, em diferentes momentos e empresas que compartilham projetos e usam certificação, entre outros casos, justifica normatizações e símbolos.

Por outro lado, em 1976, Ferro divulgou o texto *O canteiro e o desenho* (consultado para a tese sua edição de 2006); a partir de então, provocou um novo olhar sobre o papel do projeto na arquitetura. Ferro (2006) assume que no modo de produção capitalista, tal qual como vivemos, a casa é uma mercadoria e, tal como qualquer produto, tem a finalidade de gerar lucro. O autor questiona o formato de mercadoria da arquitetura a partir de suas relações de produção, ou seja, são questionadas as relações presentes desde a concepção do projeto até a sua materialização, sobretudo, as relações presentes no canteiro de obras e o papel do desenho, projeto. O autor, de forma sintética, define o seu principal argumento como: “a função fundamental do desenho de arquitetura hoje é possibilitar a forma mercadoria do objeto arquitetônico que sem ele não seria atingida (em condições não marginais)” (FERRO, 2006, p. 107). O desenho, a partir do século XX, assume a função de “mediador generalizado na construção”. Nesse sentido, os diferentes códigos empregados no projeto serviriam para diferenciar hierarquias de conhecimento e, com isso, poder. Os mestres de obras saberiam menos dessa codificação do que os arquitetos e engenheiros, e, assim, é percebida a distinção dentro do canteiro: “código é coisa de comunicação, mas também de exclusão” (FERRO, 2006, p. 131). O autor defende que a natureza da arquitetura, a técnica, o canteiro e o desenho não são responsáveis pelo que vemos, mas é a estrutura de suporte que possibilita tais relações, e conclui: “fundamentalmente, o desenho é instrumento de quem não espera a participação lúcida do operário – mesmo se o canteiro a dispensa. Não espera porque não quer e não pode – ou não servirá ao capital” (FERRO, 2006, p. 198).

Seguindo a linha de pensamento de Ferro (2006), Bicca (1984) corrobora ser a concepção do projeto a todo momento focada em dirigir os diferentes trabalhos materiais que ocorrem no canteiro; o autor enfatiza a importância do projeto como retrato de um saber academicamente reconhecido. O domínio do saber, nesse sentido, destaca a posição que o arquiteto ocupa na divisão técnica e social do trabalho, da mesma forma que não ter esse saber reconhecido confere a posição do trabalhador no canteiro de obras. Vale ressaltar que a posição dos arquitetos, ainda segundo Bicca, é o trabalho só finalizar após a conclusão da obra. No entanto, o que se percebe é apenas uma vigilância no canteiro para a validação do que está no projeto, em alguns casos apenas quando a leitura do projeto não é suficientemente clara na etapa de execução. O autor faz uma consideração importante a respeito do projeto como instrumento na produção arquitetônica: “É o exercício de poder, em todos os níveis, que se busca pelo projeto arquitetônico tal qual ele existe enquanto resultado do trabalho do arquiteto” (BICCA, 1984, p. 103) – projeto e técnica não seriam dispositivos neutros e exporiam as contradições que os geram.

O projeto como ferramenta de planejamento das etapas previstas para a construção do que foi concebido mentalmente e o desenho arquitetônico como a principal forma de representação gráfica são os dispositivos de apoio para a atuação tradicional do arquiteto nos dias atuais, apesar de todas as críticas a esse dispositivo e sua universalidade, sobretudo, o seu uso nas práticas autoconstruídas. Sobre o projeto nas práticas autoconstruídas, com foco nas favelas, Amore *et al.* marcam duas reflexões a partir de suas experiências: a primeira trata do desalinhamento e custo de trabalho na elaborações de projetos, amplos e complexos, vulneráveis a dinâmicas

políticas e ao próprio uso do espaço – quanto isso, o desafio é fazer projetos menos complexos, mais úteis e articulados com “serviços permanentes de assessoria e assistência técnica” (AMORE *et al.*, 2019, p. 185) e alinhados com planos de urbanização de longo prazo. A segunda reflexão diz sobre a necessidade de a favela ser cidade, ao invés de constante território a ser integrado à cidade.

A favela é a cidade. Faz parte do seu tecido e dialoga com ele das formas mais diversas. O projeto para intervenção nessas áreas não pode seguir os mesmos princípios de um projeto para obra nova em terra nua. Espaços habitados e dinâmicos, onde a população é colocada em situação permanente de moradia, podem ser “objeto” de projeto. Mas as ferramentas e métodos de que dispusemos e a expectativa de soluções integrais e totalizantes devem ser colocados em xeque para abrir espaço para novas práticas (AMORE *et al.* 2019, p. 185).

O projeto como explorado neste capítulo possui papel valorizado no discurso técnico, bem como em âmbito institucional. O CAU caracteriza o projeto a partir de uma série de premissas; o projeto seria a possibilidade de assinar a obra, a ideia e a materialidade, ou seja, o lugar de comprovar a autoria, o que é ainda presente nos discursos dos arquitetos.

### 3.4.2 Mediação

Morado Nascimento (2016) pontua a necessidade de uma outra lógica da prática no que diz respeito à atuação nos espaços autoconstruídos e marca a mediação da informação como a possibilidade de dispositivo para a atuação. Nesse sentido, define a mediação como o lugar da prática social.

[...] a mediação é o lugar da informação compartilhada em rede, presente nas inter-relações entre políticos, técnicos, empresários e cidadãos, exigindo o reconhecimento do espaço social ocupado por cada ator social. Em outras palavras, a construção das práticas e das ações mediadas se dá pelo encontro da situação particular de cada ator social e da objetividade de todos, em um processo interativo, dinâmico e concreto, alimentado por visões de mundo e por tomada de decisões, nomeado Diálogos (MORADO NASCIMENTO, 2016, p. 22).

Nesse sentido, a mediação da informação é o lugar em que acontece a troca de informações entre os envolvidos: arquiteto e moradores. Essa troca pressupõe que a interação ocorra a partir do diálogo, para possibilitar a tomada de decisão compartilhada acerca das decisões construtivas envolvidas em cada situação. Morado Nascimento (2016) destaca que meios como ferramentas, suportes, instrumentos e metodologias devem ser usados para potencializar a troca de informações e, assim, a mediação.

A mediação da informação pressupõe a possibilidade da ampliação da autonomia do usuário em suas escolhas construtivas, à medida que ele passa a ter mais informações e possibilidades de tomada de decisão. A premissa da troca de informação é não haver a imposição de valores e decisões, sendo o usuário/morador o responsável por suas próprias decisões a partir de uma horizontalidade de saberes. Tais premissas remetem a práticas não disciplinares; e, nesse sentido, o acionamento do dispositivo utiliza e, ao mesmo tempo, busca por mecanismos que não sejam

da lógica disciplinar.

Reafirmando o conceito, Morado Nascimento, Baltazar e Kapp (2008) apontam a mediação como atuação dos arquitetos a partir da solicitação de usuários para superar obstáculos à construção, ampliando o conhecimento e a capacidade de tomada de decisão e transpondo as restrições sociais em prol da troca de ideias e informações técnicas.

Soares (2016) explica que a aplicação da mediação é possível quando, apesar do envolvimento de diferentes campos do conhecimento, a partir da premissa principal do diálogo, as práticas buscam a formação de procedimentos práticos e democráticos. O autor chama a atenção para um processo de mediação aberto, flexível a cada experiência e em função das demandas dos envolvidos. No mesmo sentido, Linhares e Morado Nascimento abordam a prática da assessoria por meio da mediação:

Assessorar tecnicamente os autoconstrutores requer, portanto, um outro olhar diante de regras, parâmetros, normas estabelecidos por manuais de arquitetura e engenharia direcionados à produção da cidade, corriqueiramente nomeada como *formal*. Se o arquiteto se mantiver acrítico diante do arcabouço regulador, a sua associação com a autoconstrutor torna-se inalcançável. Em contextos autoconstruídos, as decisões projetuais e construtivas, para condizer às necessidades, desejos, realidades e possibilidades dos moradores, baseiam-se na arquitetura do possível (LINHARES; MORADO NASCIMENTO, 2018, p. 167).

Noutra abordagem, Lourenço (2014) reflete sobre a sua própria experiência de mediação e diz que o arquiteto, mesmo não intencionalmente, acaba por impor e transferir os seus valores. O alerta do autor também destaca as relações de dependência que podem acontecer no processo de mediação entre moradores perante a atuação de arquitetos, mesmo que esta seja condição para acontecer a prática da mediação. As suas marcações são necessárias, para que se entendam os limites da mediação enquanto uma prática, bem como suas potencialidades.

### 3.4.3 Interface

Morado Nascimento, Baltazar e Kapp (2008) definem a interface como a possibilidade de os próprios envolvidos assumirem suas posições críticas no espaço. As interfaces deveriam garantir a sua eficácia sem presença do *designer*, podendo ser ferramentas abstratas ou concretas, existentes ou inventadas, informativas ou operacionais ou a mistura destas possibilidades.

No mesmo prisma, Baltazar *et al.* (2014) defendem haver uma lacuna evidente entre o desenvolvimento da tecnologia, principalmente o voltado à representação, e as discussões acerca da possibilidade da participação na tomada de decisão nos projetos por todos os envolvidos. É importante que não se perca o foco na possibilidade do uso da tecnologia de baixo custo de forma criativa, para que haja a possibilidade de simulação de desempenho da construção, bem como imersão do projetista e do usuário de projeto, o que as autoras chamam de “processo de projeto para a interação” (BALTAZAR *et al.*, 2014).

Em outro artigo, Baltazar *et al.* discutem as tecnologias de parametrização como possibilidade de interação dos usuários na tomada de decisão projetual para além do processo de projeto;

como afirmam, parametrização e fabricação digital funcionam como potencial para além do “determinismo e do controle do designer sobre o produto final” (BALTAZAR *et al.*, 2016, p. 790). A parametrização como dispositivo de interface teria potencial de interação pela possibilidade de os usuários manipularem os parâmetros em função de suas demandas. No contexto atual, o dito bom projeto, por meio das ferramentas digitais, é aquele que consegue informar precisamente o que será reproduzido na obra. A intenção é restringir ao máximo a possibilidade de falhas de informação do que foi concebido e do que será construído. A escolha das ferramentas digitais para o desenho está atrelada a esta imaginada “perfeição” do projeto.

Para as autoras, no contexto de cristalização do processo de projeto, há a restrição das modificações nos espaços construídos pelos usuários, o que reforça a preponderância do projeto, espaço concebido, diante do espaço vivido, ignorando que existe uma continuidade do projeto: a construção e o uso do espaço. O uso da tecnologia, a despeito de configurar processos e resultados mais complexos e informados, reforçariam o controle de quem projeta e os aspectos da tradição formalista na arquitetura.

A arquitetura interativa aponta neste sentido, embora de maneira muito modesta, muitas vezes sem questionar processos convencionais e, principalmente, criando mecanismos que são majoritariamente apenas reativos. O ponto fundamental que ainda carece de avanços é a relação dialógica entre usuários e espaços (ou objetos), de modo a favorecer o surgimento de novas informações e possibilitar uma maior abertura para interações inusitadas das pessoas entre elas e com espaços (objetos) (BALTAZAR *et al.*, 2016, p. 791).

Kapp e Baltazar (2004) apontam a pertinência de uma arquitetura livre, seguindo a lógica de *software* livre, e aventam a possibilidade de aplicação da programação orientada ao objeto, a qual permitiria aos usuários a mesma capacidade de manipulação dos instrumentos que tem o arquiteto. A ideia é os mecanismos possibilitarem um processo contínuo de construção e com a autonomia do usuário em suas escolhas.

Para o uso desse mecanismo, visando acionar materialidades arquitetônicas, seria preciso que os envolvidos conhecessem o funcionamento da interface a partir de um momento de aprendizado ou a partir de uma interface familiar aos envolvidos, ou seja, pensar a partir de ferramentas conhecidas e legitimadas no cotidiano das pessoas. A discussão em torno do uso da interface como mecanismo na atuação técnica e não para a atuação técnica é pequena, bem como é pequena a sua prática. Os estudos ainda se limitam a contextos acadêmicos e não se atrelam a agenciamentos que os tornem discussão ampla a partir de debate nas instituições que regulam e operacionalizam a prática da atuação técnica e de modo mais amplo da construção civil, mesmo em contexto de avanços tecnológicos significativos e com capacidade criadora para tal viabilização. Com isso, há discursos sendo construídos fora das redes que legitimam as verdades e concebem e regulam a prática, seja teórica, de forma mais ampla, ou de prática de atuação.

As práticas destacadas demonstram que possuem intenções distintas de vinculação entre os envolvidos. O projeto como prática é focado nas prerrogativas disciplinares e na posição dos envolvidos, arquiteto e cliente, na maioria dos casos. O projeto também é tratado como ferramenta de apoio para a construção de tomada de decisão compartilhada entre os envolvidos; contudo, as críticas da prática de projeto apontam para a sua representação como o poder-saber.

A prática da mediação é pautada por uma construção conjunta de propostas construtivas e pela autonomia do construtor/morador, se alinhando perante suas demandas. As premissas são diferentes da prática de projeto, e, em geral, sua prática se vincula a práticas autoconstrutoras com a finalidade da autonomia e distanciamento consciente e possível do poder-saber. A prática da interface, por sua vez, possui pressupostos distintos e parte da prerrogativa do arquiteto como formulador de espaços de autonomia do construtor/morador com pouca interferência da atuação técnica em suas escolhas construtivas. E a interface parte do princípio que todos os envolvidos tenham o mesmo conhecimento dos mecanismos e ferramentas utilizados. No capítulo 5, essas práticas são pautadas a partir de seu acionamento com os sujeitos da construção e de suas capacidades produzirem materialidades.



#### 4. DA ARQUITETURA NÃO DISCIPLINAR - O CASO DA AUTOCONSTRUÇÃO



**N**a construção do discurso da arquitetura enquanto disciplina, são reforçadas distâncias sociais, territoriais e culturais, que passam a ter efeitos de discursos de verdade, refletindo na formatação de discursos em contraposição a uma arquitetura sem disciplina ou a partir de preceitos não disciplinares. O conceito de autoconstrução é uma representação da arquitetura não disciplinar e, nesse sentido, marca a distinção territorial, social e cultural. O saber disciplinar foi construído a partir de arranjos instituídos em instâncias de poder e formatado para a produção nos moldes capitalista de produção e, a partir disso, se modelou e modela a disciplina. Esta etapa de pesquisa é importante para entender como os dispositivos acionados pela atuação técnica se vinculam a práticas autoconstruídas, em que estão em atuação prerrogativas não disciplinares. Portanto, este capítulo trata da exploração da arquitetura não construída a partir da disciplina legitimada como tal, que não registra RRT e não está fundamentada numa matriz operacional aprendida nas instituições de ensino e fomentada a partir da prática. O objetivo é entender o conceito e as práticas discursivas autoconstrutoras para possibilitar o alinhamento com as práticas da atuação técnica, com as quais se pretende atuar nos contextos autoconstruídos. E o primeiro passo, para tal, é explorar o conceito da autoconstrução..

O conceito da autoconstrução da forma a que estamos familiarizados a empregar possui diferentes abordagens e entendimento elástico, o que possibilita seu uso em diferentes contextos e caracteriza diferentes práticas. Foucault marca que há a necessidade da inquietação sobre conceitos desse tipo e trata-os como “agrupamentos que já nos são familiares” (FOUCAULT, 1995, p. 24).

É preciso pôr em questão, novamente, essas sínteses acabadas, esses agrupamentos que, na maioria das vezes, são aceitos antes de qualquer exame, esses laços cuja validade é reconhecida desde o início, é preciso desalojar forças obscuras pelas quais se tem o hábito de interligar os discursos dos homens; é preciso expulsá-las da sombra onde reinam. E ao invés de deixá-las ter valor espontaneamente, aceitar tratar apenas, por questão de cuidado com o método e em primeira instância, de uma população de acontecimentos dispersos (FOUCAULT, 1995, p. 24).

Apropriando-me dos termos de Foucault, o conceito de autoconstrução é colocado em questão e não mais como uma síntese acabada. São examinados os laços que validam o conceito para evidenciar as suas possíveis rupturas, e questiona-se a continuidade gerada a partir do hábito de seu emprego: “e que espécie de laços reconhecer validamente entre todos esses enunciados que formam, de um modo ao mesmo tempo familiar e insistente, uma massa enigmática?” (FOUCAULT, 1995, p. 24). A autoconstrução é entendida como um processo em que, para a sua viabilização, vários agenciamentos são acionados a partir de determinada rede relacional que alimenta a formação do conceito. Para entender a prática, o referencial teórico adotado é o da prática discursiva presente na teoria do Foucault, a ferramenta que permite ligar a prática à sua rede relacional. A rede relacional, na definição de Foucault, aparece como a rede de relações originadas da área social, econômica e geográfica delimitadas no tempo e espaço. Com isso, o conceito de autoconstrução está ancorado para além da distinção da arquitetura enquanto disciplina, estando numa trama complexa desses agenciamentos a partir da rede relacional. Outra

definição de método importante é: na teoria foucaultiana, assim como nesta pesquisa, o que está em foco não é o conteúdo do discurso, e sim a composição da cena que possibilitou a formação dos discursos e práticas; em outras palavras, os agenciamentos sociais, econômicos e políticos que fomentaram a formação dos discursos como um regime de verdade e, neste caso, o conceito de autoconstrução. Importante ressaltar que a discussão aqui relatada não trata de uma perspectiva histórica sobre a questão habitacional – para isso, já existem bibliografias consistentes, e algumas são exploradas nesta análise. Destaco também que o panorama exposto não pretende esgotar a discussão presente no meio acadêmico sobre a temática; marco recortes de um período histórico necessário para a compreensão da temática envolvida. As narrativas foram destacadas a partir dos gatilhos que acionam a prática da autoconstrução como promotora do espaço urbano, revelando sua importância e lógica de produção, englobando a autoconstrução originária das favelas, loteamentos periféricos e de outros territórios. A pouca distinção nas narrativas denota a espessura das camadas do conceito e sua sobreposição de significados e conceitos.

Este capítulo tem os seguintes objetivos: *resgatar discursos que incorporam o conceito de autoconstrução; expor agenciamentos que marcam a autoconstrução distinta da arquitetura enquanto disciplina; resgatar indícios de dispositivos disciplinares usados na atuação técnica nas práticas autoconstruídas e indícios de dispositivos que partam do sujeito da construção.*

Para isso, a seção 4.1 explora os vestígios do início da construção do conceito da autoconstrução; a seção 4.2 expõe a construção do conceito a partir dos discursos que garantem os significados para a composição de camadas do conceito de autoconstrução; a seção 4.3 dissocia as camadas e evidencia as práticas construtivas presentes no conceito de autoconstrução; e, por fim, a seção 4.4 alinha qual a prática autoconstrutora, após dissociação do conceito, é o objeto desta pesquisa.

## 4.1 PONTO DE INÍCIO

O morador construir e gerenciar a construção de sua moradia é anterior à própria definição da autoconstrução como a conhecemos e empregamos. Era e é comum as pessoas construírem suas próprias moradias, desde os primórdios da civilização. Nas cidades, essa prática é presente desde a época do início de suas formações – e com momento de explosão quando da implantação de indústrias no Brasil. Isso porque, devido à industrialização, houve uma grande migração de trabalhadores rurais em busca de trabalho nas áreas urbanas, tornando a prática a grande produtora do espaço urbano e alternativa do viver na cidade, para grande parte dos trabalhadores. Importante destacar que os eventos não acontecem com a mesma intensidade e ao mesmo tempo em todo o Brasil, sendo que em algumas regiões a industrialização aconteceu com maior força e repercussão. Devido a isso, trato nesta discussão de eventos isolados e sem intenção de descrever a história da produção habitacional e da política habitacional, evitando, assim, unificar narrativas espaciais e temporais que possuem suas próprias características. A discussão proposta tem o objetivo de marcar a formação inicial da autoconstrução como conceito. Importante deixar claro que na prática a formação da autoconstrução aconteceu e acontece em

tempos e motivações distintas no Brasil, não sendo possível tratar a prática como única ou com uniformidade.

É a partir da década de 1930 que grande parte dos relatos que constroem o conceito de autoconstrução se inicia, decorrente de questões habitacionais geradas por processos migratórios e as políticas habitacionais adotadas. Nesse sentido, a investigação do conceito da autoconstrução é marcada a partir do que se entende como as primeiras narrativas incorporadas ao conceito, mesmo que a prática fosse anterior a essas narrativas. É nesse período que, devido à oferta de empregos nas regiões urbanas gerada a partir do processo de industrialização, no Brasil, um grande número de pessoas se mudou para essas regiões. A chegada de pessoas, juntamente com a falta de organização do Estado na provisão de moradias para trabalhadores e serviços públicos em geral, culminou numa série de problemas urbanos, e dentre eles saliente a questão habitacional, sobretudo, nos grandes centros urbanos como a cidade de São Paulo. Farah (1996) diz que na década de 1930 houve agravamento nos grandes centros urbanos por causa da falta de provimento de moradias em decorrência do grande colapso na oferta de habitações de aluguel, modelo que predominava no país. Nessa época, eram comuns as casas de alugueis, como os cortiços (destino de moradia de parte dos trabalhadores), inflação, desestímulo à construção de casas para aluguel e aumento de preço dos terrenos, com conseqüente especulação imobiliária, elementos que acentuaram o cenário de crise do país.

As ações estatais não representaram avanços diante da demanda de provimento de moradias, o que acentuou ainda mais a construção das moradias pelos próprios moradores. Corroborando Farah (1996), Bonduki (2011) afirma que desde o começo do século já existiam práticas de autoconstrução; entretanto, apesar de ser uma antiga prática, na década de 1940, causou surpresa na imprensa e na opinião pública a importância da prática para a consolidação das cidades. Houve o entendimento de a autoconstrução ser uma alternativa habitacional para a classe trabalhadora, devido às condições urbanas, econômicas e imobiliárias, além de ser condição necessária para a reprodução da força de trabalho.

Bonduki (2011), de forma geral, diz que o Estado atuou em certo grau na provisão de moradias nas áreas centrais das grandes cidades, deixando à margem as periferias e flexibilizando o controle do uso do solo nessas áreas, o que cria condições de barateamento da construção nas periferias. Para isso, foi necessário diminuir o controle higienista,<sup>31</sup> até então proposto com padrões mínimos de habitabilidade, e o controle da ocupação do solo por meio da legislação urbana. A partir disso, a questão habitacional, sobretudo, para os trabalhadores pobres, era respondida sem a intervenção estatal. Outros fatores importantes foram a formação da cultura da casa própria e o cultivo da sensação de ascensão social a partir dessa conquista. A casa própria passou a ser cultivada como conquista social. Sobre isso, foi necessária uma mudança de cultura, para que

.....  
31 No início das formações urbanas, décadas de 1920 e 1930, havia a preocupação dos técnicos e do Estado, sobretudo da área de saúde, quanto à proliferação de doenças causadas pelo descontrole urbano, que, dentre outras, possui como causa a falta de salubridade, saneamento e higiene. A narrativa do Estado e técnicos, naquele período, em prol da "moral e bons costumes", indicava a necessidade de as famílias morarem de forma independente, não mais em coabitações, as quais eram comuns nas primeiras formações urbanas (por exemplo, os cortiços); nalguma medida, tentava-se melhorar a higiene das casas e espaços urbanos. Para isso, era enfatizado que a família deveria ter sua privacidade, bem como os espaços coabitados eram julgados como locais de promiscuidade e não ambiente familiar.

trabalhadores se envolvessem nessa construção, não sendo possível “de um momento para o outro, desenvolver a prática de autoadministração e autogoverno de algo complexo como a edificação de casas” (BONDUKI, 2011, p. 96).

Houve divulgação de meios de se construir a casa própria para atingir a opinião pública e com o enfoque na periferação. A importância da casa própria, nesse contexto, foi revelada na década de 1930, após à Jornada da Habitação do Instituto de Organização Racional do Trabalho (IDORT), momento em que se iniciou uma campanha política a favor da cultura da importância da casa própria. Para reforçar a importância de se ter uma casa, aliaram-se as questões ditas de valores culturais e de bons costumes para a época; as casas eram consideradas muito adensadas e, por vezes, construídas com poucas técnicas construtivas e materiais, como ambientes promíscuos e de disseminação de doenças. Holston (2013), sobre isso, afirma que os cientistas sociais do IDORT comprovaram em seus estudos que, após pagarem o aluguel da moradia e as despesas com alimentação, os trabalhadores não teriam dinheiro para outros itens. Estavam envolvidos nesse evento o empreendedor Robert Simonsen, que liderava o IDORT, e o Instituto de Engenharia.

Para garantir mais poder de compra aos trabalhadores, foi pensada a mudança do aluguel para a propriedade, adequadamente financiada, o que reduziria as despesas domésticas. Como resultados eram esperadas: elevação do nível de vida dos pobres, o que sustentaria o mercado interno e impulsionaria a expansão industrial; e uma nova ordem residencial de higiene e moralidade. Segundo Holston (2013, p. 203), “a chave para esse progresso era desenvolver um mercado de consumo de massa focado na construção de casas e em artigos domésticos, isto é, na construção, no equipamento e na decoração da casa própria dos trabalhadores”. Para tal plano, Simonsen ressaltou a importância da intervenção do Estado na promoção da moradia de massa, embora a iniciativa privada também pudesse contribuir. Trata-se de arranjos de poder entre a iniciativa privada e pública para o benefício da própria iniciativa privada e suas ambições de circulação de seus produtos a partir da criação de um mercado consumidor, arranjos estes que amarram os trabalhadores (mesmo que alheios às motivações e objetivos daqueles). Arranjos políticos atuando em sua própria lógica, o que foi e ainda é assim.

A cultura da casa própria brasileira e o temor de viver pagando aluguel encontram justificativas nas decisões técnicas, sobretudo, a partir de um viés econômico para geração de mercado de consumo. É fácil perceber que no discurso técnico não houve a intenção da melhoria de qualidade de vida dos trabalhadores a partir de preceitos sociais, como educação, saúde, lazer e moradia. Reforçando essa discussão, Bonduki (2011) confirma a importância dada à casa própria (ainda atual) ter sido consolidada juntamente com a construção da moral da família e dos bons costumes. A associação entre estruturas da família e da habitação individual fez com que aqueles que morassem em habitações coletivas, comuns nos anos iniciais da cidade de São Paulo e de muitas outras cidades brasileiras, fossem considerados de mau comportamento e distantes da moral cristã. A casa própria passou a ser considerada fator importante de progresso; e, no mesmo sentido, Santos (2006) marca a ideologia da casa própria, difundida a partir da década de 1940, como um dos catalisadores dos processos de autoconstrução. A autora reforça que a difusão da casa própria no Brasil foi reforçada por discursos de agentes políticos que procuram

legitimação popular. Contudo, as famílias de baixa renda para alcançarem a casa própria precisaram driblar a formalidade do processo, adquirindo por meios ilegais ou desafiando métodos e técnicas construtivos estabelecidos como tradicionais.

A partir do cenário relatado nas décadas de 1930 e 1940, teve início a autoconstrução como conceito. Importante observar que não houve esforço de conceituação e para dar significado a prática da construção pelo próprio morador antes da década de 1930, ou seja, antes do colapso urbano industrial. Esse fato sugere que a conceituação começou a ser formada a partir de outras possibilidades de provimento de moradia, ou seja, a partir do momento em que se tornou evidente a responsabilidade do Estado e, em algumas circunstâncias, da iniciativa privada, surgiu a diferenciação: *construção* e *construção “feita por você mesmo”* (autoconstrução). Trocando em miúdos, a partir do momento em que é creditada ao Estado, e em alguns momentos intercalada com a iniciativa privada, a construção de moradias para os trabalhadores sem suprir toda a demanda de moradia, a saída de “faça você mesmo” é denominada autoconstrução – saída, vale reforçar, autorizada e incentivada pelas instâncias de poder. Essa constatação revela a conotação política que, muitas vezes, é percebida no conceito da autoconstrução, sendo incorporada à conceituação do termo a ausência do Estado e de políticas públicas e, de maneira óbvia, à atuação direta do morador no provimento de sua própria moradia. Vale reforçar que a presença do Estado está, na verdade, nesse contexto, na sua ausência.

Então, após a década de 1930 e até os dias atuais, percebe-se que a prática da autoconstrução se torna opção da implantação de uma política habitacional para grande parte da população brasileira. A política habitacional do Estado no provimento de moradias não se mostrou capaz de abraçar qualitativa e quantitativamente todas as demandas, apesar de ter atuado com diversos programas habitacionais ao longo do tempo. Reforçando essa discussão, Lago e Ribeiro (1996) pontuam que, ao longo do tempo, mesmo nos momentos em que houve a atuação do poder público por meio de sistemas de financiamento e subsídios para a casa própria de forma institucional, a autoconstrução como forma de garantia de moradia não deixou de estar presente e com forte impacto nessa garantia. Também nos momentos em que houve agenciadores da terra, seja de forma legal ou ilegal, a construção das moradias se deu predominantemente pela prática da autoconstrução; nesse sentido, o grande promotor da habitação para os pobres e da produção de seus próprios espaços urbanos é o morador. A produção capitalista da moradia não conseguiu avançar no sentido de garantir espaços, legais e formais, para todos; e as consequências foram fragmentação e segmentação socioespacial das cidades.

Caldeira (2017) caracteriza a periferização urbana a partir de um olhar amplo do *global south* (sul do globo terrestre, tradução minha) e diz que a urbanização periférica se relaciona a modos de produção do espaços em três conexões: operam a partir de temporalidades e agências específicas; se envolvem transversalmente com outras lógicas oficiais de produção; e, por fim, criam cidades altamente desiguais e heterogêneas. A autora enfatiza que a urbanização periférica pode ocorrer em qualquer território urbano, não sendo exclusiva das margens das cidades, englobando na mesma lógica as favelas, por exemplo. Nesse sentido, reforça a importância de se pensar os processos de produção do espaço para além de uma questão espacial. Para a autora, o processo de produção do espaço urbano feito pelos moradores “se desdobra lentamente transversalmente

em relação às lógicas oficiais e em meio a disputas políticas” (CALDEIRA, 2017, p. 4, tradução minha). O processo da autoconstrução é caracterizado a partir dos agentes da produção do espaço, autoconstrutores, os quais, segundo a autora, não são apenas consumidores de espaço desenvolvido e regulado por outros agentes; contudo, eles constroem seus espaços, cidade e casa, passo a passo com os recursos disponíveis a cada momento.

Caldeira caracteriza a conexão do processo de periferização com práticas autoconstruídas e lógicas que atravessam transversalmente as lógicas oficiais; devido a esses atravessamentos, não seria possível marcar posições dualistas como legal e ilegal, informal e formal (tensionamento dualista entre realidades distintas de cidade). A autora diz que é preciso pensar na produção do espaço a partir das lógicas transversais para entender as instabilidades das complexas formações urbanas; e essa reflexão é importante como possibilidade de deslocar duas lógicas de negociação no espaço: a primeira, a lógica que segue um fluxo convencional de negociações; a e segunda, a lógica que segue um fluxo perpendicular a esse convencional, em que estão formuladas as práticas da autoconstrução. Contudo, apesar de atuarem em lógicas distintas, suas negociações são feitas nas mesmas instâncias de negociação para a produção do espaço urbano. Dentro das lógicas transversais, a autora discute os modos de engajamentos políticos possíveis e assinala que dentro delas estão presentes questões da propriedade legal, trabalho formal, regulação estatal e capitalismo de mercado. Ao atuar na cidade os diversos agentes vinculados à sua produção (governo, residentes, ativistas etc.) se mostrariam presentes nessa lógica convencional – assim, as lógicas de forma transversal não seriam consideradas objetos de negociação e transformação. Ou seja, dessa forma, para a autora, tal como proposto para o conceito de autoconstrução nesta pesquisa, deve-se dissecar a lógica transversal em jogo em cada situação e os tensos compromissos políticos gerados a partir disso.

Não existe um número confiável sobre a quantidade de edificações autoconstruídas no Brasil: esse universo varia a partir do recorte definido como autoconstrução. O conceito é elástico e caracterizado em diferentes contextos, como será exposto neste capítulo; e a definição do atual cenário da prática é mais complexa do que os dados atuais podem indicar. A Fundação João Pinheiro (2018) utilizou como parâmetros o déficit quantitativo, que deve ser superado a partir da promoção de novas moradias, e o déficit qualitativo, o qual trata da inadequação de moradias que podem ser adequadas a partir de intervenções. A inadequação da moradia é analisada a partir de alguns componentes de caracterização: carência de infraestrutura (energia elétrica, abastecimento de água, esgotamento sanitário e coleta de lixo), adensamento excessivo de domicílios urbanos próprios, ausência de banheiro exclusivo, cobertura inadequada e inadequação fundiária. Segundo o estudo aludido, a questão mais presente na inadequação da moradia é a carência de infraestrutura urbana. Esses dados não nos dizem muito acerca da produção do que é conceituado como autoconstrução, pois esse universo autoconstruído está tanto no déficit qualitativo quanto no quantitativo, contudo, se mostram uma importante ferramenta de análise para a construção de políticas públicas.

A análise a seguir destaca as associações construídas para a formação do discurso e conceito de autoconstrução como verdade e expõe todas as suas camadas de formação.

## 4.2 DA CONSTRUÇÃO DA AUTOCONSTRUÇÃO

A construção desta análise se baseia na possibilidade descortinada por Foucault, que estimula não estabelecer a continuidade dos discursos como uma verdade. Assumem-se nesta análise fissuras temporais e conceituais estimuladas pelos agenciamentos necessários à construção dos discursos (explorados em sua maioria em discursos acadêmicos), em cada momento histórico. As fissuras revelam justamente as mudanças de posição conceitual que ampliam as camadas do conceito de autoconstrução. Para esta análise, o conceito da autoconstrução foi formado a partir de camadas que caracterizam práticas discursivas, e as rupturas acontecem quando uma nova possibilidade de prática discursiva é associada; já as camadas associadas compõem a espessura do conceito.

Os discursos acadêmicos foram agrupados em temas para ilustrar as fissuras conceituais, bem como espessuras, associadas ao conceito. Vale dizer que a argumentação dos autores destacados são fragmentos de suas construções teóricas, os quais não limitam o pensamento do autor. A intenção não é afirmar que as argumentações fazem sentido, contudo, posicionar as argumentações na construção de verdades e na espessura conceitual da autoconstrução. A divisão em temas não delimita os discursos e não pretende defini-los dentro do tema proposto, mesmo porque muitos discursos se enquadram em mais de um tema detalhado. Assim, a divisão é para ser entendida como medida pedagógica da análise em camadas.

### I. A partir da análise das condições de trabalho

A primeira narrativa marcada e conhecida em 1972, a partir da versão do texto de Francisco de Oliveira *A economia brasileira: crítica à razão dualista*, transformado em livro em 1973 (reeditado em 1981). Nessa argumentação clássica, o autor descreveu como o modo de acumulação capitalista no Brasil, em conjunto com o crescimento das cidades, sobretudo, após 1930, acarretou o supertrabalho ou sobretrabalho aos trabalhadores diante das alternativas possíveis de construção de suas moradias. Uma parcela significativa da produção das moradias dos trabalhadores foi realizada pelos próprios proprietários em seus dias de folga, finais de semana e com mão de obra formada de cooperação e sistema de mutirão. “Ora, a habitação, bem resultante dessa operação, se produz por trabalho não pago, isto é supertrabalho” (OLIVEIRA, 2003, p. 59). O autor argumenta que o resultado dessa produção não é desapropriado diretamente pelo setor privado, contudo, contribui para aumentar a taxa de exploração da força de trabalho. Isso porque reflete na baixa aparente do custo de reprodução da força de trabalho, uma vez que o gasto com a habitação é um componente importante desse custo, permitindo, assim, a redução dos salários dos trabalhadores. Acerca da contradição desse processo conclui o autor: “assim, uma operação que é, na aparência, uma sobrevivência de práticas de ‘economia natural’ dentro das cidades, casa-se admiravelmente bem com um processo de expansão capitalista, que tem uma de suas bases e seu dinamismo na intensa exploração da força de trabalho” (OLIVEIRA, 2003, p. 59). O autor também observa um paradoxo: por meio da autoconstrução e mutirão, os

pobres, incluídos os operários e principalmente os da “safra industrializante de 1950”, ocupam áreas em que se tornam proprietários de suas residências, como as favelas, e, com isso, reduzem o custo de sua própria reprodução da força de trabalho.

Oliveira (2006) também pontua a questão política pelo viés da força de trabalho empregada ao problematizar os mutirões como estratégia da política habitacional e, nesse sentido, afirma que a autoconstrução não deve ser incentivada, ou que a política pública não pode ser dependente de trabalhadores desempregados atuantes no mutirão ou com sobretrabalho, nos casos em que a construção é feita aos finais de semana. Segundo o autor, é preciso ter cuidado, uma vez que a universalização da proposta do mutirão parte do pressuposto que a força de trabalho empregada esteja sem emprego e, por isso, tenha tempo para construir a própria habitação.

Um autor muito importante para o entendimento dos processos que fomentam a condição marginal dos trabalhadores é Kowarick (1979), que, em 1979, lançou o termo “espoliação urbana” e o relacionou às condições marginais econômicas e sociais da autoconstrução. Nessa discussão, o autor explorou a questão habitacional a partir da sua inserção na economia capitalista e suas formas de acumulação; além disso, ilustrou a autoconstrução como solução de subsistência e fórmula mágica que o capitalismo dependente assumiu, de modo a rebaixar o valor da reprodução da força de trabalho e permitir a extração do excedente econômico em função de salários que podem ser constantemente deteriorados. Concluindo sobre a conceituação da espoliação urbana e sua relação direta com a autoconstrução da moradia, Kowarick (1979, p. 73) marcou que, na abordagem das lutas sociais, o processo de espoliação urbana, “entendida enquanto uma forma de extorquir as camadas populares do acesso aos serviços de consumo coletivo, assume seu pleno sentido: extorsão significa impedir ou tirar de alguém algo a que, por alguma razão de caráter social, tem direito”.

A questão do sobretrabalho e iniciativas de mutirão segue em pauta, embora com menor intensidade que das primeiras discussões sobre a prática. A prática da autoconstrução, sobretudo a partir da unidade isolada, é gerenciada pelos moradores e, comumente, vincula suas ações construtivas a seus familiares e mão de obra contratada, sendo realizada conforme disponibilidade de tempo e recursos da equipe mobilizada. A questão do sobretrabalho e rebaixamento do valor da força de trabalho também é presente, mesmo que a discussão a esse respeito seja com menor ênfase.

## II. A partir do valor de uso e troca

Trazendo uma nova perspectiva à discussão, em 1979, Bonduki e Rolnik (1982) apontaram que, ao construir a casa, o morador estabelece, na verdade, o valor de uso (o contrário do que seria o valor de troca – valor comercial de compra e venda). Esse valor de uso é apropriado pelo autoconstrutor e se transforma em mercadoria, podendo ser comercializado a qualquer tempo. Nesse sentido, defendem os autores que se trata de um trabalho realizado da mesma forma que um produtor individual de mercadorias, mas não um vendedor de força de trabalho para um capitalista. No entanto, em sua perspectiva haveria um “sobretrabalho” não na construção da moradia propriamente dita, mas, sim, no rebaixamento do valor do salário, ao ser retirado o gasto do componente da moradia, o aluguel, na composição do pagamento do trabalhador.

Outro ponto importante a que os autores lançam luz é acerca da visão romântica muitas vezes imposta a processos de mutirão na autoconstrução como exemplos de solidariedade de classe. Os autores limitam o mutirão, para além da contribuição no rebaixamento dos trabalhos e jornada de trabalho em horas livres, a uma contratação de serviços em que um morador ajuda o outro esperando ser ajudado quando precisar. A troca se dá, sobretudo, com os familiares, conterrâneos ou amigos próximos, mesmo que não sejam vizinhos. Com a ajuda do mutirão são estabelecidos processos sociais para a construção da moradia.

O valor de uso e de troca das moradias é também identificado na narrativa de Turner (1976); o autor defende que a avaliação das necessidades habitacionais deva ser verificada por processos qualitativos e não quantitativos. As perguntas acerca das consequências da habitação na vida das pessoas devem gerar respostas com palavras e descrever processos e relacionamentos. Os valores reais a serem mensurados devem estar nas relações entre os elementos da ação habitacional, atores com suas atividades e suas conquistas. O autor também evidencia a diferença conceitual entre valor de uso e valor de troca, ressaltando a necessidade do estabelecimento de parâmetros de análise pelo valor de uso e não pelo valor de troca, em que geralmente são embasadas as definições mercadológicas.

Turner (1976) citou pensamentos em discussão ainda nos dias de hoje, como a necessidade de serem repensados métodos empregados na produção habitacional em massa, sobretudo para a população pobre. O autor defendeu que o importante para a moradia não seria o que ela faz, mas sua importância na vida das pessoas. Em outras palavras, a satisfação do morador não estaria relacionada à imposição de padrões; e as imperfeições produzidas nas habitações pelos seus moradores seriam mais toleráveis do que se produzidas por pessoas não moradoras. O autor advoga a favor de os moradores deverem controlar as decisões de suas moradias, sendo livres para contribuírem com o projeto, construção e manutenção, o que estimularia o bem-estar individual e social; o contrário disso acarretaria ambientes residenciais não favoráveis à realização pessoal e um fardo para a economia. O autor reflete como processos em que o morador não é autor ou coautor de sua produção seriam economicamente menos sucedidos e levariam à obsolescência mais rápida da moradia. O autor não usa o termo “autoconstrutores” de maneira direta, porém, utiliza em alguns trechos o termo *self-help*, o que pode ser traduzido como “autoajuda” e entendido como “aquele que se ajuda”. No prefácio do livro *Colin Ward* (TURNER, 1976, p. 4), é dito sobre o momento em que a habitação, uma atividade humana universal, se define como um problema: uma indústria de problemas habitacionais nasce com um exército de especialistas, burocratas e pesquisadores, cuja existência é uma garantia de que o problema não desaparecerá. Essa é a noção exata da questão habitacional vinculada a uma rede relacional atribuída como problema a partir de dado momento.

Turner (1976) contribuiu para a necessidade de limitar a aplicação de processos autônomos e heterônomos, argumentando que a habitação, bem como serviços locais e pessoais, deve ser pautada por experiências autônomas, mesmo reconhecendo que a autonomia possui certas limitações. O paternalismo e a filiação são evidentes no pressuposto comum: o cidadão “comum”, ou “leigo”, é dependente do cidadão “extraordinário”, ou “profissional”. Contudo, acredita o autor que as capacidades individuais estão novamente sendo reconhecidas após o evento urbano-

industrial e, sobre os processos heterônomos, defende que estão na base das políticas modernas da época, tendo surgido quando as demandas reais foram quase completamente ignoradas ou mal interpretadas por sistemas heterônomos, os quais são impermeáveis e cegos aos abundantes recursos disponíveis. Para ele, tratar a habitação como uma mercadoria é um pensamento tolo; contudo, assumir que deva ser engajada em estruturas piramidais cada vez maiores e com tecnologias centralizadoras seria um pensamento suicida. As demandas habitacionais dos moradores são mais complexas e variáveis do que o permitido pela legislação e política habitacionais. Nesse sentido, quanto maior o grau de heteronímia do sistema, maior será o descompasso entre oferta e demandas da habitação.

Taschner (2003) atualizou o cenário da produção das favelas no ano 2000, em São Paulo, afirmando que: a casa do ano 2000 é de alvenaria e com aproximados 40 a 60 m<sup>2</sup>, e o eterno canteiro de obras de áreas de periferias continua presente. Representando uma mudança de costume, a autora afirma que a casa favelada é também mercadoria, o que pode representar uma mudança na valorização do que antes era apenas considerado valor de uso para a incorporação do valor de troca. Sobretudo, nas favelas maiores, acontecem estruturas “formais” de comercialização de casas: “a raridade da mercadoria e a demanda crescente introduziram um preço onde antes nada havia” (TASCHNER, 2003, p. 39). A forma de produção da favela ainda é a autoconstrução que coexiste com a produção sob encomenda (imagem de um pequeno empreiteiro fazendo casas e as vendendo, para a autora). Nas favelas dos anos 2000, ocorreria a heterogenização socioespacial, pois coexistem, sobretudo em favelas maiores, diferentes camadas sociais, mesmo dentro dos extratos de baixa renda. Outra alteração da dinâmica da favela apontada pela autora se refere a esta noção: se antes esse território era um trampolim para outras áreas da cidade, agora é o território de permanência – “já se percebeu que o favelado fica no assentamento por longo tempo e que a favela é parte integrante e mesmo estruturante da cidade brasileira. Gerações muitas vezes convivem no espaço favelado” (TASCHNER, 2003, p. 41).

A citação de Taschner (2003) demonstra como há alterações nas práticas discursivas quanto à ocupação das favelas, o que refletirá em seu uso e arranjos negociados na produção do espaço urbano. Nesse sentido, se antes a produção do espaço urbano era pensada como transitória e as práticas acionavam dispositivos de materialização focados nessa possibilidade de mudança, a partir do ano 2000 esses espaços começaram a ser entendidos como locais de moradia e vivência mais duradouros; e as práticas discursivas desses moradores/construtores se voltam à construção desses espaços. Os valores de uso e de troca são observados nesse posicionamento, a partir da consolidação dos espaços autoconstruídos ao longo do tempo, e a valorização das casas acompanha essa consolidação.

### III. A partir das características construtivas e urbanas

Por meio de viés técnico representado pelo Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB), Serran (1976), em documento apresentado pelo autor como contribuição ao IAB pelo X Congresso Internacional da União Internacional da Arquitetura, caracterizou a produção da população de baixa renda, a qual resolve seu problema de moradia individualmente e é excluída do mercado imobiliário, como moradias subnormais. Foram caracterizados três tipos básicos de produção

subnormal: deterioração de prédios urbanos (casas de cômodos, cortiços ou “cabeças de porco”); construção clandestina em loteamentos populares; e advinda da invasão de terrenos não reclamados (“mocambos”, “alagados”, favelas, etc.). Sob esse prisma, a autoconstrução passa a patamar inferior ao dito como normal, o subnormal.<sup>32</sup>

Em torno de uma abordagem sobre as técnicas construtivas, Abiko e Concilio (1995) definiram o conceito de autoconstruibilidade como a característica de um projeto, componente, processo ou sistema construtivo para autoconstrução. Os autores justificaram a importância do estudo de sistemas ligados à autoconstruibilidade, devido ao grande número de moradias autoconstruídas no Brasil. Para os autores, a carência de moradia é resolvida pelos pobres a partir de três possibilidades: favela, cortiço ou casas precárias de periferia. A favela, segundo os autores, também conhecida como “mocambo” ou “alagado”, pode ser definida como “conjunto de unidades domiciliares, construídas de madeira, zinco, lata, papelão ou mesmo de alvenaria, distribuídas desordenadamente em terrenos cuja propriedade individual do lote não é legalizada por aqueles que ocupam” (ABIKO; CONCILIO, 1995, p. 34). Os cortiços seriam, em linhas gerais, uma habitação precária localizada predominantemente nas áreas centrais; e as casas precárias de periferia seriam caracterizadas como “unidades executadas com técnicas rudimentares pelos interessados ou eventualmente contratados, sem auxílio técnico especializado, sofrendo ampliações e melhoramentos aos poucos, os terrenos pertencem aos moradores e geralmente estão localizados na periferia” (ABIKO; CONCILIO, 1995, p. 34). Essas casas precárias de periferia são marcadas pelos autores como construídas por meio da autoconstrução num processo de moradia que se conceberia com a posse de um lote urbano onde a família construiria sua própria residência por seus meios e recursos, para isso, utilizando sua própria mão de obra com ajuda de amigos e parentes, bem como de mão de obra contratada. Com tal abordagem, os autores demonstram em sua conceituação uma distinção territorial de processos de autoconstrução, sendo os processos de periferias com casas nomeadas precárias caracterizados diferentemente dos processos de favelas – e estas distinções ditam práticas discursivas originadas da rede relacional de estar em casa e no território.

#### IV. A partir dos agentes envolvidos: gerência do morador a partir da ausência da atuação do Estado e da técnica

Em 1976, Maricato (1982) marcou um importante avanço para o entendimento da autoconstrução, por meio de texto parcialmente revisto em 1978. A autora caracterizou a autoconstrução como a arquitetura possível e citou termos como mutirão, autoajuda e ajuda-mútua, sendo estes processos de trabalho baseados não nas relações capitalistas de mercado da força de trabalho, mas, sim, em princípios de solidariedade e cooperação. Esses processos, apesar de principalmente originados das necessidades dos moradores, refletem em princípios de cooperação, troca

.....  
32 O termo aglomerado subnormal é utilizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), sendo tratado como “uma forma de ocupação irregular de terrenos de propriedade alheia – públicos ou privados – para fins de habitação em áreas urbanas e, em geral, caracterizados por um padrão urbanístico irregular, carência de serviços públicos essenciais e localização em áreas com restrição à ocupação” (IBGE. Aglomerados Subnormais: o que é. [S.d.]. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/tipologias-do-territorio/15788-aglomerados-subnormais.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: 6 jun. 2020).

de favores e espontaneidade. Contudo, a autora se afirmou favorável a uma análise que elimine o romantismo da prática; nesse sentido, a prática seria ditada pela questão da sobrevivência, assim como o envolvimento na construção da casa. Segundo a autora, não haveria alternativa possível, e não haveria outra arquitetura possível; através dessa experiência a maior parte da população trabalhadora, principalmente imigrantes, equacionaria seu problema de moradia, usando para isso horas de folga, finais de semana e esquema de cooperação de amigos e familiares. Para Maricato, o termo autoconstrução é definido por:

Trabalho coletivo ou não, ou seja, chamamos de autoconstrução o processo de construção da casa (própria ou não) seja apenas pelos seus moradores, seja pelos moradores auxiliados por parentes, amigos e vizinhos, seja ainda pelos moradores auxiliados por algum profissional (pedreiro, encanador, eletricista) remunerado (MARICATO, 1982, p. 73-74).

Maricato fez o retrato da casa originada da autoconstrução da época, ressaltando a sua construção ser feita, em geral, ao longo do tempo (um tipo de casas inacabadas): “embriões de casas desejadas, frequentemente sem água corrente ou revestimento, conta, no seu congestionado e insalubre interior, com geladeira, o televisor, o liquidificador, a vitrola” (MARICATO, 1982, p. 77). A importância da autoconstrução, diz a autora, se mostra muito mais relevante do que é apresentada nos relatórios oficiais produzidos, sobretudo, pelo Estado. A autora ressalta que a ausência da atuação do Estado nos assentamentos residenciais da classe trabalhadora deve-se, sobretudo, a essa classe não constituir demanda econômica para pagar por bens e serviços. A habitação para a classe trabalhadora pobre é componente significativo dentro do orçamento doméstico, estando apenas atrás da fatia destinada à alimentação. A habitação, para além do morar, seria atrelada “à questão da saúde, do saneamento básico, da cultura, dos transportes, etc., e que, por sua vez, estão relacionadas com a política salarial” (MARICATO, 1982, p. 75). A autoconstrução também não é um processo exclusivo da habitação, se estendendo para a produção do espaço urbano e sendo responsável pela produção de parte da cidade. Com relação ao processo de escolha dos materiais, a autora, enfatiza a importância das lojas de materiais de construção que ficam estrategicamente localizadas para atenderem as demandas dos autoconstrutores, já que o preço do transporte do material é uma variável importante nessa compra.

Sobre as tentativas da criação arquitetônica popular, afirma a autora que são ingênuas e frustradas, dada a necessidade de relação entre elementos rígidos como: “o lote, de dimensões pequenas, os materiais baratos, simples, de manipulação frágil e largamente conhecidos, a mão de obra não especializada e intermitente, a técnica rudimentar, poucas ferramentas, nenhuma máquina, e a disponibilização parcelada de tempo e dinheiro, o que determina a construção em etapas” (MARICATO, 1982, p. 91). Sobre as condições das moradias ressalta a autora que possuem grande adensamento habitacional com grande número de pessoas por cômodos: coabitação familiar com mais de uma família por casa, insalubridade, iluminação e ventilação precária, dentre diversos outros problemas.

Bonduki (2011), tratando da autoconstrução proveniente de loteamentos periféricos, marca, já a partir da década de 1970, terem sido armados os agenciamentos necessários e condições para a composição do cenário de legitimação da autoconstrução que marca como ideais para

a proliferação dos loteamentos periféricos e a consolidação do trinômio loteamento periférico, autoconstrução e casa própria: enorme oferta de lotes baratos à venda, mesmo que distantes e desprovidos de infraestrutura urbana, possibilidade de pagamento de forma parcelada, ausência da burocracia institucional com a aprovação de projetos e exigências edilícias e acesso ao transporte público, mesmo que precário e ainda com trajetos incompletos. Importava, nesse cenário, o esforço da expectativa da casa própria como um sonho. Assim, estavam postas as condições para estimular os trabalhadores a sacrifícios necessários à autoconstrução em ambientes não propícios; e o montante de dinheiro gasto para a viabilização desse sonho era tido não como uma despesa a mais no orçamento doméstico, mas investimento futuro, já que não teriam mais a despesa com o aluguel. Os finais de semana gastos na construção, apesar de representarem um sacrifício, eram entendidos como temporários, marcação bem ilustrada pela fala de Tico, <sup>33</sup> morador de uma favela, a Vila Acaba Mundo: “depois que veio o meu menino, eu falei que, aí, eu tinha que ter a minha casa”. Tico morava de aluguel na Vila e começou a construir a sua casa própria quando soube que seria pai, trabalhando todos os finais de semana e com mão de obra contratada de pedreiro; ele fala que pagar aluguel é jogar dinheiro fora, mas que nunca fez a relação entre o quanto gastará na casa nova e o valor do aluguel que pagava.

Bonduki (2011), em 1988, criou uma nova categoria para definir a autoconstrução: autoempreendimento definiria as casas construídas à margem do mercado formal e do Estado. Segundo o autor, várias denominações são usadas para caracterizar a mesma experiência: “casas dominigueiras, casas de periferia, casas próprias, autoconstruídas e casas de mutirão” (BONDUKI, 2011, p. 281). A característica em comum é estar sobre o controle do morador; a gerência do morador sobre esse processo estaria em viabilizar o lote, seja por compra ou ocupação, elaborar, sem apoio técnico, a construção, obter os materiais de construção, administrar a mão de obra, a qual pode ser gratuita ou remunerada informalmente, para em seguida consolidar a casa. O autor aponta que, na dinâmica da autoconstrução na periferia, no mesmo processo em que se experimentava a produção doméstica, houve a produção de moradias para outros trabalhadores sem seu próprio lote. Para isso, aproveitando alguma sobra de lote, o morador construiria outra residência, por vezes mais precária que a sua, para alugar por valor menor que o do mercado tradicional. Essa dinâmica possibilitaria, além de moradia a baixo custo, renda extra ao morador.

Dentro dessa abordagem, Morado Nascimento revelou haver grande parcela de construção habitacional em que o próprio usuário é gerenciador da empreitada: “[...] tomam suas decisões relativas à moradia de maneira isolada, sem a interferência ou a participação daqueles que detêm o conhecimento codificado (seja técnico, jurídico, social, bem como ambiental, histórico, político, econômico e cultural)” (MORADO NASCIMENTO, 2011b, p. 2). A transformação ao longo do tempo das moradias para a adequação e consolidação das famílias é uma das características da prática da autoconstrução; nesse sentido, a prática da autoconstrução é o resultado das capacidades de os moradores decidirem sobre o seu próprio espaço. Para a autora, essa grande parcela é representada pela autoconstrução, entendida como:

.....  
<sup>33</sup> Tico, morador da Vila Acaba Mundo, participou do processo de assessoria com projeto de extensão do Centro Universitário Una (Núcleo de Arquitetura e Urbanismo – NAU), em outubro de 2018. Como professora do curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Una participou conjuntamente dessas assessorias com o grupo de alunos integrantes do NAU.

[...] provisão de moradia, onde a família, de posse de um lote urbano, obtido no mercado formal ou informal, decide e constrói por conta própria a sua casa, utilizando seus próprios recursos e, em vários casos, mão de obra familiar, de amigos ou ainda contratada (MORADO NASCIMENTO, 2011b, p. 2).

## V. A partir da renda

Na abordagem proposta por Grassiotto e Grassiotto (2003), na qual também é percebido o valor simbólico da casa, os autores traçam duas possibilidades de provisão de moradia para classes menos favorecidas: autoconstrução individualizada ou autoconstrução coletivizada (mutirão); e, por último, construção de conjuntos por terceiros financiados (empresas). Irei me ater à autoconstrução individualizada, ponto central desta pesquisa. Na autoconstrução individualizada as casas são geralmente de alvenaria, edificadas rudimentarmente e em sua maioria não finalizadas (falta-lhes acabamento). Os outros marcam o conceito a partir dos agentes envolvidos e pela definição da renda; nesse caso, parte-se do princípio de a autoconstrução ser prática dos pobres. Detalhando a autoconstrução individualizada, os autores distinguem dois grupos: a construção provisória, caracterizada a partir da necessidade imediata de moradia e de pouco recurso financeiro para investimento em materiais e mão de obra; e a autoconstrução individualizada, em que o morador executa a obra sozinho ou com ajuda de familiares (ou até com mão de obra especializada).

A partir de outro olhar, questionando a prática da autoconstrução e até mesmo a criminalizando, Cunha, Arruda e Medeiros contam sobre a autoconstrução:

Mas sem dúvida, para a população de baixa renda, ter um teto no Brasil pode até não ser tão complicado assim. Imbuídos pelo famoso “jeitinho brasileiro”, no momento em que o terreno foi adquirido ou ocupado chamam-se os familiares, os amigos, o pedreiro conhecido, os vizinhos, juntam-se os materiais disponíveis e, em pouco tempo, o alicerce, as paredes, o teto estão lá para abrigar o sonho do morador. É o fenômeno da autoconstrução. No Brasil, mais de 80% das moradias foram feitas nessas condições, o que pode ser comprovado cruzando qualquer grande cidade brasileira e analisando sua paisagem. As habitações acabam sendo obra do improviso. Feitas sem dialogar com o planejamento urbano e a realidade ambiental de cada localidade, trazem problemas para o individual e o coletivo na medida em que seus produtores desconhecem os parâmetros principais de conforto, segurança e até mesmo de custos para se concluir uma obra (CUNHA; ARRUDA; MEDEIROS, 2007, p. 22).

O discurso de criminalização da prática da autoconstrução foi se modelando pelo tempo, assim como o próprio entendimento acerca da prática e sua fundamentação em processos exploratórios e excludentes da história do Brasil. No entanto, ainda existem movimentos que atuam em prol da criminalização da prática e conceitualmente a definem com termos que denotem fuga da regra disciplinar, como: ilegal, informal ou irregular.

Inserindo mais um repertório na temática da questão da renda, Nogueira (2017) trouxe uma nova perspectiva ao conceito de autoconstrução, ou melhor, inseriu uma espessura ainda não muito discutida no meio acadêmico. A autora identificou no grupo de autoconstrutores o que ela definiu como a nova classe média; esses trabalhadores, nas primeiras décadas do ano 2000, aumentaram o poder de compra e, com isso, investiram mais em melhorias em suas casas por meio de práticas autoconstrutoras.

Santos e Morado Nascimento (2014) reforçaram a ampliação da autoconstrução, para além de uma prática dos pobres, o que inseriu outra determinante na formação do conceito: marcaram a autoconstrução como prática também dos ricos. A autoconstrução seria “[...] adotada pelos pobres urbanos em vilas, favelas, loteamentos periféricos e ocupações urbanas, mas também pela classe média e alta em terrenos formalizados para suprir demandas individuais quanto coletivas” (SANTOS; MORADO NASCIMENTO, 2014, p. 2). As autoras também pontuaram que, apesar das contradições presentes na prática da autoconstrução, é possível perceber “procedimentos associativos de negociação e de compartilhamento de mão de obra e de conhecimento entre os atores, revelando potencialidades da autoconstrução e de conhecimento entre os atores” (SANTOS; MORADO NASCIMENTO, p. 2). A construção nas favelas e nas áreas periféricas seria cotidiana, em etapas, quase sempre, sem projeto ou algum tipo de planejamento, sem forma final preestabelecida, em constante transformação e sem um fim. Segundo as autoras, constantemente seriam realizadas melhorias nas casas e em seu espaço imediato, em função de dinheiro, tempo e necessidades disponíveis dos moradores.

## VI. A partir da inserção socioespacial

A perspectiva dada por Holston (1991) está vinculada à realidade socioespacial da prática autoconstrutora: o autor definiu autoconstrução a partir da prática dos pobres, ao formalizar sua moradia dentro de determinado contexto socioespacial. Para Holston, o termo *autoconstrução* vincula-se aos pobres em suas atividades de construção de moradias num determinado conjunto de circunstâncias históricas e espaciais, por meio do fenômeno da periferação; e também marcou uma proposição de diferenciação de duas camadas do conceito de autoconstrução: 1) a produção da periferia; e 2) o desejo da posse da terra. Segundo o autor, existiriam várias convergências de identidades na autoconstrução que permitiriam a sua definição a partir de uma variedade de ocupações de terra que compartilham dois atributos: a produção social particular do espaço e a necessidade de construir uma casa representam as relações do construtor com um conjunto de condições que caracterizam a urbanização periférica; e a construção da casa como garantia de um futuro imaginado diferente das condições vividas.

A partir de outra perspectiva, Morado Nascimento (2011b) esclarece que as motivações da autoconstrução advêm de vários aspectos e cita a falta de acesso à habitação, alto custo na contratação de profissionais e burocracia exigida nos órgãos públicos. Apesar de concordar que a autoconstrução é, sobretudo, vinculada a uma prática dos pobres, a autora questiona se realmente seria exclusividade dos pobres, não sendo a prática necessariamente resultado direto da falta de acesso ao saber técnico ou arcabouço jurídico. Ao explorar a autoconstrução e seus territórios, Morado Nascimento conclui que as práticas dos loteamentos periféricos diferem em três aspectos das práticas em favelas, enquanto movimento espontâneo, e de ocupações urbanas enquanto prática organizada.

Primeiro, em razão da maior segurança na posse da terra (ainda que regular), fazendo com que investimentos na moradia sejam diluídos ao longo do tempo. Segundo, por ser opção consciente das famílias, entendida como ágil contraponto ao assistencialismo do Estado, às inseguranças do aluguel e às normativas financeiras do mercado, além de instrumento de pressão social na conquista de outros direitos, como serviços urbanos, educação, transporte, etc. Terceiro, a autoconstrução realiza-se como ação individual, familiar, pois trata-se de

construção de moradias em áreas sem laços sociais estabelecidos a priori, mas que serão construídos ao longo do tempo (MORADO NASCIMENTO, 2011b, p. 8).

Importa evidenciar que as diferenças das táticas e estratégias nos três casos representariam também a diferença em suas práticas discursivas. Portanto, as práticas autoconstrutoras, apesar de próximas, estariam em camadas distintas.

Sobre as políticas habitacionais, Morado Nascimento (2011b) indica que, se, por um lado, o déficit habitacional revela o não entendimento da moradia como elemento estruturante do espaço urbano e elemento estruturado por nossa formação socioeconômica, por outro, transformado em problema numérico com perspectiva de uma solução, esse déficit mostra não só a má distribuição das moradias, mas também a dificuldade dos pobres ao acesso ao estoque habitacional adequado, espelhando o fracasso das políticas habitacionais. Kapp e Baltazar (2012) nos lembram que a produção feita a partir do próprio habitante, seja da casa ou do espaço urbano, devido à própria lógica do sistema econômico, que emprega a força de trabalho do trabalhador urbano, não consegue lidar com suas demandas. A produção de moradia para os trabalhadores não é lucrativa, a não ser a produção que as autoras definem como “produção da massa de caixas para armazenar pessoas”, ou seja, feita a partir de programas vinculados à iniciativa privada e poder público, como também não é urgente e o bastante para que o Estado assuma.

## VII. A partir da cultura da casa própria

Segundo Grassioto e Grassioto (2003), a autoconstrução individualizada parte inicialmente de um sonho das famílias de obterem a posse de terreno urbano. Para a consolidação da casa, as famílias tomam a iniciativa isoladamente, muitas vezes, contando com o próprio conhecimento construtivo ou com auxílio de amigos. As famílias geralmente possuem pouco dinheiro para investir na obra, o que faz com que o processo de consolidação da casa seja em etapas e, por isso, longo. A continuidade da obra é garantida em função da disponibilidade de tempo e dinheiro, o que dificulta o planejamento da obra. Para os autores, se o autoconstrutor partisse de um projeto assumindo um tipo de sistema construtivo adequado à sua realidade, com os mesmos recursos, obteria melhores resultados. Acrescento neste trecho que o planejamento em obras de longo prazo, como é o caso dos autoconstrutores, é ferramenta frágil em decorrência da constante mudança de demandas e necessidades. Sendo assim, mesmo com a afirmação dos autores acerca de melhores resultados a partir do planejamento, é mister também associá-lo à demanda e sua possibilidade de mutação.

A vinculação entre a cultura da casa própria e da prática da autoconstrução foi evidenciada na seção 4.1, a partir das narrativas do Bonduki (2011).

## VIII. A partir dos modos de produção

Morado Nascimento atualizou a discussão e caracterizou a autoconstrução como um “processo sociotecnológico em evolução e transformação constante” (MORADO NASCIMENTO, 2016, p. 19). Para a autora, esse processo acontece quando as decisões acerca da construção da moradia são tomadas de forma isolada e sem a participação ou interferência daqueles que

detêm o conhecimento formal, adquirido academicamente. A autora afirma que, desde 1940, a autoconstrução possibilita acesso à moradia e à propriedade, além de estabilidade familiar; desse modo, se tornou importante mecanismo de provisão habitacional. A autora também situa no território três universos da autoconstrução para a população de baixa renda (como já feito em uma de suas obras aqui recorrida – 2011b): loteamentos periféricos, favelas e ocupações urbanas.

Pontos em comuns entre a autoconstrução nos loteamentos periféricos, nas favelas e nas ocupações urbanas referem-se: (1) à transformação da moradia ao longo do tempo, sendo pré requisito para o crescimento das casas e da consolidação das famílias no lugar; (2) à base de valores como cooperação e cumplicidade dos envolvidos; (3) ao atendimento de demandas imediatas, mas também das possibilidades de mudança futura por meio de adaptações e de aprimoramentos necessários à funcionalidade permanente; (4) à capacidade dos moradores decidirem autonomamente sobre o espaço, muito além do mero atendimento aos seus desejos (MORADO NASCIMENTO, 2016, p. 22).

Em 2017, Coelho contribui com uma pesquisa acerca das melhorias habitacionais em áreas de favelas e ressaltou que na autoconstrução a baixa qualidade das moradias está diretamente relacionada a seu processo de produção. A autora cita a presença de uma percepção romantizada das favelas como espaço de exploração da criatividade, técnicas e materiais utilizados nas construções. Contudo, poucos recursos e conhecimento técnico limitariam a exploração de novos sistemas construtivos, e a prática é seguida pela maioria das construções da cidade formal: estrutura em concreto armado e vedação em alvenaria. A autora também comenta que os materiais, em geral, são adquiridos em depósitos de matérias de construção locais para a redução do valor do frete. Isso, logicamente, reduz as possibilidades de escolha dos materiais; e esses depósitos incorporariam a dinâmica da autoconstrução oferecendo produtos e serviços articulados a essas dinâmicas e demandas inerentes ao processo de produção, como também estariam dispostos a assessorar acerca das técnicas construtivas dos materiais que vendem.

Uma questão importante nessas narrativas é a diferenciação dos princípios de autonomia e heteronomia para classificação de práticas distintas. Há narrativas que diferenciam a autoprodução a partir dos envolvidos nas práticas, sendo que a autoprodução estaria alinhada com processos em que o morador constrói sem normas e gerencia suas próprias decisões. Nogueira (2017) defende usar o termo *autoprodução*, nos casos em que denomina de *self-help* (autoajuda); a autoprodução traduziria os processos, e não apenas objetos, inserindo em seu significado práticas sociais que o caracterizam para além de seu produto final e do tipo de território em que se desenvolve a prática. O processo de produção pode ocorrer em favelas ou na cidade formal, como também pode incluir trabalhadores autônomos e externos envolvidos na produção toda ou apenas em alguma atividade específica. Para a autora, há distinção clara entre autoconstrução e autoprodução, sendo a autoconstrução apenas uma variação das autoiniciativas para as questões de moradia no Brasil. A autoconstrução, nesse sentido, implica que os moradores sejam a força de trabalho da construção, participando ativamente dos processos manuais presentes no canteiro de obras; por outro lado, a autoprodução refere-se a processos mais complexos que inserem mão de obra externa, seja ela formal ou informal. Importante que a autoprodução não exclui em sua gama de possibilidades a autoconstrução, sendo que, em alguns eventos da construção, o próprio mora-

dor pode ser o construtor. A autora defende que os processos de autoprodução tenderiam a ser mais complexos que na autoconstrução, uma vez que envolveriam mais pessoas e uma divisão do trabalho a partir de tomadas de decisões compartilhadas. Por outro lado, os processos de autoconstrução liderados pelo morador ou grupo de moradores por meio de autogestão podem existir com algum tipo de apoio institucional.

Sobre o processo de produção das casas, Nogueira (2017) afirma ser prática comum, nos casos em que estudou, a compra de lote vazio onde logo é feita a construção de um embrião inicial que permita a rápida ocupação do lote. A construção é normalmente feita ao longo do tempo e de acordo com as necessidades emergenciais dos moradores ou verba possível no momento. Na primeira parte da casa, embriões são cobertos com alguma cobertura improvisada ou laje pré-moldada, sistema estrutura de pilar e viga de concreto e alvenaria de tijolo furado. Os acabamentos, em geral, são a última etapa da construção, até mesmo no banheiro e cozinha. Ao longo do tempo a casa ganha acabamentos ou é ampliada; a construção da casa é feita, em geral, nas horas em que os moradores não estão em seu emprego formal, podendo ser até mesmo informal – por isso, a autora denomina de “construção de horas extras”. Isso porque se refere a uma ampliação das horas de trabalho dos trabalhadores, o que já foi tratado aqui como “sobretabalho”, argumento presente na discussão de Oliveira (2003).

Sobre os métodos de planejar a construção da casa ou da reforma e ampliação, a autora marca que estamos tratando de métodos distintos, se comparados com o planejamento tradicional do campo técnico da construção civil. Importante, para esse entendimento, deslocar os métodos dos planos dos métodos de projetos. É comum as pessoas do campo da construção qualificarem os processos da autoprodução como caóticos e desorganizados, sendo que parte dessa percepção deve-se ao fato da ausência de planejamento ou projeto técnico. Contudo, diz a autora que os moradores elaboram planos e viabilizam as obras em função da necessidade, verba disponível e tempo. Nogueira (2017) marca que as etapas típicas de um modo heterônomo de produção habitacional (seguindo o ditame planejamento, projeto preliminar, anteprojeto, aprovação de projeto, planos executivos, orçamento, construção e vistorias na obra) não fazem nenhum sentido para a prática da autoprodução. Cabe ressaltar que o tempo da construção na autoprodução dependerá dos recursos disponíveis pelos moradores, seja tempo, dinheiro ou material de construção; com isso, é comum o processo ter diversas pausas e recomeços. Tal fato faz com que o recomeço possa ser redesenhado em função de novas necessidades adquiridas ao longo do tempo; e os planos seriam processos em constante adaptação. A autora ainda dá luz sobre as diferenças de *modus operandi* entre prática unidirecional e heterônoma com relação à autoprodução, as quais refletem no distanciamento entre o campo técnico, por exemplo, dos arquitetos, e os autoprodutores. Nesse sentido, a autora marca que, em sua pesquisa, constatou a ausência completa de desenhos que revelassem o que estava sendo proposto para a obra ou desinteresse em mostrá-los nas entrevistas que realizou. Aliás, a hipótese de desenho do projeto, ao menos um esboço, não foi aspecto apontado como relevante por autoprodutores.

## IX. A partir do simbolismo – lutas e resistências

Apesar dos conflitos existentes na periferação e na prática de construção, Holston (2013) mar-

ca que esses territórios foram urbanizados pelos moradores com melhorias ao longo do tempo. Essa autoconstrução teria se tornado um “domínio de elaboração simbólica” (HOLSTON, 2013, p. 29); e o autor ainda afirma que “ela expressa narrativas coletivas e igualitárias do estabelecimento das periferias e narrativas individuais de realizações desiguais” (HOLSTON, 2013, p. 29). E mais: “a autoconstrução transformou as periferias em espaço de futuros alternativos, produzidos nas experiências de se tornar proprietários, de organizar movimentos sociais, de participar de mercados consumidores e de fazer julgamentos estéticos sobre as transformações das casas” (HOSLTON, 2013, p. 29). Para o autor, esses espaços não se tornaram só o principal espaço residencial das classes trabalhadoras, como também a criação de um novo espaço político e simbólico na geografia do país; a ilegalidade das moradias teria promovido uma nova experiência de participação cívica e de reivindicação de direitos, sendo determinante para a pauta de mobilização dos moradores exigindo incorporação de seus territórios à cidade legal. A pauta de mobilização giraria em torno das reivindicações da propriedade e da provisão de serviços urbanos. Nesse sentido, o autor formula seu conceito de cidadania insurgente:<sup>34</sup>

Por isso, afirmo que, no desenvolvimento das periferias autoconstruídas, os mesmos lugares históricos da diferenciação – os direitos políticos, o acesso à terra, a ilegalidade, o servilismo – alimentaram a irrupção de uma cidadania insurgente que desestabiliza os privilegiados (HOLSTON, 2013, p. 34).

Por outro lado, Nogueira (2017) aponta esse tipo de autoprodução não se caracterizar como processo de subversão e resistência às lutas urbanas ou ativismo coletivo. Os trabalhadores autoprodutores vivem como cidadãos comuns sem uma ideologia clara e organizada coletivamente; e essa autoprodução é retratada mais como consequência do que subversão. Os trabalhadores tendem a ser considerados pequenos burgueses, contudo, é apenas um tipo de classe trabalhadora. Ainda sobre a questão, a autora situa que há crítica acerca da existência de fato de uma nova classe média: haveria uma nova classe trabalhadora precária, cujas práticas sociais não se assemelhariam às típicas práticas das classes médias tradicionais. Os trabalhadores, assim como a maioria dos autoconstrutores, também buscariam a saída do aluguel via construção da casa própria.

A autora cita o potencial humano dos trabalhadores, que demonstram características como: flexibilidade, adaptabilidade, acessibilidade, criatividade e liberdade. Contudo, grifa que a prática não deve ser romantizada, pois, na verdade, refletiria as desigualdades socioespaciais e econômicas presentes no Brasil. Outro ponto que convém destacar é: sem moradia seria impossível ascender socialmente; a autora fala que numa sociedade em que, para se ter direitos básicos garantidos, a premissa é o poder econômico, a moradia acessível desempenha papel importante. Nesse sentido, a autoprodução é a alternativa possível para habitação a preço acessível; nesse contexto, seja uma casa precária ou bem consolidada, a propriedade autoproduzida é o

.....  
34 Holston caracteriza o sentido de *insurgente* não como uma categoria normativa: “Não tem valor moral ou político inerente. Cidadanias insurgentes não são necessariamente justas ou democráticas, populistas ou socialistas. Cada caso deve ser avaliado. [...] A insurgência define um processo que é uma ação na contramão, uma contrapolítica, que desestabiliza o presente e o torna frágil, desfamiliarizando a coerência com que geralmente se apresenta. Insurgência não é uma imposição de cima para baixo de um futuro orquestrado. Ela borbulha do passado em lugares onde as circunstâncias presentes parecem propícias a uma irrupção” (HOLSTON, 2013, p. 62).

passaporte para a ascensão social. Segundo Nogueira (2017), a autoprodução não é boa ou ruim, mas uma necessidade, uma alternativa habitacional que promove as periferias urbanas e mascara a tensão constante acerca da falta de moradia para todos.

Destaco que a informalidade ou ilegalidade na produção habitacional não possuem relação direta com a autoconstrução, apesar de essa questão estar associada ao conceito da autoconstrução. Nesse sentido, há produção informal ou ilegal<sup>35</sup> sem ser originária de uma prática autoconstruída; e a dependência dessa relação é dada em virtude do entendimento do que seja autoconstrução.

### 4.3 DO CONCEITO DA AUTOCONSTRUÇÃO

A exposição das narrativas representa os diferentes gatilhos que ampliam os significados da prática da autoconstrução ao longo do tempo e a construção das camadas que compõem o conceito. As camadas não correspondem aos mesmos temas do item anterior; os temas marcam algumas fissuras na construção do conceito, mas não a totalidade. As fissuras não foram todas representadas nos temas, para a discussão não se configurar a partir de uma trama de recortes, mas estão todos presentes nas narrativas citadas. Assim, a partir da análise dessas narrativas é possível reconhecer os agenciamentos econômicos, políticos e sociais responsáveis pela construção do conceito e expor como a formação dos discursos foi legitimada como verdade. Em linhas gerais, a partir da análise das narrativas, marco que, na década de 1970, o termo autoconstrução teve mais reverberação, mesmo que a autoconstrução fosse prática adotada antes disso: tendo importância na produção do espaço urbano desde a década de 1940. Desde Turner (1972) até os anos 2000, pouco ou pouquíssimo havia sido dito sobre autoconstrução que não fosse vinculando-a à prática dos pobres. Houve uma tendência inicial (1970) em vincular a prática da autoconstrução em territórios; e, nos anos 2000, a noção deslocou-se do território, de modo que o entendimento da autoconstrução se vinculou com mais concretude a práticas e processos de produção.

Na década de 1970, as contradições impostas ao modelo de cidade construída a partir da prática da autoconstrução já se mostravam presentes, com a crítica de Oliveira (2003). A cultura construída da importância da casa própria também apareceu em narrativas dessa época, e é muito presente até hoje. Ainda na década de 1970, a repercussão da prática da autoconstrução foi analisada do ponto de vista socioespacial e econômico, como também foi marcada a importância das experiências autônomas, com garantias de liberdade para a tomada de decisão projetual pelos moradores; além disso, foram criticados os meios de produção do canteiro de obras e escritórios de arquitetura. No final da década de 1970, a prática da autoconstrução foi mais fortemente

.....  
35 Nogueira (2017), para termos usualmente utilizados sem cuidado quanto às suas diferenças, marca definições que serão adotadas neste estudo: *formal* e *informal* serão usados para marcar práticas sociais; *irregular* e *regular*, para dizer sobre a obediência dos processos, dinâmicas e objetos em relação a regulamentações e padrões; e *ilegal* e *legal*, para tratar da concordância do espaço construído com o arcabouço jurídico institucional. O espaço urbano, sobretudo nas cidades brasileiras, revela sobreposições que estão além da dicotomia direta entre termos.

analisada como resultado de processos de segmentação socioespacial nas cidades: surgiram diversas análises acerca dos processos de consolidação nas periferias e a importância da presença da prática de autoconstrução para a viabilização do modelo de cidade pós-industrial. As favélas, também como prática autoconstrutora, não angariaram tanta preocupação nas narrativas, se comparadas ao fenômeno da periferização. A partir da década de 1980, o entendimento da autoconstrução como diminuição do tensionamento com a política habitacional passou a ser narrado, e a autoconstrução, discutida como a solução possível para grande parte dos trabalhadores urbanos. Na década de 1990, a autoconstrução foi associada à ausência de saber técnico. E, após os anos 2000, a prática da autoconstrução foi diferenciada sob o prisma da consolidação socioespacial, deslocada de seu território e narrada a partir de seus meios de produção, caracterizando-se as experiências autônomas como uma constante na prática da autoconstrução.

A Figura 14 é uma representação esquemática das principais regularidades evidenciadas nas narrativas, e disso resulta a visão de potenciais de formação de novas camadas a partir de suas fissuras. Desde o momento em que foi apresentada uma camada no conceito, também foi apresentada uma descontinuidade, uma fissura, que possibilita a formação de uma nova camada. As fissuras são alterações de alguma ordem nessas camadas, camadas essas que foram se associando ao longo do tempo e remodelando o conceito de autoconstrução, a ponto de garantir uma espessura de significados. A prática construtiva, delimitada pela ferramenta de análise de Foucault, é o elo entre o discurso e a prática e reúne elementos e enunciados associados a um sistema de regras ou um saber. Acerca da prática discursiva:

Não podemos confundi-la com a operação expressiva pela qual um indivíduo formula uma idéia, um desejo, uma imagem; nem com a atividade racional que pode ser acionada em um sistema de inferência; nem com a “competência” de um sujeito falante, quando constrói frases gramaticais; é um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou linguística, as condições de exercício da função enunciativa (FOUCAULT, 1995, p. 136).

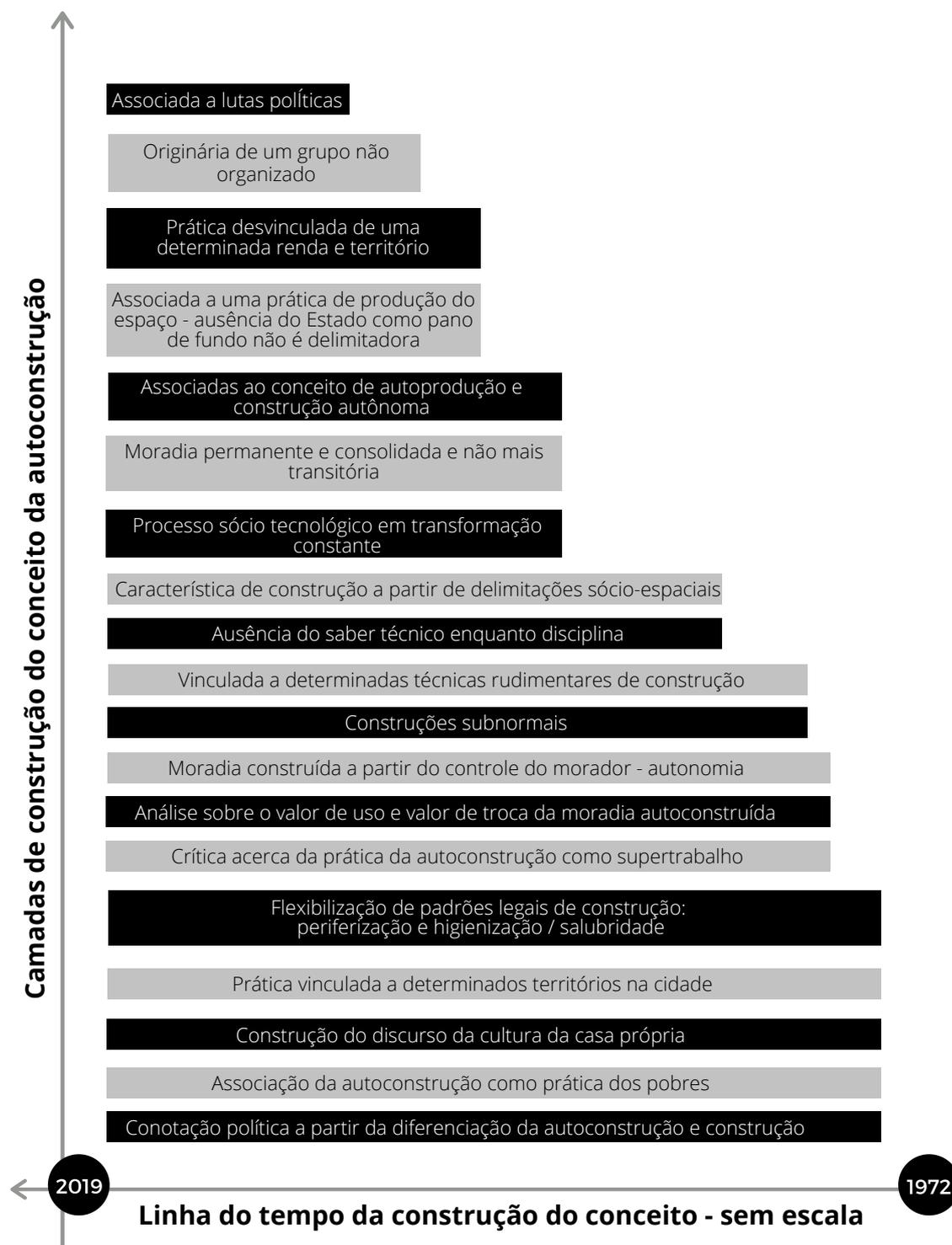


Figura 14 - Camadas de construção do conceito de autoconstrução a partir de discursos analisados  
 Fonte: a autora.

A figura é uma representação esquemática de diferentes discursos que foram construindo o conceito de autoconstrução como verdade e engrossando a sua potencialidade de significação. Assim, as práticas discursivas, formadas por um conjunto dessas regras a partir das categorias de análise, são exploradas pelas seguintes camadas: território, tempo, renda, práticas construtivas, autotomia, agentes, atuação técnica e mão de obra, e cultura da casa própria. Contudo, importa entender que cada camada influencia uma prática de forma distinta; portanto, cada prática é única e em constante mutação.

Essas camadas por si só não definem práticas discursivas, as quais serão definidas a partir do jogo de agenciamentos, sejam eles econômicos, sociais e políticos (rede relacional), realizados num dado momento a partir da ação de construir. Não é possível mensurar exatamente como as camadas influenciam cada prática; por isso, como formula Foucault, são regras anônimas. As regras anônimas funcionam para definir a intensidade da inserção de cada regularidade discursiva na prática. De forma geral, pode-se definir que, por exemplo, para uma determinada prática autoconstrutora a camada do território inserida é fundamental para a tática e estratégia a serem adotadas, como é o caso, por exemplo, de uma ocupação urbana. Em outro contexto urbano, o território demandaria outras táticas e estratégias, podendo ser mais amplo o leque de opções construtivas em função de sua inserção socioespacial. A partir da composição da prática discursiva por meio de regras anônimas e com a base relacional como liga – espaço dos agenciamentos – na composição, inserem-se como fator definidor o tempo e os acontecimentos. O tempo é importante porque a prática autoconstrutora é definida a partir de um dado momento, pois pode ser alterada noutra ocasião; e as táticas e estratégias dirão acerca da ação propriamente dita. Nesse sentido, as camadas destacadas são estruturantes e estruturam práticas construtivas – não devem ser confundidas com ações estanques e repetidas, posto que sempre variam no tempo e espaço. A rede relacional, em dado momento, definirá a forma da ação. Para Foucault (1995), cada prática discursiva supõe um jogo de prescrições que determinam as possíveis escolhas dos discursos e práticas, bem como revela as exclusões feitas.

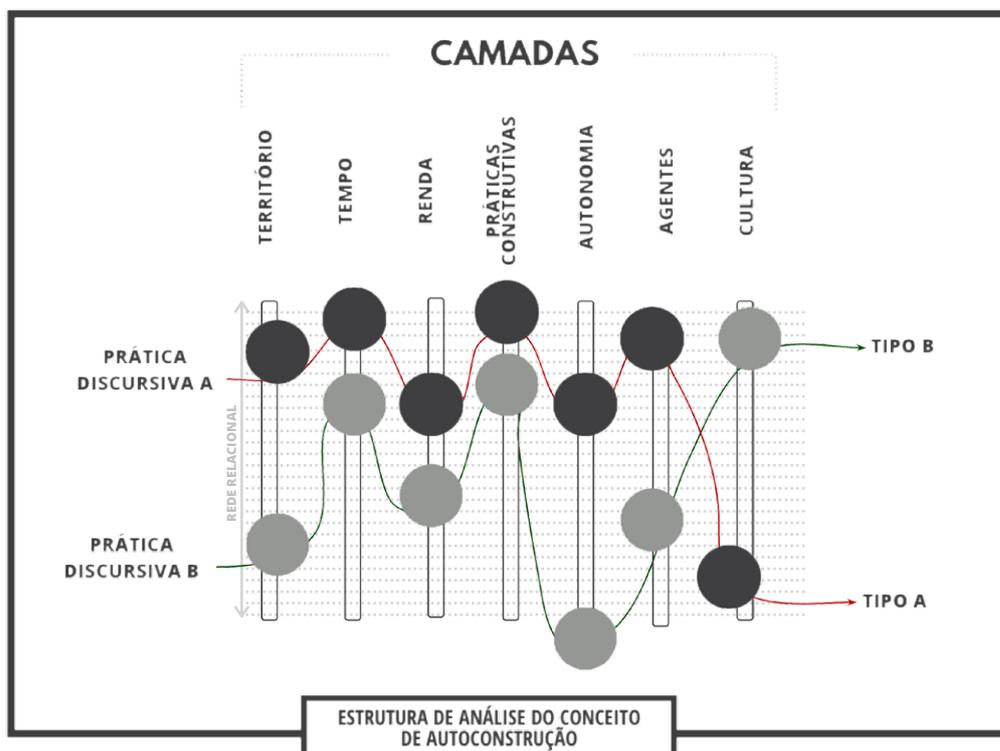


Figura 15 - Arranjos de práticas discursivas de autoconstrução a partir de camadas de análise  
 Fonte: TIBO; MORADO NASCIMENTO; LINHARES, 2018. (Adaptado).

A proposta da Figura 15 é ilustrar que a partir de diferentes arranjos são formadas diferentes práticas discursivas (tipo A e tipo B). A rede relacional é o pano de fundo e responsável pelos agenciamentos estratégicos em determinado momento, em função de algum acontecimento, e influencia práticas discursivas na vinculação de camadas. Assim sendo, influencia cada camada

de forma distinta e organiza diferentes práticas discursivas. A seguir, analiso cada camada e enfatizo a sua conotação dentro do conceito de autoconstrução e seu envolvimento nas práticas discursivas.

## I. Território

Os autoconstrutores estão presentes de forma dispersa na cidade. Algumas narrativas expostas apontam não estarem diretamente relacionados a um território com característica determinante, ou seja, não vinculados a uma característica socioespacial. Pouco se discute acerca da prática autoconstrutora inserida em territórios habitados pela população de maior renda e com acesso aos serviços urbanos da cidade. O território ocupado pela população de baixa renda está diretamente associado a maiores ou menores possibilidades de acesso aos direitos de viver na cidade e à moradia. Nesse caso, a posse do terreno desencadeia um tipo de autoconstrução menos ou mais estável social, política, econômica e construtivamente. Morado Nascimento (2016, p. 20-21) pontua três universos a partir da realidade de Belo Horizonte (Minas Gerais), assim elencados:

### 1 Loteamentos periféricos

[...] a autoconstrução inicia-se com a compra do lote, seja de forma legal ou ilegal, pago geralmente em prestações mensais, seguida da obra que vai se desenvolvendo por meio da obtenção de materiais ao longo do tempo. A segurança da posse do terreno torna-se ponto-chave dentro da lógica de acesso ao solo urbano e da prática da autoconstrução, referenciada pela necessidade absoluta das famílias acessarem a cidade. Na medida em que as famílias sentem-se seguras em relação à posse da terra, as famílias optam pela autoconstrução na contramão do aluguel e da casa subsidiada pelo Estado, afastando-se naturalmente das instâncias financeiras (de qualquer natureza) e suas “armadilhas” de prestações e contratação de dívidas, na medida em que não confiam em seus procedimentos. As decisões construtivas e espaciais ampliam-se diante da capacidade dos autoconstrutores observarem e aprenderem com amigos o ofício da construção civil e da proximidade construída com os depósitos de materiais de construção. A precariedade dos serviços urbanos (água, luz, energia, esgoto, etc.) e dos equipamentos públicos (escola, postos de saúde, transporte coletivo, praças, etc.) configura-se, de imediato, em *argumento político individual* a pressionar órgãos públicos locais pelo acesso ampliado aos seus direitos.

### 2 Vilas e favelas

...] as características das moradias autoconstruídas permanecem, mas os terrenos são ocupados de forma espontânea, adquiridos ou não por contratos informais de compra/venda, em áreas centrais desprezadas pela cidade capitalista, porém importantes diante da necessidade dos trabalhadores residirem próximos aos seus lugares de trabalho. Ainda que os moradores nem sempre tenham a segurança da posse do terreno, bem como acesso aos serviços urbanos e aos equipamentos públicos, as favelas foram tardiamente reconhecidas como parte do processo histórico – contraditório e negligenciado – de urbanização brasileira. Nesse bojo, as favelas por um lado, permanecem como ações autoconstruídas e autônomas, ainda que marcadas pela precariedade às margens da ação do Estado, mas por outro lado, tem sido continuamente transformadas por processos de urbanização conduzidas pelo Estado.

### 3 Ocupações urbanas

[...] iniciam-se a partir da ocupação organizada de terrenos, de forma lenta, conflituo-

sa e, muitas vezes, violenta, ações interpretadas pelas instâncias jurídicas como ilegais; nesse caso, a lógica de acesso ao solo urbano e da prática da autoconstrução é referenciada pela sobrevivência imediata dos moradores, porém, imersos no enfrentamento político na luta por moradia, sem qualquer garantia da posse da terra urbana. As patologias construtivas são explícitas nas casas, a princípio mínimas e extremamente frágeis, em razão da urgência de se consolidar a ocupação como argumento político coletivo diante das ineficientes políticas habitacionais. Entretanto, ao longo do tempo, as moradias e os espaços comuns são aprimorados e ampliados por meio do apoio de redes sociais constituídas de operários da construção civil, donos de depósitos de materiais de construção, ativistas, voluntários e estudantes e professores de universidades.

A classificação adotada por Morado Nascimento (2016) revela que em cada um desses territórios acionam-se práticas discursivas e pode-se estar diante de motivações diferentes. Para ilustrar: as motivações que configuraram as primeiras moradias nas favelas podem estar vinculadas à necessidade de construir um pedaço de cidade para a classe trabalhadora nos primórdios da formação das cidades, o que pode denotar práticas discursivas distantes de quem hoje adquire uma moradia, seja formal ou informal, nas favelas já consolidadas e reconhecidas pelo Estado e sociedade em geral. Tais motivações também podem aparecer distantes de outros discursos, para quem ocupa área privada ou pública por meio de um movimento social. Da mesma forma, a construção periférica se mantém a partir de outras práticas discursivas e táticas e estratégias.

Essa camada marca para além da inserção física do morador no território. As narrativas tratam dessa inserção enquanto prática social adotada a partir do acesso a bens e serviços da cidade, além de ter relação econômica e de sua rede de vizinhança. Nesse sentido, estão envolvidas as questões de acesso a serviços de atendimento à saúde, educação, mobilidade, espaços de lazer e outras inserções que dizem respeito ao viver na cidade. O sentido de pertencimento à cidade ou à sua rede socioespacial também é articulador de práticas discursivas e autoconstrutoras. Portanto, as escolhas construtivas estariam vinculadas a essa inserção e variariam em função de sua vulnerabilidade socioespacial.

## II. Agentes: atuação técnica e mão de obra

Com esta camada delimito os envolvidos no processo de construção que não sejam o próprio grupo de moradores: mão de obra contratada e atuação técnica.

### **Atuação técnica**

A atuação técnica é definida como a presença de um profissional habilitado do campo da construção civil na prática autoconstrutora. Essa formulação desloca o conceito da amarração territorial e permite uma gama maior de possibilidades autoconstrutoras, pois amplia a prática aos territórios onde moram as populações com maior renda.

Uma pesquisa do CAUBR/Data Folha (2015) traz luz ao cenário da atuação técnica, neste caso, do campo da Arquitetura e Engenharia Civil, no Brasil. A amostra da pesquisa revelou que 54% dos entrevistados já construíram ou reformaram seus imóveis, e 46% não construíram nem reformaram. Dos 54% que já reformaram, apenas 15% tiveram presente a atuação técnica (FIGURA 16).

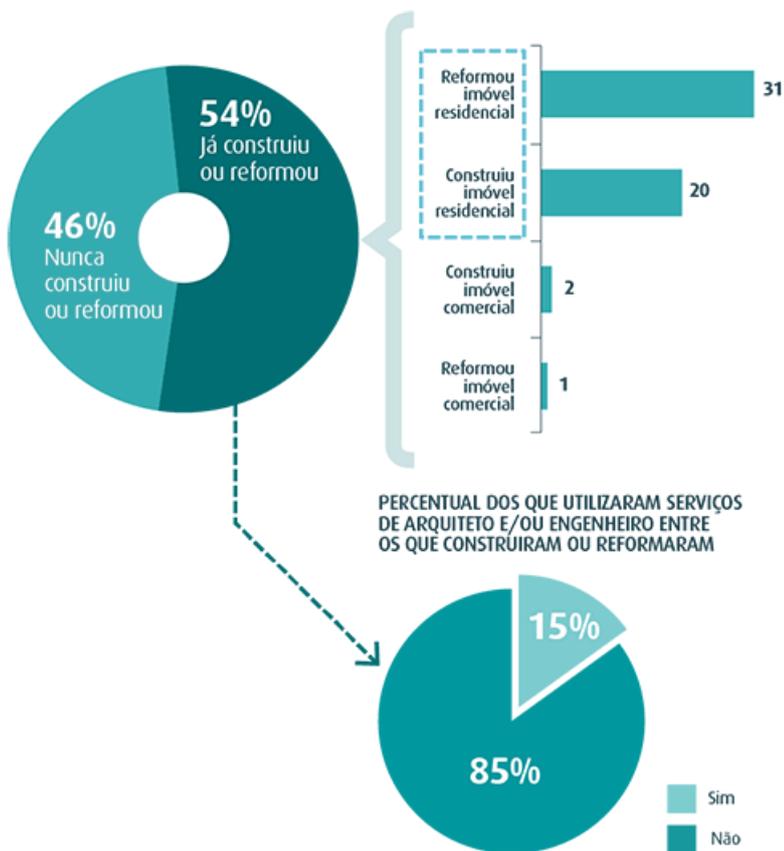


Figura 16 - Percentual de pessoas que construíram ou reformam com a presença de um responsável técnico  
 Fonte: CAU/BR; Datafolha, 2015.

O grupo pesquisado é diversificado e demonstra que a ausência da atuação técnica é presente em toda a sociedade, não sendo possível, em princípio, associar somente o nível de renda do morador. A não contratação de profissionais habilitados não se vincula, em absoluto, apenas à impossibilidade de custear esse serviço. Para isso, é necessário associar a rede relacional presente no momento da construção em cada caso, bem como extrapolar a questão da renda e enfatizar questões inerentes à produção das cidades e suas relações socioespaciais. No entanto, a renda dos autoconstrutores é, sem dúvida, aspecto que permeia todas as camadas, sendo ao mesmo tempo estruturada e estruturante de outras.

Sobre a mesma pesquisa aludida, a Figura 17 foca em quem já contratou serviços de um arquiteto ou engenheiro: apenas 7% dos entrevistados já utilizaram tal serviço – e estes se enquadrariam na porção da população com maior renda. Por outro lado, 70% dos entrevistados disseram que gostariam de contratar, e 24% não contrariam. Com esses dados, e analisando apenas a questão da atuação técnica, é possível afirmar que ao menos 70% dos entrevistados são autoconstrutores; quanto aos outros 24%, não ficou claro se já contrataram alguma vez. Vale reforçar que a atuação técnica é apenas uma das camadas discursivas sujeitas a regras para o alcance de identificação da prática autoconstrutora.

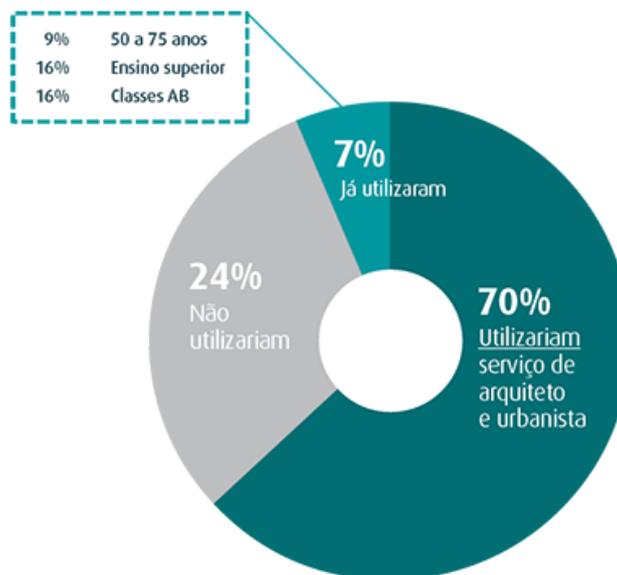


Figura 17 - Percentual de pessoas que contrataram os serviços de arquitetura ou engenharia  
 Fonte: CAU/BR; Datafolha, 2015.

Para a composição da prática discursiva, é importante analisá-la a partir da relação com outras camadas envolvidas. Por isso, defendo que a atuação técnica de forma isolada não define as práticas discursivas e não descaracteriza o construtor/morador.

### Mão de obra

A mão de obra nas práticas autoconstrutoras é absorvida por moradores que estão construindo a casa, seus parentes ou contratação de mão de obra terceirizada, sendo, em geral, o pedreiro que atende à vizinhança. É comum esse pedreiro e o morador construírem com o saber da prática, aquele adquirido no próprio ato de construir. A qualificação da mão de obra é ponto importante a ser considerado para evitar constantes manutenções da casa devidas a eventuais patologias construtivas; portanto, a possibilidade de contratação de uma mão de obra qualificada está diretamente relacionada à questão de renda e planejamento da obra, bem como oportunidades arranjadas a partir da rede relacional do morador – com isso, os arranjos possíveis para acesso a crédito ou financiamento. O poder de consumo está também diretamente atrelado à renda, cabe ressaltar.

### III. Práticas construtivas

O maior ou menor domínio sobre técnicas construtivas resulta em eventuais precariedades e/ou patologias construtivas e pode caracterizar diferentes práticas autoconstrutoras. Nesta análise, deve-se observar a capacidade do morador de realizar a obra por conta própria ou por contratação de mão de obra, bem como o grau de emergência da construção alinhado à disponibilidade de material de construção. Em geral, as opções de material seguem a lógica de serem de fácil acesso e referentes a técnicas conhecidas e de fácil aplicação. As técnicas utilizadas são manufatureiras e com pouco ou, em alguns casos, nenhum uso de máquinas. A segurança da posse e o tempo de consolidação da moradia influem também na escolha dos materiais de construção e uso de técnicas construtivas que privilegiem a manutenção mais duradoura da casa.

O modo de funcionamento do canteiro de obra também determina práticas diferentes. Morado Nascimento (2011a, p. 10-11) marca que “os processos produtivos por meio da informação produzida, transferida e usada geram conhecimento sobre o saber-fazer a moradia, motivando, capacitando e transformando os moradores”. Nesse sentido, assim como nas outras camadas, a relação da formação da prática autoconstrutora se molda a partir das informações geradas no momento da experiência.

A autora enumera algumas respostas construtivas que na moradia autoconstruída, inseridas nos loteamentos periféricos, possuem constante regularidade:

- o projeto da moradia não é estabelecido a priori ou, quando o caso, resume-se ao esboço único de planta;
- o canteiro de obras é permanente;
- a estrutura é executada em pilares e vigas de concreto armado, possibilitando a eventual ampliação do segundo pavimento, apoiada em fundações usualmente em sapata corrida ou tubulões de concreto;
- a cobertura é feita com laje pré-moldada de lajotas cerâmicas, servindo de apoio para estrutura de madeira e telhas cerâmicas;
- as vedações são erguidas em blocos cerâmicos rebocados e pintados, recebendo esquadrias de ferro e de madeira;
- todas as instalações hidro-sanitárias e elétricas são embutidas em PVC, com caixa d'água pré-fabricada;
- o piso da casa é em cerâmica e as paredes de áreas molhadas revestidas até a meia altura também em cerâmica;
- os equipamentos de construção são todos domésticos;
- a mão-de-obra é sempre familiar e, quando necessário, contratada (MORADO NASCIMENTO, 2011a, p. 11).

Abramo (2003) ressalta sobre a dinâmica construtiva adotada nas favelas que estudos clássicos definem a casa como elemento central nas estratégias de sobrevivência de quem mora nesses territórios. Com isso, também é o lugar de investimento da família, o que é retratado na escolha dos materiais: “a lógica de edificação da moradia depende do fluxo de recursos familiares e das ações de cada momento que não refletem um programa de investimento e obras previamente estabelecido” (ABRAMO, 2003, p. 212). O resultado dessa lógica de investimento “desiguais e combinados” nas moradias é refletido nos preços dos imóveis nas favelas. O autor chama a atenção também ao superinvestimento em materiais de construção por algumas famílias que consolidará uma “assimetria informacional”, principalmente quando o mercado é formado por uma série de submercados constituídos ao longo do tecido urbano.

Além disso, pesquisas do autor revelam que a moradia, a despeito de ser a segurança patrimonial das famílias, é também o “locus da acumulação”. Nesse sentido, é o lugar que permite a acumulação de bens materiais duráveis. Outra contribuição de Abramo é considerar as estratégias de investimento nas moradias das favelas “polifuncionais”, ou seja, possuem mais de uma função: tanto para melhorar as condições de vida da família “em termos intemporais” como consolidar no tempo a ocupação.

A capacidade de compra de material de construção está apoiada na rede relacional do construtor. Por isso, os arranjos possíveis para o acesso ao crédito, subsídios, planejamento de poupança ou financiamento, ou seja, o poder de compra, também estão atrelados diretamente à renda.

#### IV. Autonomia (modo de produção)

A possibilidade implícita de o autoconstrutor decidir por seu espaço se dá a partir da experiência autônoma no processo de tomada de decisão acerca do pensar e fazer. Contudo, importante ampliar a questão da autonomia para além das questões espaciais e construtivas e assumi-la perante as relações de produção da cidade. Ou seja, as decisões na prática da autoconstrução não são tomadas para alcançar a materialidade física do objeto-casa, mas do processo-morar.

Analisando o conceito de autonomia por Castoriadis (1991), percebemos-nos inseridos numa estrutura social onde a sociedade cria suas próprias regras e limites do viver. Uma sociedade autônoma é aquela capaz de gerir e conviver com as suas próprias regras, que sente sentido; autonomia quer dizer autolimitação. Para o autor, essas regras são balizadas e possuem um sistema de formação a partir de um “magma de significações imaginárias sociais”, e são essas significações que permitirão a composição de quais regras fazem ou não sentido. Ainda segundo o autor, “os indivíduos são produtos da instituição (é irrelevante supor o quanto somos natureza humana), cuja unidade e coesão é assegurada pela sedimentação de uma rede de significações [...]” (CASTORIADIS, 1991, p. 11); e mais: “a sociedade produz uma explicação acerca de si própria, suas leis e seu passado” (CASTORIADIS, 1991, p. 11). Assim, conclui com isso, que o “magma de significações imaginárias sociais é a estrutura da coletividade e ao mesmo tempo estruturante, sendo que fornece o fio condutor das ações dos indivíduos que pretendem fazer parte do sistema social” (TIBO 2017, p. 6). Castoriadis (1991) acrescenta que somos todos fragmentos, ambulantes e complementares da sociedade, o que corrobora que a autonomia está presente quando estamos vivendo em sociedade.

A partir dessa reflexão, podemos assumir que nem sempre as regras serão as mesmas em diferentes contextos sociais; contudo, precisamos reconhecer que existem algumas regras convencionadas como universais ou, ao menos, há a tentativa de criar acordos nesse sentido.

Pois o que é posto no modo de vida é, afinal de contas, a seguinte questão: até onde pode ir o “direito” (a possibilidade efetiva, legal e coletivamente assegurada) de cada indivíduo, de cada grupo, de cada comuna, de cada nação, de agir como bem entenda a partir do momento em que sabemos – nós o sabíamos desde sempre, mas a ecologia nos lembra com força – que estamos na mesma canoa planetária e que o que cada um faz pode repercutir sobre todos? (CASTORIADIS, 1981, p. 31).

A partir daí, a autonomia está relacionada e cerceada pelas significações e convenções relacionadas aos modos de vida enraizados na cultura da sociedade (TIBO, 2017). O ato de construir é reprodução do sistema de regras e limites sociais, não se tratando de processo mudo, como lembra Díaz (2012). Neste sentido, a autonomia é dada conforme as convenções sociais, o que pode gerar processos desiguais na capacidade de tomada de decisão diante das escolhas que se faz sobre viver e fazer em sociedade.

Acrescento na discussão sobre autonomia a importante reflexão de práxis de Castoriadis (1982,

p. 94) a qual é definida a partir do “fazer no qual os outros são visados como seres autônomos e considerados como o agente essencial do desenvolvimento de sua própria autonomia”. Existe um leque de regras gerais que, alinhado com os modos de vida da sociedade e o sistema de necessidades de cada um, fornece instrumentos para o exercício da autonomia das pessoas e ao mesmo tempo dita o limite dessa autonomia a partir da autolimitação, ou seja, limite da autonomia. A práxis do autoconstrutor está imbricada em seu próprio desenvolvimento da construção, assim como também o seu sistema de necessidades, e é possível perceber que nesse contexto o autoconstrutor é percebido como dotado de autonomia. Isso porque ele consegue dentro de suas possibilidades, contexto econômico, político e social, decidir acerca de sua construção. O sistema de necessidades do autoconstrutor está muitas vezes relacionado ao imediatismo da resolução da sua demanda de habitação, e a sua práxis está alimentada por essa demanda, ao mesmo tempo que se molda ao longo do tempo e se torna processo contínuo de construção.

A reprodução construtiva pode ser retratada em diferentes contextos da produção do espaço urbano e acontece desde a locação do canteiro de obras até as escolhas dos materiais. Nesse sentido, o construir possui a limitação das próprias convenções que a sociedade se impôs, “uma sociedade cujas instituições, uma vez interiorizadas pelos indivíduos, facilitam o mais possível seu acesso à sua autonomia individual e sua participação efetiva em todo poder explícito existente na sociedade” (CASTORIADIS, 1991, p. 37).

O sistema de regras define o que é viver em sociedade, e a prática da autoconstrução acompanha o morador na reprodução social e na sua definição do que é fazer parte da sociedade. Para elucidar a reflexão, importante voltar a narrativas acerca do conceito da autoconstrução e trazer luz à importância da casa própria como construção social, a qual começou fazer parte do sistema de regras de forma significativa nos modos de viver na cidade. Não é à toa que grande parte da disseminação da prática da autoconstrução nas periferias das cidades para a construção da casa própria teve tamanha repercussão e foi fundamental na formação das cidades. Nogueira (2017), nesse sentido, questionou até que ponto a autoconstrução não pode ser considerada mais uma resposta à privação e à opressão do que um exercício consciente de autonomia. As duas respostas juntas.

## V. Cultura da casa própria

A questão da conquista da casa própria é uma categoria significativa nas narrativas acerca da prática da autoconstrução, agregando também a questão da posse ou propriedade do terreno. Essa categoria não define o conceito de autoconstrução, mas é propulsora de sua prática, assim como marca Bonduki (2011). Como dito, a cultura da casa própria foi construída na cultura dos trabalhadores, pois era preciso aumentar o poder de consumo dos trabalhadores na Era Industrial para criar possibilidades da formação de um mercado consumidor para os produtos que saíam das indústrias. O montante do salário do trabalhador, que até então era destinado ao aluguel, foi destinado ao mercado de consumo de produtos. A casa própria é vista, até hoje, como uma ascensão social e experiência de pertencer à cidade; e Bonduki (2011), nesse mesmo sentido, contribui com o entendimento da casa própria como segurança familiar, um abrigo permanente para a reprodução social. Essa regularidade traz bastante sobre a autonomia e o viver a partir de regras sociais.

A reprodução social na cidade reflete as regras que a sociedade cria para si mesma. A capacidade e direito do exercício da autonomia foram marcados por Kapp (2003): diante das regras que estabelecem a reprodução social, o direito à moradia e provido pelo Estado, apesar de legítimo, não seria reconhecido. Contudo, a capacidade da prática da autoconstrução para se ter a moradia, de certa forma, foi reconhecida pelas instâncias externas. Essa cultura foi e é fator determinante para o sucesso da formação das cidades socialmente segmentadas como temos hoje, a partir de processos de periferação, pelo trinômio *periferação, cultura da casa própria e autoconstrução* (BONDUKI, 2011). Esse processo também culminou no destensionamento da questão habitacional em função do Estado, já que passou a ser resolvida pelos próprios moradores.

Ilustrando o desejo da casa própria, contribui Nogueira (2017) com sua pesquisa sobre as dinâmicas presentes nos processos construtivos do autoprodutores. No recorte de pesquisa definido, a autora constatou que a situação mais típica é a das pessoas comprarem lote vazio e, de acordo com as suas necessidades financeiras, espaciais e logísticas, construírem suas casas. Nos casos estudados, a autoconstrução é preferível ao pagamento de aluguel, e o investimento para construção é feito sem ajuda de empréstimos bancários. O aluguel é visto como investimento sem retorno, pois não gera patrimônio e pode sofrer variações econômicas ao longo do tempo. Dando peso a isso, a propriedade da casa é percebida como a promoção da estabilidade financeira, o que possibilita às famílias caminharem em direção ao aumento da mobilidade social.

## VI. Renda

A renda do autoconstrutor é elemento estruturante de sua prática e estruturado pelas outras regularidades de análise, ampliando ou reduzindo as possibilidades das escolhas do autoconstrutor e conferindo maior ou menor efetividade e solidez em tomadas de decisão. Nesse sentido, é nítido perceber que a renda se ligará diretamente com a regularidade território e inserção socioespacial, isso porque as cidades segmentadas socioespacialmente vinculam a rede de acesso e serviços à condição econômica dos moradores. Assim, como a renda, influirão nas alternativas de escolhas dos materiais as técnicas construtivas, verba para construção, tempo de obra e mão de obra. Com isso, a questão da renda está vinculada à realidade geopolítica, econômica, social e cultural do construtor, não sendo possível a sua distinção de forma isolada.

O rebaixamento do valor da reprodução social também vale ser mencionado como uma regularidade no discurso da autoconstrução, e acompanha a construção da formação do conceito e marca a questão da moradia nas cidades. Faz parte de uma trama complexa e contraditória. Nesse sentido, a conquista da casa própria, entendida e difundida como ascensão social pelos trabalhadores, faz com que o montante destinado à moradia no salário dos trabalhadores deixe de fazer parte de sua composição e rebaixe os salários dos trabalhadores. Oliveira (2003; 2006), desde 1972, tem delimitado essa linha de pensamento e possui seguidores que reforçam a mesma temática; Bonduki e Rolnik (1982) argumentam em favor do valor de uso da casa autoconstruída e não pelo valor de troca; e Sérgio Ferro (2004) também contribui com a formação dessa determinante.

Apesar de presente em narrativas acerca do conceito da autoconstrução e revelar importante fator de difusão da prática autoconstrutora, o rebaixamento do valor da reprodução social

não será analisado como fator de composição de práticas discursivas de autoconstrutores. Isso porque não é uma regularidade para a formação das práticas discursivas dos autoconstrutores. Assim, não é entendida como uma camada que estrutura a prática discursiva dos próprios autoconstrutores (é entendida como fator de indução da prática da autoconstrução).

## VII. Tempo

O tempo de duração de uma construção é influenciado diretamente pelas outras categorias. Assim, se o morador possui programado o valor destinado à obra, a construção acontece num tempo menor do que se o morador tiver disponível apenas parte da obra. É comum que os moradores construam suas casas e melhorias em função do dinheiro disponível naquele momento, sem considerar um planejamento prévio do orçamento necessário. Por isso, as construções são feitas em etapas, em função do dinheiro disponível, e nem sempre em função de etapas de construção planejadas. Outro fator que influencia diretamente o tempo da obra são os agentes envolvidos: mão de obra e atuação técnica. O conhecimento e qualificação da mão de obra geram construções com menor retrabalho e agilizam os procedimentos no canteiro de obras. A construção em etapas possibilita também que as demandas das famílias se alterem ao longo do tempo, fazendo com que o importante hoje perca o sentido para a estrutura da família depois. Com isso, o que estava programado passa a não ter mais sentido ser executado, e é gerada uma nova demanda construtiva. Assim, a expectativa da obra parece ser constante e gerar construções em permanente estado de transformação.

## 4.4 DOS CONSTRUTORES ASSEGURADOS PELA LEI Nº 11.888/2008

*E se a legitimidade das práticas produzidas pelos moradores, moradias autoconstruídas, fossem reconhecidas pelo fato de representarem, em si, os conflitos decorrentes dos próprios princípios que instruem a legalidade e a formalidade? E se definirmos a autoconstrução como: moradias legítimas da cidade contemporânea? Insisto, não como discurso, mas como prática, estratégia e escolha (MORADO NASCIMENTO, 2019, p. 12).*

A intenção dessa seção é relacionar os dois grandes eixos de análise desta pesquisa: os dispositivos disciplinares da arquitetura e a autoconstrução como conceito e prática, originária de uma arquitetura não disciplinar. Para isso, recorreremos a uma abordagem geral do conceito de autoconstrução em que foram evidenciados todos os seus agenciamentos, políticos, econômicos, temporais e sociais, e discursos construídos estruturados e estruturantes desses agenciamentos.

A análise do conceito de autoconstrução revela uma distância de sua própria prática, ao reduzir em elementos rígidos e não fluídos suas premissas de construção. Fiz o contrário, ampliei a análise em todas as margens para revelar que o conceito como empregado hoje precisa de sobrenomes para ser entendido: autoconstrução a partir da ausência técnica, autoconstrução em territórios de alta renda, autoconstrução com subsídios governamentais etc. Essa é uma demonstração de como, com o tempo, várias camadas de práticas foram sendo associadas sem que as fissuras conceituais ficassem expostas.

Com relação ao dispositivo como disciplina, a intenção da análise foi a de evidenciar: como a atuação técnica alimenta o conceito; e, para além disso, que a atuação técnica a partir dos dispositivos disciplinares não exclui o construtor de sua posição conceitual de autoconstrutor. Essa constatação se fundamenta na necessidade do agenciamento das outras camadas para a análise das práticas discursivas. Um ponto importante é: no limite desta análise, não existem mais autoconstrutores, e sim práticas discursivas construtoras, pois todos os construtores entram na análise proposta (um efeito da análise). Nesse sentido, a dissociação do conceito não confere subgrupos; a tratativa de todos os construtores a partir de suas práticas discursivas traz uma perspectiva conceitual que é a de não propiciar uma taxonomia urbana própria para um grupo de construtores que possuem práticas discursivas originárias de camadas e intensidades semelhantes.

Por outro lado, essa perspectiva pode também ser potencializada a partir da evidência de individualidades presentes em cada prática discursiva. Nesse sentido, as práticas discursivas construtoras analisadas no próximo capítulo são as vinculadas à arquitetura não disciplinar e a partir dos sujeitos caracterizados pela Lei nº 11.888/2008, ou seja, a partir do recorte da renda. Assim, me refiro a práticas analisadas nesta pesquisa como construtores assegurados pela mencionada lei ou como sujeitos da construção/moradores a partir da arquitetura não disciplinar e diante de todos os arranjos políticos, econômicos e sociais para que essa produção se estabeleça.

### **PARTE III: O NÓ ATADO E PROPOSTAS DE DESATAR**

O Capítulo 5 trata de expor os dispositivos disciplinares em atuação na produção do espaço urbano, enfocando nos espaços em que a produção aciona dispositivos não disciplinares. O Capítulo 06, por sua vez, discute a crítica dos arranjos que legitimam a formação do nó exposto no Capítulo 5. Ainda é o reflexo do esforço de deslocar os dispositivos promotores da materialização arquitetônica para uma outra lógica. A lógica do dispositivo do acionamento pelo morador/construtor. Não é a intenção marcar uma solução, mas apontar caminhos para a reflexão proposta.

5. DISPOSITIVOS DISCIPLINARES NA ARQUITETURA NÃO DISCIPLINAR



O objetivo deste capítulo é expor os dispositivos disciplinares nas práticas de uma arquitetura não disciplinar; e, para tanto, parte-se do pressuposto de os próprios dispositivos alimentarem o enquadramento de certas experiências. A questão que desencadeou a pesquisa trata de como a atuação técnica e os dispositivos que aciona pouco se atualizaram desde sua origem e se desencontram da realidade das práticas. O acionamento dos dispositivos disciplinares são um dos gatilhos das camadas de composição do conceito de autoconstrução, conforme explorado no capítulo 4. Para verificar a hipótese (se há desencontro e como ele se dá), são investigadas experiências da atuação técnica por meio de dispositivos disciplinares nas práticas dos construtores assegurados pela nº Lei 11.888/2008, conhecida como a de assistência técnica gratuita. A investigação está focada na ação estratégica do dispositivo a fim de revelar quem aciona, por que aciona e os efeitos dessa ação. Não é intenção analisar o conteúdo gerado como qualidade formal e técnica de desenho, por exemplo, a partir do acionamento do dispositivo, e nem mesmo do conteúdo acionado e da forma final da materialização. A análise se dá a partir das estratégias possíveis do dispositivo e sua capacidade de produzir materialidades e sujeitos.

Um exemplo para ilustrar o acionamento de um dispositivo é a operação de um interruptor de luz:<sup>36</sup> quando se clica, o que se espera é acender ou apagar a luz, e o mecanismo de operação estratégico é o interruptor (acionado para produzir luz). O dispositivo disciplinar da arquitetura é acionado para produzir materialidades e, conseqüentemente, sujeitos agenciados nessa materialidade. A verdade é que estamos a todo momento envolvidos por materialidades produzidas a partir de algum acionamento de dispositivos; e, no caso deste estudo, o dispositivo conterà todos os mecanismos de operação estratégica do arquiteto, sendo que o início, usualmente, se dá a partir de uma demanda de um cliente até etapas de execução da obra, passando por discussões de projeto, escolha de materiais, orçamentos, acordos administrativos, narrativas incorporadas, instituições de legalização, subsídios financeiros etc. – ainda que, nalguns casos, não sejam mobilizados todos mecanismos. Vale lembrar que as motivações para a construção de dispositivos foram tratadas no capítulo 3 e que os mecanismos e as narrativas de operação são geralmente aprendidos na formação para a profissão e com personalizações na prática de trabalho.

As análises seguem uma separação de iniciativas em categorias:

- A. Setor público: investigação de iniciativas institucionais, por meio de programas de governo com destaque para a experiência da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte.
- B. Instituições de ensino: iniciativas acadêmicas por meio de grupos de pesquisa, projetos de extensão com destaque para o projeto Diálogos do grupo de pesquisa PRAXIS – EA/UFMG.
- C. Mercado: empresas sem fins lucrativos.
- D. Mercado: empresas com fins lucrativos.

.....  
36 Este exemplo foi usado em aula pela professora Jacqueline Moraes Teixeira: TEIXEIRA, J. M. Aula 03 – Parte 01/02: Corpo e Dispositivo da Segurança em Michel Foucault. Produção: FFLCH/USP. São Paulo: FFLCH/USP, 2019. 74 min. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=LzhQ49HEA2M>. Acesso em: 3 maio 2020.

O cadastro de experiências (APÊNDICE A) conta com 53 iniciativas (excluídas apenas as governamentais que não fazem parte desse cadastro).<sup>37</sup> As experiências investigadas foram conhecidas a partir de divulgações em redes sociais, participação em eventos com a temática da assistência técnica e indicações de uma experiência para outra. Certamente, não foram catalogadas todas as iniciativas do Brasil no período abrangido pela pesquisa, mas é um universo significativo para os objetivos de análise. Foram catalogadas as iniciativas que atendem a demandas individuais focadas nas moradias e dentro das finalidades da Lei nº 11.888/08, o que não exclui as iniciativas que fazem atividades coletivas como, por exemplo, atuação em espaços públicos ou assistências/assessorias para a construção de edificações coletivas de interesse social cujos cadastros estão envolvidos nas premissas da ATHIS.

Importa, antes de entrar em atuações específicas, esclarecer diferenças conceituais. Há uma tensão acadêmica entre dois termos comumente usados para designar a atuação técnica a partir de pressupostos de arquitetura não disciplinar: *assistência técnica* e *assessoria técnica*.

Baltazar e Kapp (2016), sobre diferenças terminológicas, esclarecem que a Lei nº 11.888/2008 cunhou o termo *de assistência*, ao se referir à lei como destinada a assegurar às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para projeto e construção de habitação de interesse social. A lei tinha a pretensão, segundo as autoras, de criar programa semelhante ao Sistema Único de Saúde (SUS), para a arquitetura, e se inspirava na assistência social com preceitos assistencialistas e missionários. De outro modo, a assessoria técnica tem como origem as contratações de arquitetos por movimentos sociais nos anos 1990, circunstância significativa no Estado de São Paulo. No mesmo sentido, Amore (2016) aponta a polêmica entre essas duas terminologias como antiga e remetendo ao incômodo de um grupo de arquitetos e urbanistas paulistas com histórica atuação na assessoria técnica, o que, nos anos 2000, foi amplamente divulgado após aprovação do Estatuto da Cidade (este cita o termo *assistência técnica*).

Amore (2016), ainda sobre as diferenças entre a assessoria técnica e assistência técnica, aponta que no campo da atuação profissional, sobretudo dos arquitetos e urbanistas, a assessoria técnica assume a prerrogativa de “um caráter mais profissional”, que parte do princípio de que as famílias são participantes e protagonistas do processo. Na outra mão, a assistência técnica é defendida, mesmo reconhecendo o valor da assessoria técnica, como direito integrante do direito à moradia, não cabendo limitações ao atendimento à população de baixa renda. Para o autor, há quem diga que a assessoria técnica é capaz de responder melhor às demandas interdisciplinares necessárias para a atuação nos espaços autoconstruídos, o que a diferencia da assistência técnica.

“Não é ajuda, é trabalho”, “não vou consertar geladeira”, dizem os autodenominados assessores técnicos, colocando a noção de assistência técnica numa espécie de patamar inferior, com o tom pejorativo do assistencialismo e por tomar as pessoas e famílias “beneficiárias” como “incapazes”, sujeitos passivos que receberiam os serviços de arquitetura e urbanismo como uma cesta básica, um sopão ou um cobertor (AMORE, 2016, p. 2).

Morado Nascimento (2016) chama a atenção à quantidade de dinheiro privado envolvido em

.....  
<sup>37</sup> As iniciativas começaram a ser catalogadas em 2016 e tiveram a sua primeira divulgação na dissertação de Juliana de Faria Linhares intitulada *Atuação do arquiteto na produção do espaço urbano autoconstruído pela população de baixa renda* (LINHARES, 2018).

processos de assessoria no Brasil, o que mostra sua influência no compartilhamento de processos e de diálogos entre os envolvidos: “quando as assessorias técnicas são financiadas pelo mercado privado, elas não são realizadas por meio de metodologias e instrumentos capazes de estabelecer o efetivo diálogo ou a troca de saberes com o autoconstrutor” (MORADO NASCIMENTO, 2019a, p. 243). Assim, as relações entre os envolvidos se estabelecem por relações mercantis, e a prática configura-se como assistência técnica e durante a prestação de serviços. A assessoria técnica, nesse âmbito, seria “aquela onde o arquiteto, proponente e mediador da informação técnica, assessora os moradores no processo de projetar e de construir, preservando o seu poder de tomada de decisão” (MORADO NASCIMENTO, 2019a, p. 244); já a assistência técnica “não garante o protagonismo do morador se o vínculo entre arquiteto e autoconstrutor acontece de forma hierárquica e impositiva e, sem dúvida, assistencialista”. Ao detalharem as premissas da assessoria técnica a partir das experiências do projeto Diálogos, Linhares e Morado Nascimento (2018, p. 166) destacam que a prática da assessoria perpassa os limites da academia e reforçam a necessidade de ensaiar e propor novos formatos de atuação a partir dela.

Coelho (2017) amplia os termos normalmente utilizados para a atuação técnica (contribui com *melhorias habitacionais*) e aponta que as primeiras experiências relacionadas à prática são de meados dos anos 2000, quando ainda tinham caráter experimental e metodologias não definidas. Segundo a autora, após mais de uma década das primeiras experiências, pouco se avançou no ganho de escala de programas com o mesmo propósito. As melhorias habitacionais são intervenções nas casas autoconstruídas com a intenção de sua melhoria habitacional. Esse é o termo utilizado para caracterizar as experiências em destaque nesta pesquisa, e é importante entender a melhoria habitacional como intervenção, em dado momento, em moradias em constante transformação. Do ponto de vista legal, o CAU, em seu manual técnico (CAU, *s.d.*) acerca do Registro de Responsabilidade Técnica (RRT),<sup>38</sup> também fez uma distinção entre esses dois termos, conforme citado no Capítulo 3 (creio ser pertinente citar novamente):

**Assessoria** – atividade que consiste na prestação de serviços por profissional que detém conhecimento especializado em determinado campo profissional, visando ao auxílio técnico à elaboração de projeto ou execução de obra ou serviço;

**Assistência técnica** – atividade que consiste na prestação de serviços em geral, por profissional que detém conhecimento especializado em determinado campo de atuação profissional, visando prestar auxílio com vistas a suprir necessidades técnicas; (CAU, *s.d.*).

Nessa perspectiva, a diferença entre as duas práticas estaria na determinação de a assessoria estar vinculada à elaboração de um projeto ou execução de obra; já a assistência técnica estaria a cargo de suprir necessidades técnicas. A especificação não deixa claro se a assistência poderia também se dar a partir da elaboração de projeto ou execução de obra, o que causa instabilidade nos conceitos. A determinação legal não está em sintonia com as discussões teóricas; e a instabilidade dos termos gera inconsistência no entendimento e na análise de dados acerca de cada prática perante os dados do CAU a partir da emissão de RRT. No entanto, podem ser entendidas em comum como uma possibilidade de atuação técnica nas práticas não disciplinares.

.....  
38 RRT é o registro obrigatório que os arquitetos devem fazer para oficializar a sua atuação; seu objetivo é comprovar que projetos, obras ou serviços possuem como responsável técnico um profissional em situação regular perante o Conselho.

O que está em jogo na significação desses termos, apesar de não estar explícito, é uma busca de diferenciação da prática tradicional do arquiteto e urbanista para uma prática com outros valores culturais, sociais e simbólicos. A conotação empregada nesta tese parte das premissas destacadas por Morado Nascimento (2019a), quem evidencia as diferenças a partir das relações da prestação de serviço e das possibilidades efetivas de criação de mecanismos em vista da tomada de decisão do construtor.

## 5.1 DISPOSITIVOS DISCIPLINARES A PARTIR DA POLÍTICA PÚBLICA

O Estado, enquanto instituição, possui atuação dicotômica nas formas de produção do espaço urbano, tanto nas suas práticas discursivas como nos dispositivos estratégicos que aciona. Por meio de suas políticas públicas ou ausência delas, o Estado fomenta processos a partir de práticas não disciplinares ao mesmo tempo que, por meio de suas políticas públicas, busca recursos para implantar programas nessas áreas. A prática não disciplinar de construção é a alternativa para a produção da cidade para aqueles que não conseguem acessá-la por meios formais e não foram abraçados pelas ações do Estado por meio de políticas públicas.

A investigação do capítulo 3 abordou alguns pontos importantes relacionados à política habitacional brasileira e à sua responsabilidade perante a consolidação da prática da construção como a opção de moradia. Vale lembrar que o Estado, sobretudo, durante e pós-industrialização, períodos fortemente marcados pela chegada de muitos trabalhadores que seriam empregados nas fábricas que se estalaram nas áreas urbanas, não atuou para a regulação do crescimento acelerado das periferias urbanas e nem mesmo para o controle das construções, configurando-se também como agente nessa produção. Ademais, a despeito de o Estado ter trabalhado no provimento de moradias para os trabalhadores com programas de financiamento e de construção, a prática do morador construir a sua própria casa ainda é a maior responsável pelo atendimento da demanda de moradia. Isso porque programas habitacionais não são acessíveis a toda a população; e os que ficam à margem desses programas usam como solução a construção de sua própria moradia.

A prática da arquitetura não disciplinar como possibilidade de alternativa rápida e sem burocracias foi um dos fatores que garantiu a sua importância na consolidação das cidades brasileiras, ou seja, sem interferência direta do Estado.

Mutirão ou autoconstrução administrados pelo Estado eliminam boa parte das vantagens que essas práticas sociais apresentam quando promovidas de forma autônoma pela população. O que sempre garantiu rapidez e agilidade no tão expressivo processo de autoconstrução em lotes próprios que, durante décadas viabilizou a moradia popular em São Paulo e outras cidades brasileiras, malgrado seus problemas econômicos, foi o fato de seus promotores terem total autonomia e liberdade para empreender suas casas, buscando as melhores alternativas, dentro do seu universo cultural e do campo em que podiam se movimentar. A não interferência do poder público possibilitava rapidez e agilidade; expedientes diversos, criados na prática por esses agentes individuais, viabilizaram economias invisíveis, soluções inacreditáveis e que seriam inviáveis para o Estado (BONDUKI, 2000, p. 44).

A partir da citação, percebe-se que as práticas não disciplinares são entendidas como uma experiência legitimada, mas velada pelo Estado – ao mesmo tempo, em outros momentos, inserida em seus programas de habitação. Nos dois momentos, o Estado está presente e incorpora a prática não disciplinar em suas possibilidades institucionais como forma de fragilizar a tensão gerada a partir dos números oficiais da falta de moradia. Se se analisa a história da política habitacional, percebe-se que poucas iniciativas foram voltadas a casas já construídas por meio da prática não disciplinar; destaco três discursos que fundamentam essa ausência: *primeiro*, economicamente a construção de novas casas é percebida como mais lucrativa; no Brasil, há a tradição da influência de construtoras, sobretudo as grandes, na construção dos arranjos políticos e econômicos, o que tradicionalmente é transformado em política pública a favor das construtoras. *Segundo*, existem ainda incertezas em como resolver as questões fundiárias e de parâmetros legais; como grande parte dessa produção é em territórios de favelas, ocupações ou sem a certeza jurídica da posse da terra, evita-se legitimar moradias por meio de políticas públicas. *Último ponto* é há a insegurança acerca da implantação dos planos urbanísticos ou projetos para essas áreas; favelas e terrenos ocupados não planejados, a partir do ponto de vista técnico disciplinar, são alvo de planos urbanísticos do Estado cunhados pela matriz moderna, os quais, muitas vezes, não conseguem sair do papel, mas são encarregados do desenho da área e, portanto, das decisões do traçado final do espaço urbano.

Nesse sentido, há o temor em se intervir em moradias não contempladas dentro do desenho urbano. A questão é: como investir por meio de políticas públicas em moradias que constam em planos como área de desapropriação para a implantação de uma via, por exemplo? Há áreas de favelas ou ocupação não planejada que ainda não possuem plano urbanístico, o que confere temor a investimentos públicos de melhoria de moradias, pois estas podem estar sendo contempladas em futuro plano de remoção e desapropriação. O investimento a partir da adoção de programas de melhorias em casas a serem desapropriadas e demolidas não faria sentido, já que as famílias não continuarão nos espaços, conforme prescrito nos planos urbanos. No entanto, planos como o Plano Global Específico (PGE), de forma geral, demoram anos a serem implantados, o que os torna desatualizados para controle urbano (por vezes, nem chegam a ser implantados). Casas deixam de ter suas melhorias por meio de políticas públicas para aguardar políticas públicas a partir de planos urbanos que não chegam a ser concretizados. Amore (2016, p. 17) acrescenta que há iniciativas de articulação para pressionar órgãos públicos a propor mudanças no direcionamento da política habitacional e marcar posição contrária aos “lobbies hegemônicos que pautam as políticas de produção, a despeito da complexidade das necessidades habitacionais” (AMORE, 2016, p. 17). Os lobbies representam interesses privados e atuam em diferentes escalas, atuando na orientação da política econômica por meio da força do setor da construção civil e na lógica da política local. Ainda segundo o autor, urbanizando e produzindo habitação, há aparente simplificação da questão e recorte na questão habitacional.

Programas permanentes de melhoria habitacional, que organizem serviços públicos e gratuitos de assistência técnica, não despertam interesse das prefeituras, não aparecem no curto prazo de quatro anos – eventualmente renováveis por mais quatro. As raras experiências findam determinadas por essas lógicas e as soluções únicas prevalecem. As iniciativas espasmódicas não permitem acúmulos, não permitem que se avaliem e que se revisem práticas e procedimentos para superar ou contornar dificuldades inerentes ao problema (AMORE, 2016, p. 18).

Uma das inserções da prática conceituada como não disciplinar nas ações da política pública é a Lei da Assistência Técnica à Habitação de Interesse Social. Para a análise dessa lei vale um destaque.

## 5.1.1 Lei nº 11.888/2008

### 5.1.1.1 O caso de Belo Horizonte

A Lei nº 11.888/2008 é a Lei da Assistência Técnica à Habitação de Interesse Social, a qual garante o direito das famílias de baixa renda à assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social. Essa lei foi fruto de um longo processo de discussão e negociação, conforme detalhado no capítulo 3.

A sua aplicação será explorada a partir da iniciativa de um programa denominado Serviço de Arquitetura e Engenharia Pública, da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, promovido pela Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte (URBEL). O serviço tinha como princípio um conjunto de serviços de assistência técnica em arquitetura e engenharia nas habitações de interesse social, prestados pelo serviço público ou entidades conveniadas. O objetivo geral do programa era ancorado na Lei Federal nº 11.888/2008 e na Lei Municipal nº 8.758/2004, a qual instituiu o serviço de Arquitetura e Engenharia Pública, e pelo Decreto de Regulamentação nº 11.709/2004. A Lei nº 8.758/2004 define com objetos do serviço:

- I – conscientizar a população da necessidade de serviço de arquitetura e engenharia e de regularização de seu patrimônio, para melhoria da qualidade de vida de sua família e do Município;
- II – disponibilizar serviço de arquitetura e engenharia a parcela da população que não consiga acessá-lo por conta própria, por desconhecimento ou por incapacidade financeira;
- III – oferecer assessoria técnica gratuita a pessoa comprovadamente carente de recurso financeiro;
- IV – garantir a formalização legal de processo de construção, perante órgão público;
- V – assegurar e prevenir a não ocupação de área de risco e de interesse ou proteção ambiental;
- VI – buscar a ampliação da regularização de parcelamento e construção, mediante aproximação entre legislação, técnica construtiva e prática da população na produção de espaço construído. (Lei nº 8.758/2004).

O Decreto de Regulamentação nº 11.709/2004 fixava os casos em que o serviço seria gratuito e quando poderia ser oneroso (art. 2º):

- I – De forma gratuita, em atendimento ao interesse social e em processos nos quais os cidadãos comprovadamente não possuem condições de arcar com os custos do serviço;
  - II – de forma onerosa, nos casos em que os cidadãos desejem utilizar o serviço a custos mais acessíveis que os praticados no mercado.
- §1º – O serviço será prestado de forma gratuita nas seguintes hipóteses:

I – à população alvo dos programas habitacionais e de assistência social da Prefeitura de Belo Horizonte;

II – à família residente no domicílio, cuja renda per capita não ultrapasse 1,25 (um inteiro e vinte e cinco) centésimos do salário mínimo;

III – aos proprietários de um único imóvel no Município, cujo valor venal não ultrapasse R\$30.000,00 (trinta mil reais).

§2º – Na hipótese de prestação de serviço onerosa, os cidadãos serão encaminhados aos sindicatos e às entidades profissionais conveniadas previstas no inciso I do art. 4º deste Decreto. (Decreto de Regulamentação nº 11.709/2004).

Apesar das leis atestarem a possibilidade de participação no serviço para as famílias do município de forma geral, podendo ser gratuita ou onerosa, o programa em destaque teve como premissa às famílias comprovadamente dentro da expectativa da faixa salarial fixada para ser gratuita e nas regiões com zoneamento destinado à Zona de Interesse Social (ZEIS). Isso porque o universo de atuação da URBEL é destinado a áreas do município institucionalmente formalizadas de interesse social. O programa foi desenhado para lidar com o risco construtivo das habitações e com o déficit qualitativo da habitação.<sup>39</sup>

É fácil constatar, em análise do arcabouço jurídico de regulamentação do programa, a imposição dos dispositivos disciplinares da arquitetura e a tentativa de controlar a produção que possui como prática para a sua própria existência a não burocratização da construção. Alguns trechos chamam atenção quanto a isso na Lei nº 8.758/2004, como no inciso I: “conscientizar a população da necessidade de serviço de arquitetura e engenharia e de regularização de seu patrimônio”. A colocação da necessidade de conscientização acerca da regularização do patrimônio é uma das premissas que procura inserir nessas famílias princípios disciplinares, aspectos legais que nada dizem na prática sobre o morar. Para a regularização do patrimônio entra em discussão uma questão muito importante que não é o foco desta pesquisa, mas vale citar: a titularidade da terra. Em área de interesse social a titularidade da terra ainda é uma questão inconclusa e pode ser empecilho para a regularização do patrimônio. Outro destaque é o inciso IV (“garantir a formalização legal de processo de construção, perante órgão público”): é relevante pensar novamente na burocratização por meio da formalização de um processo legal para princípios construtivos que foram adotados pelos construtores e com aceite, em muitos casos, da própria instituição. A tentativa de formalizar legalmente processos das práticas discursivas vinculadas às prerrogativas não disciplinares após à assistência técnica gera um descompasso legal com a realidade, com chances de inviabilizar a própria assistência como política pública. No mesmo raciocínio, destaco o inciso VI, que procura emplacar dispositivos disciplinares para a produção do espaço construído, como a aprovação legal do projeto arquitetônico nos tramites municipais, o que pode levar tempo e tem exigências burocráticas administrativas. A questão enfocada aqui não é acerca do conteúdo, mas da necessidade da inserção de conteúdos disciplinares em famílias que, na maioria dos casos, estão à margem de direitos urbanísticos, sem citar a ausência de outros direitos.

.....  
39 O déficit qualitativo é um indicador criado a partir da metodologia elaborada pela Fundação João Pinheiro (FJP, 2018) para qualificar as inadequações das moradias e o déficit quantitativo, que deve ser superado a partir da promoção de novas moradias.

Detalho um pouco mais as diretrizes do programa para a compreensão de seu *modus operandi*. O recorte de atendimento restringe o universo do programa em áreas habitacionais consolidadas ou passíveis de consolidação nas Zona de Especial Interesse Social (ZEIS), ou seja, não devem estar construídas em áreas que a legislação não permita a ocupação, por exemplo, áreas de interesse ambiental.<sup>40</sup> Também restringe a domicílios de uso residencial ou misto ocupados por uma família, excluindo domicílios improvisados, não ocupados ou comerciais. Mais uma restrição é o atendimento com o desenvolvimento de projetos arquitetônicos e complementares voltado àqueles que possuem a posse do imóvel e não possuem outro imóvel em Belo Horizonte. Os imóveis cedidos, alugados, foram contemplados com a assistência técnica por meio de orientação técnica, não sendo disponibilizados todos os projetos, conforme Quadro 1.

Após o recorte do universo, foi feita a hierarquia de quais atendimentos seriam os prioritários. Os critérios para priorização dos atendimentos foram feitos em função de dimensões com indicadores sociais e físicos; para cada indicador, foi auferida uma pontuação para o estabelecimento da priorização. A pontuação foi estipulada para que as moradias mais vulneráveis social e construtivamente fossem atendidas com prioridade, sendo destacadas as moradias adensadas, chefiadas por idosos, com baixo valor de renda *per capita* e que apresentem mofos, dentre demais questões de salubridade relevantes. A seguir, os indicadores usados no programa:

1. Indicadores domiciliares: densidade por dormitório, condição de responsabilidade pela família, razão entre crianças e adolescentes/adultos, razão dos idosos no domicílio, escolaridade do responsável pela família, renda *per capita* e presença de pessoas com deficiência permanente.
2. Segurança domiciliar: risco geológico e risco construtivo.
3. Salubridade/habitabilidade domiciliar: instalação elétrica, iluminação e ventilação, cobertura, revestimento impermeável, instalação hidráulica, a adequação do esgotamento e drenagem.

O programa também disponibilizou um manual intitulado *Manual do Programa de Assistência técnica da Urbel*, atualizado em 2016, com os tipos de serviços disponibilizados pelo programa.<sup>41</sup> O Quadro 1 revela que não eram previstos acompanhamento da obra e materiais de construção no programa.

.....  
40 Segundo *Manual do Programa de Assistência Técnica da Urbel* (URBEL, 2016), o domicílio deve estar em área habitacional consolidada ou passível de consolidação pelos instrumentos de planejamento e obras da Prefeitura de Belo Horizonte, a saber: Plano Global Específico (PGE), Programa Estrutural em Área de Risco (PEAR), projetos do PAC/MILA VIVA, Orçamento Participativo (OP), DRENURBS, VIURBS entre outros. Domicílios localizados em área com diagnóstico de risco geológico alto ou muito alto, com indicação de remoção definitiva não terão atendimento, pois o atendimento a esses domicílios já está previsto por outro programa da URBEL, o PEAR. Domicílios situados em áreas não consolidáveis pelos instrumentos de planejamento da PBH ou em frentes de obras não receberão atendimento.

41 Em aproximadamente três anos, desde que o programa foi viabilizado, foram disponibilizados R\$ 1.300.000,00 para a sua operação, segundo Francis Brandenberger, responsável pelo programa Serviços de Arquitetura e Engenharia Pública da URBEL, em palestra do Coletivo Habite a Política no Sindicato dos trabalhadores em Empresas de Assessoramento, Pesquisas, Perícias, Informações e Congêneres de Minas Gerais (SINTAPPI-MG), em 22 de novembro de 2017.

Tipos de serviços	Procedimento
Orientação Técnica A mão de obra deve ser contratada ou oferecida pelo município. Casos especiais necessitam de relatório socioeconômico (famílias em risco social)	Termo de orientação técnica Cartilha de controle urbano em Zeis Estudos/ Anteprojetos
Laudo de Estabilidade	Laudo com ART
Projetos - kit completo	Projetos Arquitetônicos Projetos complementares Projeto estrutural Projeto de contenção
Assistência técnica em obras Durante a execução de obras	Acompanhamento de obra de reforço estrutural Execução do KIT do Programa Estrutural em Área de Risco Fornecimento de material com orientação técnica Bolsa moradia temporária / abrigamento municipal

**Quadro 1** -Tipos de serviços disponibilizados pelo programa Serviços de Arquitetura e Engenharia Pública  
Fonte: URBEL, 2016. (Adaptado).

Famílias atendidas no programa Família Cidadã – BH Sem Miséria<sup>42</sup> foram direcionadas ao programa de Serviços e Arquitetura e Engenharia Pública, para que suas demandas construtivas também fossem atendidas. O programa incorporou demandas originárias de autos de fiscalização a partir de denúncias de vizinhos acerca de incômodos nas obras, bem como da constatação de riscos construtivos em moradias pela URBEL. Para a execução do programa, foram contratadas duas empresas terceirizadas: Horizonte Arquitetura e Urbanismo; e ACE Empreendimentos Ltda. Não diferenciarei as análises em virtude de empresa contratada nem de origem de inclusão no programa, considerando que estão ancoradas nos princípios da assistência técnica, conforme detalhado. Os registros dos atendimentos aos programas são em grande parte concentrados de 2012 a 2014, com aproximadamente 80 atendimentos.

Os atendimentos analisados foram os que geraram projetos e laudos, conforme tipos de serviço (QUADRO 1). O material solicitado para a análise do programa foi aqueles que gerou projetos arquitetônicos para viabilizar a análise dentro do contexto dos dispositivos disciplinares da arquitetura.<sup>43</sup>

A rotina do programa da URBEL era baseada em visitas nas moradias para análise de necessidades construtivas e conhecimento das demandas das famílias envolvidas, realizadas pelas

42 O programa Família Cidadã – BH sem miséria, instituído pelo Decreto nº 14.878, de 2012, foi destinado a promover ações integradas que favoreçam a inserção e permanência, na rede de serviços das políticas públicas, de famílias em situação de alta vulnerabilidade social no Município, em consonância com as diretrizes do Plano Brasil sem Miséria.

43 Importante ressaltar que moradias em situação de risco geológico ou construtivo não deixaram de ser atendidas em outras rotinas definidas pela URBEL, até mesmo com diferentes modelos de atendimento, como o Programa Estrutural em Área de Risco (PEAR), que tem o “objetivo de evitar acidentes graves e preservar vidas, assegurando proteção para as famílias que residem em áreas de risco geológico e inundação. O trabalho é executado por de meio de vistorias, obras de manutenção, intervenções com mão de obra do morador e atividades de prevenção ao risco geológico” (Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/urbel/pear-areas-de-risco>. Acesso em: 13 junho 2020).

equipes contratadas para atenderem ao programa. Como resultado desse processo, foram entregues projetos alinhados com as necessidades construtivas das moradias. O *kit* completo contava com estes documentos: sondagem do terreno, memorial descritivo, levantamento, projeto arquitetônico, detalhamento de esquadrias, projeto executivo, detalhamento de área molhada, projeto elétrico, projeto de iluminação e tomadas, projeto de forro, laudo técnico, projeto estrutural e, por fim, projeto hidrossanitário (QUADRO 1). No *kit* completo constava o arsenal de projetos também utilizado em grandes construções e com maior complexidade construtiva do que as casas atendidas pelo programa. Nos pressupostos do programa é possível perceber a crença sobre o acionamento dos dispositivos disciplinares, por meio, sobretudo, de projetos arquitetônicos e seus complementares, possibilitarem a construção de materialidades. Dentro desses documentos técnicos para subsidiar o exame construtivo das edificações contempladas no programa, era prevista uma análise denominada como *valor de origem*; o valor atual do imóvel considera dados coletados em campo realizado em cada residência e valores oficiais de metro quadrado de construção cuja referência é o Custo Unitário PINI de Edificações (CUPE-PINI).<sup>44</sup> Nesse documento consta o valor de origem do imóvel segundo as suas características de conservação. A análise com essa finalidade demandou a criação de uma série de indicadores:

DATA                    mai/14  
DEMANDA                12292

ITEM	PERCENTUAL CONSTRUTIVO	SITUAÇÃO	FATOR	PERCENTUAL CONSERVAÇÃO
ESTRUTURA	25,00%	RUIM 1	0,75	18,75%
PAREDES	11,00%	RUIM 1	0,75	8,25%
TELHADO	4,00%	RUIM 1	0,75	3,00%
LAJE COBERTURA	4,00%	REGULAR 2	0,85	3,40%
REVEST. INTERNO	12,00%	RUIM 1	0,75	9,00%
REVEST. EXTERNO	5,00%	RUIM 1	0,75	3,75%
ELÉTRICA	6,00%	RUIM 1	0,75	4,50%
HIDRÁULICA	9,50%	RUIM 1	0,75	7,13%
PINTURA	8,50%	RUIM 1	0,75	6,38%
ESQUADRIAS	10,00%	RUIM 1	0,75	7,50%
LOUÇAS BAN/COZ	5,00%	RUIM 1	0,75	3,75%
<b>TOTAL</b>	<b>100,00%</b>			<b>75,40%</b>
VALOR PINI /m2		MÊS REF.		R\$ 853,45
VALOR DE ORIGEM /m2				R\$ 643,50
ÁREA DO IMÓVEL - m2				87,22
MURO DIVISA	PERÍMETRO	VALOR ml	VALOR TOTAL	
	4,85	R\$ 143,85	R\$ 697,67	
VALOR DE ORIGEM				R\$ 56.823,86

**SITUAÇÃO - CRITÉRIOS**

1. BOM 1 = 1,15 2. BOM 2 = 1,05 3. REGULAR 1 = 0,95 4. REGULAR 2 = 0,85 5. RUIM 1 = 0,75 6. RUIM 2 = 0,65

**AValiação:** A residência DEMANDA 12292 foi caracterizada como SITUAÇÃO RUIM 1 devido a edificação existente apresentar problemas de salubridade relacionados à presença de mofo e infiltração, bem como ventilação/iluminação precárias. Os forros do banheiro e quarto estão em situação de risco de desabar. Os revestimentos internos e externos e instalações elétricas e hidráulicas se encontram em situação precária.

Figura 18 -Tabela extraída do documento Valor de Origem da demanda 12292 do Programa Serviço de Arquitetura e Engenharia Pública

Fonte: HORIZONTES, 2014<sup>a</sup>.<sup>45</sup>

44 O CUPE PINI é parâmetro elaborado pela Editora PINI com o objetivo de estipular um valor de metro quadrado para custos de produção da construção civil a partir de projetos padrão de cada tipo de obra, seguindo o índice da Tabela de Composição de Preços para Orçamentos atualizado pela própria editora.

45 A demanda 12292 teve como responsável técnico a empresa Horizontes: Arquitetura e Urbanismo.

Os números da planilha foram embasados nos seguintes critérios especificados (HORIZONTES, 2014a, p. 2-4):

## 1. PLANILHA PARA CÁLCULO DO VALOR DE ORIGEM

1.1 Coluna ITEM – representa a edificação subdividida pela qualidade dos serviços e materiais empregados.

1.2 Coluna PERCENTUAL REFERÊNCIA – representa o valor percentual de cada subdivisão no custo de construção. Este valor foi baseado nas informações do Engenheiro Sérgio Antônio Abunahman, **especialista em avaliação de imóveis urbanos**;

1.3 Coluna PERCENTUAL CONSTRUTIVO – representa o percentual real de cada subdivisão em relação ao PERCENTUAL REFERÊNCIA. Por exemplo, se uma edificação não possui telhado, o seu PERCENTUAL CONSTRUTIVO será 0%;

1.4 Coluna SITUAÇÃO – representa o estado de conservação da edificação, dividida pelos critérios abaixo:

**BOM 1** – (fator = 1,15) ENTRE NOVA E REGULAR – Edificação nova ou com reforma geral, que apresenta necessidade apenas de uma demão leve de pintura para recompor sua aparência;

**BOM 2** – (fator = 1,05) ENTRE REGULAR A NECESSITANDO DE REPAROS SIMPLES – Edificação seminova ou com reforma geral e substancial, cujo estado geral possa ser recuperado com reparos de fissuras e trincas localizadas e superficiais e pintura externa e interna;

**REGULAR 1** – (fator = 0,95) NECESSITANDO DE REPAROS SIMPLES – Edificação recuperável com pintura interna e externa após reparos de fissuras e trincas superficiais generalizadas, sem necessidade de recuperação do sistema estrutural. Eventualmente, revisão dos sistemas elétrico e hidráulico;

**REGULAR 2** – (fator = 0,85) NECESSITANDO DE REPAROS SIMPLES A IMPORTANTES – Eventual necessidade de recuperação localizada do sistema estrutural. Instalações hidráulicas e elétricas necessitando revisão e substituição eventual de algumas peças. Substituição de alguns revestimentos de pisos e paredes. Revisão da impermeabilização ou substituição de telhas da cobertura;

**RUIM 1** – (fator = 0,75) NECESSITANDO DE REPAROS IMPORTANTES – Necessária substituição de panos de alvenaria, recuperação de grande parte do sistema estrutural, substituição dos revestimentos dos pisos e paredes da maioria dos cômodos. As instalações hidráulicas e elétricas possam ser restauradas mediante a substituição das peças aparentes. Reparos importantes na cobertura;

**RUIM 2** – (fator = 0,65) NECESSITANDO DE REPAROS IMPORTANTES A EDIFICAÇÃO SEM VALOR – Necessidade de recuperação do sistema estrutural, de substituição de grande parte da alvenaria, das instalações hidráulicas e elétricas, dos revestimentos dos pisos e paredes, da impermeabilização ou do telhado ou edificação em estado de ruína.

1.5 Coluna FATOR – equivale ao fator de apreciação/depreciação de cada item em relação ao seu estado de conservação conforme critérios acima;

1.6 Coluna PERCENTUAL CONSERVAÇÃO – equivale ao percentual real de cada subdivisão levando-se em conta seu estado de conservação e percentual construtivo. O PERCENTUAL CONSERVAÇÃO é calculado multiplicando a coluna FATOR pela coluna PERCENTUAL CONSTRUTIVO;

1.7 Linha TOTAL – é o somatório das subdivisões em cada coluna;

1.8 Linha VALOR CUPE-PINI – equivale ao valor do metro quadrado de construção elaborado pela PINI. O valor de referência adotado no presente relatório é de abril/2014;

1.9 Linha VALOR DE ORIGEM – equivale ao valor por metro quadrado da edificação em referência. Este valor é calculado multiplicando o VALOR CUPE-PINI/m<sup>2</sup> pelo

total do PERCENTUAL CONSERVAÇÃO;

1.10 Linha ÁREA DO IMÓVEL – dimensão extraída do Laudo de Vistoria;

1.11 Linha MURO DIVISA – equivale ao muro do entorno da edificação. O perímetro é extraído dos desenhos do levantamento cadastral da edificação. O valor por metro linear é extraído dos valores de referência do Planilhão da SUDECAP. O valor total do muro é calculado multiplicando o perímetro pelo valor do metro linear.

Os valores referentes a fevereiro 2014 são: R\$ 291,08 para muros de altura 1,80m rebocado e pintado e de R\$ 152,89 para muros de altura 1,80m tijolo a vista.

1.12 Linha VALOR DE ORIGEM – equivale ao valor da edificação no estado atual; consideradas as condições relatadas no Laudo de Vistoria. Seu valor é calculado multiplicando a área do imóvel pelo VALOR DE ORIGEM/m<sup>2</sup> somada ao VALOR TOTAL do muro de divisa.

A edificação da demanda 12292, conforme Figura 18, foi caracterizada como ruim e com um valor atual de mercado R\$ 56.823,86 – vale ressaltar que o valor de terreno não está incorporado nesse valor. Esse tipo de análise do valor atual do mercado e dos critérios de caracterização da conservação das edificações foi elaborado com origem na operação do programa, não sendo uma prerrogativa legal. A análise desse valor com o valor estipulado para a obra conforme orçamento a partir do projeto revela que o valor proposto é maior que o valor de mercado da edificação, sendo que, nesse caso, foi programado o investimento de R\$ 61.202,27 para a obra. O Quadro 2 demonstra os valores de origem de outras demandas e seus respectivos orçamentos::

Demanda	Situação	Valor de Origem	Valor do Orçamento
<b>12102</b>	<b>Ruim 2</b>	<b>R\$ 19.260,43</b>	<b>R\$ 47.267,52</b>



Foto: área externa  
Fonte: HORIZONTES, 2014b



Foto: fachada da rua  
Fonte: HORIZONTES, 2014b

<b>12098</b>	<b>Ruim 1</b>	<b>R\$ 56.863,94</b>	<b>R\$ 46.136,53</b>
--------------	---------------	----------------------	----------------------



Foto: vista da rua  
Fonte: HORIZONTES, 2014c



Foto: copa/cozinha  
Fonte: HORIZONTES, 2014c

<b>12096</b>	<b>Ruim 1</b>	<b>R\$40.618,48</b>	<b>R\$66.890,05</b>
--------------	---------------	---------------------	---------------------



Foto: corredor de acesso  
Fonte: HORIZONTES, 2014d



Foto: área externa  
Fonte: HORIZONTES, 2014d

<b>12095</b>	<b>Ruim 1</b>	<b>R\$40.918,72</b>	<b>R\$59.265,98</b>
--------------	---------------	---------------------	---------------------



Foto: varanda  
Fonte: HORIZONTES, 2014e

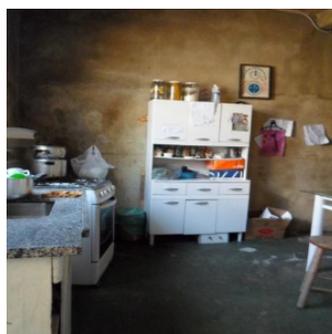


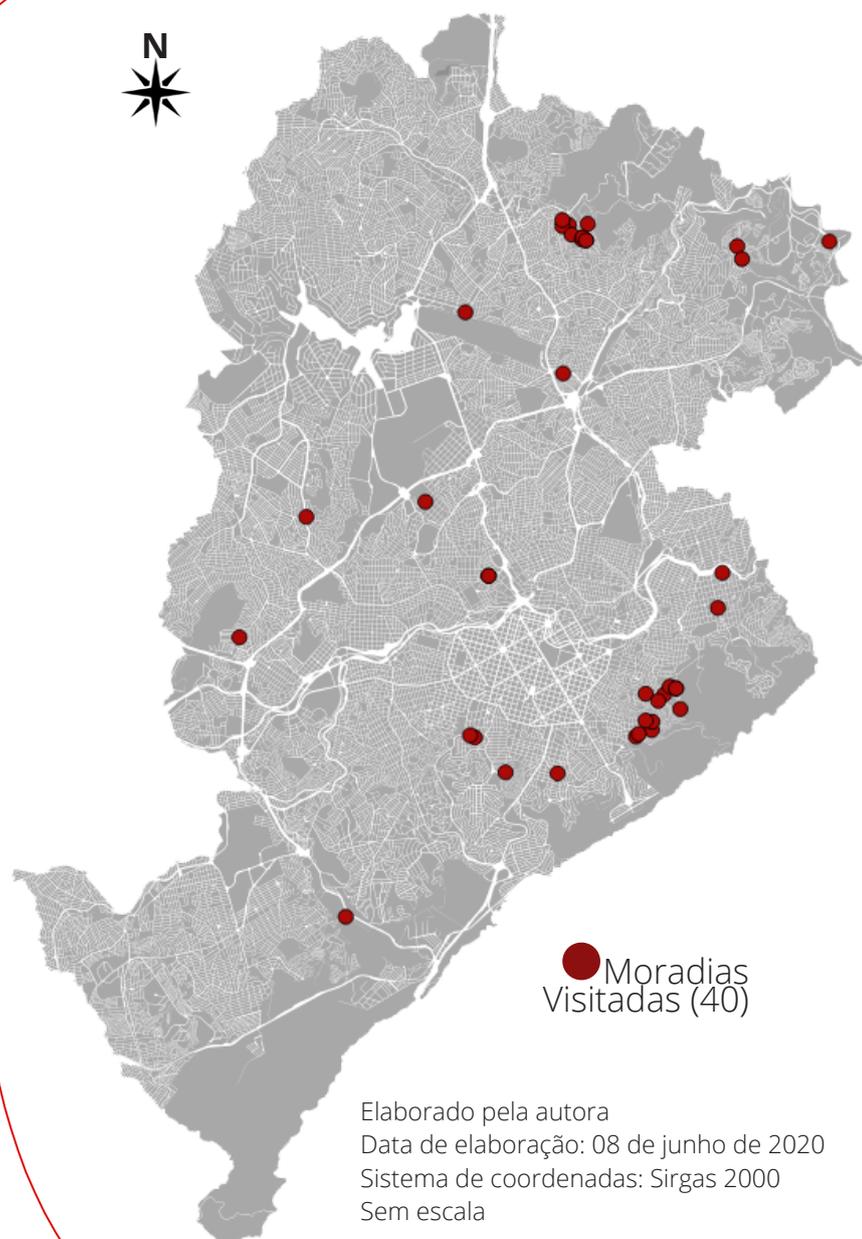
Foto: cozinha  
Fonte: HORIZONTES, 2014e

**Quadro 2 - Valor de origem e orçamentos**

Fonte: HORIZONTES, 2014b; 2014c; 2014d; 2014e; 2014f; 2014g; 2014h; 2014i; 2014j. (Adaptado).



A pesquisa desta tese partiu dos atendimentos do programa para a visita das moradias, entre maio e julho de 2019, com o objetivo de investigar se o serviço prestado dentro do programa correspondeu às expectativas dos moradores e se as obras negociadas na época do atendimento foram executadas. A questão principal foi entender como os dispositivos disciplinares foram absorvidos pelos moradores enquadrados no modelo de assistência técnica adotado pelo município. Para isso, dos 80 atendimentos foram possíveis a análise de 40 moradias atendidas, por meio de visitas e entrevistas aos moradores atuais. A diferença entre os atendimentos e as moradias entrevistadas para esta pesquisa deve-se a estes fatos: endereços não terem sido localizados tal como registrados no sistema de georreferenciamento adotado; e outros não terem sido encontrados no local.<sup>47</sup>



**Figura 20** - Mapa de demandas atendidas e entrevistadas  
Fonte: a autora.

47 O programa Família Cidadã – BH sem miséria, instituído pelo Decreto nº 14.878, de 2012, foi destinado a promover ações integradas que favoreçam a inserção e permanência, na rede de serviços das políticas públicas, de famílias em situação de alta vulnerabilidade social no Município, em consonância com as diretrizes do Plano Brasil sem Miséria.

As visitas levaram em consideração um roteiro não estrutural para acompanhar as conversas e as propostas desenhadas nos projetos entregues aos moradores pelo programa. O roteiro das entrevistas tinha o objetivo de responder às seguintes principais questões:

1. O morador lembra do atendimento realizado pela URBEL dentro do programa de assistência técnica (Programa de Serviço de Arquitetura e Engenharia Pública)?
2. Qual foi a motivação para inserção no programa?
3. Durante o período entre a entrega dos projetos advindos da assistência técnica até hoje, foi realizada alguma obra na moradia?
4. Caso tenham feito obra, qual foi?
5. Caso tenham feito alguma obra, foram realizadas com base nos projetos entregues pelo programa?
6. Qual foi a motivação para fazer a obra, apenas parte ou não seguir o projeto entregue pelo programa?
7. Foi necessário durante as obras realizar alguma alteração do projeto entregue pelo programa?
8. Atualmente ainda está em mãos o projeto entregue pelo programa?
9. Quem realizou a obra?
10. Consegue estimar o valor gasto?

Os resultados obtidos a partir dessas questões foram:

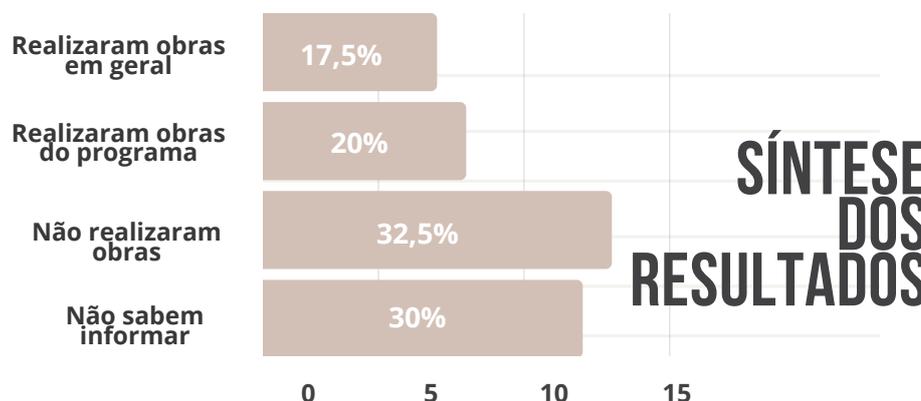


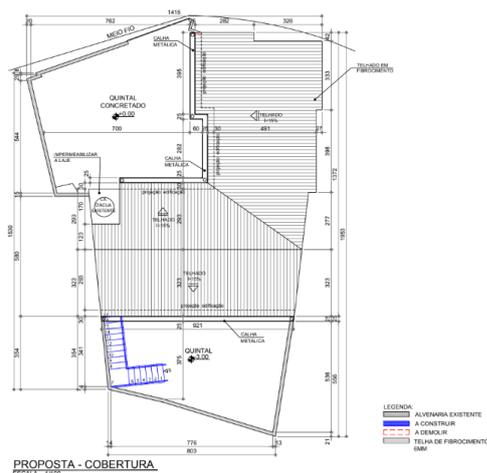
Figura 21 - Gráfico para síntese do resultado de entrevistas com moradores atendidos pelo programa Serviço de Arquitetura e Engenharia Pública (realização de obras)  
Fonte: a autora.

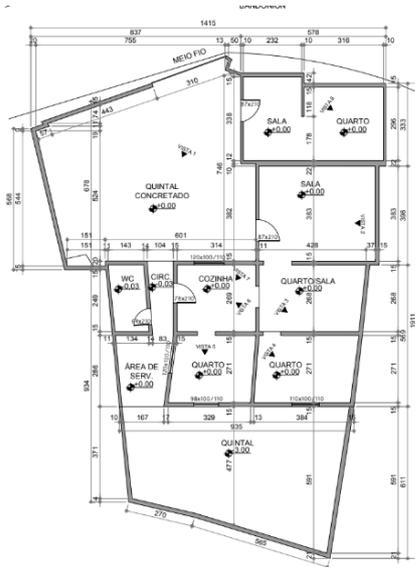
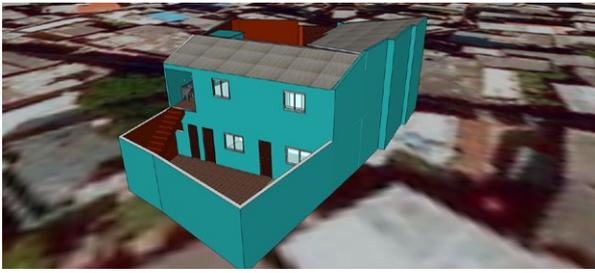
A análise do gráfico revela que número representativo de atendimentos não foi concluído de acordo com as prerrogativas do programa. Dos entrevistados 32,5% não realizaram obra alguma, a despeito de suas demandas iniciais, que originam a inserção no programa; 37,5% realizam obras; 17,5% realizaram reformas alheias ao proposto pelo programa; e 20% realizaram obras de acordo com o programa. Por sua vez, 30% não souberam informar: não sabiam responder por não serem os moradores na época do atendimento ou por não serem os responsáveis pela casa e desconhecerem o programa. Nesse sentido, temos que 50% dos atendimentos não seguiram o fluxo esperado pelo programa; e apenas 20% foram de acordo. Esses números revelam que as propostas não fizeram sentido, mesmo para aqueles que realizaram obras.

Ressalto duas reflexões, em princípio, acerca dos indicadores: famílias com demandas construtivas e comprovadamente vulneráveis socialmente ou com moradias em situação precária não foram atendidas dentro de suas demandas, e, em muitos casos, as moradias não sofreram nenhuma alteração; as propostas a partir de projetos não tiveram o seu resultado esperado, o que exigiu recursos públicos que pudessem ser aplicados em outros programas.

Os conteúdos dos projetos entregues variavam conforme o exposto no Quadro 1, e a análise a partir dos tipos de serviço mostra que a entrega do *kit* completo, ou seja, com arcabouço de desenhos completos desde a fundação até detalhamento de esquadrias não contribuiu com as motivações para o acionamento das materialidades. Assim, dos entrevistados que realizaram obras 25% receberam o *kit* completo de projetos; contudo, nenhum seguiu o projeto, e foram construídos alheios a esse arcabouço de informações técnicas. Por isso, procedimentos menos onerosos, que não exigiram a complexidades de projetos arquitetônicos e seus complementares, como laudos técnicos ou orientações técnicas, tiveram melhor resultados no quesito de materialização no espaço. Nesse sentido, não foi o acionamento dos dispositivos disciplinares o propulsor das materializações em grande parte das obras realizadas.

O programa trata de serviços de arquitetura e engenharia gratuitos para famílias comprovadamente de baixa renda, mas não institui programas complementares de subsídios de material de construção e nem mesmo de mão de obra. No entanto, as famílias inseridas nesse programa não necessariamente estavam dispostas a construir de imediato, não dispunham de reservas de dinheiro e nem sempre conseguiram financiamento fácil e sem juros expressivos. A capacidade de endividamento variará de família para família, mas geralmente é feita a partir de processos não institucionais, como acontece com o depósito de materiais de construção local. A Figura 22 apresenta alguns casos visitados e recortes de seus respectivos projetos ou laudos entregues na época do programa em desenvolvimento.





LEVANTAMENTO - 1º PAVIMENTO  
ESCALA: 1/100

PORÃO

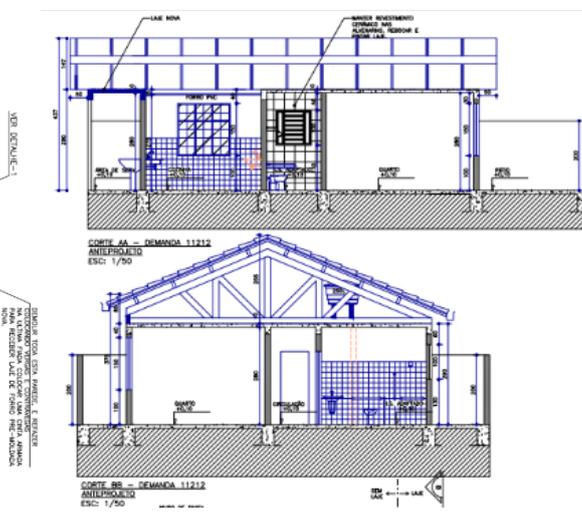
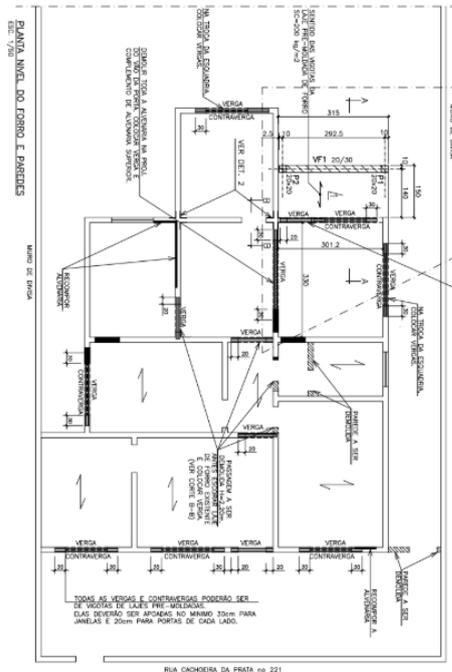


Figura 22 - Casos do programa Serviço de Arquitetura e Engenharia Pública – fotos e recortes de projetos elaborados  
Fonte: URBEL, s.d.; a autora.

Outra reflexão a partir dessa experiência remonta ao início da formação da arquitetura enquanto disciplina, que marca *télos* e *technos* necessariamente vinculados ao patrocinador (LARSON, 1942). Nesse sentido, no contexto do programa em destaque, havia o dever da arquitetura enquanto disciplina em alinhar o *télos* e *technos*, mas não foram estipuladas no programa as garantias de se ter o patrocinador. De forma rasa, o arquiteto teria como limite de sua atuação: até a proposta e projetos envolvidos, a materialização da obra ficaria a cargo do patrocinador. Seguindo esse raciocínio tradicional, a linha da Lei nº 11.888/2008 é condizente; no entanto, no caso do programa de assistência técnica detalhado, não havia o patrocinador para a obra. Essa conclusão amplia o conhecimento do dispositivo disciplinar da arquitetura e traduz o limite de sua atuação nesses moldes. Como atuar num contexto com patrocinador escasso e com a imposição de dispositivos disciplinares?

A rotina adotada nos casos para o atendimento do programa, de forma geral, foi definida conforme parâmetros dispostos na Figura 23 e tinha como objetivo final a materialização da melhoria habitacional.

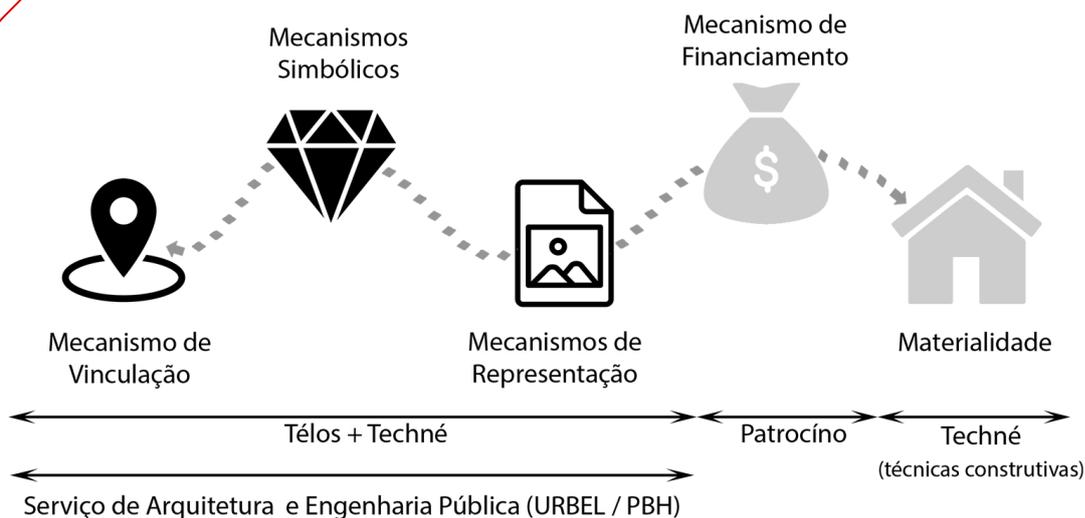


Figura 23 - Caminho adotado pelo programa Serviço de Arquitetura e Engenharia Pública  
Fonte: a autora.

Interessante observar que o programa não é intencionado até a materialização, o que justifica os poucos casos de materializações a partir das propostas do programa.

Marco também uma recente experiência de Belo Horizonte com a alteração das premissas legais da política habitacional. Após várias discussões no Conselho Municipal de Habitação, foi aprovada, em 2019, a alteração da Resolução II do Conselho Municipal de Habitação (CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE BELO HORIZONTE, 2019),<sup>48</sup> a qual dispõe sobre a estrutura geral da Política Municipal de Habitação para Belo Horizonte. Na

.....  
48 A construção da Resolução II teve a participação ativa na construção da resolução do Coletivo Habite a Política. O Coletivo é formado por pessoas de diversos segmentos sociais: funcionários públicos, acadêmicos, entidades profissionais, movimentos sociais e sindicatos com o objetivo de lutar por uma política habitacional inclusiva e participativa, capaz de traduzir um pacto político progressista (COLETIVO HABITE A POLÍTICA. Perfil oficial na rede social Facebook. Disponível em: <https://www.facebook.com/Coletivo-Habite-a-Pol%C3%ADtica-564382693893786/>. Acesso em: 13 jun. 2020).

resolução, foi inserida como uma das linhas programáticas e ação transversal a Assistência e Assessoria Técnica:

XIII – Assistência Técnica: atuação conduzida sob premissas estabelecidas pelo campo técnico, de forma a adequar e enquadrar as demandas habitacionais das famílias atendidas aos critérios pré-definidos para a intervenção;

XIV – Assessoria técnica: atuação que visa apoiar as famílias no atendimento de suas demandas habitacionais, com orientações técnicas urbanísticas, sociais e jurídicas de forma a propiciar a autonomia na tomada de decisão e qualificação da intervenção; (CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE BELO HORIZONTE, 2019).

A resolução também aponta para uma linha de financiamento de material de construção e mão de obra, o que pode ser uma alternativa importante àqueles que possuem capacidade de endividamento. A resolução precisa ser regulamentada e institucionalmente absorvida para ter efeitos da produção de materialidades e sujeitos.

Art. 34 – O Programa de Financiamento de Material de Construção e Mão-de-Obra tem como objetivo promover financiamento individual ou coletivo de forma a complementar os atendimentos previstos nos demais programas desta linha programática, por meio das seguintes modalidades:

I – Financiamento de Mão-de-Obra;

II – Financiamento de Material de Construção. (CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE BELO HORIZONTE, 2019).

Vale marcar que *como será esse financiamento* ainda não foi regulamentado, devendo ser fixado no decreto de regulamentação da resolução.

### 5.1.1.2 O caso do Distrito Federal

Além da experiência investigada, programa proposto em Belo Horizonte, vale mencionar que existem outras iniciativas de Estado, por exemplo, a de Brasília, a partir da sua Companhia de Habitação do Distrito Federal (CODHAB) e do programa Melhorias Habitacionais/Na medida certa.<sup>49</sup> O programa possui como objetivo o atendimento à Lei nº 11.888/2008, e está vinculado à disponibilização do valor máximo de R\$ 25.000,00 para a materialização dos projetos, obras e reformas residenciais, estando nesse montante a contratação da mão de obra e material de construção. Esse valor foi atualizado ao longo do tempo, sendo que, em 2016, primeiro ano de implementação do projeto, o recurso era de R\$ 10 mil; em 2017, foi atualizado para R\$ 13,5 mil; em 2018, R\$ 15 mil; em 2019, R\$ 20 mil; e, neste ano, foi reajustado para R\$ 25 mil.

O projeto é ancorado por quatro postos de atendimento nas áreas de interesse do programa, e as famílias são selecionadas a partir de alguns critérios, como: renda familiar de até 3 salários mínimos, morar no Distrito Federal há pelo menos 5 anos, morar em áreas de interesse social regularizadas passíveis de regularização, ser casa própria (não pode ser alugada ou cedida), não possuir outro imóvel no Distrito Federal, a moradia deve apresentar problemas de salubridade e/ou segurança na residência, e, por fim, apresentar uma série de documentos pessoais e de

.....  
49 CODHAB. O programa. [S.d.]. Disponível em: [http://www.codhab.df.gov.br/assistencia\\_tecnica/melhorias\\_habitacionais](http://www.codhab.df.gov.br/assistencia_tecnica/melhorias_habitacionais). Acesso em: 8 jun. 2020.

comprovantes das prerrogativas para participar do programa já citadas.

O fluxo da dinâmica da fase de projeto é ilustrado na Figura 24, e o da dinâmica da obra, pela Figura 25. Vale ressaltar que a análise foi feita a partir das informações disponibilizadas no *site* da CODHAB (sem a validação *in loco*).

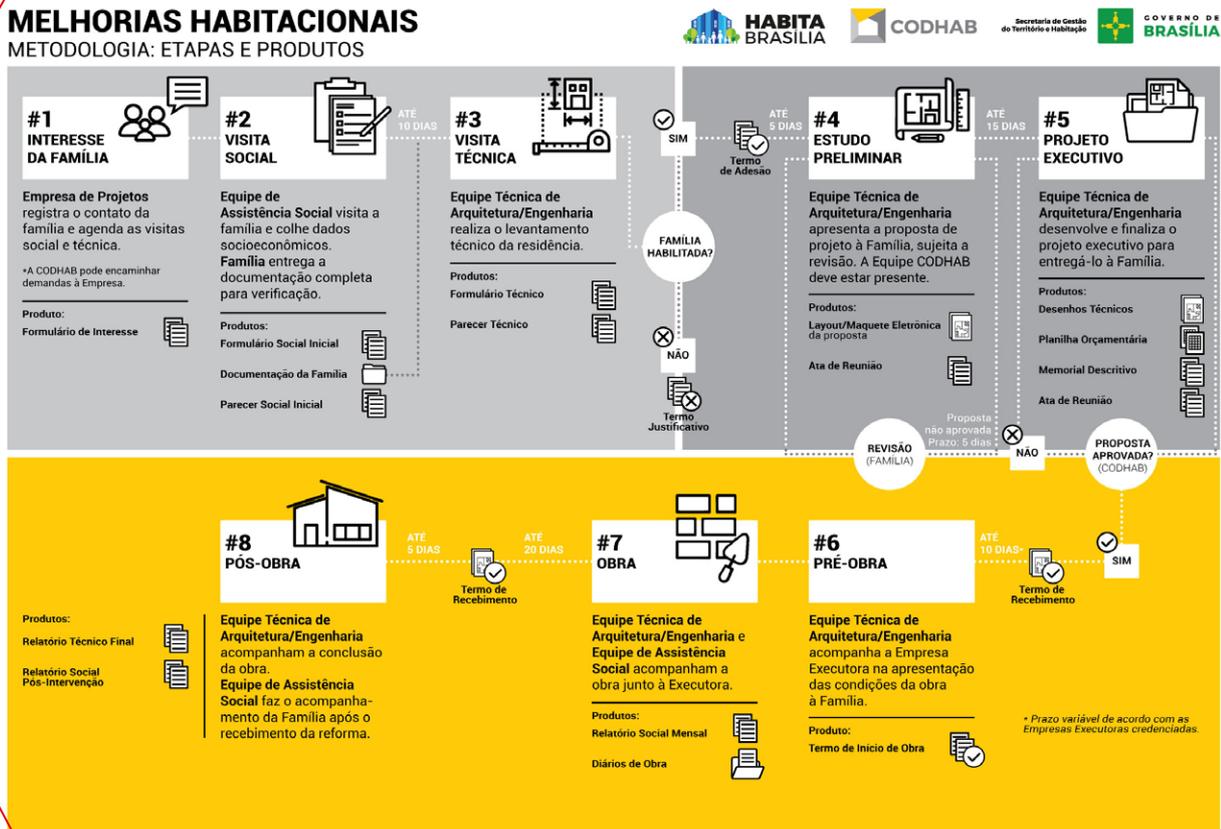


Figura 24 - Dinâmica do programa Melhorias Habitacionais (CODHAB), fase projeto  
Fonte: CODHAB.<sup>50</sup>

<sup>50</sup> CODHAB. O programa. [S.d.]. Disponível em: [http://www.codhab.df.gov.br/assistencia\\_tecnica/melhorias\\_habitacionais](http://www.codhab.df.gov.br/assistencia_tecnica/melhorias_habitacionais). Acesso em: 8 jun. 2020.

# CRENCIAMENTO DE EMPRESAS

## FLUXOGRAMA DO PROCESSO

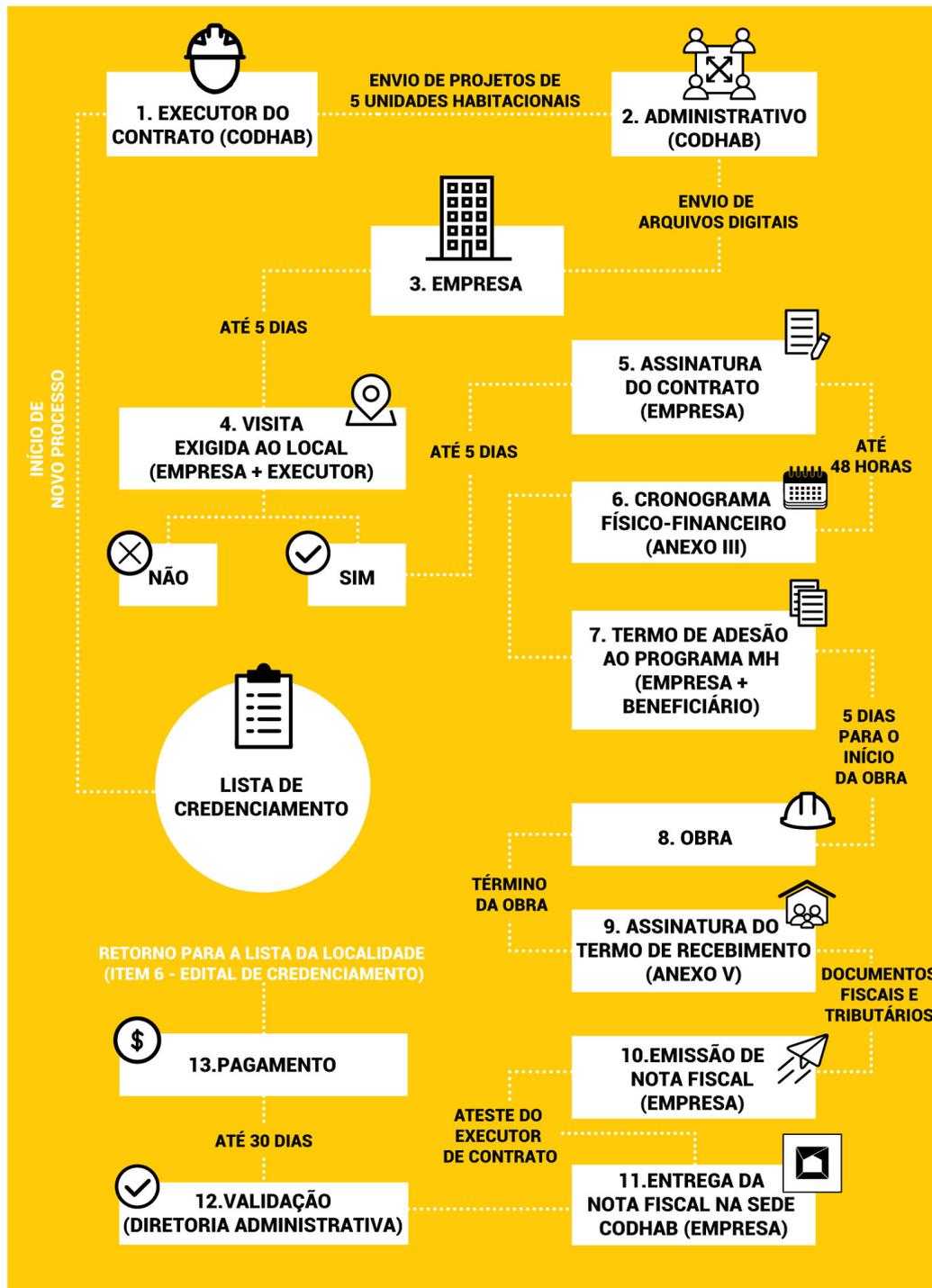


Figura 25 - Dinâmica percorrida pelo programa Melhorias Habitacionais (CODHAB), fase obra  
 Fonte: CODHAB.<sup>51</sup>

Como observado nas figuras, existe uma burocracia administrativa, técnica e legal nos trâmites da rotina do programa, por exemplo: vinculação das demandas aos projetos arquitetônicos e seus complementares, assinaturas de contratos com as empresas contratadas com os moradores envolvidos no programa, e fluxo rígido de informações antes, durante e após a obra.

51 CODHAB. O programa. [S.d.]. Disponível em: [http://www.codhab.df.gov.br/assistencia\\_tecnica/melhorias\\_habitacionais](http://www.codhab.df.gov.br/assistencia_tecnica/melhorias_habitacionais). Acesso em: 8 jun. 2020.

O programa contempla as seguintes obras para as melhorias habitacionais:

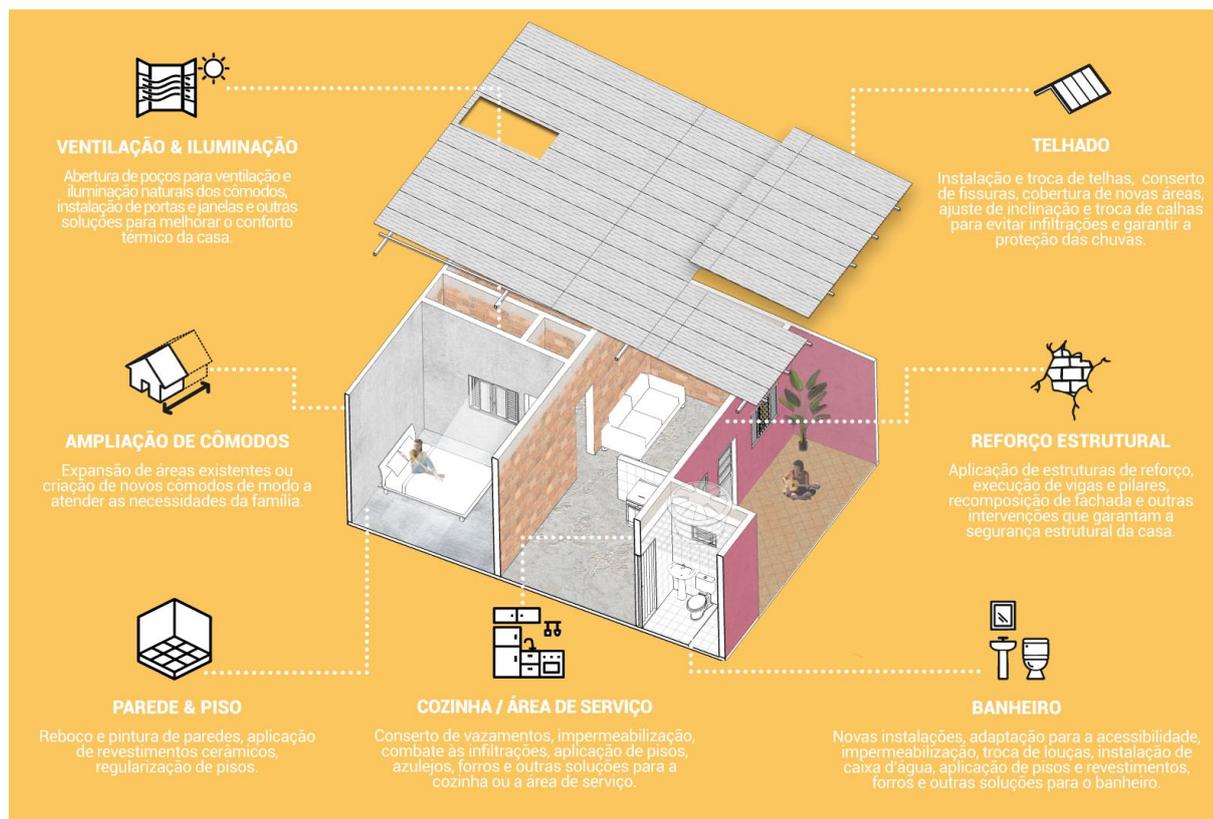


Figura 26 - Serviços previstos pelo programa de melhorias habitacionais Na Medida  
Fonte: CODHAB, 2020.

As figuras revelam o acionamento dos dispositivos disciplinares em seu fluxo de operação e os demonstram no vínculo com o morador participante do programa. O programa, conforme Figura 26, abrange demandas presentes nas práticas não disciplinares com relação ao risco construtivo e, além disso, envolve o patrocínio das obras em suas premissas, importante gargalo para a materialização das obras, conforme verificado a partir do Programa de Arquitetura e Engenharia Pública da PBH. O programa apresenta o seguinte cenário, segundo a CODHAB:<sup>52</sup>

280 projetos de requalificação foram desenvolvidos e executados pela própria CODHAB e tiveram disponibilidade orçamentária para que se procedesse com o devido empenho, contrato, emissão de ordem de serviço e pagamento;

180 projetos executivos – este universo trata-se de projetos de intervenções desenvolvidos que (a) foram entregues diretamente para o morador para que o mesmo pudesse executar a obra com recursos próprios, ou, (b) projetos que não se tinham disponibilidade orçamentária para se encaminhar com a execução.

Ao todos foram disponibilizados pelo programa 460 projetos executivos, sendo 280 no controle da CODHAB e 180 entregues aos moradores (responsáveis por sua materialização a partir da prática não disciplinar). A possibilidade de controle em todas as etapas da obra e dos mecanismos acionados está presente nos 280 casos, os quais segues a linha tradicional do acionamento dos dispositivos; assim, a CODHAB tem o controle do que foi proposto, do dinheiro envolvido e de toda a execução da obra, a partir de uma responsabilidade técnica disciplinar. Esse modelo

52 CODHAB. O programa. [S.d.]. Disponível em: [http://www.codhab.df.gov.br/assistencia\\_tecnica/melhorias\\_habitacionais](http://www.codhab.df.gov.br/assistencia_tecnica/melhorias_habitacionais). Acesso em: 8 jun. 2020.

rígido confere o controle que por vezes as instituições, a partir da noção poder-saber, empregam em seus programas. Com tal intuito, o programa alterou a sua rotina e atualmente não entrega os projetos aos moradores, evitando que práticas não disciplinares possam ser acionadas pelos sujeitos da construção.

## 5.2 DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO

A despeito de ser também uma análise da atuação técnica, as experiências originárias da academia foram agrupadas separadamente, por terem em sua prática, conceitos, ensaios, metodologias a partir de premissas de uma reflexão do cenário atual da arquitetura e com acionamento de dispositivos que pretendem ser alinhados a esta crítica. Os pressupostos deste grupo estão alinhados com as possibilidades de ensino para os alunos envolvidos nos projetos de extensão e pesquisa, e, com isso, a atuação é direcionada a campos de interesse, por temáticas de interesses de professores e alunos ou até mesmo das próprias instituições.

A atuação é encarada como pesquisa e campos de práticas para os alunos em formação nas escolas de arquitetura e engenharia; por isso, as atuações técnicas não são remuneradas pelos moradores. Esse fato carrega potencialidades e fragilidades ao processo. As potencialidades devem-se ao fato de os construtores terem acesso ao serviço de forma não onerosa e, em geral, não serem vinculados a amarras institucionais burocráticas instituídas pelo mercado formal. As fragilidades estão na própria rotina dos grupos de pesquisa vinculados a apoios institucionais para verbas de pesquisas: os direcionamentos das verbas podem estar amarrados a interesses políticos, em instituições privadas ou públicas, o que pode impedir a continuidade de pesquisas pela falta de interesse político.

A citação da atuação a partir desse grupo nesta pesquisa se deve a dois objetivos: pontuar o papel das instituições de ensino na atuação da ATHIS no eixo de intervenção de melhoria do ambiente construído por meio de melhorias habitacionais de forma isolada; e pontuar o acionamento dos dispositivos pelo grupo de pesquisa PRAXIS – EA/UFMG dentro do projeto Diálogos,<sup>53</sup> o qual abarca parte de minhas referências práticas de assessoria técnica.

As práticas dessa categoria de análise, registradas nesta pesquisa, não se vinculam apenas à temática da moradia individual, atuando de forma geral em prol de trabalhos coletivos, de capacitação de mão de obra e fortalecimento de comunidades vulneráveis, com exceção do programa Adote um Casa, que possui prática vinculada à assistência técnica gratuita às famílias residentes em áreas de interesse social. No catálogo de experiências registradas (APÊNDICE A), 9 são de práticas originárias de projetos de extensão, grupos de pesquisa ligados a instituições de ensino de arquitetura no Brasil,<sup>54</sup> conforme Figura 27. Todas essas iniciativas participam da construção

53 As assessorias desenvolvidas pelo projeto podem ser observadas em: DIÁLOGOS. Site institucional. Disponível em: <http://praxis.arq.ufmg.br/blog/dialogos/dialogos.html>. Acesso em: 8 jun. 2020.

54 As minhas experiências de assessoria técnica foram ligadas à pesquisa e extensão nas escolas de Arquitetura. A primeira se deu no escritório modelo do Centro Universitário UNA, como professora e

dos discursos da necessidade de envolvimento do saber técnico, dos arquitetos e engenheiros, na produção não disciplinar, não necessariamente a partir da disciplina; contudo, não possuem pauta sistematizada em comum nesse sentido. Os discursos desse grupo se vinculam à ampliação da atuação do arquiteto na produção do espaço construído como forma de conseguir cumprir à democratização do serviço da arquitetura e a conquista da moradia constitucionalmente garantida.

 <p><b>Adote uma casa</b>  <a href="https://adoteumacasa.wixsite.com/oprojeto">https://adoteumacasa.wixsite.com/oprojeto</a>            Projeto de extensão que oferece assistência técnica gratuita às famílias residentes em áreas de interesse social, organizadas em associações de moradores. Contribui para a melhoria das condições habitacionais de famílias moradoras da Grande Vitória, com o enfoque em três temas preestabelecidos: conforto ambiental, salubridade e acessibilidade.</p>	 <p><b>Ático</b>            Assessoria Técnica de interesse a comunidades organizadas  <a href="http://www.facebook.com/pg/atico.ifsp/about/oprojeto">www.facebook.com/pg/atico.ifsp/about/oprojeto</a>            É um programa de extensão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo que visa melhorar as condições de moradia da população de baixa renda. Assessorar famílias / Ser reconhecido pela sociedade / Mudar a vida das pessoas e comunidades, oferecendo condições para que elas tenham um futuro melhor/ conscientizar a sociedade da importância da função social do arquiteto</p>
 <p><b>GEPHIS</b>            Grupo de Estudos e Proposições sobre Habitação de Interesse Social  <a href="https://www.facebook.com/gephis/">https://www.facebook.com/gephis/</a>            O GEPHIS é um projeto de extensão voluntário da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ) e atua como Escritório Público de Arquitetura e Urbanismo.</p>	 <p><b>Escritório Piloto</b>  <a href="https://www.facebook.com/pg/escritoriopilotopoliusp/about/?ref=page_internal">https://www.facebook.com/pg/escritoriopilotopoliusp/about/?ref=page_internal</a>            Laboratório interdisciplinar de projetos de Extensão Universitária com objetivo de utilizar o conhecimento proporcionado pela Universidade para desenvolver projetos de cunho social e/ou ambiental, em conjunto com a sociedade de baixa renda, de maneira participativa, de forma a incrementar o desenvolvimento humano e econômico dessas comunidades.</p>
 <p><b>EMAU_UNIAN ABC Causa</b>  <a href="https://www.facebook.com/pg/causa.unian/about/?ref=page_internal">https://www.facebook.com/pg/causa.unian/about/?ref=page_internal</a>            Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Anhanguera de São Paulo - UNIAN ABC, Trabalho dos estudantes do curso com a supervisão dos professores, que visam a extensão do curso universitário às causas sociais, atuando para planejar, auxiliar e executar trabalhos de melhoria na vida da comunidade carente através da arquitetura.</p>	 <p><b>PEXURB</b>  <a href="https://www.facebook.com/pexurb">https://www.facebook.com/pexurb</a>            Projetos de assessoria técnica em comunidades vulneráveis. O PEXURB formalizou um novo eixo de atuação dos estudantes de Arquitetura e Urbanismo da USP São Carlos, trazendo com esse processo desafios ao campo teórico e prático do planejamento e do projeto de urbanização.</p>
 <p><b>Práticas Sociais na Produção do Espaço Urbano</b>            EA/UFMG  <a href="http://praxis.arq.ufmg.br/">http://praxis.arq.ufmg.br/</a>            Grupo de pesquisa do CNPq, sediado pelo Departamento de Projetos (PR) e pelo Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (NPGAU) da Escola de Arquitetura da UFMG, com projetos financiados e/ou apoiados pela FAPEMIG, CNPq, Capes, PRPq e ProEx/UFMG, Ford Foundation e FUSP. Investigações situadas na interface entre o campo do planejamento e do projeto urbano</p>	 <p><b>MORA pesquisa em habitação</b>  <a href="https://morahabitacao.com">https://morahabitacao.com</a>            Pesquisa em habitação_ espaço físico e virtual de diversas discussões sobre o habitat da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e Design (FAUeD) da Universidade Federal de Uberlândia. Diferentes abordagens são propostas em suas pesquisas: inovações tecnológicas, sustentabilidade, qualidade espacial, avaliação pós-ocupação.</p>
 <p><b>Escritório de Integração PUC Minas</b>  <a href="https://www.facebook.com/pg/escritoriodeintegracao/about/?ref=page_internal">https://www.facebook.com/pg/escritoriodeintegracao/about/?ref=page_internal</a>            Pertence ao departamento de Arquitetura e Urbanismo da PUC Minas. É ligado à Pró-reitoria de Extensão. Atua na articulação entre ensino, pesquisa e extensão</p>	<p><b>Sistematização de projetos de extensão de instituições de ensino que promovem assistência / assessoria técnica</b></p>

Figura 27 - Sistematização de projetos de extensão de instituições de ensino que promovem assistência/assessoria técnica

Fonte: a autora<sup>55</sup>

coordenadora do escritório. Dessa experiência resultaram na minha necessidade de reflexão crítica da prática na prática, minha entrada no programa de doutorado e participação no projeto de extensão Diálogos do Grupo PRAXIS –EA/UFMG.

55 Composição a partir de: NEP-UWV, on-line; ESCRITÓRIO DE INTEGRAÇÃO - ARQUITETURA E URBANISMO PUC MINAS, on-line; ESCRITÓRIO PILOTO, on-line; GEPHIS, on-line; EMAU - UNIAN ABC CAUSA, on-line; PEXURB, on-line; [MORA], on-line; PRAXIS, on-line, ÁTICO, on-line.

Dentro desse grupo, o projeto de extensão Adote uma Casa, vinculado ao Núcleo de Estudos e Práticas dos cursos de Arquitetura e Urbanismo, *Design* de Produto e Engenharia Civil (NEP), o qual é um ateliê de projetos de pesquisa e extensão universitária da Universidade Vila Velha (Espírito Santo),<sup>56</sup> possui a sua atuação vinculada à prática da assistência técnica por meio de melhorias habitacionais, foco desta pesquisa. Adiante, destaco suas premissas de atuação.

O projeto funciona a partir de parcerias, trabalho voluntário e doações para subsidiar o valor das reformas com material de construção e mão de obra, tem estimativa de valores para as obras entre R\$ 5.000,00 e R\$ 14.000,00 e procura concentrar as propostas de projeto nesse intervalo. Os projetos são executados quando o patrocínio (a verba da construção) está organizado pelo Adote uma Casa ou pelo morador que será beneficiado; e os projetos são desenhados e redesenhados, para que se encaixem no orçamento previsto e verba arrecadada. O programa busca alinhar o *têlos*, o *techné* e o patrocínio previsto no dispositivo disciplinar para a viabilização da materialização. Segundo Alexandre Nicolau,<sup>57</sup> professor e coordenador do Adote uma Casa, vários projetos foram realizados, mas sem materialização por falta de verba. O professor ressalta que o projeto é apenas entregue aos moradores quando a verba para a construção está viabilizada, sendo com isso possível o controle de todo o processo da obra. O professor marca a importância desse controle, ou seja, do acionamento do dispositivo à materialização, devida à responsabilidade técnica da obra, legitimada pela emissão do RRT dos professores. Nesse sentido, haveria o receio de o morador assumir a obra sem o devido acompanhamento, e o responsável técnico ser responsabilizado posteriormente por questões técnicas. E nessa forma de atuação haveria uma aproximação com práticas disciplinares e importância da responsabilidade técnica nas obras.

Ainda dentro do primeiro objetivo da análise desse grupo, marco algumas discussões que assumem a atuação do arquiteto vinculada às práticas baseadas em premissas de uma arquitetura não disciplinar, sobretudo, por meio de projetos de pesquisa os quais devem, preferencialmente, estar atrelados a demandas coletivas e associadas a movimentos sociais. Bierstein (2019),<sup>58</sup> nesse sentido, trata de projetos de extensão, principalmente a partir de instituições públicas; questiona o posicionamento do corpo técnico para alterações em unidades individuais; e diz que a equipe técnica deve se dedicar a questões mais complexas. Ela reflete que, sendo uma instituição pública, suas premissas de atuação devem ser pensadas a partir de demandas coletivas e não privadas. Kapp (2019) contribui com essa discussão ao dizer sobre a preocupação em instigar nos moradores, sujeitos da autoconstrução, motivações ou desejos que não sejam da ordem da prática autoconstrutora, o que nomeia de “consumidores de espaço”. Essa reflexão leva em consideração que os sujeitos das práticas não disciplinares possuem uma série de demandas urbanísticas para além de reformas, melhorias habitacionais em suas moradias, e que pesquisa e ensino deveriam focar nesses princípios urbanísticos, como direito à cidade, infraestrutura e serviços urbanos,

56 NEP-UUV – NÚCLEO DE ESTUDOS E PRÁTICAS DOS CURSOS ARQUITETURA E URBANISMO, DESIGN DE PRODUTO E ENGENHARIA CIVIL DA UNIVERSIDADE VILA VELHA. Site institucional. 2019. Disponível em: <https://nepuv.wixsite.com/uvvnep/sobre>. Acesso em: 13 maio 2020.

57 Alexandre Nicolau participou de uma conversa transmitida ao vivo pelo Instagram com o professor Wlamir Soares do Instituto Federal de Sergipe – *campus* Lagarto, em 12 de maio de 2020.

58 BIERNSTEIN, R. Athis residência e extensão. Produção: CAU/RJ. Rio de Janeiro: CAU/RJ, 26 nov. 2019. 220 min. [Palestra para o Seminário Nacional para Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social]. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=qLiwQsi6RXs>. Acesso em: 16 jun. 2020.

bem como refletir acerca da atuação técnica e propor alternativas embasadas a partir da crítica.

Essa discussão tem efeitos na pouca presença do grupo pertencente à amarra acadêmica na atuação do eixo de intervenção da melhoria no ambiente construído a partir da unidade habitacional. O discurso do direito à cidade e da moradia de forma ampla, ou seja, da moradia plena e dos serviços garantidos a todos é uma pauta presente. E a questão é pela necessidade primeira de se ter garantias de infraestruturas básicas, e a partir delas se pensar o interior das moradias. Kapp (2019) marca que a universidade é o lugar do experimento, discussão de novas práticas e instrumentos, e não de prestação de serviço. As pautas destacadas como objetos de investigação da academia, sobretudo a partir da extensão, sejam a partir de demandas coletivas ou das unidades isoladas vinculadas à população de baixa renda, não são excludentes, ao contrário, complementares. Isso considerado, ressalto que existem problemas de salubridade e acessibilidade, por exemplo, que devem ser resolvidos nessas moradias, para que os moradores tenham condições de viver em ambientes mais saudáveis, mesmo reconhecendo problemas de infraestrutura de extrema importância e urgência a serem resolvidos.

Caminhando nessa direção, Morado Nascimento reflete sobre o papel da extensão e aponta questões sobre prática de arquitetura não disciplinar:

Pergunto a todos os pesquisadores das questões da cidade: por que e em nome de quem ou de quem vamos às favelas e às ocupações? Em nome da academia e das nossas nobres metas da pesquisa ou da extensão? É possível conhecer e viver esses territórios a partir do nosso olhar? Quem se beneficia do quê? O que fazemos com opiniões, dados, histórias e lutas cotidianas dos moradores desses territórios que, ao fim, dão forma às nossas análises e ao nosso sucesso acadêmico? Qual é a nossa postura diante de territórios imersos pela história da escravidão, da domesticação, da subordinação e da servidão? (MORADO NASCIMENTO, 2019a, p. 241).

Tais questões mostram claramente o papel do *intelectual específico* conceituado por Foucault a partir de sua conotação política. As reflexões apontadas são importantes na compreensão da construção dos discursos da verdade, ou seja, os discursos da arquitetura disciplinar, em desenvolvimento nas universidades, construídos a partir de premissas políticas e econômicas que estruturam o saber para a produção capitalista. São rígidas suas estruturas para a incorporação de ações propositivas da arquitetura disciplinar, ao mesmo tempo que a disciplina cada vez mais assume o discurso da atuação perante a produção da arquitetura não disciplinar. Nesse sentido, qual é o papel da academia na construção desse discurso? São questões importantes e que merecem destaque por serem um dos lugares legitimados para a construção dos discursos de verdades que influenciam práticas discursivas que refletem na prática profissional. A análise das atuações que estão neste capítulo conta sobre os efeitos das práticas.

### 5.2.1 As práticas de assessoria técnica como extensão e pesquisa acadêmica, o caso do PRAXIS – EA/UFMG

As premissas desse projeto de extensão concebem a instituição de ensino como lugar de investigação e ensaios de outras atuações, sobretudo, fundamentadas em condutas condizentes

com a realidade das pessoas e um processo crítico de atuação técnica. As assessorias do grupo PRAXIS – EA/UFMG<sup>59</sup> geraram reflexões presentes ao longo do desenvolvimento desta tese, sendo realizadas desde 2016 (ainda em andamento) na Vila Acaba Mundo (Belo Horizonte, Minas Gerais) como estudo prático para exploração.<sup>60</sup>

A análise é focada no acionamento dos dispositivos e sua capacidade de produzir materialidades e sujeitos. Contudo, as premissas dessa assessoria não concebiam a produção de materialidades, e sim a ampliação das possibilidades de tomada de decisão do construtor/morador; o foco, pois, é no processo de mediação como prática social. Para isso, a prática adotada para a assessoria técnica é a mediação, conforme seção 3.4.2, cujas prerrogativas de atuação estão fundamentadas no protagonismo das pessoas envolvidas e na ampliação de sua autonomia. Clareando: se, antes, o construtor considerava para dispor a janela num cômodo, por exemplo, a vista da paisagem, a assessoria ampliará seu poder de decisão a partir da introdução de aspectos de conforto térmico. O objetivo é o processo, não necessariamente a decisão a ser tomada; assim, o conteúdo da materialidade não está em análise. Importam o protagonismo das pessoas envolvidas e a ampliação da sua autonomia.<sup>61</sup>

O desenvolvimento de métodos, instrumentos, procedimentos e linguagens que efetivem a comunicação entre arquiteto e morador é etapa intrínseca à assessoria técnica. Entendemos, assim, que as ferramentas comunicacionais acerca das decisões projetuais de cada autoconstrutor potencializam as melhores decisões construtivas. Por isso, não há método ou modelo únicos que se adequem às diversas situações ou que respondam às diferentes necessidades habitacionais. As ferramentas comunicacionais são variáveis, flexíveis e adaptáveis durante o processo de assessoria técnica (LINHARES; MORADO NASCIMENTO, 2018, p. 157).

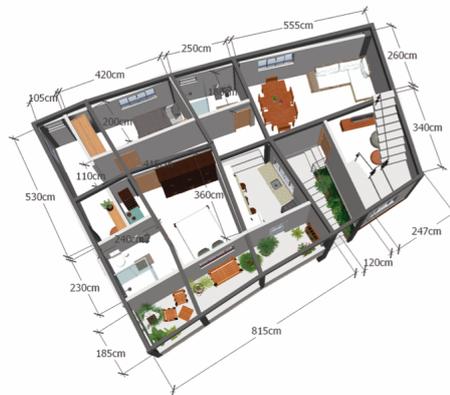
O acionamento do dispositivo nos processos de assessoria se distancia da disciplina e prática legitimada pelo CAU em grande parte da atuação técnica. Com isso, utiliza mecanismos que possam despertar ou auxiliar os construtores a tomarem suas próprias decisões. Linhares e Morado Nascimento (2018, p. 161) propõem alterar a lógica do acionamento dos dispositivos: “um processo de atuação que dê condições ao indivíduo para que ele próprio alcance o desenvolvimento de suas condições de vida, baseado em sua prática e seu mundo”. Para tal, “não bastam oportunidades de mercado para que o arquiteto trabalhe com a população de baixa renda, mas devem existir, também, possibilidades para que o arquiteto proponha metodologias e ferramentas comunicacionais de compartilhamento do processo de projetar e de construir com o morador” (LINHARES; MORADO NASCIMENTO, 2018, p. 161). Essas metodologias e ferramentas comunicacionais inseridas nos dispositivos acionados eram o foco de análise nas assessorias vinculadas ao projeto Diálogos naquele momento em prol de conceber a construção conjunta dos espaços da casa a partir da dinâmica denominada *kit* mobiliário. Nessa dinâmica, o morador, por meio da expectativa de seu mobiliário, consegue perceber melhor o espaço que

.....  
59 Outras análises das assessorias realizadas pelo grupo na Vila Acaba Mundo estão disponíveis na dissertação de Juliana Alvares Linhares (LINHARES, 2018) e no trabalho final de conclusão de curso de Rafael Gomes (GOMES, 2017).

60 As assessorias foram realizadas pelo grupo PRAXIS – EA/UFMG no projeto Diálogos até 2018, após esse período o Núcleo de Arquitetura e Urbanismo (NAU) do Centro Universitário UNA esteve envolvido em algumas assessorias também na Vila Acaba Mundo.

61 Autonomia no sentido de Castoriadis, conforme marcado no capítulo 4, item 4.3.4 Autonomia.

será construído. Móveis de papel em pequena escala são dispostos em cômodos pensados a partir de paredes móveis, também posicionadas em função das necessidades dos moradores. Outra prática adotada é a construção de maquetes físicas ou virtuais para o melhor entendimento de características do terreno ou construtivos. A seguir, a Figura 28 ilustra alguns desses momentos de compartilhamento de mecanismos de apoio para possibilitar a tomada de decisão coletiva, a mediação entre os envolvidos.



PRIMEIRO ANDAR





Figura 28 - Mecanismos acionados na atuação do projeto Diálogos nas assessorias da Vila Acaba Mundo

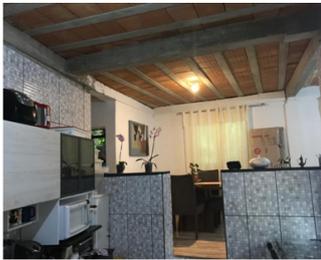
Fonte: PRAXIS – EA/UFMG. <sup>62</sup>

.....  
 62 DIÁLOGOS. Diálogos na Vila Acaba Mundo. Disponível em: <https://dialogosacabamundo.wordpress.com>.

As assessorias partiram da vinculação espontânea dos construtores/moradores, não sendo impostas regras para a vinculação ou continuidade dos processos de assessoria. Os moradores/construtores, em geral, souberam da presença do grupo de pesquisa por indicação do presidente da Associação da Vila ou outros moradores que participaram das ações do grupo, bem como a partir da distribuição de folhetos com chamadas para o projeto Diálogos. No período de 2017 a 2018, realizaram-se 13 assessorias para melhorias habitacionais (7 materializadas; 6, não). Para a materialização, o construtor deveria dispor de mão de obra, articulação com a família e amigos para mutirões ou possibilidade de pagamento de mão de obra contratada. Nesse sentido, para a materialização, arranjos deveriam ser elaborados em prol de serem obtidos mão de obra e material de construção. Os 7 casos executados apresentavam tais arranjos negociados, antes mesmo de a assessoria ser vinculada; casos não executados dependiam de negociações por material de construção e mão de obra – sendo assim, a assessoria foi uma construção conjunta de um planejamento para a obra.

Para a pesquisa, as 13 iniciativas foram visitadas em março de 2019, a fim de verificar se houve alteração no andamento do projeto e como os moradores se organizavam em suas casas. Interessante observar que, entre os 7 que à época construíram, 4 estavam em construção novamente; para eles, era previsto um segundo andar que se viabilizava financeiramente (a evolução dessas construções é vista na Figura 29). Os moradores que não tinham gerado materialidades continuaram da mesma forma; quanto aos 3 restantes, os projetos não fazem mais sentido, pois as demandas das famílias foram alteradas.

### Casa Morena e Ricardo

			
Novembro de 2017	Fevereiro de 2019	Fevereiro 2019: obra 2º andar	Maio 2020: 2º andar ainda em construção

### Casa Beatriz

		
Março de 2017	Fevereiro 2019: 1º andar	Fevereiro de 2019: 2º andar ainda em construção

## Casa Lucinéia e Ênio



Agosto de  
2017



Maio de 2019:  
2º andar em construção



Maio de 2019:  
3º andar em  
construção

## Casa Tico



Março de  
2018



Fevereiro de 2019:  
1º andar em construção



Fevereiro de 2019:  
2º andar em construção

Figura 29 - Evolução construtiva de moradias assessoradas na Vila Acaba Mundo – 2017 a 2019

Fonte: PRAXIS – EA/UFMG.<sup>63</sup>

Linhares e Morado Nascimento (2018) marcam questões importantes a partir das experiências de assessoria na Vila e destacam que os moradores/construtores não constroem da mesma forma, são guiados por suas práticas discursivas. Segundo as autoras, essa constatação é percebida, por exemplo, quando numa assessoria um construtor/morador toma decisão de construir com o material de *dry wall* (“parede seca”, tradução minha), mesmo esse não sendo um material típico da prática não disciplinar. Outra questão importante trata do processo construtivo das escadas: em geral, não são pensadas durante a obra, e acabam por ser construídas com o espaço possível e acarretando diversos problemas de segurança aos moradores. Assim, as premissas de construção se afastam constantemente da disciplina para adaptações que lhes façam sentido.

[...] as escadas, realizadas ao fim da obra, normalmente são construídas com degraus muito altos, desiguais e com piso reduzido; em alguns casos, são encontradas também escadas pré-moldadas, em formato caracol, que ocupam menor espaço em áreas comuns dos territórios. Tais soluções são mal avaliadas pelo campo de conhecimento da arquitetura que, possivelmente, planejará a substituição das mesmas em resposta às normas técnicas vigentes. Assim como no caso da moradora Beatriz, o cálculo do conforto de escadas proposto pela fórmula de Blondel (relação entre o tamanho do piso e do espelho da escada) não se mostra eficiente para vilas, bem como favelas e ocupações urbanas. A escada ideal é aquela que, minimizadas as condições de desconforto e insegurança, é possível para o morador (LINHARES; MORADO NASCIMENTO, 2018, p. 157).

<sup>63</sup> DIÁLOGOS. Diálogos na Vila Acaba Mundo. Disponível em: <https://dialogosacabamundo.wordpress.com>.

A seguir, continuo com as análises das assessorias a partir de cinco eixos de reflexão:

- I. Dispositivos disciplinares como ferramenta política.
- II. Projeto como objeto de consumo.
- III. Acordos de construção.
- IV. Valorização da técnica.
- V. Patrocinador.

#### I. Dispositivos disciplinares como ferramenta política

A despeito de a assessoria por meio da mediação não acionar os dispositivos disciplinares e se pautar por outra lógica de acionamento de materialidades, foi possível constatar o poder político do papel do projeto nas experiências tratadas nesta análise. Os dispositivos disciplinares, como já explorado no capítulo 3, são ferramentas de poder e demonstram o alinhamento estratégico das instâncias econômica e política para o ordenamento e operação de um saber. Nesse sentido, importante pensar em como essa ferramenta de poder se apresenta num contexto em que, em princípio, não o reconhece da mesma forma. Caldeira (2017) apontou que há na prática autoconstrutora uma negociação transversal de arranjos de poder legitimados como oficiais; então, o que se investiga é como uma ferramenta de arranjos políticos e econômicos dos eixos oficiais atua em perspectiva transversal. Assim, as iniciativas de construção nos ambientes não disciplinares, em geral, são feitas sem projeto arquitetônico, complementares e similares. Disso advém o questionamento: qual seria a prerrogativa da necessidade deste projeto em contextos em que ele não é pré-requisito para a materialização? Um dos papéis do projeto é ser uma ferramenta política.

Essa conotação do papel do projeto como forma de poder não é novidade; Ferro (2006) e Bicca (1984) marcam essa reflexão, sobretudo, a partir de uma narrativa marxista e foco nas operações do canteiro de obras. A discussão que pauto aqui é sobre os construtores que usualmente constroem sem o projeto como ferramenta de apoio e, no entanto, reconhecem que, para algumas instâncias de negociação, esse papel é valorizado e preciso. Para negociações com intuições que operam a partir da disciplina, ter o projeto é fundamental para alinhar e pautar a conversa a partir do mesmo vocabulário. Também o projeto gera o reconhecimento de quem atua nas premissas disciplinares e da existência de uma responsabilidade técnica vinculada à proposta. A fala do presidente da Associação dos Moradores da Vila Acaba Mundo ilustra bem o papel de negociação:

O projeto é importante mesmo o que esteja feito não tem nada a ver com o projeto. O projeto é o ponto de partida. (Laerte, 28/11/2017).<sup>64</sup>

Laerte, como presidente da Associação, sempre enfatizou a relevância do projeto não como ferramenta de apoio à construção, mas para negociar financiamentos ou legitimar as ações da Associação perante grupos vinculados a instâncias disciplinares. Ele marca que as próprias instituições exigem dele um documento disciplinar para a negociação, o que concebe o poder

64 LAERTE. [28 nov. 2017]. Fala concedida à Geruza Lustosa de Andrade Tibo, pelo projeto Diálogos. Vila Acaba Mundo, Belo Horizonte, 2017.

do instrumento em instâncias disciplinares. Ter o papel do projeto é dizer que os valores disciplinares estão presentes nos planos da Associação e que existe um caminho possível para a materialização; a importância é para a inserção em cada *modus operandi* disciplinar – um papel político de negociação.

A reflexão acena uma questão que não está nas premissas da assessoria por meio da mediação. A mediação propõe o afastamento dos dispositivos disciplinares, para que o diálogo seja possível sem predominância da técnica como saber disciplinar, mas como possibilidade de construção diante das necessidades dos moradores. Nesse sentido, a mediação como prática vai ao encontro das leituras do projeto como ferramenta política, mesmo reconhecendo que não é possível uma posição apolítica de atuação. Assim, a assessoria enquanto prática social está nas negociações e arranjos políticos elaborados, para que ela aconteça; e, a partir disso, tem como premissa o processo, e não o resultado desses processos.

## II. Dispositivo disciplinar como objeto de consumo

A mediação não tem como premissa o projeto estar presente como processo, podendo ser acionados outros mecanismos informacionais e que permitam a promoção do diálogo. Contudo, o próprio acionamento do dispositivo é por vezes o objetivo do morador no processo de assessoria, não importando se se tornará materialidade ou não; e, nesse sentido, percebe-se a valorização do dispositivo enquanto disciplina. Esta análise está bem próxima do item que trata o projeto enquanto ferramenta política, uma vez que o objeto de consumo também se faz por uma relação de poder e política. No processo de assessoria na Vila Acaba Mundo, foi possível notar o projeto arquitetônico como objeto de desejo, quando da procura por moradores que gostariam de ter o projeto como o do vizinho. Após uma entrega da assessoria, o morador Leonardo disse: “Minha casa tem planta agora!”<sup>65</sup>

Também foi comum a valorização do projeto como objeto de consumo e nem sempre vinculado à construção: 6 casos em que a materialização da obra não aconteceu, e o dispositivo disciplinar produziu alterações nas práticas discursivas dos moradores. O acionamento do dispositivo disciplinar não garantiu a produção de materialidade, mas cumpriu o princípio de disciplina ao ter operado dentro da matriz da valorização do projeto.

.....  
65 LEONARDO. [set. 2017]. Fala concedida à Geruza Lustosa de Andrade Tibo, pelo projeto Diálogos. Vila Acaba Mundo, Belo Horizonte, 2017.



Figura 30 - O projeto arquitetônico como apoio na obra  
Fonte: PRAXIS – EA/UFMG.<sup>66</sup>

### III. Acordos de construção

Pactos de construção são negociações que fazem parte da tomada de decisão compartilhada nos processos de assessoria. A partir desses pactos, reformulados como necessidade do morador, a construção é fundamentada; e aparecem aspectos técnicos, desejos, conflitos e expectativas das pessoas envolvidas. A assessoria se pauta na prerrogativa de compor discussões construtivas que façam sentido ao morador. Morena, moradora da Vila,<sup>67</sup> quando sua casa estava parcialmente construída, contou que no momento inicial (de discutir com o seu marido, Ricardo, a planta arquitetônica da casa), concordava sem entender, o que, a partir do processo de mediação, mudou, a ponto de ela criar os acordos de construção, principalmente, após a dinâmica do *kit* mobiliário. Segundo Maria da Graças (Morena, como gosta de ser chamada):

A equipe desenhou o projeto e me explicou por várias vezes até que eu entendesse. Confesso que não foi muito fácil de entender. Eles eram sempre muito atenciosos e, faça chuva ou faça sol, estavam lá me explicando tudo [...]. Um dia, a Letícia do grupo Práxis-EA/UFMG teve a ideia de colocar os móveis nos desenhos de projeto. Na cozinha, ela colocou um desenho da pia, do fogão e da geladeira. Na sala, colocou do sofá. Na varanda, colocou as plantas e uma rede. Foi aí que comecei a entender e perceber que a minha casa ficaria linda. Até esse momento, eu ficava olhando para a planta e

66 DIÁLOGOS. Diálogos na Vila Acaba Mundo. Disponível em: <https://dialogosacabamundo.wordpress.com>.

67 Morena e Ricardo, moradores da Vila Acaba Mundo, ainda estão construindo o segundo andar da casa e tiveram assessoria ao decorrer do ano de 2017 e ainda em constante contato.

fingia estar entendendo. Acho que o Ricardo também. Foi só neste momento que comecei a entender. A equipe Práxis-EA/UFMG acompanhou todo o processo de perto, da planta até o final. No projeto, combinamos que a sala teria duas janelas. Mas teve um dia que cheguei na obra e as duas janelas estavam fechadas. Entrei em completo desespero. Desesperei porque me senti abafada, dentro de uma cadeia. Aí o Ricardo e o pedreiro tiveram que quebrar, conforme estava combinado no projeto (GRAÇAS, 2019, p. 129).

Ainda sobre a mediação na casa de Morena e Ricardo e as necessidades de acordos flexíveis e sempre em processo, vale contar que recentemente Morena enviou mensagem<sup>68</sup> afirmando que “estou precisando de ajuda para uma besteira que fizemos aqui na obra” (ela será avó e deseja criar um corredor do banheiro para o quarto da filha). No acordo construído na mediação, as janelas dos quartos eram propostas para o fundo do lote; contudo, julgando que estavam muito próximas dos vizinhos, e isso tiraria a privacidade dos filhos, Ricardo e pedreiro resolveram reposicionar as janelas.

## Casa Morena e Ricardo



### Acordos iniciais e demandas atuais

Figura 31 - Casa: Morena e Ricardo – acordos iniciais e demandas atuais  
Fonte: PRÁXIS – EA/UFMG.<sup>69</sup>

Pela figura é possível perceber alterações no número de quartos, que inicialmente era um; para a situação atual: dois quartos e um banheiro externo. Agora a demanda da família é ter uma conexão fechada entre os quartos e o banheiro, preparação para o nascimento do neto.

Questão importante nesse processo é: como saber se as decisões foram tomadas conjuntamente ou não? Como saber se as decisões fizeram sentido ou não para os moradores? Para ilustrar, na assessoria da casa de Beatriz, estava em pauta discussão sobre janela de seu quarto; era uma

68 Arquivo pessoal. Mensagem enviada via WhatsApp em 14 de junho de 2020.

69 DIÁLOGOS. Diálogos na Vila Acaba Mundo. Disponível em: <https://dialogosacabamundo.wordpress.com>.

decisão difícil a ser tomada, devido a características do terreno e da casa dos vizinhos. A decisão pactuada foi a de fazer um “jardim de inverno”: a abertura do quarto teria ventilação e iluminação por meio desse espaço. Com o início das obras, Beatriz optou em não ter janela para o jardim de inverno e o incorporou ao quarto da filha, pois, segundo ela, estava pequeno. A questão retornou (sobre como posicionar a janela mais uma vez); Beatriz sabia a importância da janela, mas seguiu sua tomada de decisão a partir de suas práticas discursivas.

## Casa Beatriz



Acordos de construção previstos na dinâmica do kit mobiliário: março de 2017

Primeira visita técnica com o jardim de inverno já incorporado ao quarto: abril de 2017

### Acordos iniciais e demandas atuais

Figura 32 - Casa da Beatriz: dinâmica de mobiliário e primeira visita

Fonte: PRAXIS – EA/UFGM.<sup>70</sup>

Temos que os acordos devem fazer sentido para os envolvidos. Mas a questão em como garantir que isso aconteça segue como uma lacuna importante no processo de assessoria. Para casos em que não aconteceu a ampliação da tomada de decisão que faça sentido ao construtor nos processos em que o morador é o próprio gerenciador de sua obra, as decisões seguiram seu percurso sem contribuição técnica. Assim, a imposição de padrões técnicos não chega a ser uma questão nos mecanismos da assessoria, pois está em pauta a autonomia do construtor a partir da transformação constante dos acordos.

70 DIÁLOGOS. Diálogos na Vila Acaba Mundo. Disponível em: <https://dialogosacabamundo.wordpress.com>.

#### IV. Valorização da técnica

Obras de arte suas mesmo, estou querendo que vocês vejam como está ficando! (Tico, 5 de fevereiro de 2020)<sup>71</sup>

Laerte, presidente da associação, em seus discursos a favor da permanência do projeto Diálogos na Vila Acaba Mundo, disse que os moradores constroem três casas para conseguirem uma, ao se referir a desperdício de material. Isso ocorre porque os construtores/moradores testam as opções espaciais de suas escolhas na materialidade; assim, uma escolha de janela pode ser testada nas paredes do quarto, o que exige construções e demolições diversas até a escolha do melhor local (FIGURA 33). A propósito, Laerte mostra a relevância da técnica nas melhorias construtivas por meio da prática social:

[...] arruma uma equipe permanente para nós aqui [...] um projeto que as pessoas fiquem orientando a gente. A vila está ficando bacana. As pessoas querem agora ajeitar as coisas [...] umas estão sempre aconselhando as outras mostrando o que foi feito na sua casa. Então, as casas estão ficando mais confortáveis e bonitas [...] ou seja, esse trabalho que que estamos fazendo ao longo dos anos está dando resultado [...] já tem um tempão [...] a vila está ficando bacana! (Laerte, 3 de março de 2020)<sup>72</sup>

Destaco outra fala de mesmo tom. Dona Efigênia<sup>73</sup> disse: “Queremos o projeto porque faz e fica feito. Não fica derrubando. Não quero ter de refazer”; e acrescentou: “A gente que mora nestes lugares faz as coisas sem saber das técnicas. Fazemos com o que a gente sabe”. Nesse contexto, Ricardo,<sup>74</sup> durante conversa em sua obra, disse: “Acompanhou o projeto tem, erro não!”.

Essas falas marcam o reconhecimento e valorização da técnica enquanto uma contribuição da prática da assessoria. A técnica é importante para os processos de adequação das moradias a melhores condições de uso, bem como para evitar desperdícios nas construções, como ressaltado nas falas citadas. A questão é que as técnicas são diversas e praticadas por meio do acionamento de dispositivos disciplinares ou não disciplinares; em ambos os casos, produzem materialidades. No caso das assessorias destacadas nesta análise, a ênfase dada à discussão técnica foi a partir do diálogo e seus dispositivos de transformação em materialidades, distanciando da relação saber-poder carregada nos dispositivos disciplinares. As discussões técnicas perpassam por técnicas construtivas e soluções que promovam espaços confortáveis ambientalmente e dentro das necessidades dos moradores. A atuação não disciplinar, em geral, atua a partir da “arquitetura do possível”, como conceitua Maricato (1984); e as soluções são as que fazem sentido naquele momento de escolha. Importa, pois, reforçar a atuação por meio da mediação para a construção de acordos não permanentes que atendam a esse tipo de solução.

71 Arquivo pessoal. Mensagem enviada via WhatsApp em 5 fevereiro de 2020.

72 Arquivo pessoal. Mensagem enviada via WhatsApp em 3 março de 2020.

73 DONA EFIGÊNIA. [28 de abr. 2017]. Fala concedida à Geruza Lustosa de Andrade Tibo, pelo projeto Diálogos. Vila Acaba Mundo, Belo Horizonte, 2017.

74 RICARDO. [28 de nov. 2017]. Fala concedida à Geruza Lustosa de Andrade Tibo, pelo projeto Diálogos. Vila Acaba Mundo, Belo Horizonte, 2017.

## Casas da Vila Acaba Mundo: avaliação espacial da posição das janelas



Figura 33 - Casas da Vila Acaba Mundo – avaliação espacial da posição das janelas  
Fonte: PRAXIS – EA/UFMG.<sup>75</sup>

### V. Patrocinador

O patrocinador, ou seja, quem pagará pelo material de construção e mão de obra, é questão vinculada à materialização da arquitetura historicamente, como salientado sobre *techné*, *télos* e patrocinador (LARSON, 1942). A técnica e o espaço da arquitetura não se materializam sem ele. Na assessoria, essa importância fica ainda mais evidente: na lógica do construtor, dentro de sua prática discursiva, o valor a ser pago pela melhoria construtiva acontece sem ou com pouco planejamento acerca de como será gasto e adquirido o montante. Assim, as construções são feitas em partes, ao logo do tempo, e em função do dinheiro disponível naquele momento. É comum começar uma etapa e a continuidade se dar algum tempo depois, a partir da entrada de algum dinheiro para a compra de materiais ou para pagamento da mão de obra.

Nas assessorias, para este estudo de caso, quando imóveis estavam em plena construção e com verba para uma etapa, o acionamento dos dispositivos transformou-os em materialidade. Contudo, os que estavam ainda para capitalizar a obra, um ano após a assessoria, ainda não haviam iniciado; e o projeto não mais faz sentido a eles. Isso porque as demandas pelas reformas são modificadas com o tempo, e as necessidades das famílias costumam ser alteradas; por essa razão, a não inclusão do patrocinador nos dispositivos acaba por não produzir materialidades de forma imediata. No caso dessas assessorias, o objetivo era compartilhar informações a partir de dispositivos não disciplinares; contudo, como medir a pertinência do dispositivo, ou seja, se houve sentido ou não para o construtor, a partir da não concretude, sendo que não houve o momento em que o morador colocou em cheque as decisões pactuadas?

<sup>75</sup> DIÁLOGOS. Diálogos na Vila Acaba Mundo. Disponível em: <https://dialogosacabamundo.wordpress.com>.

A Figura 34 mostra que a assessoria não está presente como promotora da etapa do patrocínio, o que gera lacuna visível no caminho para a materialização:

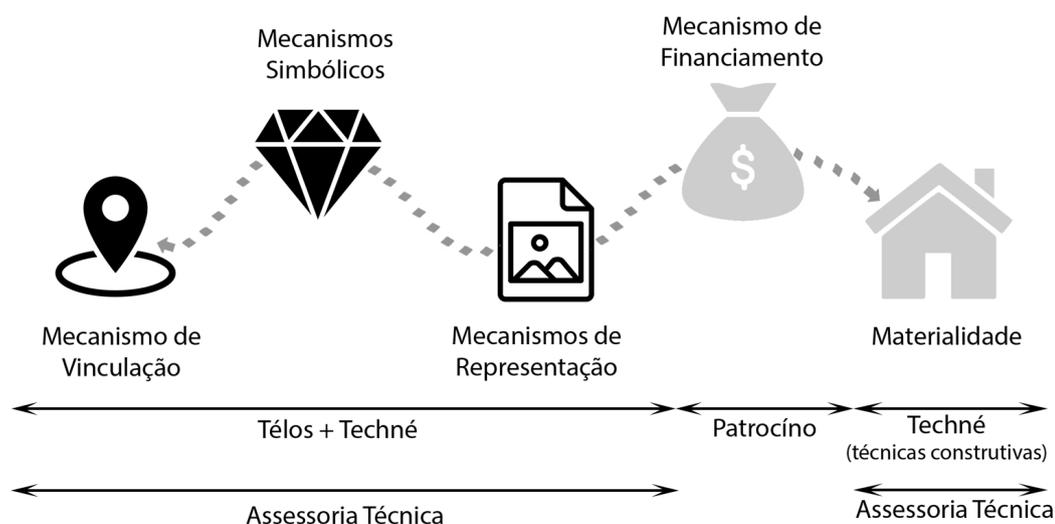


Figura 34 - Caminho adotado pela assessoria técnica – PRAXIS – EA/UFMG  
Fonte: a autora.

A partir dessa experiência, ficou evidente a necessidade de se pensar o papel do patrocinador pela viabilização da materialidade. Aí temos a seguinte questão: faz sentido a assessoria sem mecanismo de acionar o patrocinador? Sobre as práticas das assessorias e as reflexões aventadas das experiências do projeto Diálogos, concluo com a fala de Linhares e Morado Nascimento que revela ainda termos de avançar na direção da atuação profissional pautada na prática da assessoria, sobretudo, nos espaços da arquitetura não disciplinar.

As práticas de assessoria técnica realizadas permitiram a identificação de premissas, métodos e ferramentas que potencializam a associação entre o arquiteto e o autoconstrutor e promovem a transformação social do morador, comprovando os benefícios desta combinação. Sustentamos que ainda não foram encontradas respostas definitivas sobre como garantir a atuação profissional a partir de práticas compartilhadas fora dos moldes da prestação de serviços remunerada pelo setor privado. Acreditamos que o financiamento da assessoria técnica perpassa as práticas pedagógicas do ensino da arquitetura, sendo necessária a conversão da formação do arquiteto para contextos autoconstruídos pela população de baixa renda (LINHARES; MORADO NASCIMENTO, 2019, p. 166).

Para além do reconhecimento por parte da academia, ressalto a necessidade de arranjos a partir das instâncias políticas e econômicas pelo esforço de pautar dispositivos fora das instâncias de poder-saber que possibilitem materializações nas quais o sujeito da construção/morador seja o seu acionador.

## 5.3 DO MERCADO

A investigação da atuação técnica, nesta seção, insere os escritórios e associações também compostos de profissionais da engenharia, por entender que ambos possuem os mesmos propósitos e usam os mesmos dispositivos. A atuação em destaque é a promovida pela arquitetura enquanto disciplina, embora também seja fomentada por engenheiros de forma disciplinar.

Os casos de atuação técnica pesquisados para esta seção são os instituídos a partir de iniciativas presentes no mercado e de dois grupos distintos: empresas sem fins lucrativos, como as ONGs; e empresas com o modelo de negócio “de impacto social”. A distinção em grupos se faz necessária, uma vez que as empresas dentro do modelo de impacto social possuem fins lucrativos, assim como ilustra frase divulgada sobre tal modelo de negócio: “Entre ganhar dinheiro e mudar o mundo, fique com os dois”;<sup>76</sup> já o outro grupo não possui a prerrogativa de lucro, e isso concebe premissas distintas e pode alterar o acionamento dos dispositivos estratégicos, mesmo pertencendo à mesma matriz operacional. No cadastro das experiências foram catalogadas 21 empresas de modelo de impacto social e 14 organizações sem fins lucrativos. Também registrei 5 empresas que trabalham com a assistência, mas não dentro dos objetivos da análise da pesquisa.

### 5.3.1 Empresas sem fins lucrativos

Esse grupo possui uma prática discursiva muito próxima à das instituições de ensino e não se pauta por prerrogativas de escala de atendimento, como nos casos de empresas dentro do modelo de negócio de impacto social. São empresas que atuam, de forma geral, no eixo ATHIS de intervenção, citado no capítulo 1: de resistência e em prol da promoção da moradia; e em alguns casos atuam no eixo da melhoria habitacional de forma direta. As análises desse grupo serão a partir da atuação direta com melhorias habitacionais. Para ficar mais claro, algumas organizações sem fins lucrativos, como o caso de Arquitetas Sem Fronteiras e Engenheiros Sem Fronteiras, as quais possuem maior articulação no país, exercem independência de atuação e de prática, não se vinculando a um eixo específico da ATHIS – por isso, não entraram na análise.

A análise demonstra a capacidade desse grupo de se articular a partir do apoio da iniciativa privada e da sociedade civil em geral para a viabilização das obras. As organizações promovem aberturas para arranjos a partir de doações, tanto da sociedade civil como de parcerias com a iniciativa privada, visando à captação de dinheiro para as obras, o patrocínio. As organizações do grupo Bem Morar, parte da ONG Ateliê de Ideais,<sup>77</sup> o Habitat Brasil,<sup>78</sup> Arquitetura na

76 Frase presente no *site* da fomentadora: ARTEMISIA. Quem somos. [S.d.]. Disponível em: <https://artemisiam.org.br/quemsomos/>. Acesso em: 7 jun. 2020.

77 ATELIÊ DE IDEIAS. Núcleo Habitacional Organização Não Governamental. Bem Morar: o que é. Disponível em: <http://www.ateliedeideias.org.br/bemorar/index.html>. Acesso em: 6 maio 2020.

78 O Habitat para a Humanidade Brasil possibilita acesso a crédito que subsidia em até 70% o valor da obra (HABITAT PARA A HUMANIDADE BRASIL. *Site* institucional. Disponível em: <https://habitatbrasil.org.br>. Acesso em: 6 maio 2020).

Periferia<sup>79</sup> e a ONG Soluções Urbanas ilustram essas possibilidades de articulação estratégicas. Cito algumas estratégicas identificadas:

1. Bancos comunitários e microfinanciamentos.
2. Moedas sociais.
3. Feiras solidárias a partir de materiais de construção civil doados por pessoas e empresas.
4. Subsídios por meio de editais.
5. Mutirões para a construção.

Os arranjos, em geral, viabilizam tanto o funcionamento da própria organização como a materialização das obras geradas a partir de suas assessorias. Os arranjos são tanto com agentes públicos quanto privados, o que possibilita a diversificação das estratégias citadas, por exemplo, os bancos comunitários, geridos por um fundo colaborativo, como é o caso da Organização Bem Morar/Ateliê de Ideias, e as feiras de trocas a partir de doações de materiais de construção, como viabiliza a ONG Soluções Urbanas por meio do projeto Arquitetos de Família. As feiras solidárias se dão a partir da troca de material reciclável, organizado pela família, por uma moeda solidária com valor de troca por materiais doados e disponíveis nas feiras. Os mutirões geralmente ampliam para além da rede dos moradores/construtores, envolvendo estudantes de arquitetura voluntários ou outras pessoas interessadas nessa experiência. A capacitação de mão de obra contribui para a continuidade da obra fora dos eventos do mutirão.

Os dispositivos acionados buscam pela vinculação nas comunidades, a partir do reconhecimento do território e pessoas e da criação de uma relação de confiança, o reconhecimento das demandas e as possíveis parcerias para materialização das obras. No trabalho da ONG Soluções Urbanas, o mecanismo estratégico que efetivou o maior número de materializações foi a procura espontânea das pessoas pelo serviço; ao passo que, antes dessa estratégia, as propostas e projetos foram entregues às famílias a partir de critérios do programa e com menor índice de materialização. A ONG marca, a partir dessa experiência, que vários arranjos devem ser formatados para a efetivação da melhoria habitacional. Assim, a demanda construtiva apenas não é a motivação: deve-se ter o interesse, a confiança no trabalho da atuação técnica, os arranjos familiares e verbas necessárias. No programa, em geral, há subsídios para os materiais de construção, mas a mão de obra fica a cargo do morador. Assim, resalto que há um arranjo organizacional e de motivação que antecede a atuação técnica.<sup>80</sup>

O projeto Arquitetura na Periferia para a materialização da obra agencia material de construção e mão de obra. O arranjo para o material de construção é feito a partir de empresas e doações de pessoas físicas, como também é nesses arranjos que acontece a viabilização do próprio pro-

.....  
79 O trabalho desenvolvido pela organização Arquitetura na Periferia é em prol da autonomia das mulheres da periferia no canteiro de obras. Para isso, o serviço de assessoria técnica é focado em meios de apresentar a mulheres da periferia práticas, técnica de projeto e planejamento de obras. Além disso, as mulheres envolvidas no programa recebem um microfinanciamento para conduzir suas próprias obras. Mais informações em: ARQUITETURA NA PERIFERIA. Perfil oficial na rede social Facebook. Disponível em: <https://www.facebook.com/arquiteturanaperiferia/>. Acesso em: 6 maio 2020.

80 Essas informações foram disponibilizadas em conversa via ferramenta digital WhatsApp. ESTEVÃO, M. **ONG Soluções Urbanas**. Destinatária: Geruza Lustosa. [S. l.], 7 jun. 2020 (16:30 h).

jeto, custos operacionais e pagamento dos envolvidos. A capacitação da mão de obra permite que a materialização seja efetiva, não seja descontinuada, e ainda possibilita oportunidades de renda futuras para as mulheres capacitadas. Nesse projeto também estão envolvidos valores não capitalizáveis como autonomia e autoestima para o grupo envolvido. Os elementos que defendo nessa tese como necessários para (no) acionamento do dispositivo para a materialização estão presentes nessa forma de atuação técnica, sendo eles: mão de obra e materiais de construção.

Renê de Castro,<sup>81</sup> da organização Habitat Brasil, a partir da experiência da ONG em Heliópolis (São Paulo capital), onde já atendeu a 600 moradias, ressalta que a atuação em diferentes territórios demanda estratégias diferenciadas, assim como já discutido a partir das práticas discursivas construtivas. Nesse sentido, Renê pontua a importância de serem compreendidas as práticas discursivas presentes no território para que estabeleça o vínculo da atuação.

Em resposta ao questionário enviado *on-line* com o intuito de entender melhor a dinâmica dessas empresas,<sup>82</sup> algumas se denominaram como de impacto social, o que é definido como empresas que oferecem de forma intencional soluções escaláveis para problemas sociais e ambientais enfrentados pela população de baixa renda. A definição citada é abrangente, e cabe uma série de práticas e arranjos para a atuação. Isso demonstra que estão sendo construídas diferentes narrativas em torno de um conceito ainda em formação, e esse tende a acumular diferentes significados a partir de uma narrativa mercantil; e o que parece ser de impacto social é um dos discursos que está sendo agregado, no sentido de valor incorporado, à atuação técnica.

A linha de dispositivos acionados não segue a mesma sequência em todas as atuações desse grupo, sendo que os arranjos para a materialização são distintos; contudo, marco que existe a premissa de caminhar por todos os mecanismos estratégicos citados, a seguir, na Figura 35.

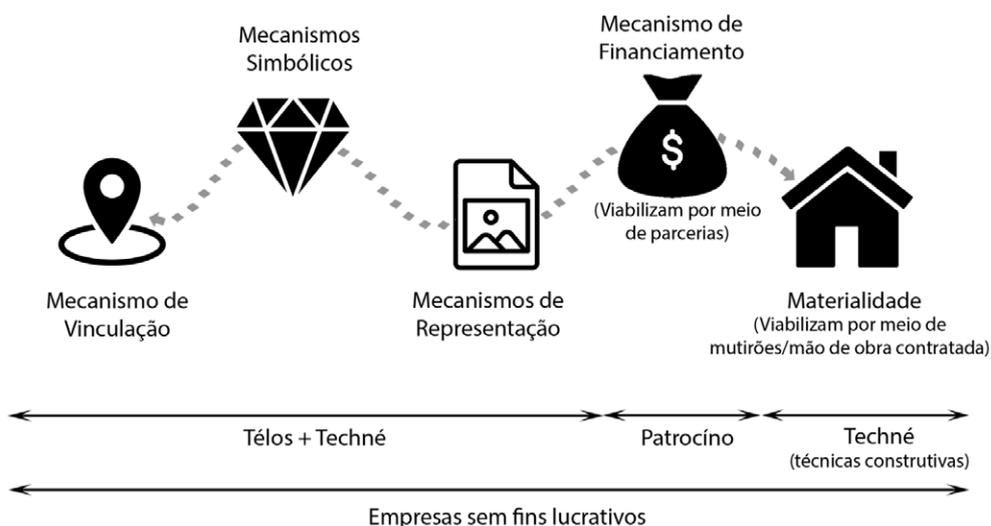


Figura 35 - Caminho adotado pela assessoria técnica – empresas sem fins lucrativos  
Fonte: a autora.

81 Renê de Castro, supervisor de obras da ONG Habitat Brasil, em conjunto com o programa Adote uma Casa, em *live* no Instagram, em 21 de abril de 2020 às 19:30 h.

82 Para cumprir os objetivos desta pesquisa, um questionário *on-line* foi enviado aos escritórios cujo trabalho se vincula à assistência técnica dentro dos preceitos da Lei nº 11.888/2008. O resumo dos resultados da pesquisa se encontra no Apêndice B, ao final da tese.

O grupo, em geral, se une também a diferentes saberes com outras atuações, por exemplo, assistentes sociais e engenheiros. A assistência social é parte dessa atuação para acompanhar as famílias a partir de suas necessidades, além das construtivas, assim como para validar a participação das famílias mediante recorte de renda proposto na Lei nº 11.888/2008. A equipe multidisciplinar também é um ponto importante para possibilitar e garantir arranjos criativos de financiamentos e arrecadação de doações, assim, possibilitando crédito para viabilização das melhorias.

### 5.3.2 Empresas com fins lucrativos

As empresas ditas de modelo de impacto social e com fins lucrativos, em sua maioria, se concentram nas demandas individuais de reforma de casas. Elas conseguem se inserir nos moldes do vocabulário cooperativo atual, e são enquadradas como *startups*,<sup>83</sup> pois são conceituadas como empresas que se inserem no contexto social vulnerável social, especial e/ou culturalmente; e por meio de métodos escaláveis conseguem abranger um grande número de atendimentos visando a algum serviço ao qual ainda não se tenha acesso (ou dificuldade de acesso). Há um incremento significativo na abertura dessas empresas desde 2015; e essa afirmação é confirmada pelo número de escritórios que se consolidam atualmente, além do interesse de grandes empresas em fomentar e capacitar esses escritórios. Foram catalogadas 26 iniciativas que atendem ao escopo desse item, e a fundação dessas iniciativas começou em 2011, com número significativo a partir de 2017. No catálogo de experiências (APÊNDICE A), 3 iniciativas catalogadas estão sem data de fundação, e 5 empresas também com fins lucrativos não atuam no recorte proposto, apesar de estarem constantemente nas discussões acerca da implantação de ATHIS em eventos – por isso fazem parte do catálogo de experiências.

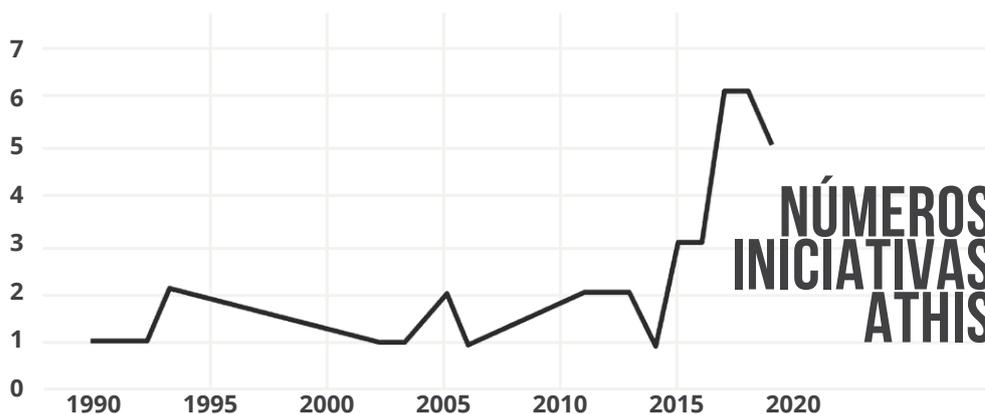


Figura 36 - Gráfico com o número de iniciativas de empresas com atuação em ATHIS e suas datas de fundação  
Fonte: a autora.

O cenário de implantação dessas empresas acompanha a intensidade das discussões em torno

.....  
83 *Startups* são empresas iniciantes num determinado nicho do mercado: "Uma startup é um grupo de pessoas à procura de um modelo de negócios repetível e escalável, trabalhando em condições de extrema incerteza" (SEBRAE. Empreendedorismo: o que é uma startup? [S.d.]. Disponível em: <https://m.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/o-que-e-uma-startup,6979b2a178c83410VgnVCM-1000003b74010aRCRD>. Acesso em: 29 maio 2020).

da temática pelo CAU e da academia, a partir de seminários, congressos e eventos desse tipo, para tratar da temática da assistência técnica, conforme a Figura 09 (capítulo 3) demonstra com recortes aleatórios. Essa movimentação em torno do CAU está relacionada à destinação de 2% do orçamento do CAU dos Estados ao apoio, discussão e implantação de práticas de ATHIS, desde 2017. É comum o discurso dos fundadores de empresas se dar a partir de uma inquietação técnica, sobretudo de arquitetos e engenheiros, das desigualdades sociais do país e do pouco envolvimento da técnica para superar desafios, bem como a partir de moradores que querem contribuir com as comunidades onde viveram ou vivem mediante saber adquirido com a disciplina.

A inserção desse tipo de empresas de arquitetura e engenharia nos espaços em que estão presentes práticas não disciplinares incrementou significativamente a aproximação da arquitetura enquanto disciplina nesses contextos. Para ilustrar, a seguir, marco a citação do negócio Reformas RemodeLar e do Arqtodos em que estão presentes esse interesse.

Um escritório de arquitetura  
feito pra quem nunca  
contratou um arquiteto

Solicitar Projeto

Somos feitos para pessoas que nunca contaram um arquiteto antes, que desconhecem os benefícios desse bem para sua qualidade de vida e que sequer imaginam que reformar ao lado desse profissional pode reduzir os custos da obra

ARQUITETO  
É COISA DE  
RICO?

Mas também somos para pessoas mais instruídas, que já sabem bem o que querem. E para quem mais precisar de um serviço que traga segurança, conforto, beleza e despreocupação. (Reformas Remodelar, 2020)

Figura 37 - Descrição da empresa com fins lucrativos Reformas RemodeLar  
Fonte: REFORMAS REMODELAR, on-line; ARQTODOS, on-line. (Adaptados).

O foco da análise será nas empresas que se reconhecem como fomentadoras de impacto social. A intenção em concentrar a análise em tais experiências é de verificar como as iniciativas cunhadas pela inovação técnica têm lidado com os dispositivos disciplinares da arquitetura. Grande parte dessas empresas ainda está em processo de consolidação de proposta de negócio e se estrutura formalmente; poucas já estão consolidadas e servem de estímulo e referências para as em formação, como é o caso da MoradiaDigna e Programa Vivenda.<sup>84</sup>

84 Uma experiência que não está contemplada na análise a seguir, mas vale ressaltar é a do escritório 141, que em inglês é traduzido como *one four one*, (em português: um quatro um), o nome brinca com a fonética parecida do *four* em inglês ("quatro" em português) para *for* em inglês ("para" em português), o que caracteriza o nome "one for one" ("um para um" em português). Expliquei o nome porque está atrelado ao conceito do escritório que trabalha com processos convencionais de arquitetura, mas a cada projeto desenvolvido de forma convencional destina um projeto doado para um serviço de ATHIS

Parte das empresas nesse grupo em análise utiliza o mecanismo de venda de *kit* de reforma, que ganha cada vez mais adeptos no seu modelo de negócio; mas existem outras iniciativas em busca de se consolidarem com acionamento de outros mecanismos, por exemplo, o caso de reformas rápida, *reformas express*. A análise desse grupo é focada nos dois métodos de modelos de impacto social aludidos. Destaco alguns pontos em comum: dizem respeito ao ainda imaturo reconhecimento da atuação em espaços autoconstruídos, sendo que o discurso do impacto social não é legitimado pelo grupo a que se pretende vincular, estando mais presentes nos discursos acadêmicos e de *marketing* das próprias empresas. Amarrado a isso, outro ponto é: em geral, a inserção dessas iniciativas se dá em contextos em que o trabalho das melhorias habitacionais é feito, quando contratado, pelo pedreiro local, configurando-o como o seu principal concorrente. Assim, a atuação procura evidenciar o que tem de diferente do pedreiro local, ou seja, o discurso das empresas em ser de impacto social dificilmente será o diferencial, para que construtores/moradores se vinculem a essa atuação técnica. Moradores/construtores já estão familiarizados e reconhecem as fragilidades e potencialidades do pedreiro local, como a pouca qualificação técnica, a necessidade do pagamento integral (difícil parcelamento), além do tempo da obra, a fragilidade do prazo de entrega e do orçamento, que tende a ser mais caro ao final. Como potencialidade, o pedreiro local exige pouca burocracia na contratação e, além disso, é a mão de obra familiarizada e presente na rede relacional do grupo social dos construtores/moradores focos desta análise. Assim, há a necessidade de adequação das empresas em seus discursos para se aproximarem da rede de relações dos sujeitos da construção/morador. Isso considerado, as empresas se vendem e incorporam discursos a partir da qualificação técnica, facilidade de pagamento, orçamento sem acréscimo e entrega no prazo. A qualificação técnica é entendida como a possibilidade de uma mão de obra qualificada e prerrogativas disciplinares, mas sem a valorização do projeto arquitetônico e suas formas auxiliares como argumento de venda. Esse diferencial tem se mostrado atraente nos contextos onde as empresas estão inseridas.

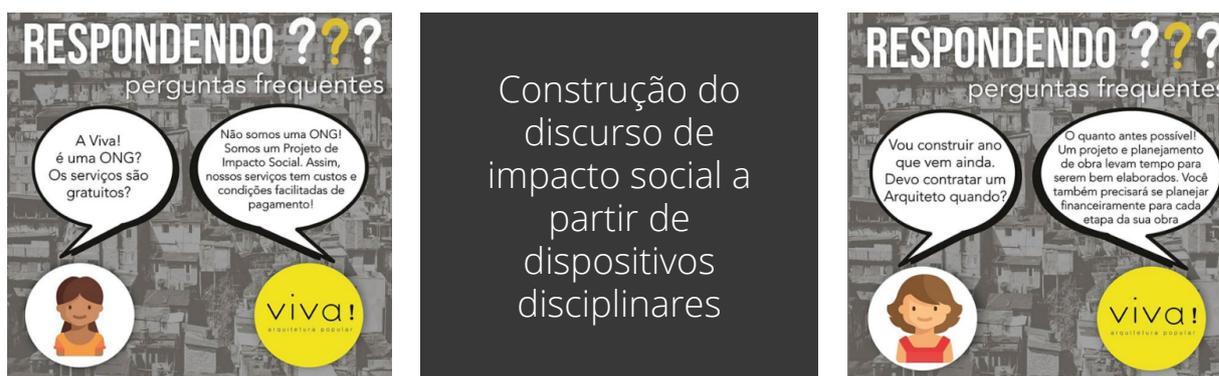


Figura 38 - Construção do discurso de impacto social a partir de dispositivos disciplinares  
 Fonte: VIVA ARQUITETURA POPULAR, on-line.

Também vale evidenciar que a institucionalização dessas práticas depende de cada contexto de atuação, tal como da necessidade de atender a legislações urbanísticas e procedimentos burocráticos institucionais. Isso quer dizer que algumas estão atreladas à emissão de registros de responsabilidade técnica e aprovação de projetos nas instâncias municipais; outras, não. Contudo, a desburocratização dos processos é uma das possibilidades de se vincular em contextos onde há a presença da arquitetura não disciplinar.

e dentro deste modelo se autodenomina como de impacto social.

### 5.3.2.1 O caso da venda de kits reformas

As empresas que atuam com os mecanismos de *kits* se pautam na venda de material de construção, mão de obra e projeto arquitetônico e complementares para determinado cômodo da moradia, podendo fazer esforços estruturais para aberturas de janelas, vãos para integração de ambientes ou vedação para fechamento entre cômodos. Não trabalham com a construção inicial, ou seja, a partir de um terreno vago, ampliação estrutural ou outras condições construtivas distantes da fase de acabamento. Interessante observar que, nesse modelo de atuação, algumas complexidades envolvidas no contexto da prática da autoconstrução passam a ser anuladas, por exemplo: condições estruturais da edificação, situação da regularidade urbanística do terreno, aspectos legais de aprovação de projeto e burocráticos. Existe, na verdade, uma venda casada entre mão de obra, material de construção e projeto, quando necessário, com financiamento garantido pela própria empresa ou entidades vinculadas que não envolvem burocracias institucionais. A figura a seguir ilustra a venda dos *kits* (informações extraídas dos *sites* das empresas).

**01 REFORME JA**



Serviço de Reforma rápida de baixo custo para resolver seus problemas num cômodo e ter uma casa bonita e saudável.  
Pacote: Projeto + Material + Mão de Obra



#### QUARTO

Quem não gosta de um quarto confortável para descansar? Melhor ainda se ele tiver a sua cara, não é mesmo? Renove as cores, as portas, as janelas e o piso do seu cantinho e de quebra, resolva os problemas com o mofo, ventilação e elétrica.



#### BANHEIRO

Já imaginou aquele banheiro lindão na sua casa? Você pode ter um com novos acessórios, pisos, azulejos e chuveiro modernos, livre de vazamentos ou fungos. A Vivenda ainda pode te ajudar a remodelar o espaço.

**04**



#### Kit Reformas

1 dia 6 horas • Preço variado

#### Reformas Express

- Fornecemos materiais de construções
- Mão de Obra
- Acompanhamento e Fiscalização de obra...

#### O QUE FAZEMOS?

- PEQUENAS REFORMAS DE 1 CÔMODO POR VEZ
- BANHEIRO | COZINHA | QUARTO | SALA



**03**

- RESOLVENDO PROBLEMAS DE VENTILAÇÃO, MOFO, UMIDADE, FIAÇÃO EXPOSTA

#### COMO FAZEMOS?

- PACOTE COMPLETO

✓ MATERIAL E MÃO DE OBRA



✓ PLANEJAMENTO E ACOMPANHAMENTO



- PARCELAS QUE CABEM NO BOLSO

✓ PARceria CASA DO MICROCRÉDITO | DE 24 A 36x





Figura 39 - Demonstrativo de propagandas de kits reformas

Fonte: a autora.<sup>85</sup>

Com relação aos dispositivos disciplinares da arquitetura, marco que o projeto arquitetônico e seus afins perdem o seu papel de protagonista para a possibilidade de materialização do desejo do morador sem burocracias. Importante notar que esse modelo de negócio possibilita a desburocratização, inerente a processos formais e institucionais, da materialização e ainda acrescenta a facilidade de financiamento. O arranjo para possibilitar o patrocinador da arquitetura passa a ser entendido como viabilização do próprio negócio, e são garantidos o *télos* e o *techné* em conjunto; contudo, nesses casos, não há supervalorização no resultado final do *télos*: o *technos* volta a ter peso importante. Isso é comprovado pelas próprias propagandas sobre o saber da técnica e a descomplicação da obra (FIGURA 40).

85 Composição a partir de: 1\_MEMORAR, *on-line*; 2\_VIVENDA, *on-line*; 3\_EFICIOBRA, *on-line*; 4\_DIGNA ENGENHARIA, *on-line*; 5\_FAVELAR ARQUITETURA E REFORMAS, *on-line*.

**Cansou de serviço mal feito?  
Sua reforma dá dor de cabeça?  
Não desperdice o seu dinheiro!**

**Chame os Arquitetos da Vila para reformar a sua casa.**

**Nosso serviço é completo:**

projeto + mão de obra + material + crédito

FEITO POR ARQUITETA DE QUALIDADE NA QUANTIA CERTA PRESTAÇÕES FIXAS NO BOLETO

**Reforma definitiva!**

Ligue para marcar uma visita.  
99442- 8002

01

CHAME OS ARQUITETOS DA VILA PRA REFORMAR A SUA CASA

**Pare de desperdiçar material na sua obra!**

02

**REFORMAS SEM INCOMODAÇÃO E SEM DOR DE CABEÇA!**

CUIDAMOS DE TUDO PARA VOCÊ PLANEJAMENTO E MÃO DE OBRA QUALIFICADA SEM DESPERDÍCIO DE MATERIAL PARCELAMOS TUDO EM ATÉ 48X

03

**REFORMA FÁCIL SEM DOR DE CABEÇA**

04

**COMEÇAR UMA OBRA SEM PROJETO** #BORA NA OBRA

Que pode dar errado?

- \* GRANDE CHANCE DE PREJUÍZO E RETRABALHO (QUEBRAR E FAZER DE NOVO)
- \* GRANDE CHANCE DE CUSTAR MAIS DO QUE FOI ESTIMADO (SUA OBRA PODE FICAR INACABADA)
- \* GRANDE CHANCE DE NÃO FICAR TÃO BOM QUANTO VOCÊ IMAGINAVA

**SEU SONHO pode virar UM PESADELO!**

05

## PROPAGANDAS QUE DEMONSTRAM A IMPORTÂNCIA DA TÉCNICA PARA A OBRA

Figura 40 - Propagandas: importância da técnica para a obra

Fonte: a autora.<sup>86</sup>

Para o entendimento dos dispositivos disciplinares, importa, além dos discursos que estão sendo construídos, prestar atenção na rotina aplicada.

86 Composição a partir de: 1\_ARQUITETOS DA VILA, on-line; 2\_PROGRAMA DOCE LAR, on-line; 3\_EFICI-OBRA, on-line; 4\_ARQTODOS, on-line.

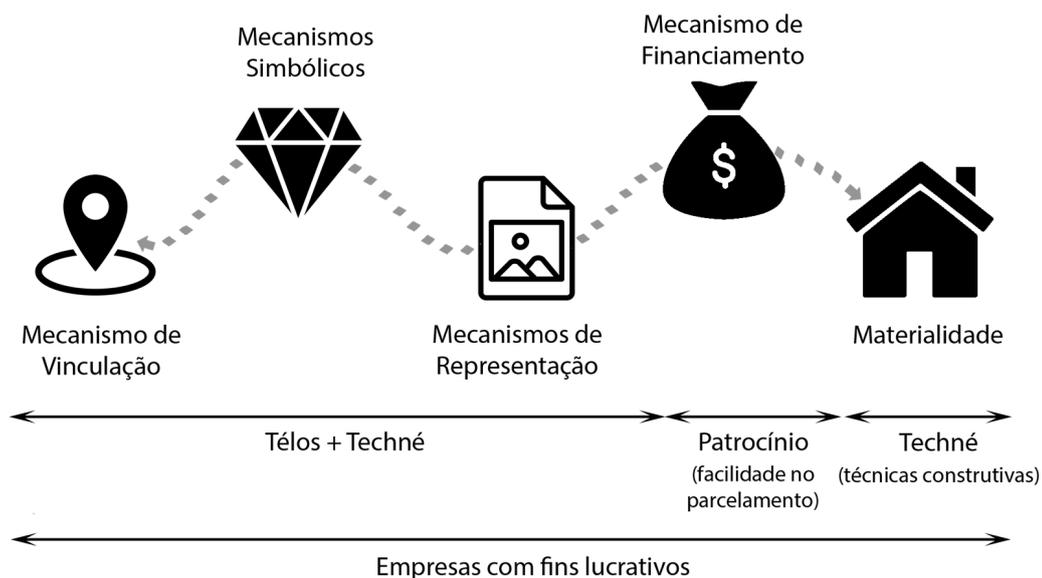


Figura 41 - Caminho adotado pela assessoria técnica: empresas com fins lucrativos  
 Fonte: a autora.

Há uma alteração de rotina nesse processo que altera o dispositivo disciplinar não de maneira radical, mas deixa de supervalorizar o projeto arquitetônico nos moldes da matriz modernista. O projeto arquitetônico e todas as suas formas de representação (maquetes eletrônicas e maquetes físicas) passam a ser embutidos na etapa de elaboração da proposta e orçamentos, não sendo mais o fim do processo ou uma ferramenta de controle da obra. Em geral, o projeto arquitetônico não tem valor a ser pago por si só: está inserido no preço total – o foco é a materialização da proposta. Na pesquisa *on-line*,<sup>87</sup> 13 escritórios responderam ao questionário; 7 se autodenominam geradores de impacto social, diante da pergunta “Qual o produto entregue, após a tomada de decisão construtiva estar concluída?”. Algumas respostas revelam essa dinâmica:

“Não entregamos projeto, somente a reforma concluída.”

“Ao cliente entregamos um projeto a nível preliminar junto ao orçamento.”

“Não oferecemos apenas o projeto, logo só é entregue um contrato e uma imagem em 3D de como será o resultado da reforma.”

“Escopo de projeto arquitetônico com os detalhes construtivos necessários. Orçamentos e quantitativos de materiais geralmente não são divulgados para as famílias.”

Os números de atendimento desses escritórios estão se ampliando e conseguindo alcançar espaços em que a disciplina arquitetura ainda não tinha acessado, e merece atenção o acesso ser construído de forma onerosa. Os vestígios que explicam a absorção dessa atuação pelos construtores assegurados pela Lei nº 11.888/2008 podem ser resumidos:

1. Na facilidade de acesso ao crédito por meio de financiamentos caseiros pelos próprios escritórios ou por instituições de microcrédito, conduzidos pelos próprios escritórios.
2. Pela falta de burocracia de forma geral no acionamento dos dispositivos disciplinares da arquitetura e o foco no resultado final.
3. Pela venda de um produto tangível, a obra, e não apenas um projeto.
4. Pela venda de mão de obra qualificada e resolução de demandas.

.....  
 87 Apêndice B.

Do ponto de vista das empresas, a viabilização dessas iniciativas é traduzida em algumas condições para o negócio funcionar, e a resposta do “*kit cômodo*” é de extrema importância, garantindo a prerrogativa escalável explorada como modelo de negócio. Em geral os *kits* são agrupados a partir da nomeação dos cômodos como: cozinha, banheiro, quarto, sala e área de serviços e contemplam a mão de obra e materiais de construção para a reforma para cada um de forma específica. Isso considerado, marco algumas prerrogativas do negócio:

1. Desvinculação de questões legais e específicas do território, como situação fundiária da moradia e possibilidade de consolidação da área do ponto de vista urbano.
2. Desvinculação de aspectos estruturais da edificação e da responsabilidade técnica por essas estruturas já edificadas.

A empresa Arquitetos da Vila<sup>88</sup> divulga em seu *site* comparativo de seus atendimentos, revelando que há um maior interesse na reforma de cozinhas e, em segundo lugar, de salas. Da mesma forma, a empresa Moradia Digna,<sup>89</sup> que executa reformas rápidas (próximo item de análise) afirma haver maior interesse em cozinhas e banheiros. A questão da salubridade e da dificuldade de lidar com a água é revelada a partir desse dado; a reforma do banheiro e cozinha a partir da troca de acabamentos e impermeabilização adequada contribui com a mitigação de problemas insistentes. Contudo, vale marcar que uma investigação mais precisa das causas das infiltrações e condições de salubridade podem ser externas à casa, o que exige intervenções para o escoamento das águas de maneira que não interfira nas condições da casa. Sendo assim, de forma paliativa, a reforma dos cômodos pode ser eficaz e merece o cuidado de não ser entendida como solução definitiva.

### 5.3.2.2 O caso da venda de reformas rápidas

Trata-se de empresas que atuam dentro de um modelo de negócio de impacto social cujo caminho escolhido é diverso dos *kits* de reforma: o escolhido é o das reformas rápidas de baixa complexidade, ou *reformas express*. Os mecanismos acionados não são diferentes do caso dos *kits*, contudo, possuem maior liberdade na atuação das melhorias habitacionais. Uma empresa que atua nesse contexto, com atuação representativa na cidade de São Paulo, é a MoradiaDigna.<sup>90</sup>

Com quatro anos de existência, a empresa já reformou 700 moradias, segundo o seu fundador, Mateus, quem também relata que: para cada 10 solicitações de moradores para orçamentos, 3 conseguem crédito, e 1 se torna efetivamente cliente da empresa. A análise de crédito é feita por empresa contratada pela MoradiaDigna. Mateus conta que o mercado ainda está amadurecendo e se trata de um novo tipo de venda, bem como as pessoas estariam envolvidas nas práticas não disciplinares e não familiarizadas com o modelo de negócio. Além disso, o grande argumento de venda seria a possibilidade de parcelamento do valor da obra, e o principal concorrente seria

88 ARQUITETOS DA VILA. *Site* institucional. Disponível em: <https://arquitetosdavila.arg.br>. Acesso em: 14 jun. 2020

89 Os dados aqui apresentados da empresa MoradiaDigna foram divulgados numa *live* em 7 de maio de 2020, da qual participaram o fundador da empresa, Mateus, e a empresa Arquitetura faz Bem.

90

o pedreiro local. Entretanto, o pedreiro local não possui a capacidade de crédito e não oferece a garantia da obra. Como no modelo de negócio do *kit* reforma haveria pouca valorização do projeto enquanto provedor de materialidades arquitetônicas, o fundador da empresa questionaria: “que planta eu preciso para reformar um banheiro?”. De acordo com o fundador da MoradiaDigna, para as práticas autoconstrutoras não faz sentido o projeto arquitetônico, complementar e todas as suas derivações de representação. Os orçamentos são feitos a partir de uma planilha do programa Excel diante da *expertise* desenvolvida pela empresa.

A empresa é divulgada ao seu público-alvo como uma pequena empresa de construção, e, segundo Mateus, o discurso do impacto social é apenas conhecido por pessoas que não são suas consumidoras finais. Isso é importante porque demonstra como as verdades se constroem a partir de arranjos de poder e instâncias que muitas vezes estão distantes das realidades que procuram intervir – aliás, é nítido na fala do Mateus, quando indica sua empresa ser mais conhecida e reconhecida em grupos sociais onde não atua. Recentemente, Mateus foi capa da *Forbes*<sup>91</sup> (janeiro de 2019), revista conhecida e legitimada por um grupo social, em geral, com práticas discursivas distintas dos sujeitos da construção/morador. A empresa procura se expandir e causar impacto a partir da escala de atendimento, segundo Mateus; assim, sua credibilidade no ramo dos negócios é fundamental para que parcerias com empresas de materiais de construção sejam efetivadas. O modelo se pauta na possibilidade de algumas empresas de materiais de construção usarem as suas experiências de reformas como laboratório social; portanto, nas práticas não disciplinares, são testados produtos a serem lançados e sua aceitação. Os negócios de impacto social e sua atuação direta com tais práticas são um mecanismo de *marketing* que interessa às grandes empresas de materiais de construção, por isso há um agenciamento econômico e político para viabilizar os dispositivos acionados por empresas.

Outra atuação nesse modelo é a da empresa Arquitetura Faz Bem, que se estrutura a partir da parceria com a instituição de um *shopping* (Instituto Shopping Recife) localizado próximo ao território de atuação Entra Pulso/Recife. A empresa é “um negócio social que pratica arquitetura como ferramenta de saúde para vidas das famílias em comunidades carentes”.<sup>92</sup> A empresa, segundo seu fundador,<sup>93</sup> vende obra pronta, em prazo e valor combinados; e, devido a parcerias para doações com outros arquitetos e com a Casa Cor de Recife, os materiais usados nas obras costumam ser de qualidade superior ao que seria comprado pelo construtor/morador na prática da autoconstrução. Para viabilizar as obras, além do material de construção doado, também são feitos brechós de roupas e outros produtos doados e vendidos no Instituto Shopping Recife, ou seja, há um arranjo: roupas e afins são transformados em materiais de construção a partir das vendas.

91 A revista *FORBES Brasil* de janeiro de 2019 tratou de jovens brasileiros talentosos que mudam do país (FORBES BRASIL. Jovens talentosos são destaque da nova edição da FORBES Brasil. 3 jan. 2019. Disponível em: <https://forbes.com.br/colunas/2019/01/jovens-talentosos-sao-destaque-da-nova-edicao-da-forbes-brasil/>. Acesso em: 9 maio 2019).

92 Propaganda em sua rede social: ARQUITETURA FAZ BEM. Perfil oficial na rede social Instagram. Disponível em: <https://www.instagram.com/arquiteturafazbem/>. Acesso em: 9 maio 2020.

93 Os dados aqui apresentados da empresa Arquitetura Faz o Bem foram divulgados, em *live* de 27 de abril de 2020, por seu fundador Antônio Neto em conjunto com a outra empresa Labrua.

A empresa atua em vários segmentos de reforma e também a partir da demolição da casa completa e construção de uma nova. A parceria com o Instituto permite até o pagamento de aluguel para a família, referente ao período em que a sua casa é reformada/construída. Segundo Antônio Lúcio Neto, fundador da empresa, a capacidade crítica e o entendimento do que seja arquitetura são conquistados pelos moradores ao longo do processo de reforma/construção, e a escolha das casas para participar do programa é feita por um recorte social, procurando atender à Lei nº 11.888/2008. A empresa está na sexta obra, aliás.

Os dispositivos disciplinares da arquitetura são acionados e produzem materialidades e sujeitos. A arquitetura vista como um negócio de produção de materialidades se faz valer, nesses casos, e segue a linha da Figura 42. Não foram citadas as formas de operação de todas as empresas inseridas nesse modelo de negócio, uma vez que o acionamento dos dispositivos se repete e segue a mesma construção de discursos.

# EXPERIÊNCIAS ASSISTÊNCIA TÉCNICA, ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS E MODELOS DE NEGÓCIO IMPACTO SOCIAL

Fotos de Digna Engenharia Social

## DIGNA ENGENHARIA SOCIAL

**REFORME SUA CASA. PARCELAS EM ATÉ 36 VEZES NO BOLETO.**

**PACOTES**

- KIT COZINHA
- KIT BANHEIRO
- KIT QUARTO
- KIT SALA

Construímos de forma social e justa. Revitalizamos lares de pessoas humildes e sem condições com preços justos. Fornecemos toda infraestrutura e qualidade

**Arqbsb** >>>  
Arquitetura e Construção



Atendeu + 100 demandas  
<https://www.arqbsb.com.br>

**Cansou de serviço mal feito? Sua reforma dá dor de cabeça? Não desperdice o seu dinheiro!**

**Chame os Arquitetos da Vila para reformar a sua casa.**

**Nosso serviço é completo:**

projeto + mão de obra + material + crédito

FEITO POR ARQUITETA DE QUALIDADE NA QUANTIA CERTA PRESTAÇÕES FIXAS NO BOLETO

**Reforma definitiva!**

Só os Arquitetos da Vila oferecem:

1. projeto feito por arquiteto
2. mão de obra qualificada
3. material comprado na quantia certa
4. pagamento facilitado no boleto

Cuidamos de tudo pra você!

**Nosso serviço de reforma é completo e inclui:**

projeto feito por arquiteta

Reformas feitas por ambiente:

- banheiro
- cozinha
- área de serviço
- sala
- quarto

mão de obra de qualidade

material na quantia certa

crédito prestações fixas no boleto

**cuidamos de tudo pra você**

*já conhece nosso plano de pagamento antecipado?*

Parcelamos sua reforma em até **15x** sem juros no boleto

menor preço pela mesma qualidade não consultamos spc e serasa

arquitetos da vila

**comviva**  
arquitetura e urbanismo

Escritório de arquitetura e urbanismo que nasceu com o objetivo de melhorar a vida das pessoas e contribuir com a realização dos seus sonhos. Desde uma pequena reforma até uma construção totalmente nova e de grande escala. Realizamos diferentes tipos de projetos, como por exemplo, edificações, interiores, reformas e urbanismo, abrangendo todas as modalidades, ou seja, residencial, comercial, corporativo e institucional, tanto para clientes públicos quanto privados.

PENSE BEM... VOCÊ ENCONTROU

**CONFIANÇA, COMODIDADE E CRÉDITO**

NA SUA ÚLTIMA REFORMA



Negócio de construção e reforma que atua na periferia noroeste de São Paulo, a Atuarquitectura. A proposta é oferecer projetos de arquitetura e assessoria na execução de obras para residências e pequenos negócios, com objetivo de gerar economia, segurança e qualidade de vida

Você já se questionou quanto a necessidade da contratação de um arquiteto para a realização de sua obra, reforma e/ou construção?



ARQUITETURA DO BARRETO

por uma arquitetura acessível

Discute-se muito sobre sustentabilidade, economia, estética e qualidade de vida. Por isso, o arquiteto deve levar em consideração o cenário existente e adequar as suas atividades, pois trabalha com um dos maiores projetos de vida das famílias, A SUA MORADIA.

Assim, a Arquitetura do Barreto acreditando que pode ajudar as pessoas à terem os serviços do Arquiteto de forma acessível, criou a consultoria com esse lema: "O projeto dos seus sonhos agora cabe no seu bolso."

todo mundo pode ter um arquiteto e todo arquiteto pode trabalhar pra todo mundo

Nós temos o sonho de uma arquitetura mais democrática.

Somos um escritório popular de arquitetura, com foco em projetos de construção, reforma e ambientação, para as classes C, D e E, moradores e moradoras de preferência das Áreas Especiais de Interesse Social da cidade do Natal/RN e Região Metropolitana.

As ações também se desdobram em projetos de assistência técnica, intervenções urbanas, ações de formação e participação em eventos, de forma aproximada com organizações comunitárias, movimentos sociais e projetos de extensão universitária.

arquitetos do bairro

ATELIÊ CO-LABORATIVO

desenvolver processos de projeto inovadores na cidade,

a preços verdadeiramente mais acessíveis,

para possibilitar uma melhor qualidade de moradia a absolutamente todas as pessoas.

Nossa proposta

projeto fácil

CONSULTORIA ON-LINE

prosa&post-it

CONSULTORIA PRESENCIAL

arquiteto na hora

ASSESSORIA POR HORA

kit cômodo

PROJETO POR AMBIENTE

mão na massa!

PROJETO PERSONALIZADO

Nossos serviços

1 processos inclusivos de colaboradores e colaboradoras

2 gestão horizontal de equipes e grupos de trabalho

3 projetos participativos e colaborativos de reforma, melhoria e construção

Nossa metodologia

REMODELAR  
reformular é possível

Reformular não é simples. Nós descomplicamos para você! É um escritório de arquitetura feito para quem nunca contratou um arquiteto antes. Somos um negócio de impacto social que atua no setor de habitação e que tem por objetivo construir um mundo onde todas as pessoas se orgulhem de seus lares. A partir da popularização da arquitetura, buscamos combater os malefícios da autoconstrução e melhorar a qualidade de vida de nossos clientes, promovendo dignidade e contribuindo para a diminuição da desigualdade social.

MEMORAR  
Escritório Popular de Arquitetura e Construção

Negócio de impacto social criado para tornar serviços técnicos de construção civil mais acessíveis para quem mais precisa em Salvador, objetivando a melhoria das condições de habitação e diminuindo a geração de resíduos sólidos de construção.

REFORME JÁ



Serviço de Reforma rápida de baixo custo para resolver seus problemas numa cômoda e ter uma casa bonita e saudável.  
Preço: Projeto + Material + Mão de Obra

REGULARIZE-SE



Consultoria e Projeto para regularizar e regularizar obras e imóveis do Cartório de Imóveis para Escritura, Averbação, Loteamento, Condomínio, REGISTRO na Prefeitura para IPTU, TRÉC, HABITE-SE, Licença de Construção, Notificação de CREA ou do CAU, dentre outros serviços.

PROJETO EXECUTIVO



Realizamos projetos de Arquitetura, Engenharia, Laudos Técnicos, a preços acessíveis e com opção de parcelamento.  
Para Construção de Edificações, Reformas, Interiores, Instalações, Estruturas, Implantação e Prefeitura.



PLANEJAMENTO MATERIAL MÃO DE OBRA CRÉDITO

1600 reformas  
5600 pessoas atendidas

Pensou em reformar a sua casa? A Vivenda te ajuda a realizar seu sonho da casa linda! Para começar, escolha um ou mais ambientes em sua residência e liste todas as modificações que deseja fazer no espaço. Vale acabamento, hidráulica e elétrica. Em seguida, agende uma visita técnica para receber um plano do seu jeitinho: projeto de reforma + crédito do tamanho do seu bolso



### BANHEIRO

Já imaginou aquele banheiro lindão na sua casa? Você pode ter um com novos acessórios, pisos, azulejos e chuveiro modernos, livre de vazamentos ou fungos. A Vivenda ainda pode te ajudar a remodelar o espaço.



### ÁREA DE SERVIÇO

Quer deixar esse espaço mais funcional e bonito? Que tal trocar a torneira, o tanque novo, mudar a configuração da área? Modernize sua área de serviço com a aplicação de novos pisos e azulejos, o conserto de vazamentos, com tratamento do mofo e umidade.



### COZINHA

Receber as pessoas e preparar aquela comidinha gostosa. Isso pede uma cozinha prática e aconchegante! A Vivenda torna esse sonho realidade com a aplicação de novos pisos, azulejos, gabinete, torneira, forro, portas e janelas para circular mais ar.



### QUARTO

Quem não gosta de um quarto confortável para descansar? Melhor ainda se ele tiver a sua cara, não é mesmo? Renove as cores, as portas, as janelas e o piso do seu cantinho e de quebra, resolva os problemas com o mofo, ventilação e elétrica.



### SALA

Receber visitas e reunir a família, pede uma sala acolhedora, né! A Vivenda te ajuda a replanejar o espaço, trocar portas e janelas, mudar as cores das paredes e ainda renovar o piso e o forro. Tudo para virar um cantinho gostoso pra você e aqueles que ama.



Somos uma iniciativa colaborativa de impacto social voltada a oferecer acesso à conhecimento na área da arquitetura e construção civil, aliando capacitação de mão de obra e melhorias habitacionais para famílias que vivenciam algum tipo de vulnerabilidade social. Focamos nas situações emergenciais, e não em estética.



Somos um negócio social que democratiza a engenharia e arquitetura para toda população favelada e periférica. Conectando mão de obra qualificada a quem precisa construir ou reformar, oferecendo assistência técnica garantindo que o sonho da casa reformada e sem "dores de cabeça" se torne realidade por planejar o espaço, identificar os materiais necessários para a obra, planejar e gerenciar todas as etapas da obra. E também resolvem qualquer pepino que aparece na obra, dando mais segurança para você e para o profissional que estará executando a reforma.

## SERVIÇOS E ESPECIALIDADES



### REFORMAS

Se você deseja reformar sua casa, nós podemos te ajudar. Veja os pacotes abaixo:



### ENGENHARIA CIVIL

Planejamento, gestão de obra e projetos estruturais você encontra aqui.



### ARQUITETURA E URBANISMO

Soluções para pequenos espaços, melhor conforto ambiental e mais economia.



**A perda pela falta de planejamento.**

**A construção foi iniciada sem projeto. O proprietário não levou em consideração as necessidades futuras, dimensionamento mínimo e legislação.**

**Esse despreparo ocasionou;**

- 1\_ Afastamento lateral insuficiente para a locação da escada;**
- 2\_ Pé direito insuficiente para instalação do mezanino;**
- 3\_ Demolição dos banheiros, piso e realocação da tubulação;**

**Ser arquiteto é ser uma ferramenta, um meio para ajudar nos sonhos alheios. Nossa motivação é tornar a arquitetura tão acessível quanto um pão em cada esquina.**

- 4\_ Pontos elétricos insuficiente para o uso solicitado;**
- 5\_ Necessidade de reforço estrutural para construção do segundo pavimento;**
- 6\_ Paralisação da obra e deterioração da edificação;**
- 7\_ Perda de tempo, desgaste emocional, prejuízo financeiro.**

**Agora me diga, fazer projeto é desnecessário e caro?**



**Acompanhamento:**

**Pare de brigar com o construtor. Sua obra supervisionada por quem sabe o que deve ser feito e com autoridade para delegar.**



**Consultoria:**

**Pare de esquentar a cabeça pensando em coisas que você não sabe. Receba dicas sobre aproveitamento de espaço, escolhas de matérias e outras dúvidas.**



**Projeto:**

**Pare de construir para derrubar. Não faça do seu sonho um pesadelo financeiro e emocional. Seu sonho desenvolvido, revisado e garantido por um profissional.**

**Gostou?  
Quer construir  
ou reformar?**

**A iniciativa é sua.  
Quer construir  
ou reformar?**

A Rebento Arquitetura trabalha com ATHIS - Assistência técnica para habitação de assistência social, para o público que desconhece o que o arquiteto faz ou acredita que é algo muito distante. Nossa missão é tornar a arquitetura acessível afim de incorpora-la ao cotidiano das pessoas para que cada "rebento" alcance o seu potência máximo.



## EFICIOBRA

- Arquitetura popular. 🏠
- Reformas habitacionais | Consulte nossos pacotes ↓  
Banheiro | Cozinha | Quarto | Sala | Telhado | Umidade.  
Parcelas até 36x.



### OBRA ORGANIZADA É OBRA EFICIENTE

INFORMAÇÕES IMPORTANTES AO ALCANCE DO OLHO

**EFICIOBRA**  
**RENOVA**

EFICIOBRA

98127-4599 | 99196-9956  
@eficiobra | eficiobra@gmail.com

### O QUE FAZEMOS?

- PEQUENAS REFORMAS DE 1 CÔMODO POR VEZ
- BANHEIRO | COZINHA | QUARTO | SALA

- RESOLVENDO PROBLEMAS DE VENTILAÇÃO, MOFO, UMIDADE, FIAÇÃO EXPOSTA

### COMO FAZEMOS?

- PACOTE COMPLETO
- ✓ MATERIAL E MÃO DE OBRA
- ✓ PLANEJAMENTO E ACOMPANHAMENTO
- PARCELAS QUE CABEM NO BOLSO
- ✓ PARCERIA CASA DO MICROCRÉDITO | DE 24 A 36x

EFICIOBRA

98127-4599 | 98485-7199 | 99196-9956  
@eficiobra | eficiobra@gmail.com

### NÃO SABE COMO A ASSISTÊNCIA TÉCNICA PODE TE AJUDAR?

**NÃO JOGUE FORA O SEU DINHEIRO**



Um negócio social que pratica arquitetura como ferramenta de saúde para vidas das famílias em comunidades carentes



308 Pessoas tiveram acesso  
+1500 Pessoas impactadas  
43 Localidades



Negócio de impacto social que promove a realização do sonho da casa reformada, garantindo a qualidade da obra sem sair do orçamento. Para isso, tornamos acessíveis os serviços de arquitetura.



Oferecemos reformas residenciais por etapas para famílias de baixa renda baseada nos problemas mais urgentes da casa e do quanto a família pode pagar por mês. Nosso foco são reformas de baixa complexidade que podem custar até R\$5.000,00. O pagamento pode ser realizado em até 36 vezes, para que assim, o contemplado tenha todo o suporte e acesso ao pagamento da reforma. Nos serviços estão inclusos: compra de materiais, projeto e mão de obra, além de auxílio técnico especializado.

#### Passo 01: Análise

Visitamos a sua casa, analisamos as questões mais urgentes listamos as prioridades da reforma

#### Passo 02: Orçamento

Orçamento do cômodo mais problemático e o pagamento pode ser parcelado em até 36 vezes

#### Passo 03: Início da obra

Após assinatura de contrato, você recebe a reforma completa em poucos dias!Incluso: projeto; materiais e mão de obra

## Mesmo lugar, **novo lar**

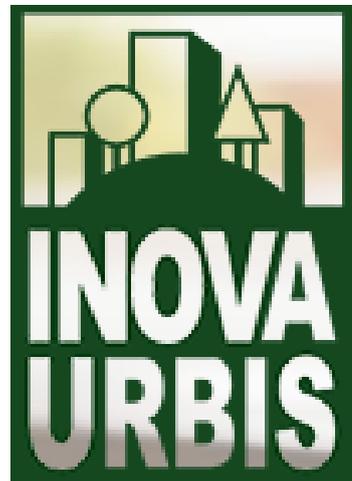
Reformas populares por etapas



Assistência técnica gratuita para famílias cujas moradias estão localizadas em Áreas de Especial Interesse Social, tendo como princípio a luta pela garantia do Direito Social à Moradia previsto no Art. 6º da Constituição Federal.As estratégias de viabilização englobam dois grupos específicos, sendo estes de ordem ECONÔMICAS ou CONSTRUTIVAS, que podem ser combinadas ou não, objetivando obras e atendimentos satisfatórios do ponto de vista da qualidade e das necessidades e expectativas das famílias, sempre acompanhados pela Assistência Técnica em obras e de intenso Trabalho Social.



Associação formada por profissionais e cidadãos para discutir possibilidades de aplicação da Lei Federal 11.888/2008, que deveria garantir Assistência Técnica em arquitetura, urbanismo, engenharia e construção civil.Organização Não Governamental surgida para colaborar com a Associação Ateliê de Ideias no acompanhamento de Crédito Habitacional liberado pelos Bancos Comunitários da Grande Vitória.



#### ESCRITÓRIO POPULAR DE ARQUITETURA

## Você quer fazer uma reforma ou uma construção?

**Nós fazemos o seu projeto de arquitetura**



Nossas propostas são acessíveis e apresentam soluções que cabem no seu bolso.

+500 projetos



## REFORMAS SEM INCOMODAÇÃO E SEM DOR DE CABEÇA!

CUIDAMOS DE TUDO PARA VOCÊ PLANEJAMENTO E MÃO DE OBRA QUALIFICADA SEM DESPERDÍCIO DE MATERIAL PARCELAMOS TUDO EM ATÉ 48X

365 realizadas / 888 pessoas impactadas



### MÃO DE OBRA

Os colaboradores do Programa Doce Lar são engenheiros civis, técnico em edificação, mestres de obras, pedreiros e auxiliares devidamente contratados e regulares com todas obrigações trabalhistas legais.



### MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO

Ao optar por realizar sua reforma com o Programa Doce Lar você terá acesso ao programa de descontos exclusivos para cliente tornando sua reforma até 16% mais barato em relação a outras formas de execução da sua obra.



### FINANCIAMENTO EM ATÉ 48X

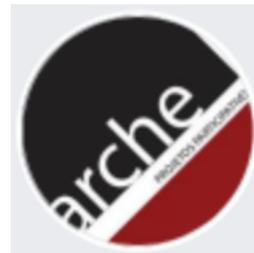
O Programa Doce Lar oferece aos clientes a possibilidade de financiamento da totalidade da obra, seja uma reforma, ampliação ou pequenas melhorias habitacionais.



### PROJETO

Os colaboradores do Programa Doce Lar são engenheiros civis, técnico em edificação, mestres de obras, pedreiros e auxiliares devidamente contratados e regulares com todas obrigações trabalhistas legais.

Atendeu + 500 demandas Principais demandas: construção de novas casa e reforma de telhado



Atua na área de arquitetura e urbanismo com foco em projetos que buscam garantir o direito à cidade e moradia.

## Sobras para o bem

Que tal doar o material de construção que sobrou da sua obra?

- 1. DOAÇÃO DE MATERIAL**  
Você separa o material que não usa mais
- 2. RECOLHIMENTO**  
Liga para Moralar e, se tudo estiver em condições de uso, nós buscamos na sua casa.
- \* 3. PROJETO**  
Elaboramos os projetos arquitetônicos e verificamos onde reutilizar o seu material.
- 4. CONSTRUÇÃO**  
E assim, famílias de baixa renda conseguem reduzir seus custos e concluir suas obras.

\* O material será usado nos projetos de clientes que contratam a Moralar. Nossos clientes são famílias que têm renda de até três salários mínimos e sua doação os ajudará a diminuir o custo dessas obras.

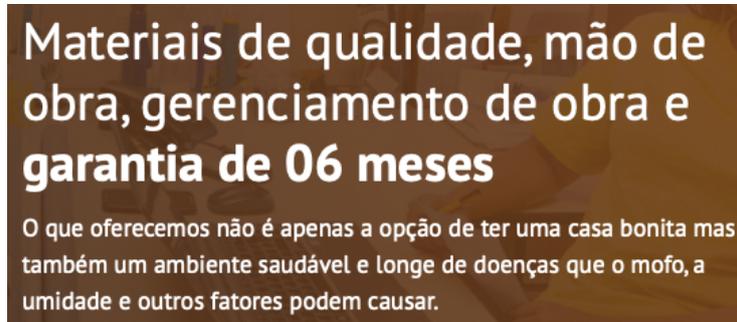
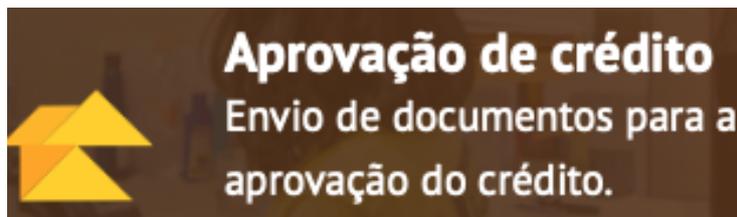
Negócio de Impacto Social. Promovemos o acesso à habitação segura e adequada a preço acessível.



Nosso foco é garantir uma moradia de qualidade, com sustentabilidade ambiental, para famílias com renda de até três salários mínimos.

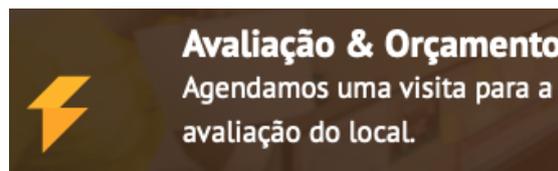
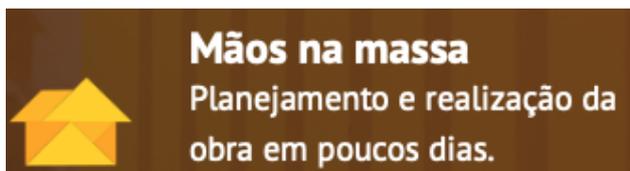


É um programa do Núcleo Habitacional da Organização Não Governamental do Ateliê de Ideias Acesso a crédito para obras e reformas. Assessoria de uma equipe de arquitetos para elaboração de projetos e otimização de recursos para obras e construções. Cursos de Qualificação na área de construção civil. Uma fábrica de tijolos, produzidos com menor impacto ambiental. Produção e difusão de métodos, soluções e materiais de construção sustentáveis.

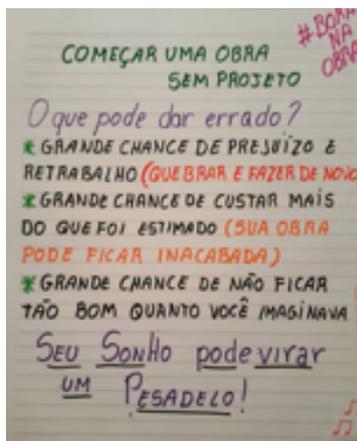


Negócio social que está buscando mudar a vida de. milhões de brasileiros que moram em situação de insalubridade

+ 500 moradias reformadas  
+ 2000 pessoas impactadas  
2 Estados



O distanciamento entre arquitetos e demandas populares é devido a vários fatores, que tem início desde a formação acadêmica do profissional que não é preparado para o atendimento dessas demandas.



O nosso objetivo é atender as demandas populares contribuindo o com melhor qualidade de vida da sociedade.



A Viva! Arquitetura Popular é uma startup de impacto socioambiental nascida em 2017, que visa assessorar moradores de bairros populares e periféricos em suas construções e reformas com foco em contribuir para o alcance de cidades mais sustentáveis e resilientes através da inclusão de soluções e /ou tecnologias em suas moradias



Figura 42 - Recortes de propagandas de empresas conceituadas como de impacto social – construção de discursos  
Fonte: a autora.<sup>94</sup>

94 Composição a partir de: ABRA, on-line; ARCHE PROJETOS PARTICIPATIVOS, on-line; ARQUITETURA SOCIAL, on-line; ARQUITETOS DA VILA, on-line; ARQUITETAS NÔMADES, on-line; ARQUITETOS DO BAIRRO, on-line; ARQUITETURA DO BARRETO, on-line; ARQUITETURA FAZ BEM, on-line; ATOS COLABORATIVOS, on-line; ATELIÊ DE IDEIAS, on-line; COMVIVA, on-line; DIGNA ENGENHARIA SOCIAL, on-line; EFI-

### 5.3.2.3 Fomento de negócios sociais de impacto social

As empresas de negócio de impacto social consideradas *startups* (em formação) se inserem em rotinas, processos e mecanismos do mercado corporativo. Fomentadoras de negócio são empresas que incubam as *startups* para acelerar seu crescimento por meio de auxílio direcionado à elaboração de plano de negócio e estratégias de inserção no mercado. Um dos sinais do crescente interesse nesse perfil pode ser percebido em estudo de 2018 elaborado pela empresa Liga Ventures,<sup>95</sup> a qual se classifica como a primeira aceleradora do Brasil focada em *startups* e grande corporações sobre *Real Estate*,<sup>96</sup> o que inclui a modalidade de impacto social e cita três empresas do ramo voltadas à assistência técnica. Estão em pauta experiências que possam ser escaláveis, ou seja, que ampliem atendimento e abrangência. Detalho, a seguir, uma dessas empresas cujo modelo de negócio de impacto social da assistência técnica já está em pauta.



Entre ganhar dinheiro e mudar o mundo, fique com os dois.

QUER SABER?

A Artemisia é uma organização sem fins lucrativos, pioneira na disseminação e no fomento de negócios de impacto social no Brasil.

A Artemisia é uma destas empresas e tem como princípio o apoio a negócios voltados à população em situação de vulnerabilidade econômica, que criam soluções para problemas socioambientais, provocam impacto social positivo por meio da sua atividade principal, são rentáveis e possuem potencial de escala.

Figura 43 - Fomentadora de negócios sociais Artemisia  
Fonte: ARTEMISIA. (Adaptado).

Segundo Artemisia (2019, *s.p.*), as iniciativas de impacto social se definem como empresas “que oferecem de forma intencional soluções escaláveis para problemas sociais e ambientais enfrentados pela população de baixa renda”. Ainda segundo a empresa, existe a intenção explícita de causar impacto social por meio de empreendedores éticos e responsáveis, e o foco da iniciativa deve ser pautado em função das necessidades e características da população de baixa renda.

Em 2019, a Artemisia lançou edital de convocação para escritórios de impacto social serem contemplados com sua capacitação, iniciativa que demonstra, cada vez mais, como esses escritórios se voltam a rotinas de modelos de negócio baseados em *startups*.

CIOBRA, *on-line*; FAVELAR, *on-line*; INOVA URBIS CONSULTORIA E PROJETOS LTDA., *on-line*; MEMORAR ESCRITÓRIO POPULAR DE ARQUITETURA E CONSTRUÇÃO, *on-line*; MORADIGNA, *on-line*; MORALAR - ARQUITETURA SOCIAL, *on-line*; ONZE 8 ASSESSORIA TÉCNICA EM ARQUITETURA, *on-line*; REMODELAR, *on-line*; PROGRAMA VIVENDA, *on-line*; REBENTO ARQUITETURA INCLUSIVA, *on-line*; VIVA! ARQUITETURA POPULAR, *on-line*; ARQTODOS, *on-line*.

95 LIGA VENTURES. Site institucional. Disponível em: <https://liga.ventures>. Acesso em: 17 jun. 2020.

96 *Real Estate* é termo em inglês sem tradução direta para o português que incorpora em seus significados todos os setores do mercado imobiliário.

**Grandes problemas  
sociais demandam  
soluções inovadoras**



**Vamos apoiar negócios**  
que possam impactar  
positivamente as condições  
de moradia de muitos(as)  
brasileiros(as).

Figura 44 - Edital de convocatória Artemisia

Fonte: ARTEMISIA. <sup>97</sup> (Adaptado).

Outras empresas formentadoras: Ashoka, BrazilFoundation e RedBull Amaphico. Estas procuram ampliar as iniciativas de impacto social por meio de apoio em prêmios e/ou capacitações para a atuação no mercado.

## 5.4 DADOS DISCIPLINARES

Para o estudo dos dispositivos disciplinares, é importante a investigação do CAU, órgão que regula o exercício profissional e fiscaliza a atuação de arquitetos e urbanistas, bem como busca garantir a abrangência de seus serviços na produção das cidades. Assim sendo, é fundamental que se exponha a gama de possibilidades das atribuições profissionais pregadas pelo Conselho, bem como o que é garantido por lei para a atuação do arquiteto em dispositivos disciplinares. O CAU, assim como a formação acadêmica, é construtor de discursos para o dispositivo disciplinar (sua história foi explorada no capítulo 3). Assim, a análise nesta seção será restrita aos discursos e práticas que tratam dos dispositivos disciplinares da arquitetura. Importante marcar que a análise é deslocada de qual grupo social está sendo atendido e pertence às práticas discursivas; aliás, pesquisa do CAU/BR e Datafolha (2015) revela, que entre os que já contrataram ou que contratariam serviços de um arquiteto, a maior parte é de pessoas com maior renda para tal, ou seja, a maior parte dos arquitetos que emitiram RRT foi contratada por pessoas com poder de consumo. A constatação leva a crer que, até o ano de 2015, não era emitido número significativo de RRTs para atendimento ao grupo social previsto na Lei nº 11.888/2008.

Segundo o CAU/BR e Datafolha (2015), a atuação técnica se dá essencialmente apoiada na concepção de projetos, representando 34% dos trabalhos, seguidos de 15,9% que atuam na execução de obras, e, em terceiro lugar, com 15%, o trabalho mais significativo é a arquitetura de interiores. Essa proporção se confirma quando analisamos a proporção dos RRTs de 2013 a 2018 de projeto arquitetônico com relação a demais possibilidades (na Figura 45, demais RRTs registrados correspondem a 62 tipos de atividades – CAU/ MG, 2019).<sup>98</sup>

97 ARTEMISIA. Lab Habitação e Moradia. Disponível em: <https://www.artemisia.org.br/labhabitacao/>.

98 CAUMG. Aos cuidados da gerente geral - Solicitação de dados - pesquisa doutorado Arquitetura. [S./], 23 ago. 2019. Mensagem eletrônica.

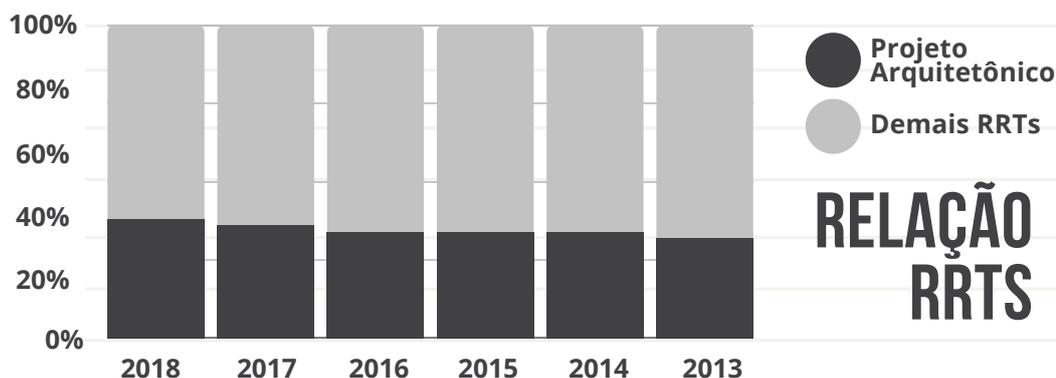


Figura 45 - Gráfico da Relação de RRTs por projeto arquitetônico emitidos com demais RRTs, de 2013 a 2018, em Minas Gerais  
 Fonte: CAU, 2019. (Adaptado).

No capítulo 3 foi explorado o significado do termo *projeto* praticado pelo CAU, o qual define o projeto no dispositivo disciplinar. Na regulamentação da profissão, é importante observar a importância supervalorizada do projeto, sendo considerado como: autoral, com autonomia disciplinar, indivisível e complexo. Essas prerrogativas estão desencaixadas das dinâmicas construtivas dos construtores assegurados pela Lei nº 11.888/2008 e mostram o respeito à herança modernista nas prerrogativas da atuação do arquiteto por meio de suas atribuições profissionais. Nesse sentido, a prerrogativa da autoria vai ao encontro da premissa desejada para a prática da assessoria técnica, a qual prega a construção conjunta e a autonomia de decisão do construtor. Também se torna passível de ser não respeitada quando se assume que o sujeito construtor/morador possui autonomia para fazer alterações em sua casa, mesmo após a atuação do arquiteto. É ilusório pensar que o construtor, em sua atividade de construção, não fará nenhuma alteração no projeto ao vivenciar o espaço de sua casa. Com relação ao preceito de o projeto ter autonomia disciplinar, marco que parece estranho ele ter autonomia, mesmo que seja com relação a outros projetos. Quanto ao projeto ser indivisível e complexo, essa diretriz, mais uma vez, é contrária às características da prática da autoconstrução, pois se consolidou perante a falta de burocracia legal, institucional e disciplinar com a categoria tempo e dinâmica de construção (caracterizada no capítulo 3). Exigir processos complexos e duradouros para a atuação nas práticas discursivas associadas à Lei nº 11.888/2008 cria uma distância de práticas. Nesse sentido, o dispositivo disciplinar, acionado com os mecanismos de projeto dentro dessas estratégias, revela-se desalinhado com as expectativas dos construtores, o que parece contraditório, uma vez que o próprio CAU tem se mobilizado para construir estratégias de atuação a partir da ATHIS.

Uma análise interessante, a partir da atuação institucional, é sobre o número de RRTs por projeto arquitetônico emitidas não acompanhar o número de RRTs emitidos para execução de projeto. Esse dado sugere que existem mais projetos arquitetônicos elaborados do que obras executadas dentro do arcabouço institucional do arquiteto, ou seja, a atuação formalmente instituída. Não está em análise, por exemplo, se essas obras são executadas por engenheiros e, por isso, os registros seriam da alçada de outro conselho. Fato é que o arquiteto tem atuado de forma mais constante e com maior representatividade dentro de suas possibilidades de atuação no projeto arquitetônico. A figura a seguir revela a relação entre RRTs emitidos para projetos arquitetônicos e RRTs emitidos para execução de obras na mesma série histórica.

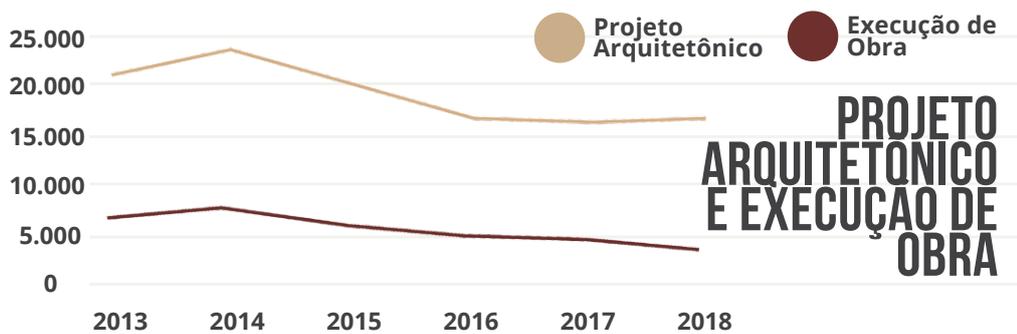


Figura 46 - Gráfico de relação do número de RRTs emitidas para projeto arquitetônico e execução de obra, de 2013 a 2018, em Belo Horizonte  
 Fonte: CAU, 2019. (Adaptado).

Em geral, foram emitidos de 62% a 67% mais documentos de projetos arquitetônicos do que de execução de obras, cenário retratado nos outros conselhos no Brasil. A discrepância revela mais propostas de materialidade produzidas do que as próprias materialidades ou os arquitetos não estariam acompanhando as obras que elaboraram os projetos e, assim, a produção das materialidades. Nessas duas considerações, a distância expõe o modelo de atuação por que historicamente os discursos e práticas das verdades disciplinares foram construídos. Os efeitos dessa verdade são bem representados por esses números, além de serem revelados na própria produção do espaço urbano. Percebe-se que há vestígios da ruptura acontecida no Renascimento, quando o arquiteto assumiu o papel do intelectual e se distanciou do trabalho manual, e na herança moderna de matriz de operação (aqui se volta um pouco mais no tempo, na valorização do *télos* e a distância da *techné*). São esses discursos assumidos como verdades e com nítidos efeitos na atuação técnica.

Para além do mecanismo do projeto arquitetônico e execução de obras classificados para o registro do RRT, o CAU/BR disponibiliza outros mecanismos reconhecidos para a atuação nos espaços autoconstruídos (no período desta pesquisa, 63 categorias eram contempladas).<sup>99</sup>

Outra análise possível da atuação técnica perante o Conselho é por meio dos anuários divul-

99 No período de 2013 a 2018, foram registradas RRTs nas seguintes categorias, segundo o CAU (2018): as *built*, assistência técnica, assessoria, avaliação, avaliação do estado de conservação, caderno de especificações ou de encargos, consultoria, cronograma, desempenho de cargo ou função técnica, diagnóstico físico, Diagnóstico ambiental, Estudo de viabilidade econômico, Estudo de viabilidade econômico financeira, Execução de adequação de acessibilidade, Execução de comunicação visual para edificações, Execução de estrutura metálica, Execução de estruturas mistas, Execução de instalações elétricas prediais de baixa tensão, Execução de instalações prediais de prevenção e combate a incêndio, Execução de mobiliário, Execução de obra, Execução de obra de arquitetura paisagística, Execução de obra de interiores, fiscalização de obra ou serviço técnico, Georreferenciamento, laudo técnico, Levantamento arquitetônico, Levantamento cadastral, Levantamento topográfico planialtimétrico, Medidas de proteção contra incêndios e catástrofes, Memorial descritivo, mensuração, orçamento, parecer técnico, perícia, Plano de Controle Ambiental, Programa de Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção, Programa de Gerenciamento de Riscos, Programa de Gerenciamento de Riscos - PGR, Programa de Prevenção de Riscos Ambientais, Projeto arquitetônico, Projeto arquitetônico de reforma, Projeto de condicionamento acústico, Projeto de conversão funcional, Projeto de estrutura de concreto, Projeto de estrutura de madeira, Projeto de estruturas mistas, Projeto de hidrossanitárias prediais, Projeto de instalações prediais de prevenção e combate a incêndio, Projeto de instalações prediais de prevenção e combate a incêndio, Projeto de luminotecnica, Projeto de mobiliário, Projeto de movimentação de terra, drenagem e pavimentação, Projeto de parcelamento do solo mediante desmembramento ou remembramento, Projeto de reforma de interiores, Projeto de requalificação, Projeto de requalificação paisagística, Projeto de restauração, Projeto urbanístico, Registro da evolução do edifício, Relatório de Controle Ambiental e vistoria, instalações.

gados pelo CAU/BR, que demonstram o cenário do Brasil quanto às atividades registradas pelos arquitetos naquele ano. A seguir, a Figura 47 ilustra recortes para a uma comparação entre os anuários de 2016, 2018 e 2019, no que diz respeito ao detalhamento das atividades de projeto e atividades especiais.

## 2016

### Detalhamento atividades de projeto

PROJETO	QTDE	%
ARQUITETURA DAS EDIFICAÇÕES	311.590	41,45%
SISTEMAS CONSTRUTIVOS E ESTRUTURAIS	75.999	10,11%
CONFORTO AMBIENTAL	5.590	0,74%
ARQUITETURA DE INTERIORES	40.184	5,35%
INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS REFERENTES À ARQUITETURA	232.113	30,88%
ARQUITETURA PAISAGÍSTICA	4.217	0,56%
RELATÓRIOS TÉCNICOS DE ARQUITETURA	20.926	2,78%
URBANISMO E DESENHO URBANO	40.472	5,38%
INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS REFERENTES AO URBANISMO	6.902	0,92%
RELATÓRIOS TÉCNICOS URBANÍSTICOS	12.201	1,62%
PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO, URBANÍSTICO E PAISAGÍSTICO	1.518	0,20%
<b>TOTAL</b>	<b>751.712</b>	<b>100,00%</b>

## 2018

ATIVIDADES	2018	CRESCIMENTO
Arquitetura das Edificações	335.576	5,20%
Instalações e Equipamentos de Arquitetura	233.625	1,70%
Sistemas Construtivos e Estruturais	76.454	0,60%
Arquitetura de Interiores	48.595	6,10%
Urbanismo e Desenho Urbano	40.253	6,80%
Relatórios Técnicos de Arquitetura	27.015	24,70%
Relatórios Técnicos Urbanísticos	14.609	12,00%
Instalações e Equipamentos de Urbanismo	7.611	11,10%
Conforto Ambiental	7.050	16,30%
Arquitetura Paisagística	4.710	10,90%
Patrimônio Material	1.587	25,00%
<b>TOTAL</b>	<b>797.085</b>	<b>4,7%</b>

**111.966**  
ATIVIDADES DE REFORMAS  
REALIZADAS POR  
ARQUITETOS E URBANISTAS

**20%**  
MAIS ATIVIDADES  
DE REFORMAS  
DESDE 2015

**NO MERCADO DE REFORMAS,  
EXECUÇÕES DE OBRAS CRESCEM  
MAIS DO QUE PROJETOS**

O crescimento é maior nas Execuções de Obras de Reformas que nos Projetos de Reforma. Enquanto os projetos de reforma cresceram 12% desde 2015, as execuções de obras de reforma cresceram ainda mais: 31%.

Esses dados mostram que os arquitetos e urbanistas estão começando a se inserir cada vez mais no mercado de reformas, levando serviços de melhor qualidade à população de baixa renda. Um dos motivos foi a Norma de Reformas da ABNT, publicada em 2014 e que obriga moradores de condomínios a apresentarem laudo técnico assinado por engenheiro ou arquiteto e urbanista e autorização expressa do proprietário antes de começar qualquer obra.

## 2019

PROJETO	QTDE	%
ARQUITETURA DAS EDIFICAÇÕES	318.903	41,89%
INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS REFERENTES À ARQUITETURA	229.781	30,18%
SISTEMAS CONSTRUTIVOS E ESTRUTURAIS	76.006	9,98%
ARQUITETURA DE INTERIORES	45.780	6,01%
URBANISMO E DESENHO URBANO	37.699	4,95%
RELATÓRIOS TÉCNICOS DE ARQUITETURA	21.668	2,85%
RELATÓRIOS TÉCNICOS URBANÍSTICOS	13.046	1,71%
INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS REFERENTES AO URBANISMO	6.852	0,90%
CONFORTO AMBIENTAL	6.062	0,80%
ARQUITETURA PAISAGÍSTICA	4.247	0,56%
PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO, URBANÍSTICO E PAISAGÍSTICO	1.270	0,17%
<b>TOTAL</b>	<b>761.314</b>	<b>100,00%</b>

### Detalhamento atividades especiais

ATIVIDADE	QTDE	%
ASSESSORIA	2.712	1,80%
CONSULTORIA	1.342	0,89%
ASSISTÊNCIA TÉCNICA	1.500	0,99%
VISTORIA	27.397	18,17%
PERÍCIA	885	0,59%
AValiação	22.296	14,78%
LAUDO TÉCNICO	83.733	55,53%
PARECER TÉCNICO	6.513	4,32%
AUDITORIA	53	0,04%
ARBITRAGEM	36	0,02%
MENSURAÇÃO	4.335	2,87%
<b>TOTAL</b>	<b>150.802</b>	<b>100,00%</b>

ATIVIDADE	QTDE	%
LAUDO TÉCNICO	78.691	53,54%
VISTORIA	28.045	19,08%
AValiação	22.290	15,17%
PARECER TÉCNICO	6.109	4,16%
MENSURAÇÃO	4.937	3,36%
ASSESSORIA	2.944	2,00%
ASSISTÊNCIA TÉCNICA	1.508	1,03%
CONSULTORIA	1.343	0,91%
PERÍCIA	753	0,51%
AUDITORIA	309	0,21%
ARBITRAGEM	40	0,03%
<b>TOTAL</b>	<b>146.969</b>	<b>100,00%</b>

ATIVIDADES	2018	CRESCIMENTO
Laudo Técnico	81.998	4,20%
Vistoria	29.116	3,82%
Avaliação	23.484	5,36%
Parecer Técnico	6.790	11,15%
Mensuração	4.417	-10,53%
Assessoria	3.301	12,13%
Assistência Técnica	1.589	5,37%
Consultoria	1.586	18,09%
Perícia	857	13,81%
Auditoria	224	-27,51%
Arbitragem	34	-15,00%
<b>TOTAL</b>	<b>153.396</b>	<b>4,37%</b>

**4,4%**  
MAIS  
ATIVIDADES  
EM 2019

Figura 47 - Recortes anuários: CAU 2016, 2018 e 2019 – detalhamento de atividades de projeto e atividades especiais  
Fonte: CAU/BR, 2016; 2018; 2019. (Adaptado).

O projeto de arquitetura das edificações é a atividade mais significativa dos registros em título de projeto, nos três anos analisados. Existe uma certa continuidade nas atividades de projeto

mais registradas, sendo que nos três anos não existe nenhuma alteração significativa. No detalhamento das atividades especiais, grupo em que estão as atividades usualmente caracterizadas para a atuação técnica a partir das premissas da Lei nº 11.888/2008, também existe uma uniformidade nos registros, sendo o laudo técnico distante das demais atividades em número de solicitações. As atividades de assessoria e assistência apresentam um incremento de 2016 a 2018 – 21%, assessoria; e 6%, assistência. Os números não acompanham o movimento de atuações, sobretudo pelos negócios sociais, que começaram a ter mais significativa representação a partir de 2015. Essa atuação acompanha o crescente número de execução de reformas, conforme revela na Figura 48 (aumento representativo no registro dessa atividade em 2018). O interessante é que o projeto de reforma não acompanha o número de execuções, o que sugere que obras são construídas sem projeto de reforma ou não registradas no CAU. Tal aumento vai ao encontro do aumento da atuação do negócio social, cujo objetivo é a casa reformada, não o projeto, o que faz com que a etapa de projeto seja embutida nos processos apenas como guia para a obra (não é o produto vendido).

Uma das questões que caminham junto com as lacunas operacionais da ATHIS ou de qualquer atuação técnica a partir de demandas nas edificações conceituadas como não disciplinares é justamente a pauta da responsabilidade técnica. A questão é como ser responsável por uma intervenção estrutural sem responsável técnico para se responsabilizar do construído. Existe o receio em propor uma intervenção que possa prejudicar a estabilidade da edificação, e, nesse caso, o arquiteto atuante no momento vir a ser o responsável. Uma possível solução é ter um laudo estrutural e outras prerrogativas documentais que possam garantir a estabilidade da edificação ou medidas a serem tomadas para que a intervenção proposta não cause prejuízos na estabilidade da edificação. Porém, essa solução é onerosa e demanda, em muitos casos, profissionais de diversas áreas. Nesse sentido, esses números sugerem uma nova posição da valorização do projeto sendo instituída.

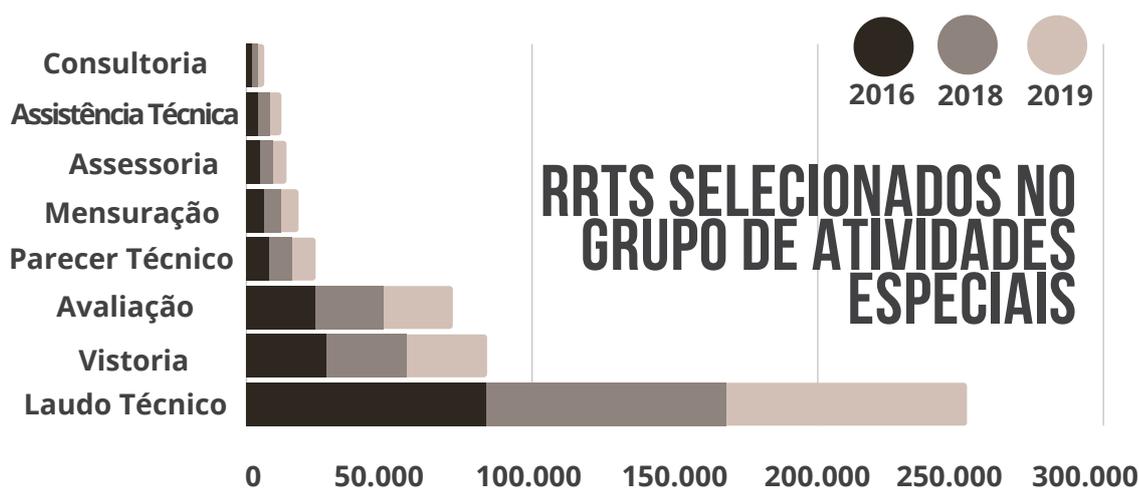


Figura 48 - Gráfico comparativo de RRTs selecionados no grupo de atividades especiais, em 2016, 2018 e 2019, no Brasil  
 Fonte: CAU/BR, 2016; 2018; 2019. (Adaptado).

O alto número de registros da concepção de projeto arquitetônico diante das demais possibilidades de atuação demonstra que as verdades construídas estão em atuação e que a arquitetura se apresenta dependente do patrocinador. Não há incentivos institucionais para uma busca de uma arquitetura propositiva e que não se reconheça apenas como projeto. Apesar de um

movimento em 2018 valorizando as reformas, o que pode ter efeito na produção das materialidades da ATHIS, é tímido em comparação com os registros de projeto; ao menos, acena a possibilidade de uma alteração na atuação ou das demandas de mercado institucionalizadas no Conselho. Vale lembrar que muitas iniciativas da atuação técnica podem não ter sido registradas no Conselho, o que leva a crer que o universo de atuação pode ser outro. O RRT é um registro oneroso, carrega um valor a mais na atuação técnica nas práticas autoconstruídas e não atende às premissas da Lei nº 11.888/2008, que confere gratuidade a esses serviços. O CAU possui a categoria de RRT Social e RRT Mínimo, para atender aos registros de atividades em demandas de habitação de interesse social; contudo, esses são onerosos.

Há uma distância entre a realidade das demandas e as prerrogativas da prática disciplinar. Sobre isso, Lopes (2018) marca que, primeiramente, importa assumir a existência do abismo entre a atuação técnica, enquanto disciplina, e a prática construtiva em geral, sobretudo, nos territórios autoconstruídos. Sobre isso, há alguns indícios atribuídos a esse abismo; e um deles reconhece que a arquitetura e outras áreas do campo da construção civil são elitistas ou, em outras palavras, interessadas em atender apenas àqueles que possuem condições financeiras para pagar o serviço técnico. Isso é notório, pois, para acessar o campo técnico, é necessário, primeiramente, contratar um profissional, o que certamente envolve custos e torna o serviço inacessível a muitas pessoas. A contratação de serviços é estabelecida por uma proposta mercantil. Corroborando a afirmação, Lopes (2018, p. 240) traz luz às reflexões acerca do mercado de trabalho do profissional da arquitetura:

Trata-se de um serviço destinado a uma elite econômica e não se discute mais isso? Haveria um “mercado de trabalho popular” e outro “tradicional”? Que tipo de ser humano constitui essa “categoria profissional”? Seria possível imaginarmos um “arquiteto-militante” em oposição a um “arquiteto de mercado”? Ou, por outro lado, seria adequado imaginarmos um “arquiteto-tipo” – forma, modelo e padrão – gabarito ou referência para o reconhecimento de quem seria “mais” ou “menos” arquiteto? (LOPES, 2018, p. 240).

No mesmo sentido, Amore (2017) afirma que o arquiteto e urbanista tradicionalmente está vinculado à elite da sociedade, possuidora de condições financeiras para contratar um profissional para uma demanda de “projeto personalizado”. Amore (2016, p. 16) reflete que o trabalho para a população pobre não é considerado exatamente um trabalho:

É quase uma “boa ação”, já que é o trabalho “autoral” ainda é a referência de sucesso profissional. É preciso, enfim, construir e disputar o trabalho voltado a esse público, não apenas como um “mercado viável”, mas como parte estruturante da formação e atuação do profissional.

Outra resposta é a formação dos profissionais do campo técnico da construção civil não preparar o aluno para assumir demandas diferentes das elitistas e estar no padrão tradicional de atendimento ao mercado dentro de ditames de uma proposta mercantil. Amore (2016) ilumina sobre o ensino de Arquitetura e Urbanismo ainda estar focado nas atividades possíveis de serem desenvolvidas em sala de aula. A dinâmica de pupilos e mestres pouco tem favorecido à inserção do aluno em problemas e demandas reais. Segundo o autor, é possível que a problemática da questão habitacional, por exemplo, seja apenas apresentada para os alunos como uma resposta de provisão habitacional a partir da produção de conjuntos habitacionais. No mesmo sentido:

Vasos comunicantes, se (1) a maioria do campo profissional é formada por arquitetos “de mercado” e (2) boa parte desses profissionais, pelo regime de trabalho proposto nas instituições privadas de ensino superior, é composta por aqueles que atuam também como docentes nos cursos de Arquitetura e Urbanismo oferecidos por estas instituições, perguntamo-nos então se a maioria dos estudantes não seria formada não só *para*, mas principalmente *pelo* mercado (LOPES, 2018, p. 249).

Os autores citados marcam que a atuação técnica tem se voltado com mais atenção a um padrão tradicional com as demandas constantemente disponíveis, mesmo reconhecendo que, ao longo do tempo, algumas iniciativas tentam inovar no atendimento a grupos sociais que antes não acessavam por meio do mercado, ou seja, de uma proposta mercantil, os serviços de arquitetura e engenharia. Haveria uma lentidão na implantação de novos métodos de atuação e poucos ensaios experimentais. Contudo, ainda não há uma análise sistemática que responda à efetividade desse atendimento e sua abrangência socioespacial.

## 5.5 SÍNTESE DAS ANÁLISES

Foram detalhadas possibilidades da atuação técnica dos arquitetos nas práticas em que estão presentes premissas não disciplinares. E, em função disso, foi marcado como é a vinculação entre o técnico, saber academicamente constituído, e o morador, responsável pela gestão da construção de sua própria moradia. Nas experiências analisadas, não estiveram em pauta discursos ou dispositivos os quais a atuação técnica deveria acionar a fim de estar junto a grupos sociais que pretende atingir, embora sejam situações/lugares de crítica e tentativa de provocar novos posicionamentos originários da academia a partir de grupos interessados em transformações. Apesar de um posicionamento crítico, as empresas de impacto social adequam seus discursos e acionamento de mecanismos à sua atuação, aproximando o seu vocabulário ao familiarizado pelos sujeitos das práticas não disciplinares. Assim, o que acontece é a troca dos termos, uma tentativa de convencimento a partir de palavras de impacto que *prometem* transformação, um pouco do mesmo com outro arranjo e mesmas intenções, sem, contudo, assumir dispositivos inovadores, disruptivos e críticos da própria disciplina. Nesse sentido, o narcisismo arquitetônico da atuação técnica ainda é presente em suas práticas discursivas, e os dispositivos disciplinares seguem essa lógica, não sendo deslocados aos sujeitos construtores/moradores.

Para esta análise, vale comparar o caminho adotado pelas diferentes atuações presentes compreendidas no capítulo 5.

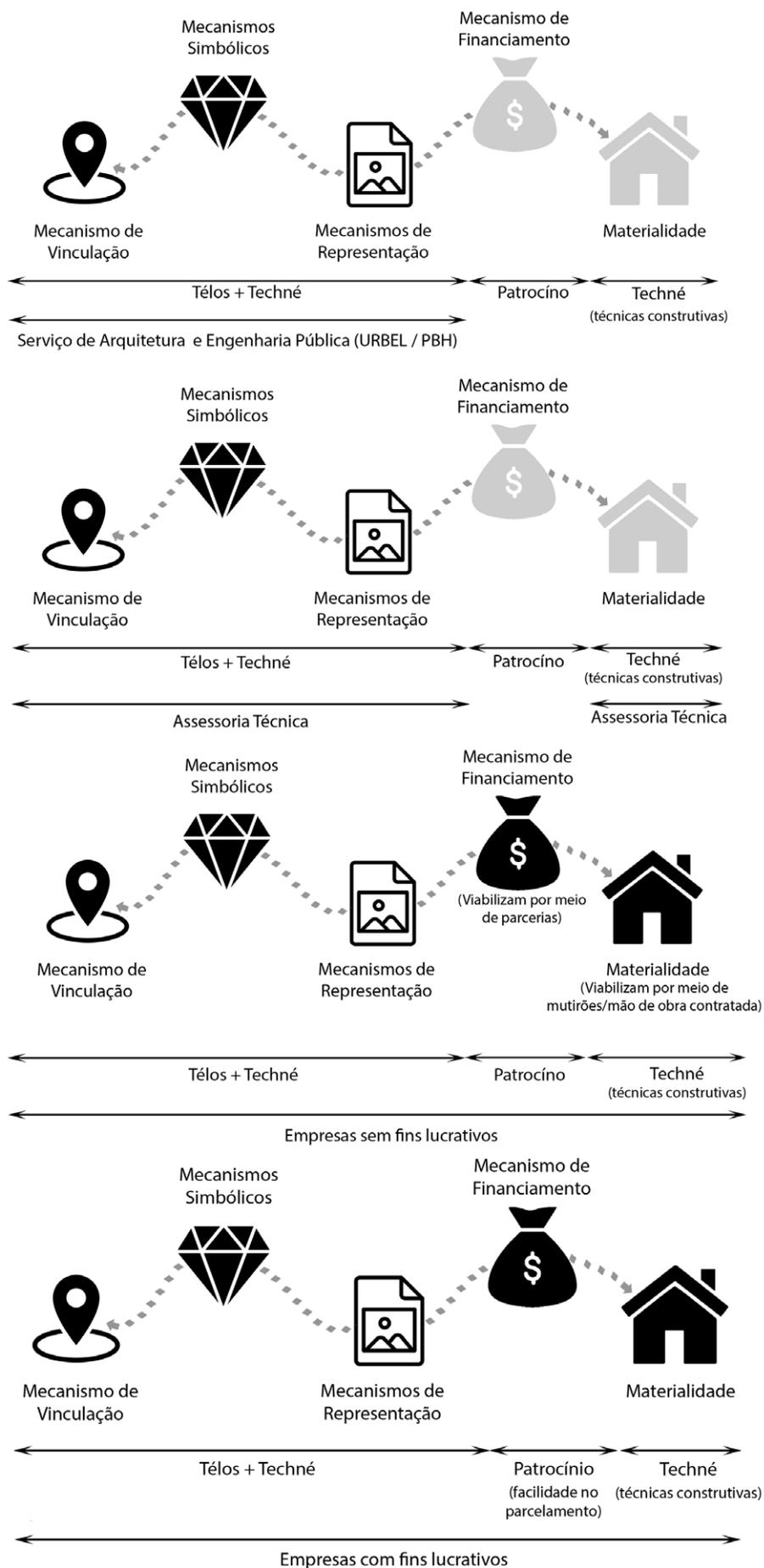


Figura 49 - Caminho adotado pelas assessorias/assistências e serviços para materialização da arquitetura  
 Fonte: a autora.

A análise das linhas adotadas no acionamento dos dispositivos revela que o mecanismo do patrocínio é crucial para a materialização, na maioria dos casos. Nas experiências institucionais por meio do programa de governo Programa de Serviços em Arquitetura e Engenharia Pública, de Belo Horizonte, percebe-se que a lacuna para a execução das obras foi a falta de arranjo da mão de obra e materiais de construção. Na pesquisa realizada com as pessoas beneficiadas pelo referido programa, foi apresentada a justificativa da não feitura da obra por esta ter sido compreendida como tarefa do poder público, além de falta de dinheiro para mão de obra e materiais alegada. Outro fato é: apesar de terem o projeto, muitas vezes, em nível construtivo detalhado, isso não seria suficiente para atendimento à demanda construtiva. Assim, temos que o projeto não foi fundamental; e os moradores contemplados no programa acusam falta de mão de obra e materiais para a execução. Vale reforçar que o projeto, em suas diversas formas, não foi empecilho para a não construção dos moradores, uma vez que as casas já estão construídas sem apoio técnico disciplinar, em sua grande maioria, e muitas pessoas construíram pós-assistência (alheias às negociações estabelecidas em projeto). Na outra experiência relatada da CODHAB, em Brasília, foi adotada uma forma de controle sobre as decisões técnicas e construção, ou seja, o órgão aludido assumiu o gerenciamento a partir do acionamento de dispositivos disciplinares e, por isso, gerou materialidades.

Nas experiências acadêmicas, por meio do projeto de extensão, a atuação destacada propunha o foco ser o processo e autonomia do construtor a partir do compartilhamento de experiências e troca de saberes locais e técnicos. Nesses casos, havia um acordo pela adequação da técnica à necessidade construtiva e possibilidades do construtor. O projeto existe como ferramenta processual de discussão e tomada de decisão, bem como está presente nas obras como guia das tomadas de decisão construídas coletivamente. Nos casos estudados, os moradores que concluíram ou realizaram parte das obras foram aqueles já envolvidos em suas obras e articulados com a mão de obra, via contratação ou organização com a família ou com tempo disponível, além de disporem do material de construção. Os moradores que planejavam executar as obras no momento em que tivessem dinheiro para a compra de materiais acabaram não as realizando. As experiências sem fins lucrativos estão mais próximas das práticas da academia e apresentam poder de articulação com outros setores da economia e, em decorrência disso, capacidade de arranjos de patrocínio. A assessoria, prática presente nas atuações desses dois grupos: a partir das experiências da academia e empresas sem fins lucrativos, preza, em geral, pelo processo de conhecimento e autonomia do construtor; enquanto, noutros casos, o foco foi materialidade e projeto. Além disso, como ressaltado por Morado Nascimento (2011<sup>a</sup>), as experiências a partir de iniciativas de cunho privado não investem em dispositivos que acionem diálogos, mecanismos de tomada de decisão conjunta para a materialização, como é o caso do grupo das empresas com fins lucrativos. Linhares e Morado Nascimento (2018, p. 163) contribuem com a análise desse grupo ao questionar: “a reprodução de desigualdades em razão da imposição de padrões, normas e saberes que, em grande medida, podem ampliar a crítica generalizada e superficial da autoconstrução”. As autoras reforçam uma temática importante fundamentada na necessidade da atuação técnica nos espaços da arquitetura não disciplinares; e nesses contextos há a construção do discurso da precariedade das moradias.

Assim sendo, a prestação de serviços da arquitetura disciplinar é legitimada em melhorias de moradias precárias, contudo, ainda, segundo as autoras, “a precariedade depende do olhar de quem olha e da trajetória de vida e conquistas do morador alcançadas ao longo do tempo. Portanto, a precariedade precisa ser melhor problematizada” (LINHARES; MORADO NASCIMENTO, 2018, p. 163-164). Nesse sentido, importa a percepção da construção de um discurso que trata da precariedade das moradias alheia novamente a demandas, preocupações e anseios de sujeitos envolvidos em práticas não disciplinares. Os discursos disciplinares, sempre que se vinculam às práticas não disciplinares, seguem pela via tecnicista e, obviamente, em sua maioria, não fazem sentido às práticas não disciplinares.

Ainda sobre o grupo das empresas com fins lucrativos que se autodenominam negócio de impacto social, tem-se que o projeto não é o foco, e sim a contratação de mão de obra e materiais de construção. A venda dos serviços se dá justamente pela descomplicação na reforma e garantia de uma solução acabada e tecnicamente resolvida. Nesse modelo existe a desburocratização do crédito em parcelas mais próximas da realidade de parte de alguns autoconstrutores. Tais casos apresentaram potencial de materialização de suas demandas. E no patrocínio está a possibilidade de compra do material de construção e pagamento; em alguns casos, da mão de obra. De fato, sem essa previsão não há materialização.

Outro ponto evidenciado a partir das análises desta pesquisa é a importância de a técnica construtiva estar presente na construção não disciplinar: a técnica não como saber disciplinar, mas soluções construtivas que tragam configurações espaciais adequadas ambientalmente, que façam sentido aos moradores e que possibilitem condições saudáveis de moradia. Sob esse prisma: técnica enquanto ferramenta de construção a ser acionada dentro do dispositivo de transformação espacial, contudo, não enquanto ferramenta de controle com as conotações de poder-saber previstas nos dispositivos disciplinares.

Vale marcar que, apesar de eu ter estabelecido a análise entre as diferentes atuações, as premissas processuais e conceituais são distintas. Contudo, ainda vale a análise integrada, uma vez que mesmo as atuações se pautam na materialização da arquitetura.

É importante assumir que existem as prerrogativas disciplinares ao mesmo tempo que existem as não disciplinares. Assim, não é o objetivo colocar em pauta se existe alguma melhor ou pior, ou seja, colocar uma prática contrária a outra, mas reconhecer que participam de arranjos e redes de formação e estruturação distintas e não concorrentes. Como já citado a partir da teoria de Foucault, não é intenção analisar conteúdo, mas estruturas de formação; e observa-se que a aproximação do saber disciplinar nas práticas não disciplinares ainda não possui foco em processos de mediação, no âmbito em questão, ou seja: foco ser deslocado dos objetos da arquitetura e direcionado ao sujeito da construção. Nesse sentido, vale esta reflexão: poderíamos pensar num dispositivo não disciplinar a partir de uma atuação disciplinar? Ou podemos pensar numa atuação não disciplinar? E pode o arquiteto construir discursos ou encontrar discursos para uma a construção de outro dispositivo? São reflexões presentes no capítulo 6.

## 6. CRÍTICAS AO PRESENTE E ANÚNCIOS PROPOSITIVOS



A intenção deste capítulo é verificar as perspectivas alinhadas entre duas produções do espaço urbano distintas: a produção disciplinar; e a produção não disciplinar. A produção disciplinar acontece por meio dos dispositivos disciplinares da arquitetura, ou seja, por meio de mecanismos institucionalmente organizados e legitimados por um saber disciplinar, apreendido pelo método de disciplinas – e segue esse ordenamento na aplicação do saber. A produção não disciplinar acontece alheia às convenções, normas e condutas construídas a partir do jogo de interesses disciplinares, o que, no caso deste estudo, foi investigado a partir de práticas autoconstruídas.

A exploração do conceito de autoconstrução expôs que em seu interior há diversas práticas embutidas, bem como não seria possível dizer acerca de um grupo único com as mesmas práticas discursivas, a despeito de existir a construção de um discurso de verdade. Essa verdade é legitimada por discursos acadêmicos e técnicos e sistematizados a partir da regulamentação da atuação técnica; e a construção desse conceito diz sobre a autoconstrução como prática e materialidade na produção do espaço urbano, ao mesmo tempo que trata dos sujeitos da construção, como os autoconstrutores, que, no entanto, não se reconhecem na prática discursiva. Foram reveladas nesta pesquisa diferentes camadas embaralhadas no conceito da autoconstrução, para avançar na compreensão das práticas discursivas que posicionam, na verdade, práticas construtoras. No limite da análise, a proposta é que sejam reconhecidas as práticas discursivas que motivam, a partir das necessidades construtivas diferentes, produções do espaço urbano. Contudo, os discursos disciplinares, fundamentados a partir da concepção do Foucault de saber organizado para o poder, concebem a produção urbana a partir dos dispositivos disciplinares e não disciplinares. O enfoque, ora, é no alinhamento desses dois dispositivos.

As contribuições marcadas nesta tese demandam pensar novos dispositivos de atuação para os arquitetos, que contemplem: presença do morador/construtor como objetivo da atuação; interação (não representação); mecanismos para a mediação de todos os atores envolvidos, articulação de práticas entre eles e suas expectativas, e informações técnicas (sem que os dispositivos disciplinares sejam acionados em sua função de poder-saber); e reflexão crítica acerca da prática e formatação da arquitetura como disciplina, entre outras questões evidenciadas na pesquisa a fim de se repensar o papel do arquiteto na sociedade (e tudo que está em evidência e se insere no dispositivo disciplinar da arquitetura).

Existe a possibilidade de atuação não disciplinar do arquiteto? É possível pensar num jogo de relações, forças e poderes que institua discursos, ditos e não ditos e sustente (seja também sustentado por) práticas não disciplinares? Ou é necessário agenciar outra lógica de disciplina? Se se pensa outro arranjo para a disciplina, questão relevante é: na formatação de outra lógica, estará o arquiteto novamente amarrado a padrões, normas e condutas possivelmente em desaranjo com alguma demanda ou prática de produção no espaço, além de jogos de poderes de formatação da disciplina? A produção de verdades de discursos disciplinares se organiza na medida de interesses e relações de poder em pauta em determinado contexto e momento. As

análises desta pesquisa evidenciam como os discursos da necessidade da assistência técnica, prevista pela Lei nº 11.888/2008, e as variações conceituais embutidas na ATHIS já fazem parte de um discurso e práticas de atuação. O que foi um dia a atuação de ativistas, tendo recebido pouco interesse da atuação técnica, já faz parte da construção de verdades dessa narrativa, do saber disciplinar – de uma atuação disciplinar. Não há dúvida dessa afirmação, quando analisada a presença do CAU nos arranjos de ATHIS e suas iniciativas de implantação da lei.

Sobre atuação disciplinar, as análises das atuações (capítulo 5) revelam acionamentos de dispositivos que buscam mecanismos estratégicos a partir de relações mercadológicas com práticas não disciplinares. Esse deslocamento de posição do arquiteto, que o desloca de gênio criador e lhe coloca o desafio de “vender” materialização da arquitetura, instiga a reflexão acerca do que é vendido e do que é comprado pelos sujeitos da construção. De fato, pelas análises dessa atuação de mercado, marco que há um alinhamento estratégico entre as expectativas dos moradores atendidos pela Lei nº 11.888/2008 e o que as empresas oferecem. A não supervalorização do projeto arquitetônico como resultado final ou como processo é uma das mudanças de mecanismos que mais fazem sentido aos moradores atendidos pela Lei nº 11.888/2008, além da possibilidade de patrocínio financiado ou, nalguns casos, parte subsidiado.

Em um mundo em constante transformação, vale acrescentar rápidas transformações; é de bom senso pensar em disciplinas flexíveis e com facilidade de arranjos conforme momentos e necessidades e, contudo, também legitimar espaços para atuações não disciplinares. A análise do conceito de autoconstrução e os resultados em práticas discursivas, em práticas construtoras não disciplinares, reforçam a necessidade de estar em pauta a possibilidade de diferentes atuações. As transformações contemporâneas estão baseadas em princípios de inovações tecnológicas de relações das pessoas com o espaço urbano e as próprias formas de se relacionar entre si. O uso de plataformas *on-line* como forma de vinculação entre pessoas e produtos, pessoas e serviços, serviços e serviços e experiências e pessoas, e por aí vai, influencia a forma como as pessoas se relacionam também com a arquitetura e as cidades.

A exploração desta pesquisa é baseada em práticas e discursos em construção, ou seja, está em pauta o cenário atual em constante transformação. Dessa forma, não há o distanciamento histórico para reflexões e repercussões de efeito de longo prazo; e a exploração e indicativo de outras possibilidades possuem a fragilidade de se estar tratando de possibilidades para o presente, logicamente, a partir de indicativos. Portanto, não é uma tentativa de classificar em certas ou erradas as análises passadas. Possui, sim, a potencialidade de refletir sobre o presente a partir de possibilidades em construção e com indicativos de mudanças no próprio presente.

## 6.1 OUTRA LÓGICA DE DISPOSITIVO

Nesta seção, o objetivo é elucidar um caminho para outra lógica de dispositivo. Existe uma tendência, mesmo que ainda tímida, de construções de discursos para atualização da disciplina, conforme discutido no capítulo 3 e exposto no capítulo 5. Contudo, aqui, a intenção é pensar

noutra lógica de acionar dispositivos: a partir da emergência das necessidades dos sujeitos da arquitetura não disciplinar atendidos pela Lei nº 11.888/2008 (não da atualização da lógica do arquiteto). A necessidade da prática, a partir da necessidade do acontecimento, é o ponto de ruptura da disciplina da arquitetura da forma que conhecemos hoje.



Figura 50 - Dispositivos com foco no sujeito da autoconstrução  
Fonte: a autora.

Na Figura 50, o primeiro esquema demonstra o modelo tradicional de aplicação do dispositivo disciplinar: para a atuação do arquiteto, são acionados o dispositivo estratégico e seus mecanismos de operação para que, enfim, seja alcançado o destino final, o qual são morador e sua obra. A atuação, por vezes, se limita ao acionamento dos dispositivos, e não se chega à obra e ao morador (*vide* capítulo 5), ou seja, finda-se nos dispositivos disciplinares, como, em muitos casos, na fase de projeto arquitetônico e seus complementares. O segundo esquema expõe um arranjo em que o dispositivo da arquitetura é negociado para a construção e uso da casa – e acionado pelo sujeito da construção/morador –, daí resultando uma interação constante entre dispositivo e seu acionador. Há uma importante modificação nos papéis e negociações, para que a atuação do arquiteto *per se* não seja o motivo do acionamento do dispositivo, e sim a necessidade contextualizada do morador. Não há espaço nesse modelo para a supervalorização do projeto, apesar de o projeto, em suas diversas formas de representação, como ferramenta, poder estar presente.

Essa alteração da perspectiva da atuação gera novas possibilidades de atuação, até mesmo a partir da disciplina, criando fluidez e organicidade para diferentes formas de se atuar na produção do espaço urbano. Para isso, a forma de negociar arranjos para a dupla *mão de obra* e *material de construção* é o foco que deve estar atrelado ao acionamento do dispositivo proposto. As análises feitas por esta pesquisa expuseram como acionamentos de mecanismos que não consideram essa dupla subsidiada ou a partir de financiamentos não levam de fato à materialização. Nesse contexto, a atuação técnica está inserida na negociação da mão de obra, caminhando na junção do *techné* como único mecanismo de construção a partir da técnica (não o subdivido em projeto e mão de obra construtiva, como atualmente é numa atuação convencional e disciplinar). Outra premissa importante que insiro nesta proposta é a capacidade de o morador/construtor se organizar e ter autonomia em seu processo de construção, estando em pauta a prática da mediação como estrutura para o diálogo entre envolvidos. A proposta avança, pois, em arranjos nos quais técnica e materiais estejam alinhados e, ao mesmo tempo, possibilite o fortalecimento familiar e, em alguns casos, comunitários.

Para propiciar tais arranjos com a devida capacidade de organização a partir das próprias práti-

cas construtoras, o mecanismo estratégico que proponho é por meio da tecnologia. As contribuições da tecnologia como ferramenta cívica que fundamentaram a base da proposta são detalhadas na seção 6.2. Os benefícios da tecnologia para a coleta de dados e sistematização de demandas superam em escala e, em alguns casos, em qualidade as pesquisas manuais e em campo. Não se diz, todavia, que essas são inválidas ou menos necessárias; mas pesquisas em campo demandam pessoas envolvidas, gastos e se desatualizam, obviamente, a depender do objeto em análise. Nesse sentido, pretende-se aproximar o dispositivo das demandas dos moradores por uma ferramenta tecnológica, criação de plataforma ou aplicativo. Fechando o ciclo da pesquisa, é curioso observar que a busca pela reflexão aqui apresentada teve origem em iniciativa acerca de quais dispositivos acionar num contexto de tecnologia digital, conforme relatado nas motivações práticas para esta pesquisa (seção 1.3); e o indicativo, a partir de outra lógica de dispositivo, está sendo assumido novamente em contexto alinhado com a tecnologia digital. Vale reforçar que não se trata da proposição de uma solução, mas sim de um anúncio de deslocamento para outra lógica de acionamento de dispositivo. Não há a pretensão em direcionar caminhos, e sim possibilidades de reflexão que indiquem ser possível esse deslocamento.

A primeira necessidade para o entendimento correto das demandas é a coleta de dados dos moradores, principalmente daqueles enquadrados na faixa de renda da Lei nº 11.888/2008, até 3 salários mínimos. A coleta de dados é fundamental para preencher uma lacuna nos programas habitacionais: a falta de dados; a sistematização destes favorece a organização de demandas e orçamentos segundo necessidades de materiais e mão de obra. O conhecimento das demandas a partir da sistematização de dados permite apoiar construtores no agenciamento de serviços, como mão de obra e possibilidades de trocas de materiais de construção, por exemplo. Esse modelo de arranjo permite aos gestores da sistematização da informação serem o próprio grupo social envolvido – disso resulta autonomia de atuação em processo cuja premissa é potencializar ações individuais a partir da coletivização de suas próprias informações.

A intenção é possibilitar uma plataforma para reestruturação de ferramentas disponíveis aos sujeitos da construção/moradores que priorize suas necessidades e, assim, organização de dados a partir de aprimoramento. Tudo em prol das possibilidades técnicas por construções tecnicamente viáveis, adequadas ambientalmente e, ao mesmo tempo, do âmbito de decisão do construtor. A proposta abarca pontos reflexivos importantes, dentre os quais, a possibilidade de acionamento de dispositivos que façam sentido aos construtores, sobretudo, e aqueles contemplados na Lei nº 11.888/2008..

1. Aproximar demandas dos construtores a partir de suas necessidades reais: mão de obra e material de construção.
2. Aproximar demandas dos construtores da atuação técnica a partir de deslocamento da valorização do projeto arquitetônico e da atuação disciplinar.
3. Possibilitar logística que apoie o fornecimento de materiais de construção a partir de ação governamentais, doação ou troca entre os próprios construtores.
4. Possibilitar acionamentos técnicos com sentido e soluções adequadas para cada morador e realidade construtora.

Nesse sentido, a dupla mão de obra e materiais de construção deve ser organizada a partir de arranjos que permitam: a formatação de patrocínio estar presente; e uma da mão de obra quali-

ficada com soluções técnicas para cada contexto. Com isso, o dispositivo da arquitetura é acionado pelos moradores mediante princípios técnicos e com mecanismos que permitam a interação com a atuação técnica. O acionamento desse dispositivo ainda não foi colocado em prática, contudo, aponta a uma resposta às proposições teórico-metodológicas aqui desenvolvidas.

Não é intenção desta pesquisa concluir um ciclo de reflexões, mas questionar verdades construídas e analisar seus arranjos de construção a fim de entender o contexto atual. Em outras palavras, decompor discursos assumidos como verdade ao longo do tempo para contextualização atual e liberdade de construção de novas práticas discursivas – com isso, assumir a hipótese de necessidade de revisão dos dispositivos acionados na prática não disciplinar e sugerir uma possibilidade de atuação focada nos sujeitos da construção (deslocada de prerrogativas disciplinares que estruturam um saber).

A tecnologia vinculada a experiências cívicas, ou seja, ao conceito de cidadão, está em ascensão, ao mesmo tempo em que o uso da tecnologia está cada vez mais comum na vida das pessoas. Um estudo sobre o tema, fora do contexto brasileiro, mas oportuno de ser citado, é o de Le (2019), pois apresenta temas e desafios também presentes em experiências brasileiras. Segundo a autora, a partir da literatura existente, há temas em que o uso da tecnologia cívica nas cidades é mais presente e trazem consigo desafios de implantação. O primeiro tema trata da construção de tecnologias com as comunidades e sugere algumas ações, como: envolvimento da estrutura social existente (profissionais devem conhecer os moradores onde estão e trabalhar com parceiros locais para personalizar a melhor abordagem da comunidade); potencialização de habilidades e infraestrutura tecnológicas existentes na comunidade; criação de ambientes educacionais (comunidades devem ter a oportunidade de integrar novas ferramentas e habilidades em suas vidas, em seus próprios termos); e distribuição do poder. Liderar um processo colaborativo é a arte de sair do caminho.

O segundo tema é a motivação por trás do engajamento cívico. A autora diz que a melhor maneira de impulsionar e manter o engajamento é mostrar a responsabilidade com o envolvimento. Os piores resultados acontecem quando as pessoas fornecem informações, e estas entram num vazio. Se uma equipe do projeto não responde, não repete seus planos com base nesse *feedback* ou não permite às pessoas saberem como agregaram valor, a probabilidade de participação de membros da comunidade diminui drasticamente. As pessoas precisam sentir que seus comentários foram ouvidos, que as pessoas respondem muito bem às suas contribuições, e que isso importa. Por último, nessa temática, o desafio é investir na infraestrutura do engajamento; um processo de tomada de decisão mais participativo está associado a um governo aberto que, supõe-se, beneficie a qualidade do serviço público e a criação de valor interativo.

Com relação aos desafios para a implantação de ferramentas cívicas, Le (2019) fala da necessidade de ouvir a comunidade, sendo que, na prática da tecnologia cívica, o mantra “construir com, não para” reina supremo. A tecnologia é tão boa quanto bem-vinda, relevante e fácil de usar. Embora a expectativa de “construir com, não para” tenha moldado a maneira como *hackers* cívicos criam novos aplicativos para nossos telefones, ela ainda não foi amplamente adotada pelos tecnólogos urbanos que implantam sensores, quiosques *Wi-Fi* ou outras tecnologias

públicas em nossos limites, explica a autora. Isso revela desafio real e oportuno, à medida que perseguimos as cidades do século XXI, ricas em dados, conectadas e receptivas. Sendo assim, acesso à tecnologia é desafio.

1. Não existe um modelo “tamanho único” – modelos diferentes funcionarão melhor e serão mais inclusivos, dependendo de quem participa, como eles se envolvem e que tipos de oportunidades estão disponíveis.
2. O processo burocrático e a implementação podem retardar o progresso – atrasos podem desencorajar a participação de residentes com poucos recursos, enquanto residentes com bons recursos e familiarizados com o processo político podem esperar.
3. Organizações cívicas podem complementar o governo municipal para ajudar a compensar suas limitações.
4. Embora a tecnologia e as ferramentas digitais ofereçam mais oportunidades de envolvimento cívico, a tecnologia sozinha não elimina efetivamente as barreiras à entrada ou ajuda a atrair pontos de vista mais diversos.
5. Os sistemas ideais de entrada de residentes comunicam aos usuários o que aconteceu como resultado de suas contribuições por meio de loops de feedback positivo, que podem ajudar a criar seu senso de agência.
6. Os governos locais e as estruturas de engajamento devem incentivar o engajamento proativo e positivo, em vez de incentivar os residentes a simplesmente participarem da resposta a um problema individual.
7. A melhoria do engajamento cívico deve incluir reformas que tornem a democracia mais equitativa (LE, 2019, *s.p.*, tradução minha).

A marcação acerca da tecnologia cívica é para dizer que a inserção de novos processos e lógicas de atuação demandam arranjos com os envolvidos e entendimento de suas práticas discursivas, o que foi tratado nesta tese. Os arranjos são diversos e podem envolver poder público, instituições de ensino e empresas, mas, contudo, devem estar fundamentados nas demandas, controle e autonomia de decisão dos sujeitos da moradia e construção. A ferramenta tecnologia é apenas um mecanismo dentro de um dispositivo a ser acionado, ou seja, por si só é apenas mais um mecanismo técnico distante da lógica que deve abraçá-lo, da criação até o uso. Nesse sentido, a contribuição de Le (2019) deve estar em pauta e ser atendida na proposição do dispositivo com mecanismos tecnológicos.

A proposta é um indicativo de caminho. No momento, creio ser oportuno criar indicativos a partir das necessidades reais e cotidianas: a atuação técnica deve estar alinhada com pessoas e suas vivências. De acordo com tal concepção, os dispositivos disciplinares pouco contribuem para a construção de uma assistência técnica gratuita, objetivo da Lei nº 11.888/2008, e promoção de melhorias habitacionais em produções não disciplinares.

## 6.2 TECNOLOGIA SOCIAL

Minha maior aproximação com as potencialidades e fragilidades das ferramentas tecnológicas de interação social, bem como para potencializar coleta de dados e suas sistematizações, foi na minha incursão no doutorado-sanduíche no MediaLab (laboratório interdisciplinar de pesqui-

sa) dentro do grupo de pesquisa Civic Media, do Massachusetts Institute of Technology (MIT), de novembro de 2019 a fevereiro de 2020 – laboratório estudioso da tecnologia como prática de compartilhamento de ideias e promotora de mediação de grupos distintos. A minha inserção teve como princípio o de me distanciar dos discursos que tratam das práticas não disciplinares no contexto brasileiro; e o distanciamento promoveu a aproximação, a partir de narrativas transdisciplinares, repostas para questões em contextos culturais distintos e diferentes enfoques (com premissas da inserção da tecnologia cívica, ressalte-se). A intenção, em princípio, foi a de estudar, ainda de forma vaga, como o aparato tecnológico pode propiciar melhor leitura do espaço para tomadas de decisão do construtor/morador; contudo, a partir do desenvolvimento das discussões com o grupo do Civic Media e outros estudos no MIT, a proposta concebeu-se como: desenvolver dispositivos desatados de prerrogativas disciplinares com foco em necessidades de quem os demanda, os moradores/construtores.

O Civic Media tem como princípio o desenvolvimento cívico de tecnologia para a transformação social e, por essa perspectiva, possui diversas experiências e pesquisa críticas do uso das mídias sociais e ferramentas tecnológicas para atender a demandas específicas de grupos sociais, bem como analisa criticamente as redes sociais e seus efeitos na sociedade. A inserção no grupo possibilitou conhecer o alinhamento das ferramentas tecnológicas para o exercício cívico e como arranjos dos moradores podem ter maiores ganhos se organizados e sistematizados em prol de suas próprias necessidades. O uso dessas ferramentas também possibilita maior acompanhamento das políticas públicas e denúncias de irregularidades em diferentes instâncias, quando pessoas se interessam no engajamento de monitoramento. Apesar de não serem ferramentas com os mesmos princípios desta pesquisa, vale a pena citar ferramentas que procuram ser mediadores para práticas cívicas.

Uma iniciativa que também aborda a questão habitacional é a plataforma Mútuo<sup>100</sup> (Peru), a qual reúne profissionais em arquitetura e pessoas que necessitam de construir sua habitação, com a finalidade de garantir que os projetos de habitações sejam realizados por pessoas com conhecimento disciplinar. A intenção da plataforma, que se denomina um empreendimento social, é aproximar a disciplina da prática construtiva não disciplinar por meio de concursos de projetos habitacionais para famílias socialmente vulneráveis. Ainda dentro do contexto habitacional, a Mosaic Technology<sup>101</sup> é um coletivo de construção de moradias acessíveis pioneiro no uso de aprendizado de máquina para simplificar a montagem de edifícios e facilitar a criação de celeiros comunitários. A empresa tem inspiração na filosofia de Christopher Alexander, que lecionou arquitetura na UC Berkeley por mais de quarenta anos. Através de livros clássicos, como *A linguagem de padrões*, *The timeless way of building* e *The nature of order*, ele descreve um processo para levar vida e beleza ao espaço físico.

Outra ferramenta cívica, mas com outro propósito, é o Monitorando a Cidade,<sup>102</sup> que possui

.....  
100 BARATTO, Romullo. MUTUO: um projeto colaborativo para o sonho da moradia digna no Peru. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/874542/mutuo-um-projeto-colaborativo-para-o-sonho-da-moradia-digna-no-peru>. Acesso em: 14 jun. 2020.

101 MOSAIC. Site institucional. Disponível em: <https://mosaic.us>. Acesso em: 14 jun. 2020.

102 MONITORANDO A CIDADE. Site institucional. Disponível em: <https://monitor.promisetracker.org/?locale=pt-BR>. Acesso em: 14 jun. 2020.

como finalidade o monitoramento de políticas públicas, tendo sido usado em cidades brasileiras (Belém, São Luiz, Santarém, Betim, Brasília, São Paulo e algumas cidades do litoral do Estado do Rio de Janeiro). Por último, a ferramenta QUIPU<sup>103</sup> (Colômbia), que tem como finalidade fomentar a economia informal nas comunidades sob a forma de *marketplace* para economias informais.

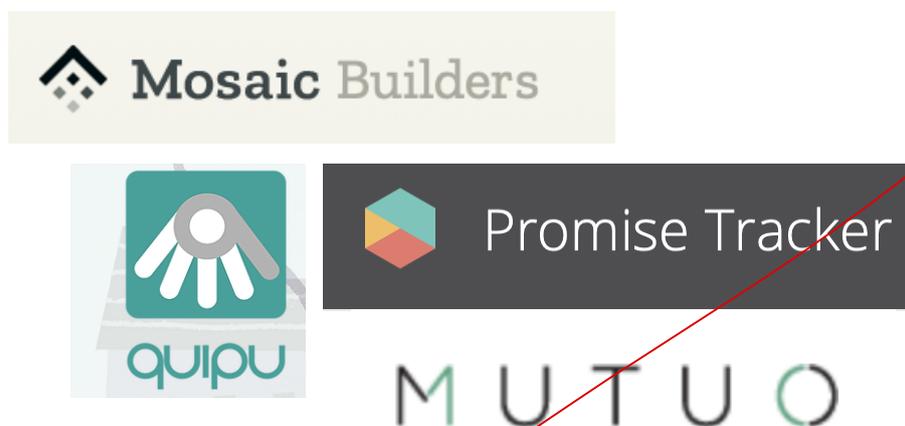


Figura 51 - Ferramentas tecnológicas com princípios cívicos  
Fonte: a autora.<sup>104</sup>

Pesquisas a partir das experiências citadas e conversas com alguns de seus idealizadores mostraram que apenas as ferramentas, por si só, não garantem o que se espera como princípio; precisam, primeiro, fazer sentido ao grupo a que se destinam. Outra questão importante é: as pessoas devem confiar na ferramenta e a quem se destina; somente a partir dessa premissa seria possível o engajamento. Uma preocupação do Civic Media merecedora de destaque, além da promoção de ferramentas cívicas, é acerca de como ferramentas promovem interação e possibilidades de transformação e seus efeitos na sociedade.

A proposta de pesquisa desta tese, observa-se, é pautada em todas essas experiências com consciência crítica. É nelas que se ancora.

### 6.3 CONSIDERAÇÕES DE ÚLTIMA HORA

Não posso deixar de marcar como o momento atual vivido pelo mundo tem alterado (ao menos, deveria gerar reflexões) as relações sociais: todas estão em xeque, sejam as familiares, sociais, com a cidade e espaço urbano, e, gostaria de ressaltar, com a casa. O mundo atravessa uma crise sanitária devida à pandemia de COVID-19; para evitar o contágio excessivo, a medida adotada no Brasil e em diversos outros países foi o isolamento social. As pessoas que podem estão confinadas em suas casas com seu núcleo familiar e pouco acesso a lugares públicos ou que gerem aglomerações. Essa medida, logicamente não atende a grande parte das famílias brasileiras, que

103 QUIPU. Site institucional. Disponível em: <https://www.quipumarket.com>. Acesso em: 14 jun. 2020.

104 Composição a partir de: BARATTO, *on-line*; MOSAIC BUILDING GROUP, *on-line*; MONITORANDO A CIDADE, *on-line*; QUIPU, *on-line*.

não possui oportunidades de isolamento (precisa de trabalhar ou as casas não oferecem condições de confinamento). Uma das reflexões importantes em fervência trata de condições de moradias de pessoas em maior vulnerabilidade social e econômica; estas também são as mais abaladas do ponto de vista econômico, por razão da perda de empregos e de menor geração de renda durante a pandemia. Morado Nascimento e Freitas (2020)<sup>105</sup> mostram que o contexto da crise sanitária e as medidas tomadas escancaram desigualdades historicamente construídas e naturalizadas a partir de discursos fundamentados dentro da lógica de mercado ou da institucional.

A sociedade em geral começou a ventilar medidas a serem tomadas pós-COVID-19, a fim de potencializar a economia e criar melhores condições de moradia. Historicamente, no Brasil, foram adotadas medidas de incremento na economia a partir da injeção de verbas para a construção civil, haja visto o Programa de Aceleração Econômica (PAC) e o Programa Minha Casa Minha Vida, implantado em 2009. Nesse sentido, a ATHIS torna-se medida política e econômica possível e desejada pelo incremento na construção civil, e isso pôde ser visto em uma reportagem recente:

Arriscaríamos dizer que, para a maioria dos seres humanos, na época do COVID-19, o lar não é um espaço para expansão e conforto individual e familiar, mas para aprisionamento e impedimento de nossos pensamentos e emoções. O lastimável é que não deve e nem precisa ser assim. Podemos habitar espaços domésticos nutritivos com as mesmas despesas de construção de recursos. O que os academismos costumam nos dizer sobre a funcionalidade e a eficiência do espaço são mentiras puras para apoiar o sistema extrativo global e seus laços com a corrupção política. Trazer as estruturas, relações e desenvolvimentos do espaço doméstico é começar a procurar a identidade da arquitetura doméstica, com uma participação primária do ser humano (ARESTA; SALÍNGAROS, 2020).

Em Belo Horizonte (Minas Gerais), uma campanha de reivindicação de políticas públicas no combate à pandemia em áreas de assentamentos de interesse social marca: “se o lema é ‘Fique em Casa’, política habitacional é serviço essencial”. No contexto dessa mobilização, os integrantes de referida ação divulgaram carta aberta<sup>106</sup> a ser entregue ao prefeito do município; assinam diversas pessoas inseridas em movimentos sociais, associações e núcleos de habitação, instituições de ensino, especialistas, vereadores, deputados federais e estaduais. Dentre ações solicitadas, ressalto a que trata do reconhecimento da assistência e assessoria técnica para execução emergencial de melhorias habitacionais e propõe estratégias: fornecimento de *voucher* para a compra de material de construção; e fornecimento de mão de obra a partir de contratos já em andamento. A carta aberta reflete o efeito de pouca oportunidade de algumas famílias em casa durante a pandemia, bem como a pressão, sobretudo, de intelectuais específicos, nos termos de Foucault, da implantação de oportunidades e ATHIS. Interessante observar que as solicitações

105 FREITAS, D. M. de; MORADO, D. Ações de garantia ao direito à moradia em Belo Horizonte diante da pandemia do coronavírus. 25 maio 2020. Disponível em: <http://www.labcidade.fau.usp.br/acoes-de-garantia-ao-direito-a-moradia-em-belo-horizonte-diante-da-pandemia-do-coronavirus/>. Acesso em: 25 maio 2020.

106 AJUP/UFMG – ASSESSORIA JURÍDICA UNIVERSITÁRIA E POPULAR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS *et al.* Se o lema é “fique em casa”, política habitacional é serviço essencial! Belo Horizonte, 14 maio 2020. (Carta aberta). Disponível em: [https://www.observatoriodasmetropoles.net.br/wp-content/uploads/2020/05/Carta-aberta-ampliada\\_Covid-19.pdf](https://www.observatoriodasmetropoles.net.br/wp-content/uploads/2020/05/Carta-aberta-ampliada_Covid-19.pdf). Acesso em: 8 jun. 2020.

de mão de obra e materiais de construção vão ao encontro da proposta desta pesquisa (demonstrado um deslocamento de acionamento disciplinar da arquitetura, geralmente acompanhado de experiências da ATHIS).

O exposto, nesta seção, são discursos em construção que demonstram potencial de exigir a elaboração de outro dispositivo estratégico que faça sentido em instâncias econômicas, políticas e técnicas. Ainda não é possível supor quais discursos serão legitimados como verdade ou seus arranjos de poder. Já é possível ver organizações se mobilizando em prol da ATHIS, como o CAU (em edital específico para o contexto da pandemia), carta aberta/manifesto e reportagens em jornais. Contudo, não é possível indicar quais arranjos serão construídos para estabelecer uma nova prática pós-COVID-19, o que propagandas publicitárias têm denominado “novo normal”.



REFERÊNCIAS



ABIKO, A. K.; CONCILIO, V. P. Autoconstrutibilidade. *Anais...* São Paulo: FAU/USP, 1995.

ABRA. Site institucional. Disponível em: <http://www.portosocial.com.br/abra/>. Acesso em: 13 maio 2020.

ABRAMO, P. A teoria econômica da favela: quatro notas sobre a localização residencial dos pobres e o mercado imobiliário informal. In: ABRAMO, P. *A cidade da informalidade: os desafios das cidades latino-americanas*. Rio de Janeiro: Livraria Sette Letras; FAPERJ, 2003.

ALVES, J. X. de S. O ensino sem práxis. *Revista do CAU/SP Mobile: Dossiê Arquitetura Pública*, [s.l.], n. 2, p. 56-57, out. 2014.

AMORE, C. S. Assessoria e assistência técnica: arquitetura e comunidade na política pública de habitação de interesse social. In: SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE URBANIZAÇÃO DE FAVELAS – URBFAVELAS, 2., 2016, Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.peabirutca.org.br/wp-content/uploads/athis-2.pdf>. Acesso em: 17 mar. 2019.

AMORE, C. S. *et al.* Projeto para quê? Projeto para quem? Processos, objetivos e potencialidades de projeto de urbanização de favelas. In: OLIVEIRA, P.; FERREIRA, L.; LACOVINI, V. *Dimensões do intervir em favelas: desafios e perspectivas*. São Paulo: Peabiru, 2019.

ARCHDAILY. CAU/GO promove concurso nacional para projeto de habitação social. 2020. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/933062/cau-go-promove-concurso-nacional-para-projeto-de-habitacao-social>. Acesso em: 13 maio 2020.

ARCHE PROJETOS PARTICIPATIVOS. Novo curso de assessoria técnica em arquitetura! Disponível em: <https://www.facebook.com/archeprojetosparticipativos/photos/p.2902912563092238/2902912563092238/?type=1&theater>. Acesso em: 13 maio 2020.

ARCHE PROJETOS PARTICIPATIVOS. Perfil oficial na rede social Facebook. Disponível em: [https://www.facebook.com/pg/archeprojetosparticipativos/posts/?ref=page\\_internal](https://www.facebook.com/pg/archeprojetosparticipativos/posts/?ref=page_internal). Acesso em: 13 maio 2020.

ARESTA, M.; SALÍNGAROS, N. A importância do espaço doméstico em tempos de COVID-19. [La importancia del espacio doméstico en tiempos de COVID-19]. 17 maio 2020. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/939395/a-importancia-do-espaco-domestico-em-tempos-de-covid-19>. Acesso em: 18 maio 2019.

ARQTODOS. Perfil oficial na rede social Instagram. Disponível em: <https://www.instagram.com/arqtodos/?hl=pt>. Acesso em: 13 maio 2020.

ARQUITECASA. Vivência em Assistência Técnica para Melhorias Habitacionais. Disponível em: <https://athiscurso.wixsite.com/inscricao>. Acesso em: 13 maio 2020.

ARQUITETAS NÔMADES. *Site* institucional. Disponível em: <https://www.arquitetasnomades.com.br>. Acesso em: 13 maio 2020.

ARQUITETOS DA VILA. *Site* institucional. Disponível em: <https://arquitetosdavila.arq.br>. Acesso em: 13 maio 2020.

ARQUITETOS DO BAIRRO. *Site* institucional. Disponível em: <https://arquitetosdobairro.wix-site.com/arquitetosdobairro>. Acesso em: 13 maio 2020.

ARQUITETURA DO BARRETO. *Site* institucional. Disponível em: <https://www.arquiteturado-barreto.com>. Acesso em: 13 maio 2020.

ARQUITETURA FAZ BEM. Perfil oficial na rede social Facebook. Disponível em: [https://www.facebook.com/pg/arquiteturafazbem/posts/?ref=page\\_internal](https://www.facebook.com/pg/arquiteturafazbem/posts/?ref=page_internal). Acesso em: 13 maio 2020.

ARQUITETURA SOCIAL. Perfil oficial na rede social Instagram. Disponível em: <https://www.instagram.com/arqbsbsocial/>. Acesso em: 13 maio 2020.

ARTEMESIA. Tese de impacto social em Habitação. 2019. Disponível em: <https://www.artemesia.org.br/habitacao/>. Acesso em: 20 abr. 2020.

ATAU+E UFPB. Perfil oficial na rede social Facebook. Disponível em: <https://www.facebook.com/pages/category/Education-Website/ATaue-UFPB-100802058015606/>. Acesso em: 13 maio 2020.

ATELIÊ DE IDEIAS. *Site* institucional. Disponível em: <http://www.ateliedeideias.org.br/bemorar/index.html>. Acesso em: 13 maio 2020.

ÁTICO – ASSESSORIA TÉCNICA DE INTERESSE A COMUNIDADES ORGANIZADAS. Perfil oficial na rede social Facebook. Disponível em: <https://www.facebook.com/atico.ifsp/>. Acesso em: 13 maio 2020.

ATOS COLABORATIVOS. Perfil oficial na rede social Facebook. Disponível em: <https://www.facebook.com/atoscolaborativosjf/>. Acesso em: 13 maio 2020.

BALTAZAR, A. P. *et al.* Ambiente de imersão virtual como ferramenta para mudança de paradigma no processo de projeto arquitetônico: da representação à interação. In: CONGRESSO DE LA SOCIEDAD IBERO-AMERICANA DE GRÁFICA DIGITAL: Design in Freedom, 18., Montevideo, *Actas...* Montevideo: Universidad de la República, 2014. Disponível em: [http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/01\\_biblioteca/arquivos/gomes\\_14\\_ambiente\\_de\\_imersao\\_virtual.pdf](http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/01_biblioteca/arquivos/gomes_14_ambiente_de_imersao_virtual.pdf). Acesso em: 30 maio 2020.

BALTAZAR, A. P. *et al.* Parametrização para além do processo de projeto: experimentando aberturas para interação. *In: XX CONGRESO DE LA SOCIEDAD IBERO-AMERICANA DE GRÁFICA DIGITAL*. 10., Buenos Aires, *Actas...* Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires, 2016. Disponível em: <http://pdf.blucher.com.br/s3-sa-east-1.amazonaws.com/designproceedings/sigradi2016/621.pdf>. Acesso em: 30 maio 2020.

BALTAZAR, A. P.; KAPP, S. Assessoria técnica com interfaces. *In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO*, 4., Porto Alegre, 25 a 29 jul. 2016.

BALTAZAR, A. P.; KAPP, S. Por uma Arquitetura não planejada: o arquiteto como designer de interfaces e o usuário como produtor de espaços. *Impulso*, Piracicaba, v. 17, p. 93-103, 2006. Disponível em: [http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/01\\_biblioteca/arquivos/baltazar\\_06\\_por\\_uma\\_arquitetura.pdf](http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/01_biblioteca/arquivos/baltazar_06_por_uma_arquitetura.pdf). Acesso em: 31 maio 2020.

BELO HORIZONTE. Conselho Municipal de Habitação. Resolução nº II do Conselho Municipal de Habitação de Belo Horizonte. 2019.

BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. Decreto nº 11.709, de 13 de maio de 2004. Regulamenta a Lei nº 8.758, de 16 de janeiro de 2004, que institui o Serviço de Arquitetura e Engenharia Públicas no Município de Belo Horizonte. Disponível em: <https://www.cmbh.mg.gov.br/atividade-legislativa/pesquisar-legislacao/decreto/11709/2004>. Acesso em: 31 maio 2020.

BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. Lei nº 8.758, de 16 de janeiro de 2004. Institui o Serviço de Arquitetura e Engenharia Públicas, altera a Lei nº 8.574, que dispõe sobre facilitação de acesso, a espaço público, de pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em: <https://www.cmbh.mg.gov.br/atividade-legislativa/pesquisar-legislacao/lei/8758/2004>. em 31 de maio de 2020.

BENÉVOLO, L. *A história da Arquitetura moderna*. 10. ed. São Paulo: Perspectiva, 1976.

BICCA, P. *Arquiteto: a máscara e a face*. São Paulo: Projeto Editores Associados, 1984.

BIERNSTEIN, R. Athis residência e extensão. Produção: CAU/RJ. Rio de Janeiro: CAU/RJ, 26 nov. 2019. 220 min. [Palestra para o Seminário Nacional para Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social]. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=qLiwQsi6RXs>. Acesso em: 16 jun. 2020

BONDUKI, N. *Habitar São Paulo: reflexões sobre a gestão urbana*. São Paulo: Estação Liberdade, 2000.

BONDUKI, N. *Origens da habitação social no Brasil: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria*. 5. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2011.

BONDUKI, N.; ROLNIK, R. Periferia da grande São Paulo: reprodução do espaço como expediente de reprodução da força de trabalho. In: MARICATO, E. (org.). *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial*. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1982.

BRANDÃO, C. A. L. A invenção do campo disciplinar da arquitetura: contribuições e contraposições renascentistas. *Interpretar Arquitetura*, Belo Horizonte, n. 7, p. 1-12, 2004. Disponível em: <http://www.arquitetura.ufmg.br/ia>. Acesso em: 18 maio 2020.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei nº 6.223/2002. Institui o Programa de Assistência Técnica à Moradia Econômica (ATME) a pessoas de baixa renda, e dá outras providências. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=45419>. Acesso em: 17 mar. 2019.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei nº 6.699/2002. Modifica dispositivo do Código Penal, e dá outras providências. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=50794>. Acesso em: 30 maio 2020.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei nº 6.981C/2006. Assegura às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social; tendo pareceres: da Comissão de Desenvolvimento Urbano, pela aprovação (relatora: DEP. MARINHA RAUPP) Comissão de Finanças e Tributação, pela adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela aprovação, com Substitutivo (relator: DEP. LUIZ CARREIRA) e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste e do Substitutivo da Comissão de Finanças e Tributação (relator: DEP. CHICO LOPES). 20 dez. 2007. Disponível em: [https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra;jsessionid=0AE87F3FE664ED4AD5FABCB4D7B63352.node2?codteor=414295&filename=Avulso+-PL+6981/2006](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=0AE87F3FE664ED4AD5FABCB4D7B63352.node2?codteor=414295&filename=Avulso+-PL+6981/2006). Acesso em: 30 maio 2020.

BRASIL. Casa Civil. Decreto nº 23.569, de dezembro de 1933. Regula o exercício das profissões, de engenheiro, arquiteto e de agrimensor. *Diário Oficial da União*, Brasília, 1933. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1930-1949/D23569.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/D23569.htm). Acesso em: 17 mar. 2019.

BRASIL. Casa Civil. Decreto-Lei nº 8.620, de 16 de junho de 1946. Dispõe sobre a regulamentação do exercício das profissões de engenheiro, de arquiteto e de agrimensor. *Diário Oficial da União*, Brasília, 1946. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8620-10-janeiro-1946-416554-norma-pe.html>. Acesso em: 30 maio 2020.

BRASIL. Casa Civil. Lei nº 1.188, de 24 de dezembro 2008. Assegura às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social. *Diário Oficial da União*, Brasília, 2008. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ Ato2007-2010/2008/Lei/L11888.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2007-2010/2008/Lei/L11888.htm). Acesso em: 17 mar. 2019.

BRASIL. Casa Civil. Lei nº 11.124, de 16 de junho 2005. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS, cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS e institui o Conselho Gestor do FNHIS. *Diário Oficial da União*, Brasília, 2005. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ Ato2004-2006/2005/Lei/L11124.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2004-2006/2005/Lei/L11124.htm). Acesso em: 8 jun. 2019.

BRASIL. Casa Civil. Lei nº 11.888, de 24 de dezembro de 2008. Assegura às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social e altera a Lei no 11.124, de 16 de junho de 2005. *Diário Oficial da União*, Brasília, 2008. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ ato2007-2010/2008/lei/111888.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ ato2007-2010/2008/lei/111888.htm). Acesso em: 30 maio 2020.

BRASIL. Casa Civil. Lei nº 12.378, de 31 de dezembro 2010. Regulamenta o exercício da Arquitetura e Urbanismo; cria o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil – CAU/BR e os Conselhos de Arquitetura e Urbanismo dos Estados e do Distrito Federal – CAUs; e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 2010. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2010/lei-12378-31-dezembro-2010-609912-norma-pl.html>. Acesso em: 17 mar. 2019.

BRASIL. Casa Civil. Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966. Regula o exercício das profissões de Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro-Agrônomo, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 24 abr. 1966. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L5194.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5194.htm). Acesso em: 17 mar. 2019.

CALDEIRA, T. Peripheral urbanization: autoconstruction, transversal logics, and politics in cities of the global south. *Environment and Planning D: Society and Space*, v. 35, n. 1, p. 3-20, fev. 2017.

CARPINTEIRO, M. V. T. *A construção de um sonho: os engenheiros-arquitetos e a formulação da política habitacional no Brasil*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.

CASTORIADIS, C. *A criação histórica – o projeto de autonomia*. Porto Alegre: Prefeitura Municipal de Porto Alegre; Secretaria Municipal da Cultura, 1991.

CASTORIADIS, C. *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CASTORIADIS, C.; COHN-BENDIT, D. *Da Ecologia à autonomia*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

CAU/BR – CONSELHO DE ARQUITETURA DO BRASIL. *Anuário de Arquitetura e Urbanismo 2016*. Brasília: CAU/BR, 2017. v. 1. Disponível em: <https://www.caumg.gov.br/wp-content/uploads/2018/01/Anuario-de-Arquitetura-e-Urbanismo-2016.pdf>. Acesso em: 30 maio 2020.

CAU/BR – CONSELHO DE ARQUITETURA DO BRASIL. *Anuário de Arquitetura e Urbanismo 2018*. Brasília: CAU/BR, 2018. v. 2, n. 1. Disponível em: <https://www.caubr.gov.br/wp-content/uploads/2018/06/Anuario-2017-web-baixa.pdf>. Acesso em: 30 maio 2020.

CAU/BR – CONSELHO DE ARQUITETURA DO BRASIL. *Anuário de Arquitetura e Urbanismo 2019*. Brasília: CAU/BR, 2019. Disponível em: <https://caubr.gov.br/wp-content/uploads/2019/06/ANUÁRIO-FINAL-WEB.pdf>. Acesso em: 30 maio 2020.

CAU/BR – CONSELHO DE ARQUITETURA DO BRASIL. CAU/PR: Com a participação da sociedade, Seminário em Curitiba debateu ATHIS. 2018. Disponível em: <https://www.caubr.gov.br/cau-pr-com-a-participacao-da-sociedade-seminario-em-curitiba-debateu-athis/>. Acesso em: 13 maio 2020.

CAU/BR – CONSELHO DE ARQUITETURA DO BRASIL. Projeto LOCUS. S.d. Disponível em: <https://www.caubr.gov.br/cba/mg-projeto-locus/>. Acesso em: 13 maio 2020.

CAU/BR – CONSELHO DE ARQUITETURA DO BRASIL. Resolução nº 21, de 5 de abril de 2012. Dispõe sobre as atividades e atribuições profissionais do arquiteto e urbanista e dá outras providências. Brasília: CAU/BR, 2012. Disponível em: <https://transparencia.caubr.gov.br/resolucao21/>. Acesso em: 30 maio 2020.

CAU/BR – CONSELHO DE ARQUITETURA DO BRASIL. Resolução nº 51, de 12 de junho de 2013. Dispõe sobre as áreas de atuação privativas dos arquitetos e urbanistas e as áreas de atuação compartilhadas com outras profissões regulamentadas, e dá outras providências. Brasília: CAU/BR, 2013. Disponível em: <https://transparencia.caubr.gov.br/resolucao51/>. Acesso em: 30 maio 2020.

CAU/BR – CONSELHO DE ARQUITETURA DO BRASIL; DATAFOLHA. O maior diagnóstico sobre arquitetura e urbanismo já feito no Brasil. 2015. Disponível em: <http://www.caubr.gov.br/pesquisa2015/>. Acesso em: 3 dez. 2018.

CAU/BR – CONSELHO DE ARQUITETURA DO BRASIL. Módulo I: remuneração do projeto arquitetônico de edificações. Brasília: CAU/BR, [s.d.].

CAU/CE – CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO CEARÁ. Estudo sobre ATHIS vai mapear as ações realizadas na última década. 2019. Disponível em: <https://www.cauce.gov.br/2019/09/06/estudo-sobre-athis-vai-mapear-as-acoes-realizadas-na-ultima-decada/>. Acesso em: 13 maio 2020.

CAU/MG – CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DE MINAS GERAIS. Formação em serviço: conceitos e práticas de assistência técnica de interesse social. Disponível em: <https://semfronteirasbrasil.wixsite.com/asfbrasil/athis>. Acesso em: 13 maio 2020.

CAU/MG – CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DE MINAS GERAIS. Seminário de Experiências em ATHIS. Disponível em: [https://www.sympla.com.br/seminario-de-experiencias-em-athis\\_671248](https://www.sympla.com.br/seminario-de-experiencias-em-athis_671248). Acesso em: 13 maio 2020.

CAU/PB – CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DA PARAÍBA. Seminário de Capacitação em Assistência Técnica: a experiência do município de Conde. Disponível em: <https://www.even3.com.br/seminarioathisconde/>. Acesso em: 13 maio 2020.

CAU/RS – CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO RIO GRANDE DO SUL. Primeira edição do Painel CAU/RS reúne convidados para dialogar sobre a ATHIS. 2019. Disponível em: <https://www.caurs.gov.br/primeira-edicao-do-painel-cau-rs-reune-convidados-para-dialogar-sobre-a-athis>. Acesso em: 13 maio 2020.

CAU/SC – CONSELHO DE ARQUITETURA SANTA CATARINA. *Cartilha ATHIS: Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social – é um direito e muitas possibilidades*. Florianópolis: CAU/SC, 2017. Disponível em: [http://www.caubr.gov.br/wp-content/uploads/2018/11/EBOOK\\_ATHIS\\_CAUSC.pdf](http://www.caubr.gov.br/wp-content/uploads/2018/11/EBOOK_ATHIS_CAUSC.pdf). Acesso em: 30 maio 2020.

CAVALCANTI, A. R. C. Uma linguagem padrão da autoconstrução: ferramenta para compreender os espaços e as práticas sociais das favelas brasileiras. *Archdaily Brasil*, 26 set 2017. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/880403/uma-linguagem-padrao-da-autoconstrucao-ferramenta-para-compreender-os-espacos-e-as-praticas-sociais-das-favelas-brasileiras>. Acesso em: 15 maio 2020.

COELHO, C. B. *Melhorias habitacionais em favelas urbanizadas: impasses e perspectivas*. 2017. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

COMVIVA ARQUITETURA E URBANISMO. Cursos. Disponível em: <http://comvivaarquitetura.com.br/cursos/>. Acesso em: 13 maio 2020.

COMVIVA. Site institucional. Disponível em: <http://comvivaarquitetura.com.br/>. Acesso em: 13 maio 2020.

CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE BELO HORIZONTE. Caderno de Resoluções 2019/21 – Resolução II do Conselho Municipal de Belo Horizonte, 2019. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/urbel/MIOLO%20Caderno%20de%20legislações%20CMH%202019.pdf>. Acesso em: 31 maio 2020.

CUNHA, E. M. P.; ARRUDA, Â. M. V. de; MEDEIROS, Y. *Experiências em habitação de interesse social no Brasil*. Brasília: Ministério das Cidades, Secretaria Nacional de Habitação, 2007.

DÍAZ, E. *A Filosofia de Michel Foucault*. São Paulo: Editora UNESP, 2012.

DIGNA ENGENHARIA SOCIAL. Perfil oficial na rede social Facebook. Disponível em: <https://www.facebook.com/dignaengenharia/>. Acesso em: 13 maio 2020.

EFICIOBRA. Perfil oficial na rede social Instagram. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/Bcmydw6guT5/>. Acesso em: 13 maio 2020.

EMAU - UNIAN ABC CAUSA. Perfil oficial na rede social Facebook. Disponível em: [https://www.facebook.com/pg/causa.unian/about/?ref=page\\_internal](https://www.facebook.com/pg/causa.unian/about/?ref=page_internal). Acesso em: 13 maio 2020.

ESCRITÓRIO DE INTEGRAÇÃO - ARQUITETURA E URBANISMO PUC MINAS. Perfil oficial na rede social Facebook. Disponível em: [https://www.facebook.com/pg/escritoriodeintegracao/about/?ref=page\\_internal](https://www.facebook.com/pg/escritoriodeintegracao/about/?ref=page_internal). Acesso em: 13 maio 2020.

ESCRITÓRIO PILOTO. Perfil oficial na rede social Facebook. Disponível em: [https://www.facebook.com/pg/escritoriopilotopoliusp/about/?ref=page\\_internal](https://www.facebook.com/pg/escritoriopilotopoliusp/about/?ref=page_internal). Acesso em: 13 maio 2020.

ESTÚDIO CRUZ. IN.FORMAL: Workshop de autoconstrução com Estúdio Cruz e Seu Design. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/tag/in-ponto-formal>. Acesso em: 13 maio 2020.

FARAH, M. F. *Processo de trabalho na construção habitacional: tradição e mudança*. São Paulo: Annablume; FAPESP, 1996.

FAVELAR. Site institucional. Disponível em: [www.favelar.com.br/](http://www.favelar.com.br/). Acesso em: 13 maio 2020.

FERRO, S. *Arquitetura e trabalho livre*. São Paulo: Cosac Naify, 2006.

FJP – FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. *Déficit habitacional no Brasil 2015*. Belo Horizonte: FJP, 2018. (Estatística & Informações; n. 6). Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.mg.gov.br/consulta/consultaDetalheDocumento.php?iCodDocumento=76871#>. Acesso em: 12 maio 2020.

FNA – FEDERAÇÃO NACIONAL DOS ARQUITETOS E URBANISTAS. *ALMARQ 98: dicas e informações para o arquiteto e urbanista*. Brasília: FNA, 1998. Disponível em: <http://www.fna.org.br/2011/08/30/almanarq/>. Acesso em: 17 mar. 2019.

FÓRUM DE ASSESSORIA TÉCNICA POPULAR DO NORDESTE. Perfil oficial na rede social Facebook. Disponível em: <https://www.facebook.com/forumpopular.ne/>. Acesso em: 13 maio 2020.

FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

FOUCAULT, M. *A história da loucura: na Idade clássica*. 11. ed. São Paulo: Perspectiva, 2017.

FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. 8. ed. Rio de Janeiro; São Paulo: Paz e Terra, 2018.

FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 2014.

GEPHIS. Perfil oficial na rede social Facebook. Disponível em: <https://www.facebook.com/gephis/>. Acesso em: 13 maio 2020.

GOMES, R. G. D. *Subversão do convencional: outras possibilidades na arquitetura*. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

GRACAS, M. das. Vila Acaba Mundo e os desafios da representação. *In: INSTITUTO POLIS et al. Planejamento alternativo: propostas e reflexões coletivas*. São Paulo: Instituto Pólis, 2019.

GRASSIOTTO, J. de A.; GRASSIOTTO, M. L. F. Habitação social em São Paulo: alternativa em análise. *Semina: Ciências Sociais e Humanas*, Londrina, v. 24, p. 131-140, set. 2003.

GUERRA, A. Arquitetura para hoje. *Revista do CAU/SP Mobile*, São Paulo, Dossiê Arquitetura Pública n. 2, p. 27, out. 2014.

HAMDI, N. *Housing without houses: participation, flexibility, enablement*. New York: Van Nostrand Reinhold, 1991.

HOLSTON, J. Autoconstruction in Working-Class Brazil. *Cultural Anthropology*, São Diego, v. 6, n. 4, p. 447-465, 1991.

HOLSTON, J. *Cidadania insurgente: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil*. Tradução de Cláudio Carina, revisão técnica de Luisa Valentini. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

HORIZONTES, Arquitetura e Urbanismo. Levantamento fotográfico demanda 12102. 2014b.

HORIZONTES, Arquitetura e Urbanismo. Levantamento fotográfico demanda 12098. 2014c.

HORIZONTES, Arquitetura e Urbanismo. Levantamento fotográfico demanda 12096. 2014d.

HORIZONTES, Arquitetura e Urbanismo. Levantamento fotográfico demanda 12095. 2014e.

HORIZONTES, Arquitetura e Urbanismo. Orçamento Projeto Executivo Planilha demanda 120102. 2014g.

HORIZONTES, Arquitetura e Urbanismo. Orçamento Projeto Executivo Planilha demanda 12098. 2014h.

HORIZONTES, Arquitetura e Urbanismo. Orçamento Projeto Executivo Planilha demanda 120096. 2014i.

HORIZONTES, Arquitetura e Urbanismo. Orçamento Projeto Executivo Planilha demanda 120102. 2014j.

HORIZONTES, Arquitetura e Urbanismo. Valor de Origem demanda 12098. 2014g.

HORIZONTES, Arquitetura e Urbanismo. Valor de Origem demanda 12096. 2014h.

HORIZONTES, Arquitetura e Urbanismo. Valor de Origem demanda 12095. 2014f.

HORIZONTES, Arquitetura e Urbanismo. Valor de Origem demanda 12102. 2014f.

HORIZONTES, Arquitetura e Urbanismo. Valor de Origem demanda 12292. 2014a.

INOVA URBIS CONSULTORIA E PROJETOS LTDA. *Site* institucional. Disponível em: <http://inovaurbis.com>. Acesso em: 13 maio 2020.

INSTITUTO PÓLIS. Seminário Nacional Planejamento Alternativo. 2019. Disponível em: <https://poliscomunicacao.wixsite.com/planalternativo>. Acesso em: 13 maio 2020.

JACQUES, P. B. *Montagem de uma outra herança*. 2019. Defesa pública da tese como requisito para a promoção funcional à classe de professor titular (Universidade Federal da Bahia) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=V5puc67kZuw>. Acesso em: 27 maio 2020.

JACQUES, P. B.; PEREIRA, M. S. *Nebulosas do pensamento urbanístico*. Tomo I: Modos de pensar. Bahia: EDUFBA, 2018.

JATHIS. I Jornada de Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social de Brasília. 201[7]. Disponível em: <http://brasilijaathis.org.br/2017/>. Acesso em: 13 maio 2020.

JATHIS. II Jornada de Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social de Brasília. 201[8]. Disponível em: <http://brasilijaathis.org.br/2018/>. Acesso em: 13 maio 2020.

JATHIS. III Jornada de Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social de Brasília. 201[9]. Disponível em: <http://brasilia.jathis.org.br/2019/>. Acesso em: 13 maio 2020.

KAPP, S. ATHIS - Formação em Serviço: Aula inaugural. 2019. Disponível em: <https://www.facebook.com/282439519282322/videos/523936514806913/>. Acesso em: 30 maio 2020.

KAPP, S. Autonomia heterônoma arquitetura. *Cadernos de Arquitetura e Urbanismo*, Belo Horizonte, v. 10, n. 11, p. 95-105, 2003. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/Arquiteturaeurbanismo/article/view/760/732>. Acesso em: 31 maio 2020.

KAPP, S. Contra a integridade. *MDC – Revista de Arquitetura e Urbanismo*, Belo Horizonte, v. 1, n. 2, p. 8-11, 2006. Disponível em: [http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/01\\_biblioteca/arquivos/kapp\\_06\\_contra\\_a\\_integridade.pdf](http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/01_biblioteca/arquivos/kapp_06_contra_a_integridade.pdf). Acesso em: 30 maio 2020.

KAPP, S. Experiências em assessoria técnica e suas questões. *In: OFICINA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E DIREITO À CIDADE*, 2014. *Anais...* Rio de Janeiro: Federação Nacional dos Arquitetos e Urbanistas; Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio de Janeiro, 2014.

KAPP, S.; BALTAZAR DOS SANTOS, A. P. Arquitetura livre, projeto contínuo. *A&U – Arquitetura e Urbanismo*, São Paulo, v. 19, n. 123, p. 75-77, 2004. Disponível em: [http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/01\\_biblioteca/arquivos/kapp\\_04\\_arquitetura\\_livre.pdf](http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/01_biblioteca/arquivos/kapp_04_arquitetura_livre.pdf). Acesso em: 30 maio 2020.

KAPP, S.; BALTAZAR, A. P. Metropolitan vernacular: on the history of informal construction in a Brazilian city. *In: People & Organizations / Craftsmanship & Technical Tasks*. 2012.

KAPP, S.; BALTAZAR, A. P.; MORADO NASCIMENTO, D. Arquitetura como exercício crítico: apontamento para práticas alternativas. [Architecture as critical exercise: little pointers towards alternative practices in architecture]. *In: ALTERNATE CURRENTS INTERNATIONAL SYMPOSIUM*, Sheffield, nov. 2007. *Field: a free journal for architecture*, v. 2, n. 1, p. 7-30, out. 2008. Disponível em: <http://www.field-journal.org/index.php?page=journal-2>. Acesso em: 30 março 2016.

KOWARICK, L. *A espoliação urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979

LAGO, L.; RIBEIRO, L. C. de Q. A casa própria em tempos de crise: os novos padrões de provisão de moradia nas grandes cidades. *In: RIBEIRO, L. C. de Q. A crise da moradia nas grandes cidades: da questão da habitação à reforma urbana*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.

LARSON, M. S. Emblem and exception: the historical definition of the architect's professional role. *In: BLAU, J.; LA GORY, M.; PIPKIN, J. Professional and urban form*. Albany: State University of New York Press, 1983. p. 49-85. (E-book).

LE, S. Civic Engagement Lessons. *In*: DATA-SMART CITY SOLUTIONS. Harvard Kennedy School. Civic Engagement: Themes & Lessons. 18 dez. 2019. Disponível em: [https://datasmart.ash.harvard.edu/news/article/civic-engagement-themes-lessons?fbclid=IwAR2ONpM8l6jtP6lP19dQzra\\_MFXKAAAn5RURpJlYPBK7-SQcVgXqym4cgk0w](https://datasmart.ash.harvard.edu/news/article/civic-engagement-themes-lessons?fbclid=IwAR2ONpM8l6jtP6lP19dQzra_MFXKAAAn5RURpJlYPBK7-SQcVgXqym4cgk0w). Acesso em: 17 maio 2020.

LIGA VENTURES. *Site* institucional. Disponível em: <https://liga.ventures>. Acesso em: 17 jun. 2020.

LINHARES, J. de F. *Atuação do arquiteto na produção do espaço urbano autoconstruído pela população de baixa renda*. 2018. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo – Escola de Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018. Disponível em: [http://praxis.arq.ufmg.br/textos/disserta\\_julianalinhares.pdf](http://praxis.arq.ufmg.br/textos/disserta_julianalinhares.pdf). Acesso em: 8 jun. 2020.

LINHARES, J. de F.; MORADO NASCIMENTO, D. Atuação do arquiteto na produção da moradia autoconstruída pela população de baixa renda. *In*: LIBÂNIO, C. de A.; ALVES, J. (org.). *Periferias em rede: experiências e perspectivas*. Belo Horizonte: Favela é Isso Aí, 2018. p. 147-167.

LIRA, P. Prefácio. *In*: NESBITT, Kate (org.). *Uma nova agenda para a arquitetura*. Cosac Naify, 2008.

LITTLEFIELD, D. *Manual do arquiteto: planejamento, dimensionamento e projeto*. Porto Alegre: Editora Bookman, 2011.

LOPES, J. M. de A. Nós, os arquitetos dos sem-teto. *Revista Brasileira Estudos. Urbanos Reg.*, São Paulo, v. 20, n. 2, p. 237-253, maio/ago. 2018.

LOURENÇO, T. C. B. *Cidade ocupada*. 2014. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

MACHADO, R. Introdução: por uma genealogia do poder. *In*: FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. 8. ed. Rio de Janeiro; São Paulo: Paz e Terra, 2018. p. 7-34.

MACHADO, R. Michel Foucault e a diferença. Produção: Síntese Produções. Goiânia: PPGH – UFG, nov. 2015. 118 min. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=M4gRr9mE6Ag> e <https://www.youtube.com/watch?v=5CvDaT4FPo0>. Acesso em: 22 abr. 2020.

MACKENZIE PRESBYTERIAN INSTITUTE. Fórum Regional de ATHIS e Extensão Universitária. Disponível em: <https://www.mackenzie.br/es/noticias/artigo/n/a/i/forum-de-assistencia-tecnica-e-extensao-universitaria-em-habitacao-de-interesse-social-atuacao-integ/>. Acesso em: 13 maio 2020.

MARICATO, E. Autoconstrução, a arquitetura possível. In: MARICATO, E. (org.). *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial*. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1982.

MARICATO, E. Seminário Nacional de ATHIS. Produção: CAU/RJ. Rio de Janeiro: CAU/RJ, 27 nov. 2019. 220 min. [Palestra para o Seminário Nacional para Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social]. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=4xZ\\_NxpS9qk&t=11s](https://www.youtube.com/watch?v=4xZ_NxpS9qk&t=11s). Acesso em: 21 abr. 2020.

MARQUES, M. S. *Subjetividade e singularidades urbanas: na construção de um devir outro arquiteto urbanista*. 2010. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010.

MEMORAR ESCRITÓRIO POPULAR DE ARQUITETURA E CONSTRUÇÃO. Site institucional. Disponível em: <https://memorarpopular.com.br>. Acesso em: 13 maio 2020.

MENDONÇA, C. G. de. *Arquitetura na periferia: uma experiência de assessoria técnica para grupos de mulheres*. 2014. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Escola e Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

MORA. Site institucional. Disponível em: <https://morahabitacao.com>. Acesso em: 13 maio 2020.

MORADIGNA. Site institucional. Disponível em: <http://moradigna.com.br>. Acesso em: 13 maio 2020.

MORADO NASCIMENTO, D. (org.). *Saberes [auto]construídos*. Belo Horizonte: Associação Imagem Comunitária, 2016.

MORADO NASCIMENTO, D. A autoconstrução na produção do espaço urbano. In: MENDONÇA, J. G. de; COSTA, H. S. de M. (org.). *Estado e capital imobiliário: convergências atuais na produção do espaço urbano brasileiro*. Belo Horizonte: Ed. C/Arte, 2011b. p. 217-230. Disponível em: [http://praxis.arq.ufmg.br/textos/capitulo\\_jupira.pdf](http://praxis.arq.ufmg.br/textos/capitulo_jupira.pdf). Acesso em: 31 maio 2020.

MORADO NASCIMENTO, D. Arquitetura como procedimento e o diagrama como seu instrumento de projeto. V *Projetar*, Belo Horizonte, 2011a. Disponível em: [http://praxis.arq.ufmg.br/textos/morado\\_projetar.pdf](http://praxis.arq.ufmg.br/textos/morado_projetar.pdf). Acesso em: 17 mar. 2019.

MORADO NASCIMENTO, D. Moradia: é possível pensar em alternativas? *e-metropolis*, [s.l.], n. 37, p. 6-12, 2019b. Disponível em: [http://emetropolis.net/system/artigos/arquivo\\_pdfs/000/000/285/original/emetropolis37\\_art-capa.pdf?1561041360](http://emetropolis.net/system/artigos/arquivo_pdfs/000/000/285/original/emetropolis37_art-capa.pdf?1561041360). Acesso em: 30 maio 2020.

MORADO NASCIMENTO, D. O que é extensão? Incertezas e provocações. In: OLIVEIRA, P.; FERREIRA, L.; LACOVINI, V. *Dimensões do intervir em favelas: desafios e perspectivas*. São Paulo: Peabiru, 2019a.

MORADO NASCIMENTO, D.; BALTAZAR, A. P.; KAPP, S. Architecture as a critical exercise: little pointers towards alternative practices. *Field Journal*, Sheffield, v. 2, n. 1, p. 7-29, 2008. Disponível em: <http://field-journal.org/wp-content/uploads/2016/07/2008-Volume-2.pdf>. Acesso em: 28 fev. 2019.

MORADO NASCIMENTO, D.; FREITAS, D. M. Ações de garantia ao direito à moradia em Belo Horizonte diante da pandemia do coronavírus. *LabCidade*, 25 maio 2020. Disponível em: <http://www.labcidade.fau.usp.br/acoes-de-garantia-ao-direito-a-moradia-em-belo-horizonte-diante-da-pandemia-do-coronavirus/>. Acesso em: 25 maio 2020.

MORALAR - ARQUITETURA SOCIAL. Perfil oficial na rede social Facebook. Disponível em: <https://www.facebook.com/moralrarqsocial/>. Acesso em: 13 maio 2020.

MUCHAIL, S. T. *Foucault, simplesmente – textos reunidos*. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

NEP-UVV – NÚCLEO DE ESTUDOS E PRÁTICAS DOS CURSOS ARQUITETURA E URBANISMO, DESIGN DE PRODUTO E ENGENHARIA CIVIL DA UNIVERSIDADE VILA VELHA. Adote uma Casa. Disponível em: <https://adoteumacasa.wixsite.com/oprojeto>. Acesso em: 13 maio 2020.

NOGUEIRA, P. *Brazilian battler's housing: histories of self-production*. Histories of social rise. 2017. Tese (Architektur Fakultät) – Bauhaus-Universität, Weimar, 2017.

NOGUEIRA, P.; BALTAZAR, A. P.; KAPP, S. Arquiteto sempre tem conceito – esse é o problema. In: PROJÉTAR, 4., São Paulo, 2009. São Paulo: Alternarket, 2009. v. 1. Disponível em: [http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/biblioteca\\_novo\\_2/arquivos/kapp\\_nogueira\\_baltazar.pdf](http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/biblioteca_novo_2/arquivos/kapp_nogueira_baltazar.pdf). Acesso em: 5 mar. 2019.

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. Seminário Nacional de Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social (ATHIS). 2019. Disponível em: <https://www.observatoriodasmetrolopes.net.br/seminario-nacional-de-assistencia-tecnica-para-habitacao-de-interesse-social-athis/>. Acesso em: 13 maio 2020.

OLIVEIRA, F. *Crítica à razão dualista*. São Paulo: Boitempo, 2003.

OLIVEIRA, F. O vício da virtude: autoconstrução e acumulação capitalista no Brasil. *Novos Estudos – CEBRAP*, São Paulo, n. 74, p. 67-85, 2006.

ONZE 8 ASSESSORIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA. Perfil oficial na rede social Facebook. Disponível em: <https://www.facebook.com/onze8/>. Acesso em: 13 maio 2020.

PEXURB. Perfil oficial na rede social Facebook. Disponível em: <https://www.facebook.com/pexurb>. Acesso em: 13 maio 2020.

PRAXIS – EA/UFMG. Site institucional. Disponível em: <http://praxis.arq.ufmg.br/>. Acesso em: 13 maio 2020.

PROGRAMA VIVENDA. Site institucional. Disponível em: <https://programavivenda.com.br>. Acesso em: 13 maio 2020.

PUC-CAMPINAS. Especialização em Habitação de Interesse Social e ATHIS. Disponível em: <https://www.facebook.com/puccampinas/videos/431840054166077/?v=431840054166077>. Acesso em: 13 maio 2020.

REBENTO ARQUITETURA INCLUSIVA. Perfil oficial na rede social Facebook. Disponível em: <https://www.facebook.com/rebentoarquitetura/>. Acesso em: 13 maio 2020.

REMODELAR. Site institucional. Disponível em: <https://www.reformasremodelar.com.br/>. Acesso em: 13 maio 2020.

SAERGS – SINDICATO DOS ARQUITETOS DO RIO GRANDE DO SUL. Programa ATME – Assistência Técnica Gratuita à Moradia Econômica. Rio Grande do Sul: Federação Nacional de Arquitetura e Urbanismo, 1977.

SAERGS – SINDICATO DOS ARQUITETOS DO RIO GRANDE DO SUL; IAB – INSTITUTO DE ARQUITETOS DO BRASIL. A tese da moradia econômica. *Revista Espaço e Arquitetura*, Porto Alegre, n. 1, out. 1976.

SALVATORI, E. Arquitetura no Brasil: ensino e profissão. *Arquitetura revista*, v. 4, n. 2, p. 52-77, jul./dez. 2008.

SANTOS, C. de S. *A política habitacional para a população de baixa renda, em Belo Horizonte, a partir de 1990*. 2006. 331 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, C. N. F. dos. *A cidade como um jogo de cartas*. São Paulo: Projeto Editores, 1988.

SANTOS, C. R. A. dos; MORADO NASCIMENTO, D. A autoconstrução coletiva: possibilidades contra-hegemônicas na produção do espaço urbano. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL CIDADE E ALTERIDADE, 3.; CONGRESSO MINEIRO DO DIREITO URBANÍSTICO, 2., 2014.

SERRAN, J. R. *O IAB e a política habitacional*. São Paulo: Schema Editora Ltda., 1976.

SOARES, A. C. B. Diálogos com a Irmã Dorothy. In: MORADO NASCIMENTO, D. (org.). *Saberes (auto)construídos*. Belo Horizonte. Associação Imagem Comunitária, 2016.

STEVENS, G. *O círculo privilegiado: fundamentos sociais da distinção arquitetônica*, Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2003.

TASCHNER, S. P. O Brasil e suas favelas. In: ABRAMO, P. *A cidade da informalidade: os desafios das cidades latino-americanas*. Rio de Janeiro: Livraria Sette Letras; FAPERJ, 2003.

TEIXEIRA, J. M. Aula 03 – Corpo e Dispositivo da Segurança no Curso de Extensão FFLCH/USP: “Poder e Performatividade Pública: introdução a Judith Butler e Michel Foucault”. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=LzhQ49HEA2M>. Acesso em: 3 maio 2020.

TIBO, G. L. de A. Reflexões da prática da assessoria técnica – uma abordagem a partir da experiência na Vila Acaba Mundo. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL (ENANPUR), 17., São Paulo, 2017. *Anais...* São Paulo, 2017. Disponível em: [http://anpur.org.br/xviienanpur/principal/publicacoes/XVII.ENANPUR\\_Anais/ST\\_Sessoes\\_Tematicas/ST%205/ST%205.6/ST%205.6-02.pdf](http://anpur.org.br/xviienanpur/principal/publicacoes/XVII.ENANPUR_Anais/ST_Sessoes_Tematicas/ST%205/ST%205.6/ST%205.6-02.pdf). Acesso em: 3 maio 2018.

TURNER, J. F. C. *Freedom to build: dweller control of the housing process*. New York: The Macmillan Company, 1972.

TURNER, J. F. C. *Housing by people: towards autonomy in building environments*. London: Marion Boyars Publishers, 1976.

UN COMMITTEE ON ECONOMIC, SOCIAL AND CULTURAL RIGHTS (CESCR). General comment no. 4: the right to adequate housing, 1991. Disponível em: <https://www.refworld.org/docid/47a7079a1.html>. Acesso em: 2 jun. 2020.

UNIFAP. Assistência Técnica em Arquitetura e Urbanismo. Disponível em: <https://www2.unifap.br/atau/>. Acesso em: 13 maio 2020.

URBEL – COMPANHIA URBANIZADORA E DE HABITAÇÃO DE BELO HORIZONTE. Manual do Programa de Assistência Técnica da URBEL. Belo Horizonte: URBEL, 2016.

VIVA! ARQUITETURA POPULAR. Perfil oficial na rede social Instagram. Disponível em: <https://www.instagram.com/vivaarquiteturapopular/?hl=pt>. Acesso em: 13 maio 2020.

MACHADO, R. Michel Foucault e a diferença. Produção: Síntese Produções. Goiânia: PPGH – UFG, nov. 2015. 118 min. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=M4gRr9mE6Ag> e <https://www.youtube.com/watch?v=5CvDaT4FPo0>. Acesso em: 22 abr. 2020.



338



## PARTE IV: COMPLEMENTANDO PONTOS

A seguir, têm-se os apêndices da tese:

- **Apêndice A – Registros de atuação técnica em ATHIS:** 53 registros de participantes.
- **Apêndice B – Pesquisa on-line Atuação técnica – Qual o dispositivo de suporte na assistência técnica:** análises do acionamento dos dispositivos por meio de três métodos: conversas qualitativas com os envolvidos moradores/construtores; publicações em mídias sociais; e questionário *on-line* enviado aos participantes.

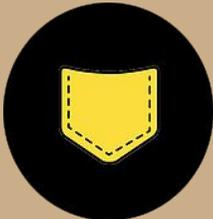
APÊNDICE A - REGISTROS DE ATUAÇÃO TÉCNICA EM ATHIS



Nome	Tipo	Demanda	Logomarca	Ano de fundação	Endereço eletrônico	Local
Abra – Arquitetura com propósito	Empresa	Unidade		2017	<a href="http://www.portosocial.com.br/abra/#">http://www.portosocial.com.br/abra/#</a>	Recife/PE
Ah! Arquitetura humana	Empresa	Unidade / coletiva		S.d.	<a href="http://ah.arq.br">http://ah.arq.br</a>	Porto Alegre/RS
Adote uma casa	Pesquisa acadêmica / projeto de extensão / instituição de ensino	Unidade		S.d.	<a href="https://adoteumacasa.wixsite.com/oprojeto">https://adoteumacasa.wixsite.com/oprojeto</a>	Vila Velha/ES
Ambiente Arquitetura	Empresa	Coletiva / movimentos sociais		1992	<a href="http://www.ambientearquitetura.com/category/artigos-e-teses">http://www.ambientearquitetura.com/category/artigos-e-teses</a>	São Paulo/SP

Nome	Tipo	Demanda	Logomarca	Ano de fundação	Endereço eletrônico	Local
Arche – projetos participativos	Empresa	Unidade e coletiva		2011	<a href="https://www.facebook.com/pg/arche.projetosparticipativos/posts/?ref=page_internal">https://www.facebook.com/pg/arche.projetosparticipativos/posts/?ref=page_internal</a>	Rio de Janeiro/RJ
Arqbsocial	Empresa	Unidade		2017	<a href="https://www.instagram.com/arqbsbsocial/">https://www.instagram.com/arqbsbsocial/</a>	Brasília/DF
Arqtodos	Empresa	Unidade		2019	<a href="https://www.facebook.com/arqtodos">https://www.facebook.com/arqtodos</a>	Santa Luzia/MG
Arquitetas nômades	Empresa	Unidade		2017	<a href="https://www.arquitetasnomades.com.br">https://www.arquitetasnomades.com.br</a>	São João Del Rey

Nome	Tipo	Demanda	Logomarca	Ano de fundação	Endereço eletrônico	Local
Arquitetos da Vila	Empresa	Unidade		2019	<a href="https://arquitetosdovila.arq.br">https://arquitetosdovila.arq.br</a>	Belo Horizonte/MG
Arquitetos do Bairro	Empresa	Unidade		2019	<a href="https://arquitetosdobairro.wixsite.com/arquitetosdobairro">https://arquitetosdobairro.wixsite.com/arquitetosdobairro</a>	Natal/PR
Arquitetas sem Fronteiras – Brasil	Organização sem fins lucrativos	Unidade / coletiva / movimentos sociais		2003	<a href="http://semfronteirasbrasil.wixsite.com/asfbrasil/trabalhos">http://semfronteirasbrasil.wixsite.com/asfbrasil/trabalhos</a>	Nacional
Arquitetura faz bem	Empresa	Unidade		2018	<a href="https://www.facebook.com/pg/arquiteturafazbem/posts/?ref=page_internal">https://www.facebook.com/pg/arquiteturafazbem/posts/?ref=page_internal</a>	Recife/PE

Nome	Tipo	Demanda	Logomarca	Ano de fundação	Endereço eletrônico	Local
Arquitetura do Barreto	Empresa	Unidade		2016	<a href="https://www.arquiteturadobarreto.com">https://www.arquiteturadobarreto.com</a>	Salvador/BA
Arquitetura na Periferia	Organização sem fins lucrativos	Unidade / movimentos sociais		2013	<a href="https://www.arquiteturanaperiferia.com.br">https://www.arquiteturanaperiferia.com.br</a>	Belo Horizonte/MG
Arquitração	Empresa	Unidade / coletiva / movimentos sociais		1994	<a href="mailto:daniela@arquitraco.com.br">daniela@arquitraco.com.br</a> ; <a href="mailto:solange@arquitraco.com.br">solange@arquitraco.com.br</a> ; <a href="mailto:tatiana@arquitraco.com.br">tatiana@arquitraco.com.br</a>	Rio de Janeiro/RJ
Ateliê de idéias / Bem Morar	Organização sem fins lucrativos	Unidade / coletiva movimentos sociais		2005	<a href="http://www.ateliedeideias.org.br/bemorar/index.html">http://www.ateliedeideias.org.br/bemorar/index.html</a>	Vitória/ES

Nome	Tipo	Demanda	Logomarca	Ano de fundação	Endereço eletrônico	Local
Ático – Assessoria técnica de interesse a sociedades organizadas	Pesquisa acadêmica / projeto de extensão / instituição de ensino	Unidade / coletiva		2016	<a href="https://www.facebook.com/pg/atico.ifsp/about/">https://www.facebook.com/pg/atico.ifsp/about/</a>	São Paulo/SP
Atos Colaborativos	Empresa	Unidade		2017	<a href="https://www.facebook.com/atoscolaborativosjf/">https://www.facebook.com/atoscolaborativosjf/</a>	Rio de Janeiro/RJ
Brasil Habitat	Organização sem fins lucrativos	Unidade / coletiva movimentos sociais		2003	<a href="https://www.facebook.com/pg/BrasilHabitat/about/?ref=page_internal">https://www.facebook.com/pg/BrasilHabitat/about/?ref=page_internal</a>	Nacional
CEARAH Periferia	Organização sem fins lucrativos	Coletiva / movimentos sociais		1991	<a href="https://www.facebook.com/pg/Cearah-Periferia-329701870414994/about/?ref=page_internal">https://www.facebook.com/pg/Cearah-Periferia-329701870414994/about/?ref=page_internal</a>	Fortaleza/CE

Nome	Tipo	Demanda	Logomarca	Ano de fundação	Endereço eletrônico	Local
Coletivo Escalar	Organização sem fins lucrativos	Unidade	 A circular logo with the text "Em formação" in a serif font.	2019	<a href="https://www.facebook.com/forumpopular.net/posts/120155126023897/">https://www.facebook.com/forumpopular.net/posts/120155126023897/</a>	Salvador/BA
ComViva	Empresa	Unidade/ coletiva	 A circular logo with a stylized building icon and the text "comviva arquitetura e urbanismo".	2018	<a href="http://comvivaarquitetura.com.br/o-escritorio/">http://comvivaarquitetura.com.br/o-escritorio/</a>	São Paulo/SP
Digna Engenharia Social	Empresa	Unidade	 A circular logo with a colorful mosaic border and the text "DIGNA Engenharia Social".	2018	<a href="https://www.facebook.com/dignaengenharia/">https://www.facebook.com/dignaengenharia/</a>	Campo Grande/MS
Dona da Obra	Empresa	Unidade	 A circular logo with a white background and the text "DONA DA OBRA" in bold, orange letters.	2019	<a href="https://www.facebook.com/donadaobraatl/">https://www.facebook.com/donadaobraatl/</a>	Recife/PE

Nome	Tipo	Demanda	Logomarca	Ano de fundação	Endereço eletrônico	Local
Eficiobra	Empresa	Unidade		2018	<a href="https://www.instagram.com/p/Bcmydw6guT5/">https://www.instagram.com/p/Bcmydw6guT5/</a>	Pelotas/RS
Engenheiro Sem Fronteiras – Unidade de São Paulo	Organização sem fins lucrativos	Unidade isolada e coletiva		2016	<a href="https://esfsaopaulo.org/#/time">https://esfsaopaulo.org/#/time</a>	São Paulo/SP
Escritório de Integração EI	Pesquisa acadêmica / projeto de extensão / instituição de ensino	Unidade / coletiva / movimentos sociais		2004	<a href="https://www.facebook.com/pg/escritoriodeintegracao/about/?ref=page_internal">https://www.facebook.com/pg/escritoriodeintegracao/about/?ref=page_internal</a>	Belo Horizonte/MG
Escritório Piloto – Laboratório interdisciplinar de extensão popular da Escola Politécnica / Escola Politécnica da Universidade de São Paulo	Pesquisa acadêmica / projeto de extensão / instituição de ensino	Unidade / coletiva / movimentos sociais		1955	<a href="https://www.facebook.com/pg/escritoriopilotopoliusp/about/?ref=page_internal">https://www.facebook.com/pg/escritoriopilotopoliusp/about/?ref=page_internal</a>	São Paulo/SP

Nome	Tipo	Demanda	Logomarca	Ano de fundação	Endereço eletrônico	Local
Escritório Rua 141	Empresa	Unidade		2018	<a href="https://rua141.com">https://rua141.com</a>	São Paulo/SP
Favelar	Empresa	Unidade		S.d.	<a href="https://www.favelar.com.br/?fbclid=IwAR2UY03al6xdO2StHuA88977c8LmltxX9bongJrMtrCZN_oYTizXBw40fo">https://www.favelar.com.br/?fbclid=IwAR2UY03al6xdO2StHuA88977c8LmltxX9bongJrMtrCZN_oYTizXBw40fo</a>	Rio de Janeiro/RJ
GEPHIS – Grupo de Estudos e Proposições sobre Habitação de Interesse Social	Pesquisa acadêmica / projeto de extensão / instituição de ensino	Unidade / coletiva / movimentos sociais		2015	<a href="https://www.facebook.com/gephis/">https://www.facebook.com/gephis/</a>	São João del-Rei /MG
Grupo de Arquitetura e Urbanismo pela Causa Social (CAUSA) – Universidade Anhanguera de São Paulo – UNIAN/ABC	Pesquisa acadêmica / projeto de extensão / instituição de ensino	Unidade / coletiva movimentos sociais		2015	<a href="https://www.facebook.com/pg/causa.unian/about/?ref=page_internal">https://www.facebook.com/pg/causa.unian/about/?ref=page_internal</a>	São Paulo/SP

Nome	Tipo	Demanda	Logomarca	Ano de fundação	Endereço eletrônico	Local
Grupo PExURB – Práticas de Pesquisa, Ensino e Extensão em Urbanismo Universidade de São Paulo	Pesquisa acadêmica / projeto de extensão / instituição de ensino	Unidade / coletiva movimentos sociais		2018	<a href="https://www.facebook.com/pexurb">https://www.facebook.com/pexurb</a>	São Paulo/SP
GTA – Grupo técnico de apoio	Organização sem fins lucrativos	Unidade / coletiva movimentos sociais		1993	<a href="http://www.comunidadegta.org">http://www.comunidadegta.org</a>	São Paulo/SP
Inova Urbis – Escritório Popular	Empresa	Unidade		2013	<a href="http://jornal.paraisopolis.org/escritorio-popular-de-arquitetura-chega-em-paraisopolis-e-oferece-projeto-de-reforma-de-graca/">http://jornal.paraisopolis.org/escritorio-popular-de-arquitetura-chega-em-paraisopolis-e-oferece-projeto-de-reforma-de-graca/</a>	São Paulo/SP
LAR – Laboratório de Arquitetura Responsável (Centro Universitário SENAC)	Pesquisa acadêmica / projeto de extensão / instituição de ensino	Coletiva, unidades emergenciais		2014	<a href="https://www.athis.org.br/project/lar-laboratorio-arquitetura-responsavel/">https://www.athis.org.br/project/lar-laboratorio-arquitetura-responsavel/</a>	Santo Amaro/SP

Nome	Tipo	Demanda	Logomarca	Ano de fundação	Endereço eletrônico	Local
Memorar Escritório Popular de Arquitetura e Construção	Empresa	Unidade		2016	<a href="https://memorarpopular.com.br">https://memorarpopular.com.br</a>	Salvador/BA
Moradigna	Empresa	Unidade		2015	<a href="http://moradigna.com.br/">http://moradigna.com.br/</a>	SP/RJ
Moralar – arquitetura social	Empresa	Unidade		S.d.	<a href="https://www.facebook.com/moralararqusocial/">https://www.facebook.com/moralararqusocial/</a>	Joinville/SC
NAPP – Núcleo de Assessoria, Planejamento e Pesquisa	Organização sem fins lucrativos	Coletiva / movimentos sociais		1991	<a href="https://www.napp-urb.com/apresent">https://www.napp-urb.com/apresent</a>	Rio de Janeiro/RJ

Nome	Tipo	Demanda	Logomarca	Ano de fundação	Endereço eletrônico	Local
ONG – Soluções urbanas / Projeto Arquitetos de Família	Organização sem fins lucrativos	Unidade		2002	<a href="http://solucoesurbanas.org.br/quem-somos">http://solucoesurbanas.org.br/quem-somos</a>	Rio de Janeiro/RJ
Onze 8 Assessoria e Assistência Técnica	Organização sem fins lucrativos	Unidade		2018	<a href="https://www.facebook.com/onze8/">https://www.facebook.com/onze8/</a>	Vitória/ES
Peabiru	Organização sem fins lucrativos	Coletiva / movimentos sociais		1993	<a href="http://www.peabirutca.org.br/?page_id=2">http://www.peabirutca.org.br/?page_id=2</a>	São Paulo/SP
PRAXIS -EA/UFMG	Pesquisa acadêmica / projeto de extensão / instituição de ensino	Unidade / coletiva / movimentos sociais		2011	<a href="http://praxis.arq.ufmg.br">http://praxis.arq.ufmg.br</a>	Belo Horizonte/MG

Nome	Tipo	Demanda	Logomarca	Ano de fundação	Endereço eletrônico	Local
Programa Doce Lar	Empresa	Unidade		2015	<a href="https://www.programadocelar.com.br">https://www.programadocelar.com.br</a>	Nacional
Rede microcrédito MG – Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social	Empresa	Unidade / coletiva / movimentos sociais		2015	<a href="https://www.facebook.com/redemicrocreditomg">https://www.facebook.com/redemicrocreditomg</a>	Nova Lima/MG
Rebento arquitetura	Empresa	Coletiva / movimentos sociais		2019	<a href="https://www.facebook.com/pg/rebentoarquitetura/about/?ref=page_internal">https://www.facebook.com/pg/rebentoarquitetura/about/?ref=page_internal</a>	Belo Horizonte/MG
RemodeLAR – reformar é possível	Empresa	Unidade / coletiva / movimentos sociais		2017	<a href="https://www.reformasremodelar.com.br/quem-somos/">https://www.reformasremodelar.com.br/quem-somos/</a>	Fortaleza/CE

Nome	Tipo	Demanda	Logomarca	Ano de fundação	Endereço eletrônico	Local
Resiliência e Adaptabilidade em conjuntos habitacionais sociais através da coprodução	Pesquisa acadêmica / projeto de extensão / instituição de ensino	Unidade e coletiva		S.d.	<a href="https://morahabitacao.com/contato/">https://morahabitacao.com/contato/</a>	Uberlândia/MG
Taramela Assessoria Técnica em Arquitetura e Cidade	Organização sem fins lucrativos	Coletiva / movimentos sociais		2016	<a href="https://www.facebook.com/pg/taramela.atac/about/?ref=page_internal">https://www.facebook.com/pg/taramela.atac/about/?ref=page_internal</a>	Recife/PE
Usina CTAH	Organização sem fins lucrativos	Coletiva / movimentos sociais		1990	<a href="http://www.usina-ctah.org.br/">http://www.usina-ctah.org.br/</a>	São Paulo/SP
Viva arquitetura popular	Empresa	Individual		2017	<a href="https://www.instagram.com/vivaarquitecturapopular/">https://www.instagram.com/vivaarquitecturapopular/</a>	Salvador/BA
Vivenda	Empresa	Unidade		2012	<a href="https://programavivenda.com.br">https://programavivenda.com.br</a>	São Paulo/SP

**APÊNDICE B - PESQUISA ON-LINE ATUAÇÃO TÉCNICA  
QUAL O DISPOSITIVO DE SUPORTE NA ASSISTÊNCIA TÉCNICA**



Quadro acerca de empresas, grupos, entidades, etc. pesquisados., a seguir.

## Atuação Técnica \_ Qual o dispositivo de suporte na assistência técnica?

Prezada (o), obrigada pela sua disponibilidade.

Sou Geruza Lustosa de A. Tibo, arquiteta e urbanista, pesquisadora do grupo PRAXIS-EA/UFMG, doutoranda do Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFMG, sob orientação da Prof. Dra. Denise Morado.

O questionário que segue está relacionado à minha pesquisa de doutorado sobre os *dispositivos*\* de suporte utilizados na *atuação técnica*\*\* , conceitos explicitados abaixo. Interessa-me entender a "linguagem técnica" envolvida no atendimento às **demandas residenciais** enquadradas como assistência técnica, isto é, atendimento às demandas que sejam classificadas como **de interesse social**.

As perguntas estão sendo direcionadas para escritórios, empresas, grupos de pesquisa, ONGs, coletivos de trabalho, instituições públicas ou pessoas físicas identificadas pela pesquisa. Neste questionário, estas categorias, foram agrupados em duas modalidades: **escritório e grupo de pesquisa**

A análise dos dados será divulgada posteriormente.

**Desde já agradeço, sua participação é muito importante !**

**\*Dispositivos** = mecanismos utilizados para dar suporte à atuação técnica.

Entram neste conceito o processo da captação da demanda, conversas, levantamentos, processos de tomada de decisão, planejamento e projeto, apoio à construção, acompanhamento de obra e outras etapas que se façam necessárias para a materialização da demanda.

**\*\*Atuação técnica** = prática técnica, em geral, do arquiteto e urbanista e/ou engenheiro no atendimento às demandas para a produção do espaço urbano.

### 1 Qual o nome do seu escritório/grupo de pesquisa?

EFICIOBRA	Arquitetos da Vila Reformas Habitacionais Ltda	RUA 141	IAMI - Arquitetura na Periferia
Peabiru - trabalhos comunitários e ambientais	ARQ BSB ARQUITETURA E CONTRUÇÃO	Associação Ateliê de Ideias	ABRA ARQUITETURA COM PROPOSITO
Taramela Assessoria Técnica em Arquitetura e Cidade	Universidade Vila Velha - Núcleo de Estudos e Práticas	ATOS Colaborativos	Arche projetos participativos
		CAUS - Cooperativa Arquitetura, Urbanismo e Sociedade	

### 2 Quem está respondendo a pesquisa?

sócia fundadora	Wanda Foresti Bottrel Reis	MONA FELDMAN SINGAL	Rafaela Dias
Caio Santo Amore	Samille German	CAIO DINIZ	Cleuber da Silva Junior
Ana Paula Luz - Fundadora	Elsa burguiere socia da Arche projetos participativos	Wallace Rodrigues	Lucas Lessa
			Alexandre Ricardo Nicolau

### 3 Qual a sua função no escritório/grupo de pesquisa?

ceo	Sou da área de projeto, orçamento e acompanhamento de obra	FUNDADORA	Engenheira Civil - Diretora financeira
Arquiteto e urbanista		Participo da Equipe de Arquitetura	CEO
SÓCIO	Coordenadora	coordenador geral	Socia arquiteta urbanista
Membro	Coordenador do projeto		

### 4 Qual ano o escritório/grupo de pesquisa inciou o trabalho com assistência técnica?

2018	Fevereiro 2019	OUTUBRO/2018	O projeto Arquitetura na Periferia teve inicio em 2013. O instituto IAMI foi aberto em 2018
1993	Desde 2005	Janeiro de 2017	
INÍCIO DE 2017	2017	em novembro de 2016 começamos a nos reunir e atuar como coletivo e em março de 2018 fundamos a Taramela enquanto pessoa jurídica	2011
2015 (2x)			

### 5 Qual o endereço do escritório/grupo de pesquisa?

### 6 Qual o público alvo?

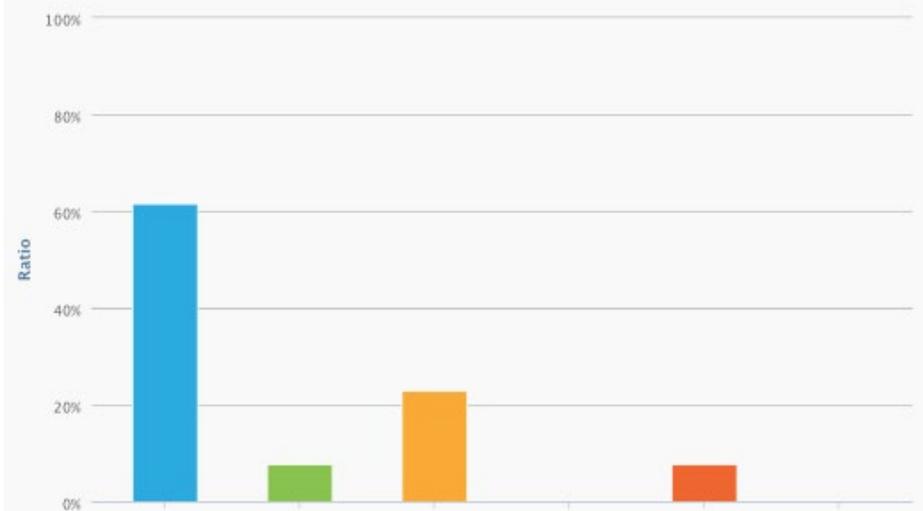
familias de baixa renda	Mulheres entre 30-50anos	OS CLIENTES QUE NOS CONTRATAM SÃO CLASSE MÉDIA ALTA E AS EMPRESAS QUE INVESTEM NAS ONG. SÃO DOIS TIPOS DE PÚBLICO ALVO.	Mulheres moradoras da periferia
Não consideramos "público alvo", mas nossa atuação está voltada a populações vulneráveis e a suas organizações e podemos desempenhar o trabalho de assessoria técnica contratados diretamente por essas organizações (em programas públicos autogestionários) ou por órgãos públicos	Moradores do Território do Bem, Vitória/ES.	Movimentos sociais, comunidades organizadas e população de baixa renda	Moradores de comunidades, em geral classe C e D
Comunidades organizadas e movimentos sociais	O PÚBLICO ALVO SÃO FAMÍLIAS DE BAIXA RENDA, COM RENDA FAMILIAR DE ATÉ 3 SALÁRIOS MÍNIMOS E COM PROBLEMAS NA RESIDÊNCIA DE INSALUBRIDADE (AMBIENTES SEM ILUMINAÇÃO, VENTILAÇÃO, BANHEIRO E COZINHA EM CONDIÇÕES PRECÁRIAS, VAZAMENTOS NO TELhado E ETC) E INSEGURANÇA (QUANDO A CASA OU PARTE DA CASA OFERECE ALGUM TIPO DE RISCO AO MORADOR, RACHADURAS, E ETC).	Grupos de pessoas de baixa renda	Famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica que habitam em moradias precárias. Nossa prioridade é atuar com mães solteiras. E a escolha no território baseia-se apenas em não atuar em área de risco, tanto pela nossa limitação de atuação, quanto como uma forma de não formalizar esse risco para com as famílias.
		Famílias com renda até 03 salários mínimos residentes em Zonas Especiais de Interesse Social	

### 7 Consegue estimar a média da renda familiar das famílias atendidas? Se sim, qual?

até 3 salários mínimos	1,5 salários mínimos	NAS COMUNIDADES, POR VOLTA DE 2 SALÁRIOS MÍNIMOS.	até 1 salário mínimo
Depende do tipo de trabalho. Em geral, são famílias de baixa renda, com até 2000 reais (conforme definição dos programas de habitação social). Em ocupações urbanas, a renda costuma ser ainda mais baixa.	Não saberia estimar a renda, mas prioritariamente, famílias de baixa renda.	3 SALÁRIOS MÍNIMOS	Uma média de 3 salários mínimos
	Até 3 salarios.minimos	Entre 0 e 3 salários mínimos	Nosso critério limita a atuação em famílias com renda familiar mensal acima de 3 salários mínimos, em conformidade com a LEI 11888/2008. No entanto, priorizamos famílias com renda ainda menor que essa, desde que esteja na nossa possibilidade de atuação.
	Não	atendemos prioritariamente 0 a 1 SM	

### 8 O seu escritório/grupo de pesquisa já atendeu quantas demandas com foco na assistência técnica aproximadamente?

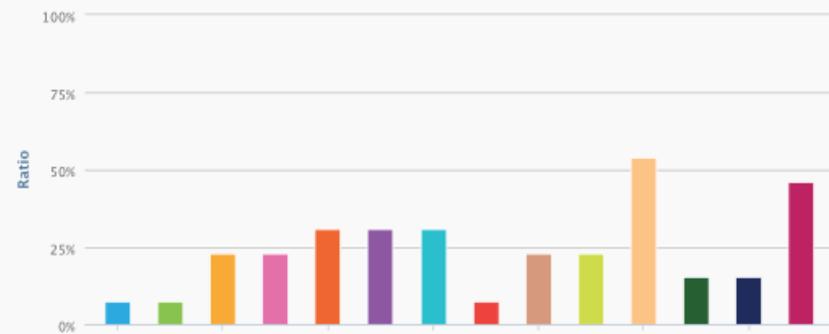
Verticalmente  Horizontalmente



#▲ Resposta	Respostas	Ratio
de 0 a 50	8	61,5 %
de 51 a 100	1	7,7 %
de 101 a 300	3	23,1 %
de 301 a 500	0	0 %
de 501 a 1000	1	7,7 %
+ de 1001	0	0 %

### 9 Qual a demanda com maior número de solicitações que o seu escritório/grupo de pesquisa já atendeu?

Verticalmente  Horizontalmente



#▲ Resposta	Respostas	Ratio
Adequação escada	1	7,7 %
Hidráulica e Elétrica	3	23,1 %
Reforma de telhado	7	53,8 %
Reforma para adequar a acessibilidade	2	15,4 %
Reforço estrutural	2	15,4 %
Outra...	6	46,2 %
Alteração de layout com alteração da parte estrutural	1	7,7 %
Alteração de acabamento	3	23,1 %
Alteração de layout sem alteração da parte estrutural	3	23,1 %
Ampliação da casa com alteração na parte estrutural	4	30,8 %
Ampliação da casa sem alteração na parte estrutural	4	30,8 %
Ampliação do número de janelas	4	30,8 %
Capacitação de mão de obra	1	7,7 %
Construção de uma nova casa	3	23,1 %

Outra...: ●

demandas por projetos e assessoria a obras de autogestão e demandas por projetos de urbanização de assentamentos

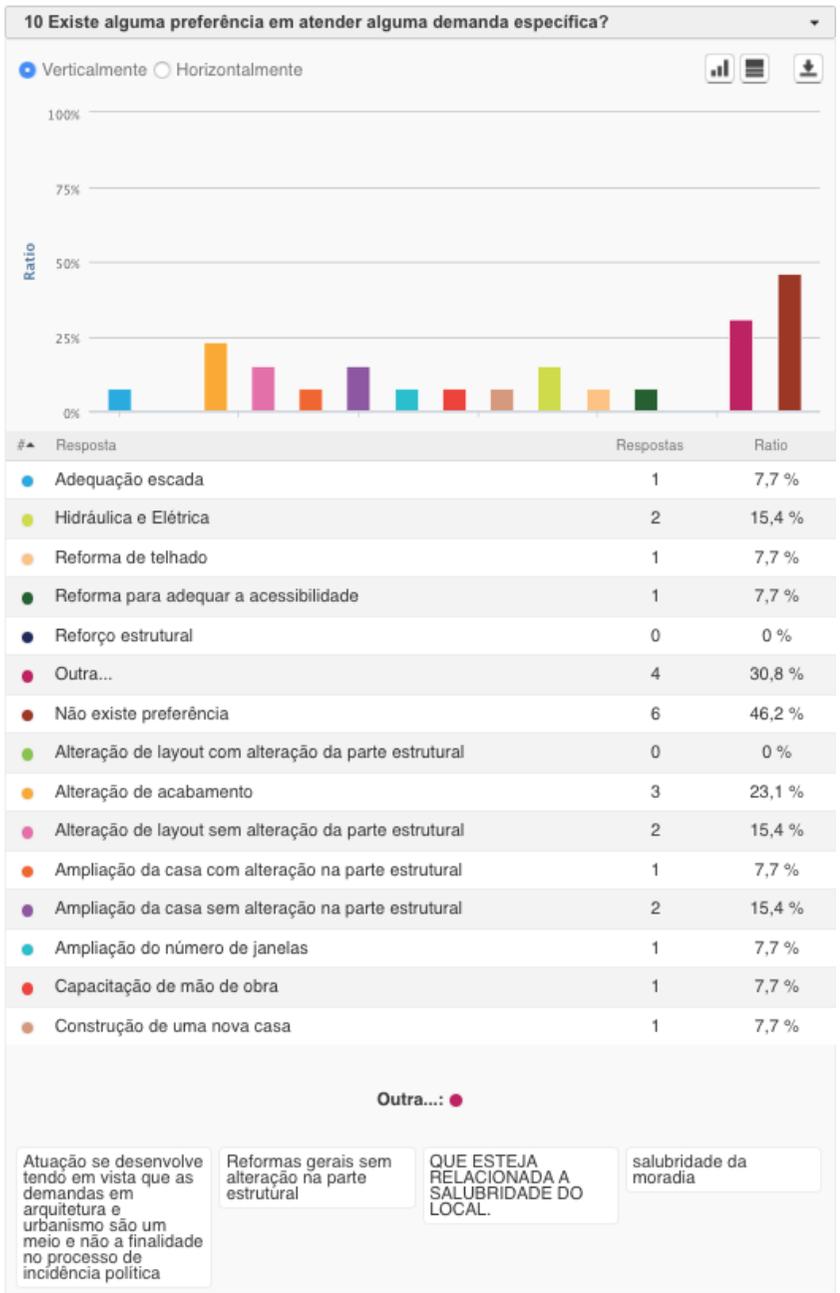
Incidência política e troca de conhecimentos técnico e popular

Adequação do Banheiro (revestimento e aberturas)

Reforma completa das edificações

Construção de laje

Regularização Fundiária



### 11 Qual o serviço oferecido?

pacote completo de pequenas reformas, com diagnóstico, projeto, orçamento, material, mão de obra e gestão da obra. com possibilidade de parcelamento único

**PROJETO E ACOMPANHAMENTO DE OBRA**

Estamos abertos a atender diferentes demandas que envolvem o campo mais amplo de assessoria técnica tanto em HIS quanto em planejamento urbano. Quanto a escala da unidade habitacional, temos trabalhando com a elaboração de memoriais descritivos para regularização fundiária.

Oferecemos projeto arquitetônico, mão de obra, material e pagamento facilitado.

Inicialmente, levantamento da situação existente + elaboração de projeto. Hoje estamos realizando também o acompanhamento das obras.

Serviços de assessoria técnica em arquitetura e planejamento urbano, tendo em vistas que estes são um meio e não os fins, entendendo nossa atuação a partir de pilares como: a incidência política, troca de saberes e produção de conhecimento; junto aos grupos aos quais assessoramos

**DESENVOLVIMENTO DO PROJETO ARQUITETÔNICO.**

assessoria técnica e social em habitação de interesse social, incluindo estudos, planos, projetos e apoio no gerenciamento de obras

Acompanhamento dos grupos junto com movimento social da pesquisa do terreno até a construção da casa incluindo o desenho das casas de forma participativa

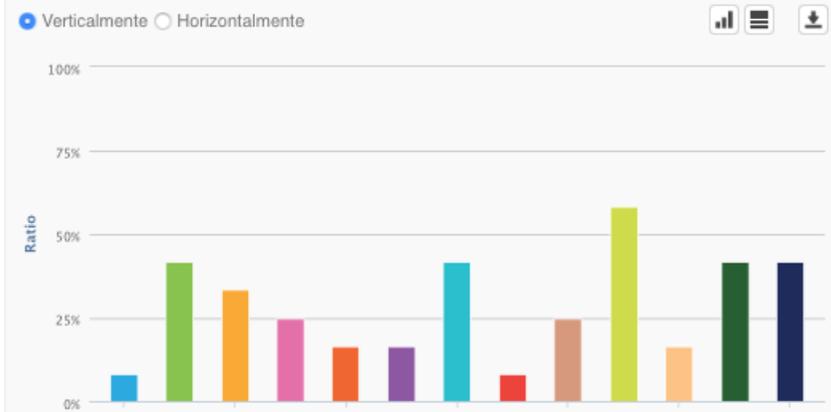
Assessoria técnica de projeto e reforma gratuita

Assessoria técnica desde o desenho da planta da casa até o planejamento e acompanhamento da obra

Planejamento e acompanhamento do projeto à execução da obra

Capacitação de mão de obra, adequações diversas, desde acessibilidade, layout, elétrica, hidráulica, reparos de telhado, ampliações, etc. Focamos nas situações emergenciais, e não em estética. Pintura e acabamentos finais geralmente orientamos para que o próprio morador dê continuidade posteriormente, pois a nossa demanda é alta e focamos e o recurso escasso, então precisamos focar em sanar as situações mais críticas

### 12 Ao ser acionado qual a principal necessidade relatada pelo morador?



#	Resposta	Respostas	Ratio
1	Necessidade de organizar o espaço para receber visitas	1	8,3 %
2	Reforma do telhado/cobertura	7	58,3 %
3	Acessibilidade	2	16,7 %
4	Construção de uma casa	5	41,7 %
5	Outra...	5	41,7 %
6	Resolver problemas de salubridade	5	41,7 %
7	Problemas hidráulico e/ou elétricos	4	33,3 %
8	Resolver questões estruturais/ de risco	3	25 %
9	Definição de layout do mobiliário em geral	2	16,7 %
10	Definição de layout com posicionamento das paredes/ vedação	2	16,7 %
11	Necessidade de ampliar a casa devido ao aumento da família	5	41,7 %
12	Necessidade de ampliar a casa devido à vontade de ter um espaço para alugar	1	8,3 %
13	Definição de acabamento	3	25 %

#### Outra...:

Em sua maioria os grupos aos quais atendemos têm suas necessidades definidas a partir da iminência de remoção de moradores ou de parte da comunidade

Necessidade de ampliar a casa no sentido de finalizar a obra e não devido ao aumento da família

Regularização fundiária

OBS: não necessariamente ampliar a casa, mas adequá-la após uma ampliação não planejada.

as questões se referem a atendimentos individuais em situação que não foram vivenciadas

### 13 Já participaram de eventos com o foco na discussão acerca da assistência técnica ?

#	Resposta	Respostas	Ratio
1	Não sei responder	0	0 %
2	Não	1	7,7 %
3	Sim	12	92,3 %

### 14 Se sim (resp.13) cite os três mais importantes.

V SEMINÁRIO ATHIS CAU-SC, Workshop de Assistência Técnica para Melhorias Habitacionais, LabHabitación Artemisia

PARTICIPAMOS DAS 3 JATHIS (JORNADA DE ASSISTENCIA TÉCNICA) DE BRASÍLIA E COMO PARTICIPANTES EM UM WORKSHOP REALIZADO PELO "ARQUITETURA NA PERIFERIA" EM BELO HORIZONTE.

Seminário CAU, seminário UMP em SP

Seminários CAU PI /MS / SC / COLOQUIOATHIS 2020 Brasil Urbano

Participamos do Lab Habitação Inovação e Moradia (Artemisia 2019), mas o objetivo principal não é assistência técnica.

Coletivo Atividade - Festival Vox; Seminário de Educação profissional - Oficina de Arquitetura Social

Fórum Habitar em BH (apresentei trabalho), Fórum ATHIS em SP, Fórum Permanente de ATHIS CAU/RJ

Seminário Nacional de Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social

#### NÃO

Oficinas ATHIS, seis ao todo, em diferentes municípios do estado de SP, realizadas pelo nosso escritório com recursos do CAU(SP); Oficina ATHIS em Florianópolis; Diversos seminários sobre o tema em diferentes estados; JATHIS em Brasília-DF

Seminários dos CAU/UF e CAU/BR sobre ATHIS, estamos na organização do I Fórum de Assessoria Técnica Popular do Nordeste.

ATHIS - ASF BRASIL; VI SEMINÁRIO DE ARQUITETURA E URBANISMO

Seminário Meu Lar Melhor Sobre Melhorias Habitacionais e HIS - Promovido pelo Habitat para a Humanidade - São Paulo, 01 de setembro de 2016. MESA REDONDA: A LEI DA ASSISTENCIA TÉCNICA E O LADO SOCIAL DA ARQUITETURA - promovido pela UVV, Vila Velha/ES. Seminário URBANISMO EM COMUM: novas formulações do urbanismo enquanto tecnologia social - promovido pela UFBA, de 07 a 10 de novembro de 2017.

### 15 O escritório/grupo de pesquisa se insere ao negócio de impacto social?

#### SIM, TOTALMENTE

Acreditamos que sim.

não somos um Negócio, somos uma organização da sociedade civil sem fins lucrativos

Acreditamos que sim, contudo sendo uma instituição de ensino podemos afirmar que o projeto nasce com a função primeira de aprofundar o debate sobre athis dentro da universidade para além de uma teoria, formando atores que realmente estejam preparados para lidar com a questão da ATHIS de forma concreta.

#### Sim (3x)

sim, somos um negócio de impacto social onde o objetivo é levar acesso aos serviços de arquitetura para família de baixa renda, oferecendo o planejamento desde o projeto até a execução da sua obra, para que não haja desperdício de materiais, obra parada ou comprometimento da renda familiar. Oferecemos saúde, segurança e bem estar por meio do sonho da obra acabada.

#### SIM (2x)

Sim e não.. rs A ATOS Colaborativos configura-se como uma empresa social, possui CNPJ, porém, ainda não foi possível "escalar" o projeto.

Não nos identificamos como parte deste grupo

Não nos filiamos a organizações do negócio social. Nos apresentamos como uma Organização Sem Fins Lucrativos que atua no campo do direito à moradia digna e à cidade, como ONG de direitos humanos.

### 17 Se pago, como é pago e por quem?

Junto com o valor global da reforma, no parcelamento único.

Nosso modelo de negócio é o B2C, trabalhamos com a venda direta, onde nossos clientes são os próprios moradores das comunidades

Poderes públicos ou editais

Alguns serviços de assessoria técnica têm sido financiados por recursos financeiros institucionais de parceiros e ONGs com a finalidade em apoiar ações as quais nossa atuação se equandra

É pago pelo morador(a) da casa que contratou os serviços de reforma.

PAGO PELO GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, ATRAVES DA CODHAB.

Nas demandas de regularização fundiária cada família atendida realizada o pagamento individualmente, em dinheiro.

EMPRESAS QUE INVESTEM NAS ONG

Através de editais promovidos pela iniciativa privada.

Além da assessoria técnica para os moradores, realizamos oficinas práticas de mão na massa para estudantes de arquitetura e engenharias. Essas oficinas cobram um valor a fim de subsidiar os materiais de construção necessários para cada etapa de obra. Além disso, possuímos parceria com alguns fornecedores de materiais, que fornecem parte do que precisamos e facilita muito o processo. As famílias "pagam" com serviços como citado acima p/ garantir o sentimento de pertencimento em todo o processo.

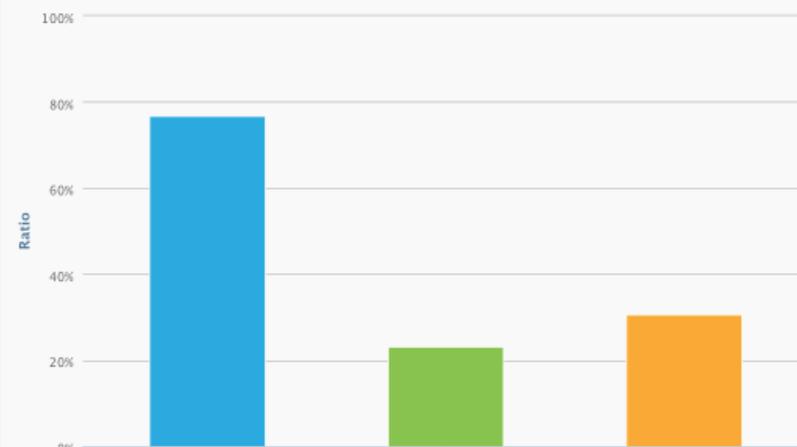
Não é pago

Pode ser pago pela associação de moradores ou futuros moradores vinculada a programas públicos autogestionários de produção habitacional ou urbanização; pelas associações, com recursos próprios; ou diretamente por órgãos públicos, em contratações diretas.

É financiado através de parcerias com empresas privadas e através da participação de editais.

### 16 O atendimento à demanda é pago?

Verticalmente  Horizontalmente



#	Resposta	Respostas	Ratio
1	Sim	10	76,9 %
2	Não	3	23,1 %
3	Comentário	4	30,8 %

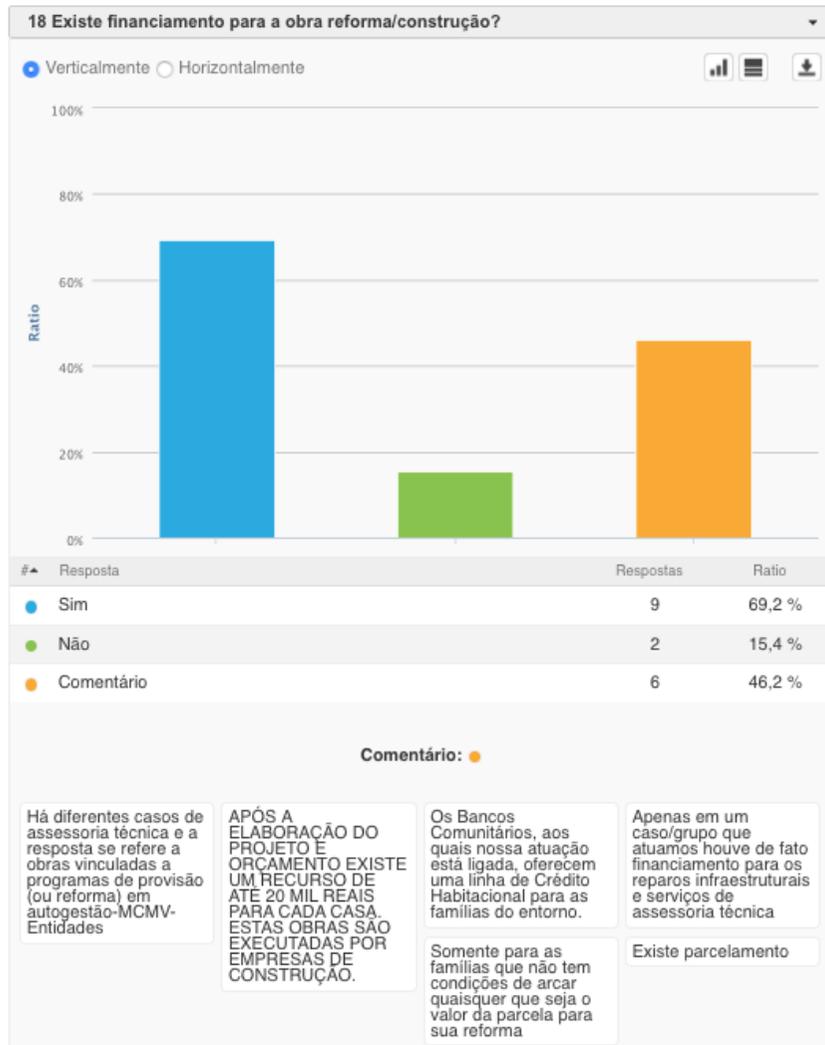
#### Comentário:

Por terceiros, não pela família. A família arca com mão de obra e algumas responsabilidades, como a produção da alimentação nas oficinas.

JÁ PARTICIPAMOS DE DUAS LICITAÇÕES PARA MELHÓRIAS HABITACIONAIS DE BAIXA RENDA, UM PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA PROMOVIDO PELA CODHAB

Financiado pelos poderes publicos ou via editais. Os moradores nao pagam

Em sua maioria os serviços têm sido realizado de forma voluntária



### 19 Se sim (resp.18), quem é o agente financiador?

Parceiro de crédito

Caixa Econômica Federal

Resposta 17 (continuação) já usamos tb plataforma de financiamento coletivo (CROWDFUNDING) em casos de reformas mais extensas que exigiam um custo mais elevado.

A própria empresa Arquitetos da Vila

Sendo assim, o financiador/padrinho é um pessoa física ou jurídica que viabiliza os recursos necessários para a reforma que beneficiará uma família

Caixa economica

EMPRESAS DE DIFERENTES SETORES

ESSAS REFORMAS SÃO FINANCIADAS PELO PROPRIO GOVERNO LOCAL, ATRAVES DA CODHAB.

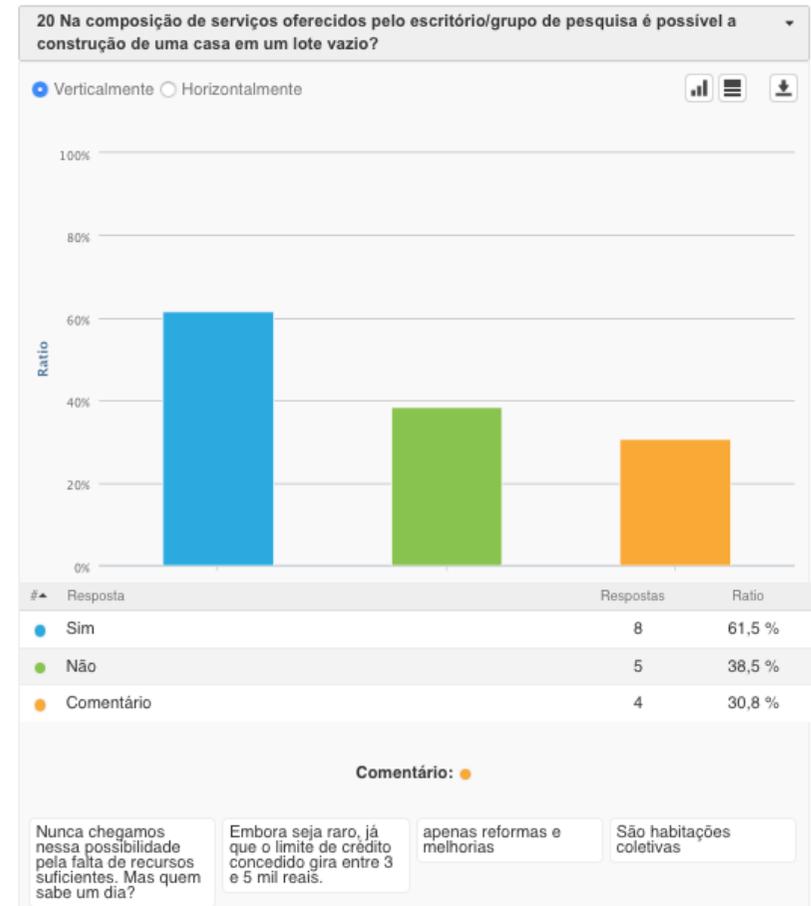
não há

respondido acima

O próprio IAMÍ

Os próprios Bancos Comunitários. Os recursos existentes nos Bancos (e que são emprestados para os moradores em forma de crédito) podem ser oriundos de várias fontes (públicas ou privadas).

Os recursos foram garantidos por instituições parceiras que são financiadas com verbas de ONGs internacionais



**21 Há alguma restrição de atendimento às demandas dos moradores?**

fazemos somente reformas de melhorias habitacionais, nada de construção ou alteração e área construída existente

não

FICA LIMITADO PELO ORÇAMENTO E PELO ENQUADRAMENTO DO MORADOR NO PROGRAMA.

Não

temos uma metodologia que impõe regras como: casas de aluguel, casas que possuem mais de 60 m2, casas com problemas estruturais graves...

Sim, oferecemos apenas serviços de reforma. Não construímos. Os únicos ambientes reformados são: banheiro, cozinha, sala, quarto e área de serviço.

Sempre! Quando há problemas estruturais, a pessoa mora em área de risco, é preciso demolir a casa inteira, ou a situação é tão grave que exige um montante de recursos financeiros muito além do que conseguimos captar, não conseguimos atender a demanda. O principal entendimento em nossa atuação foi entender as nossas limitações para não gerar frustrações futuras entre nós e principalmente com a família envolvida.

**SIM, DEPENDE DO INVESTIMENTO DISPONIVEL.**

Antes de receber o crédito, a demanda da família passa por um Fórum Comunitário. É este quem decide se o crédito deve ou não ser liberado. Pode haver ainda alguma incompatibilidade entre o desejo da família e o diagnóstico técnico, mas a ideia é sempre propor um planejamento para que o desejo da família seja conseguido, após cumprir as indicações técnicas.

**NÃO**

Nossa referência é de assessoria em habitações coletivas. Há sempre restrição orçamentária determinada pelos limites dos programas públicos

a priori não, mas avaliamos cada caso individualmente.

Como não somos um grupo institucionalizado e sem agente financiador, não dispomos da estrutura necessária para um amplo atendimento de demandas possíveis. Nesse sentido, nossa atuação tem se limitado em prestar assessoria técnica a comunidades organizadas e movimentos sociais, onde as possíveis restrições para atendimento de demandas diversas que nos seja uma restrição acabam que sendo encaminhadas a uma rede de parceiros interdisciplinar, o que

**22 Descreva sucintamente como se dá o processo de captação de uma demanda até a conclusão da obra.**

[Mostrar todas as respostas](#)

divulgação nos bairros através de panfletos e/ou banners, o cliente procura o serviço através de contato, geralmente, via whatsapp; é agendada uma visita, desenvolvida a proposta e orçamento, dentro das possibilidades do cliente, quando necessário o encaminhamento para o microcrédito, agendamento da obra e execução.

1- morador entra em contato através de telefone, rede social ou nos aborda na rua; 2- agendamos a visita na casa do morador; 3- nesta visita ouvimos a demanda, explicamos o trabalho, mostramos exemplos do que já realizamos e apresentamos o orçamento; 4- assinatura do contrato; 5- realização do projeto, apresentação ao cliente, correções e ajustes, ida a lojas de material de construção; 6- realização da reforma com acompanhamento do arquiteto; 7- finalização;

**TRABALHAMOS COM A DEMANDA DAS ONG QUE SÃO PARCEIRAS.**

Estamos próximos a acompanhamos movimentos sociais de luta por moradia e organizações filiadas aos mesmos

Arquitetura na Periferia é um método de assessoria técnica a pequenos grupos de mulheres em situação de vulnerabilidade social, que as reúne e capacita para a independência do instalar, construir, reformar e melhorar as suas casas. O método tem como premissas a autonomia das participantes, a cooperação e o trabalho coletivo. Trata-se de um processo no qual as participantes são apresentadas às práticas e técnicas de projeto e planejamento para conduzirem suas obras com autonomia e sem desperdício

**23 Qual o produto entregue após a tomada de decisão construtiva estar concluída? (mesmo considerando que possa haver modificações posteriores)**

não entregamos projeto, somente a reforma concluída

Oficinas participativas; Estudos de Viabilidade; Projetos completos (para serem licenciados nos órgãos públicos e aprovados pelos órgãos de financiamento); Acompanhamento de obras

não houve ainda entrega de produtos que gerassem construção.

Os produtos envolvem subsídios diversos que sirvam como base tanto para efetivação de um diálogo entre as demandas de moradores e entes públicos, assim como, para a consolidação da própria comunidade

Não oferecemos apenas o projeto, logo só é entregue um contrato e uma imagem em 3D de como será o resultado da reforma.

Ao cliente entregamos um projeto a nível preliminar junto ao orçamento

**RELATÓRIO SOCIAL COM TODA A DOCUMENTAÇÃO E O ENQUADRAMENTO DA FAMÍLIA, PROJETO DE ARQUITETURA, ELÉTRICA, HIDRÁULICA, ESGOTO E ESTRUTURA (QUANDO NECESSÁRIO). MEMORIAL DESCRITIVO, ORÇAMENTO EXECUTIVO BASEADO NO SINAP E TAMBÉM COM A CRIAÇÃO DE ALGUMAS COMPOSIÇÕES DE CUSTO ADEQUADAS À REALIDADE DESSAS OBRAS.**

**O PROJETO DE ARQUITETURA, QUE SERÁ EXECUTADO PELA ONG.**

Normalmente, um formulário das condições habitacionais encontradas no início, juntamente com o levantamento físico da residência + Projeto Arquitetônico. Quando necessário, são realizados relatórios e contratos para que não haja ruídos no decorrer do processo.

Lista pela caixa econômica

Projeto impresso onde passará por aprovação da família contemplada.

Além do projeto da casa feito pelas mulheres e de parte ou toda a reforma desejada objetivamos aumentar a autoestima e autoconfiança das mulheres para que elas potencializem sua percepção crítica e combativa em relação às injustiças que sofrem e se tornem multiplicadoras

Escopo de projeto arquitetônico com os detalhes construtivos necessários. Orçamentos e quantitativos de materiais geralmente não são divulgados para as famílias.

**24 Qual dispositivo utiliza para dar suporte à atuação técnica?**

o diagnóstico do problema pela equipe e a vontade da família	O produto físico é o 3D, mas nossa visita é bem detalhada, gostamos de mostrar tudo no local, com gestos e fala.	<b>NÃO FICOU CLARO O QUE QUEREM DIZER COM SUPORTE.</b>	Reuniões semanais em que são ensinadas diversos temas relacionados com projetos e obras
Oficinas de Diagnóstico, Oficinas de Projeto, Oficinas de formação de comissões temáticas e territoriais; Reuniões com grupos menores; Assembleias com moradores	<b>SABEMOS QUE A COMPREENSÃO DE PROJETO NÃO ACONTECE E APARTIR DAI TODAS AS DECISÕES DO PROJETO SÃO INFORMADAS NO LOCAL, COM MARCAÇÕES NO CHÃO, SIMULAÇÃO DOS AMBIENTES E ABERTURAS, PARA MELHOR COMPREENSÃO DO MORADOR. ALINHAMOS A EXPECTATIVA DO MORADOR COM A REALIDADE QUE SERÁ RECEBIDA, UMA VEZ QUE O NÍVEL DE INTERVENÇÃO EM INFRAESTRUTURA É MUITO GRANDE E EM ALGUNS CASOS NÃO É POSSÍVEL CHEGAR EM ACABAMENTOS. MOSTRAMOS FOTOS DE SITUAÇÕES SIMILARES DE PROJETOS JÁ EXECUTADOS NA REGIÃO, ANTES E O DEPOIS</b>	Sabemos que, normalmente, a leitura de um desenho técnico (planta-baixa, cortes, fachadas...) não é facilmente assimilada, então tentamos ao máximo juntar peças gráficas que ajudem no entendimento do projeto: perspectivas, croquis, fotografias, fotomontagens etc.	Questionários, ferramenta de gestão online e discussão com a equipe de obra
O dispositivo varia de projeto para projeto, utilizamos de cartografia social, maquetes 2D de planta, entre outros.		Desenho. Prohecoes. Maquete 2d.maquete 3d	Através de reuniões, desenvolvemos o projeto e validamos a tomada de decisão com os moradores. Sempre vamos diretamente nas casas e combinamos tudo no espaço onde ocorrerá as reformas, já que não temos escritório fixo e é essencial a criação da relação de confiança in loco.
Planos urbanísticos, regularização fundiária, planos de trabalho, planos de ação para reforma e adequação, cartilhas, assembleias comunitárias, etc		projetos, mapeamentos de diversos campos (mapa mental, comportamentos, identidade). Muitas visitas para informações permanentes sobre tomada de decisão / recursos e propostas.	

**25 Existe alguma interface tecnológica presente no atendimento das demandas? Se sim, qual?\***

contato com cliente através do whatsapp (principalmente), facebook ou instagram	Não	<b>FAZEMOS OS DESENHOS NO AUTO CAD E 3D NO SKETCHUP</b>	Não, fazemos uso de interfaces, porém não tecnológicas
sim, utilizamos o google forms e o trello	Aplicação de questionários com APP georreferenciados; Maquetes físicas; Maquetes eletrônicas; Planilhas de gerenciamento de obras e processos	<b>O APLICATIVO PARA A CAPTAÇÃO E CONTROLE</b>	Nada além do cadastramento das demandas e coleta de dados da família, cadastramento dos profissionais envolvidos e compartilhamento de informações, como planilhas de custo etc.
No momento não.		sim, os próprios dispositivos são interfaces de tecnologia social, cartografias social a través de mapas, etc.	
Maquetes 3d (revit sketshup)	O processo de incidência política, um dos nossos pilares, se desenvolve ao logo de toda a trajetória da assessoria junto as comunidades; daí resulta a necessidade de "dispositivos" que possibilitem a construção de alternativas tendo como eixo a troca entre o saber técnico e o saber popular de quem vive nos territórios. Nesse sentido, desse processo tem resultado iniciativas que buscam melhor diálogo com as necessidades dos moradores podendo ou não envolver inovação tecnológica da forma colocada		
Imagens 3d / plantas / perspectivas			

**26 Poderia indicar escritórios/grupos de pesquisa com os mesmos ou similares propósitos de seu trabalho?**

Arquitetos da Vila, Programa Vivenda, Moradigna, Abra, Arquitetos de Família, Moralar, Favelar, Digna Engenharia, Arqbsocial, Memorar, Arquitetura na periferia, Arquitetura humana, Arquitetas nômades, Pramorar, Adote uma casa,	Eficiobra (cidade de Pelotas) e Abra Arquitetura (cidade de Recife)	<b>MORADIGNA, VIVENDA, DECOR SOCIAL</b>	Não
arquitetura da periferia, soluções urbanas, favelar, donadaobra, rejuntar	Moradigna, Vivenda, Arquitetura faz bem, Dona Obra, Arquitetos da Vila, Eficiobra	Sim. Onze8 Assessoria e Assistência Técnica (ES); Programa Adote Uma Casa (UVV/ES); Soluções Urbanas (RJ); Arquitetura na Periferia (MG).	Usina (São Paulo); Ambiente (São Paulo); CAUS (Recife); Taramela (Fortaleza); Arquitetura Humana (Porto Alegre)
	Arquitetas Nômades	Usina cth, peabiru	<b>NÃO CONHECEMOS</b>
	Coletivo Massapé - PE (@coletivomassape); LabRua - PB (@lab.rua); Coletivo Escalar - BA (@coletivo.escalar); Taramela - CE (@taramela.atac);		CAUS - Cooperativa em Arquitetura, Urbanismo e Sociedade (Recife/PE); Arquitetos do Bairro (Natal/RN); Coletivo Escalar (Salvador/BA); Remodelar (Fortaleza/CE)



